

Antonio Marcos Myskiw
Clóvis Alencar Butzge
Marilene Aparecida Lemos
Organizadores

O Sul e suas fronteiras: *Linguagens e História*



© Dos Autores, 2022

Os autores dos capítulos são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin
Álison Wagner Gomes da Silva

Revisão

A revisão dos textos foi de responsabilidade dos autores.

Projeto gráfico

Acervus Editora

Capa

Alex Antônio Vanin

Imagens da 1ª Capa

Los dos caminos, óleo sobre tela (61cm x 90cm), de Juan Manuel Blanes (1830-1901). Museo Municipal de Bellas Artes Juan Manuel Blanes, Montevideú.

Conselho Editorial da Acervus Editora

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Eduardo Knack (UFMG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (Università di Verona)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS)
João Vicente Ribas (UPF)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S949 O Sul e suas fronteiras [recurso eletrônico]: linguagens e história / Antonio Marcos Myskiw, Clóvis Alencar Butzge, Marilene Aparecida Lemos, organizadores. – Passo Fundo : Acervus, 2022. 2 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-81266-26-4.

1. Rio Grande do Sul - Fronteiras. 2. Pluralidade cultural. 3. Linguagem e línguas - Aspectos políticos e educacionais. I. Myskiw, Antonio Marcos, org. II. Butzge, Clóvis Alencar, org. III. Lemos, Marilene Aparecida, org.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99686-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Antonio Marcos Myskiw
Clóvis Alencar Butzge
Marilene Aparecida Lemos
Organizadores

O Sul e suas fronteiras: *Linguagens e História*



PASSO FUNDO
2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Antonio Marcos Myskiw Clóvis Alencar Butzge Marilene Aparecida Lemos</i>	
SEÇÃO I	
EDUCAÇÃO, LÍNGUA E LINGUAGENS DE FRONTEIRA	
I. EL PORTUÑOL/PORTUGUÉS URUGUAYO (PU) HABLADO EN LA REGIÓN FRONTERIZA BRASIL URUGUAY:	21
raíces socio-históricas, situación sociolingüística y glotopolítica	
<i>Silvia Etel Gutiérrez Bottaro</i>	
II. A (IN)VISIBILIDADE DAS LÍNGUAS NA REGIÃO DA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA:	47
o contexto de Porto Xavier (RS) e Cerro Largo (RS)	
<i>Eliana Sturza Angelise Fagundes</i>	
III. OS LUGARES DAS LÍNGUAS NAS FRONTEIRAS:	77
reflexões de uma professora-formadora sob a ótica da política linguística	
<i>Isis Ribeiro Berger</i>	
IV. “MI CASA ESTÁ EN LA FRONTERA”:	105
considerações sobre a formação de professores de espanhol na região de abrangência da UFFS/CL	
<i>Angelise Fagundes Marcus V. L. Fontana</i>	
V. RASGOS COLOQUIALES:	127
de la vida cotidiana a la clase de lengua	
<i>Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques Adail Sobral</i>	
VI. ALLÍ DONDE EL MAPA CORTA, EL RELATO ATRAVIESA:	145
reflexiones semióticas sobre narraciones y experiencias en la frontera	
<i>Froilán Fernández</i>	

SEÇÃO II

HISTÓRIAS, LITERATURAS E MEMÓRIAS FRONTEIRIÇAS

- VII. COMPREENDER NÃO É PERDOAR:** 179
pelo contingenciamento das fontes sobre a Guerra contra o Paraguai
Odair Eduardo Geller
- VIII. LA EMPRESA DOMINGO BARTHE**
Y LOS CONFLICTOS CON LA PRENSA BRASILEÑA 203
Alberto Daniel Alcaráz
- IX. A FRONTEIRA EM MOVIMENTO:** 243
luta e resistência indígena nos sertões paranaenses através da ótica
das expedições militares brasileiras (1808-1903)
Bruno Pereira de Lima Aranha
- X. PLURALIDADE CULTURAL E FRONTEIRA GEOGRÁFICA**
E ÉTNICA NA MARMELÂNDIA/PR: 275
uma proposta de produção de memórias literárias
Rosângela Margarete Scopel da Silva | Marcio da Silva Oliveira
- XI. NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA,**
HISTÓRIAS DE UM RIO E DUAS POVOAÇÕES: 301
apontamentos a partir da obra *Amor a la tierra*, de Antonia Arrechea
Antonio Marcos Myskiw
- SOBRE OS AUTORES E AUTORAS** 343

APRESENTAÇÃO

“A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade.”
José de Souza Martins (2009).

Jorge Baleeiro de Lacerda (1950-2016) é um nome bem conhecido em Francisco Beltrão/PR. Era um sujeito de prosa fácil, nutria uma curiosidade sem igual por pessoas idosas e tinha uma memória invejável. Esses eram quesitos importantes para que Jorge Baleeiro exercesse o ofício de escritor e jornalista. Semanalmente, desde 1975, publicava textos de cunho histórico, sociológico e antropológico sobre a região Sudoeste e a fronteira Argentina-Brasil no *Jornal de Beltrão* e na *Folha do Sudoeste*. Salvo algumas exceções, seus textos eram curtos e a escrita era leve, opção que fez para cativar um eclético volume de leitores. Ainda em vida, reuniu parte de seus textos e publicou no formato de livro, intitulado “Os dez Sudoestes” (LACERDA, 2010). Produziu, ainda, em 2016, ano de seu falecimento, “Os dez Sudoestes II”, publicado em 2018. As duas obras contribuem, sobremaneira, para pensar a fronteira Argentina-Brasil, pois Baleeiro, com sua escrita quase literária e olhar antropológico, nos faz perceber diferentes modos de ver e compreender a fronteira.

Quantos outros Jorges Baleeiros, literatos, contistas, poetas, artistas plásticos, escultores, memorialistas nascidos, crescidos e

envelhecidos na fronteira, produziram seus escritos e obras de arte e, neles, gravaram seus modos de ver a trama complexa do cotidiano da população fronteiriça? E, ao contrário de Baleeiro, não tiveram a oportunidade de publicar ou divulgar, tendo as páginas manuscritas envelhecidas e esquecidas numa gaveta e as obras de arte armazenadas num lugar ermo? Há, nesta extensa fronteira Sul, dezenas de sujeitos como Jorge Baleeiro, mas pouco conhecidos e reconhecidos pelos setores de cultura e memória na esfera municipal, estadual e federal. São, infelizmente, exemplos do descaso com que, há muitos anos, têm sido tratados os lugares de produção e guarda das memórias, das culturas e das línguas em espaços de fronteira, quando esses lugares existem. Urge construir projetos e programas de ensino, extensão e pesquisas que venham propor ações de coleta, organização, catalogação e preservação da história, da cultura e das línguas de fronteira, em território argentino, brasileiro, paraguaio e uruguaio. Por meio destas ações, em parceria com as Universidades e o poder público, quiçá, poderemos mudar esse cenário nefasto propondo, aprovando e desenvolvendo políticas públicas.

“A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. Com esta frase, o sociólogo José de Souza Martins sinaliza que a história, a cultura, a língua e a realidade das populações fronteiriças são singulares, pois estão em permanente contato com o Outro, vivendo encontros, desencontros, se descobrindo e redescobrando em função das diferentes concepções de vida, de visões de mundo e do desencontro de temporalidades históricas. A singularidade se apresenta nas mais distintas porções da região fronteiriça, ainda que os processos de povoamento, características étnicas, sociais e culturais tenham sido semelhantes, pois é o contato com o Outro e sua diversidade cultural que faz nascer

novos modos de ser e viver a fronteira. A alteridade também está na obra que o(a) leitor(a) tem em mãos.

Com base no que precede, o conceito de “fronteira”, eixo central da proposta da presente obra, não se restringe à separação de países da região em foco, mas se amplia para outras dimensões da vida humana, como a cultura, a língua, a política, etc. O subtítulo “linguagens e história” busca articular estudos que olham para as diferentes manifestações linguísticas (literatura, comunicação, legislação, educação, religião, por exemplo) como inerentes ao processo histórico.

Assim, a presente obra reúne artigos de professoras(es)-pesquisadoras(es) engajadas(os) em dar voz a múltiplas perspectivas teóricas e (inter)disciplinares no âmbito das Ciências Humanas e Linguística acerca das fronteiras situadas ao sul da América do Sul. Com tal viés, os 11 capítulos que compõem esta obra, organizados em 2 seções, pretendem legar aos leitores múltiplos olhares às fronteiras do Sul.

A primeira seção da obra traz reflexões sobre *Educação, língua e linguagens de fronteira* e é iniciada pelo *capítulo 1*, de autoria de *Silvia Etel Gutiérrez Bottaro*. A autora traz para o debate o português uruguaio (PU), conhecido popularmente como portunhol, propondo-se a fazer algumas fotografias linguísticas do *portuñol*/português uruguaio (PU) falado no norte do Uruguai, mais especificamente na cidade de Rivera, fronteira com a cidade brasileira de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. O capítulo apresenta uma descrição sócio-histórica das raízes do fenômeno linguístico na região fronteiriça. Trata, ainda, sobre alguns estudos que descrevem a situação sociolinguística do PU e alguns fenômenos linguísticos que surgiram como consequência do contato das línguas faladas na região. E, em suma, aborda as intervenções das políticas públicas uruguaianas que favoreceram o

surgimento e manutenção do PU, os quais tiveram um papel fundamental sobre a complexa situação do PU até agora.

No *capítulo 2*, as autoras *Eliana Sturza e Angelise Fagundes* situam a reflexão na fronteira do Brasil com Argentina, mais precisamente, para discutir a questão das línguas na região de fronteira do Brasil que se limitam desde o oeste, passando pelo noroeste do Rio Grande do Sul, com o nordeste argentino. Os estudos das referidas autoras vêm trazendo a compreensão de que essa fronteira “ainda é uma das zonas mais plurilíngues do Brasil”. E justamente nesse ponto situa-se o desafio de compreender “por que essa realidade plurilíngue é pouco visível tanto para estudos político-linguísticos como para os sistemas públicos de educação”. Nesse sentido, o capítulo toma como objeto de análise os documentos que regulamentam os currículos e se interpretam os efeitos (ou não) das políticas linguísticas para contextos como dessa fronteira, em que, historicamente, tiveram a presença de diferentes línguas, como as de imigração, além do espanhol como língua da vizinhança, trazendo para o debate a ausência de políticas de promoção e valorização das línguas em contato e em circulação nessa zona de fronteira, destacando o sistema escolar, o qual, conforme as autoras, “deveria ser o espaço primordial de difusão do patrimônio linguístico e cultural de uma região tão plurilíngue”.

No *capítulo 3*, *Isis Ribeiro Berger* situa o estudo na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, voltando o olhar para o campo da formação de professores de línguas. Trata-se de um texto que resulta de pesquisas que a autora vem realizando, há alguns anos, sob a ótica da Política Linguística, e também, deriva de reflexões que fazem parte do próprio exercício da docência, em especial, como formadora de professores de línguas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *campus* de Foz do Iguaçu-PR, a qual está inserida, segundo a autora, em “uma região de

fronteira nacional intensamente plurilíngue”. Nesse contexto, o capítulo traz reflexões sobre os lugares estabelecidos para as línguas, com ênfase na esfera da educação formal, em relação aos lugares que as línguas ocupam nas práticas cotidianas. O capítulo trata, sobretudo, de tecer reflexões sobre os desafios da formação inicial e da docência em contextos em que línguas e fronteiras se encontram e desencontram.

No capítulo 4, os autores *Angelise Fagundes* e *Marcus V. L. Fontana* desenvolvem reflexão sobre a formação de professores de espanhol na região de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo, situado em município do mesmo nome do Estado do Rio Grande do Sul. Esse estudo está vinculado às pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas em Políticas Linguísticas, Formação Docente e Novas Tecnologias para o Ensino de Línguas (POLIFONIA/UFFS). Nesse contexto, os autores ressaltam a importância de compreender a formação de professores de línguas para além de espaço de profissionalização para a docência, isto é, faz-se necessário considerar as particularidades de um território de fronteira(s), marcado pela presença de línguas dos povos originários, de línguas dos primeiros colonizadores, de línguas de imigração. Para Fagundes e Fontana, o objetivo é “olhar justamente para as fronteiras que atravessam a nossa realidade”, ou melhor, visualizar as “fronteiras linguísticas”, as quais, segundo os autores, “surgem a partir das identificações culturais que atravessam os sujeitos dessa região: indígenas, missionários, fronteiriços, gaúchos, brasileiros, descendentes de alemães, italianos, poloneses, etc.”, cujo objetivo está inserido em uma proposta de pesquisa que busca inventariar as línguas presentes ao longo de processos históricos e aquelas em contato na região de abrangência da UFFS, *Campus* Cerro Largo.

O capítulo 5 traz reflexões de *Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques e Adail Sobral* sobre os “rasgos coloquiales”. Na posição de professores de línguas, os autores partem de suas inquietações diante de uma certa “carência no currículo dos Cursos de Letras, especificamente os Cursos de Licenciatura em Língua Espanhola de disciplinas que trabalhem com o registro coloquial já que este tem seu arcabouço teórico e prático”. Diante disso, com o respaldo teórico da Análise Dialógica do Discurso e dos estudos sobre o espanhol coloquial desenvolvidos pelo Grupo Val. Es.Co., o capítulo mobiliza a importância de observar o registro coloquial nas manifestações enunciativas do cotidiano e a partir da análise desses registros projetar estratégias didáticas, assim como considerar a parte teórica. Para esses objetivos, são fontes de análise tiras da cartunista argentina Maitena, assim como enunciados escritos circulando em estabelecimentos comerciais uruguaios.

O capítulo 6, escrito por *Froilán Fernández*, também traz reflexões sobre o cotidiano na fronteira, especificamente na fronteira do Alto Uruguai (Misiones, Argentina). A partir de postulados de Michel de Certeau acerca das narrativas da vida cotidiana e da filiação ao campo disciplinar da Semiótica, o capítulo articula questionamentos e discussões sobre as dinâmicas e narrativas da vida cotidiana na fronteira. O percurso conceitual e analítico proposto coloca em relevo as singularidades do referido espaço fronteiro, abordando-o como “un territorio de mixturas e hibridaciones culturales y lingüísticas que ponen en crisis las identidades predefinidas por los estados nacionales, y complejizan el propio concepto de frontera” (palavras do autor). Nesse sentido, no intuito de caracterizar as práticas culturais da região habitada na província de Misiones, o capítulo apresenta uma série de apreciações teóricas em torno da categoria de “semiosfera fronteriza”. Mas, sobretudo, o autor recorre à análise de um conjunto de nar-

rações visando compreender o papel que elas desempenham na diagramação cotidiana do espaço fronteiriço.

O *capítulo 7*, escrito por *Odair Eduardo Geller*, abre a sessão II deste livro, que denominamos “Histórias, literaturas e memórias fronteiriças”. Geller disserta sobre duas obras escritas e publicadas pouco tempo depois da “Guerra contra o Paraguai” (1864/1870), na tentativa de ressignificar o tempo da Guerra e produzir uma nova identidade à nação paraguaia. Mas, para isso, era necessário aos autores usar o ressentimento, do elemento emocional, das humilhações sofridas, das injustiças não reparadas como argumentos. Era preciso narrar o cotidiano da guerra para reviver a “ferida passada” e, em simultâneo, produzir uma releitura da história, sobretudo, utilizando a memória oral e alguns documentos históricos. As narrativas de Francisco Isidoro Resquim e Juan Crisóstomo Centurión, na compreensão de Odair Geller, oferecem um sentido para a Guerra e, ambos os autores, “falaram a verdade sobre o Grande Conflito, mas a verdade filha de uma consciência histórica específica, datada, tendo como público-alvo uma sociedade que ansiava por orientações num tempo de incertezas, que fazia do passado um espaço turvo e do futuro uma nebulosa fonte de angústias”.

O *capítulo 8*, de autoria de *Alberto Daniel Alcaráz*, toma como objeto de pesquisa a empresa Domingo Barthe, “una de las más poderosas compañías que desarrolló una diversificada actividad comercial en los tres países que compartían la cuenca del Alto Paraná a principios del siglo XX”. Inicia pela exploração do conceito de elite na perspectiva de autores “maquiavelistas”, os quais sustentavam que aqueles que pertencem às elites “deparan poder o prestígio”, em seguida, articula questionamentos e discussões acerca do conceito de “circulación de las elites”, cunhado por Vilfredo Pareto, assim como enfatiza formulações de Max We-

ber as quais possibilitam a abordagem da relação sujeito/Estado, dominação burocrática/dominação carismática ou liderança carismática. O capítulo encontra, ainda, respaldo teórico de outros autores, como Wrigth Mills, que contribui para a denominação de “élites locais” ou “periféricas”. Essa conceitualização conduz o leitor a um processo histórico influenciado pela instalação de grandes empresas, sobretudo por imigrantes, que conseguiram um importante êxito comercial, e defendendo seus interesses construíram poder e influências, como foi o caso do empresário Domingo Barthe. Por fim, o capítulo apresenta uma análise de jornais da época a respeito dos conflitos com a imprensa brasileira, assim como aborda estratégias de alianças para a construção do poder desenvolvidas nesse contexto.

O capítulo 9, escrito por *Bruno Pereira de Lima Aranha*, consiste numa proposta de análise de relatos das expedições realizadas por viajantes brasileiros, sob os auspícios do próprio governo nacional, que se dirigiram para a fronteira oeste paranaense, entre 1885 e 1903, dentro da conjuntura de ocupação da fronteira com a Argentina, a qual estava indefinida e sob litígio até a assinatura do Tratado de Palmas em 1895. As expedições estavam todas ligadas à Comissão Estratégica de Guarapuava, criada em 1888 pelo Império para fomentar a ocupação do sertão paranaense e fundar a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Para analisar esse espaço percorrido, Aranha amplia a ideia de conceber a fronteira apenas como uma linha demarcatória para poder olhar os diversos movimentos e fluxos de populações que por aí transitavam. Não se tratava de um território consolidado, mas de um espaço indefinido, tal como uma “borderland”, idealizado como um sertão pelos brasileiros. O olhar que esses forasteiros manifestaram sobre as populações indígenas, composta por guaranis e kaigangs é o foco da análise empreendida por Aranha. Sendo assim, o pesquisador

busca mapear os movimentos que vão além do poder estatal. Um dos alvos dos discursos dos viajantes, para além do próprio espaço em si, era os indígenas que aí habitavam, os quais eram vistos com desconfiança, sendo classificados como seres “bárbaros” e “inferiores”. Entretanto, por vezes, as vozes destes “outros”, ainda que de maneira enviesada, chegaram à superfície dos relatos. Logo, o autor busca detectar, ainda que pela via desses relatos oficiais, como os indígenas articulavam a sua própria resistência ante o avanço da fronteira do Estado brasileiro.

A reflexão empreendida no *capítulo 10*, escrito por *Rosângela Margarete Scopel da Silva* e *Márcio da Silva Oliveira*, parte da dissertação de mestrado “A Boniteza do Fazer Juntos: pesquisa-ação como possibilidade para o protagonismo da professora, dos alunos e dos moradores da Marmelândia”, realizada no Profletras – Unioeste/PR. Cabe enfatizar que essa pesquisa objetivou desenvolver, com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola do campo, uma pesquisa-ação que buscou dar visibilidade às práticas culturais e saberes locais dos moradores da comunidade da Marmelândia/PR. Dentre as práticas desenvolvidas, esse estudo oportunizou o registro, por meio do gênero discursivo memórias literárias, das narrativas orais sobre a história de vida dos moradores da Marmelândia nas quais perpassam o reconhecimento da pluralidade cultural e o “racismo institucional” evidenciados neste capítulo. Dessa maneira, enquanto o leitor é conduzido a conhecer as narrativas orais que formam o *corpus* deste capítulo, vai apreendendo as particularidades das análises e singularidades deste trabalho. Diante dos fragmentos selecionados, os autores ressaltam das análises a preponderância do “racismo institucional”, o qual é “caracterizado pela ausência de políticas públicas que mitiguem as consequências de uma organização que agrava as desigualdades sociais”. As análises permitem observar, ainda,

“pontos comuns do ‘racismo institucionalizado’ na comunidade da Marmelândia evidenciado pelas fortes relações de poder impostas por aqueles que detêm o título de propriedade da terra, ou seja, os migrantes oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. Cabe ainda salientar que este capítulo apresenta ao debate questões ligadas à ideia de fronteira cultural, geográfica e étnica por meio da produção de memórias literárias e da denúncia ao “racismo institucional” como elementos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem em ambiente de escola do campo.

A obra conta, ainda, com o *capítulo 11*, escrito por *Antonio Marcos Myskiw*, no qual o autor cuida de refletir sobre o uso do romance *Amor a la Tierra* como subsídio documental para a escrita da história da fronteira Argentina-Brasil, mais precisamente das cidades gêmeas de San Antonio/Misiones/Argentina e Santo Antônio do Sudoeste/Paraná/Brasil. Antonia Arrechea nasceu e viveu parte de sua infância na fronteira e, a partir de suas memórias e das memórias que ouviu de seus familiares, produziu o romance utilizando a história de vida de seu pai, Alfonso Arrechea (Antonio, no romance) como elemento estruturante, inserindo acontecimentos históricos de relevo ocorridos na fronteira para narrar situações cotidianas vividas na fronteira, ora em território brasileiro, ora em território argentino. Myskiw utiliza o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg como aporte metodológico para estudar e explorar o romance, amparado pelos debates em torno do conceito de memória, esquecimento, fronteira e reflexões em torno da História Agrária. De acordo com Myskiw, o uso de romances para a escrita da história local e regional é possível, no entanto, é necessário cruzar os fatos históricos narrados com documentos históricos de outra natureza sobre o tempo, o espaço e os acontecimentos narrados, para averiguar até onde as narrativas procedem, se foram deturpados ou se foram frutos da imaginação

da escritora. O romance, *Amor a la tierra*, foi um instrumento de construção e perpetuação de uma determinada memória sobre a família de Alfonso Arrechea na fronteira e, ao fazer isso, produziu uma versão da história de San Antonio e Santo Antonio do Sudoeste, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX.

Finalizamos a apresentação da obra “O Sul e suas fronteiras: linguagens e história” com nosso agradecimento especial a cada autor e autora que contribuiu com este projeto e se engajou na proposta em todo percurso de sua elaboração. Agradecemos, ainda, por este trabalho coletivo, formado por pesquisadores e pesquisadoras, que enriquece teoricamente e estrutura a presente obra. Esperamos que a leitura seja profícua e que esta publicação possa promover outras discussões, inspirar outros textos e incentivar o debate e a construção de novos/outros olhares às/sobre as fronteiras do Sul.

*Antonio Marcos Myskiw
Clóvis Alencar Butzge
Marilene Aparecida Lemos*

REFERÊNCIAS

LACERDA, Jorge Baleeiro de. *Os dez sudoestes*: muito antes e além depois. Francisco Beltrão/PR: Jornal de Beltrão, 2010.

LACERDA, Jorge Baleeiro de. *Os dez sudoestes II*. Francisco Beltrão/PR: Jornal de Beltrão, 2018.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira*: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

SEÇÃO I

EDUCAÇÃO, LÍNGUA E LINGUAGENS DE FRONTEIRA



I

EL PORTUÑOL/PORTUGUÉS URUGUAYO (PU) HABLADO EN LA REGIÓN FRONTERIZA BRASIL URUGUAY: *raíces socio-históricas, situación sociolingüística y glotopolítica*

SILVIA ETEL GUTIÉRREZ BOTTARO

Nesta Frontera isquecida de costas pra meu país
meu portuñol mel da boca historia hecha raiz...
sii eu peyo num marco ele me separa, mas entre marco
y marco Tem línea imaginaria?
André Rivero (COLECTIVO LINGUA MAE, 2015, p. 3).

La línea divisoria que separa/une el Brasil del Uruguay tiene una extensión aproximada de 1000 km. En ella se encuentran establecimientos rurales y las cinco ciudades fronterizas, localizadas una frente a la otra, respectivamente: Artigas y Quaraí, Rivera y Santana do Livramento, Aceguá y Aceguá, Río Branco y Jaguarão, y Chuy y Chuí (ver mapa 1). Del contacto continuo de las lenguas habladas, por los dos grupos étnicos (el español y el portugués), surgió una tercera variedad conocida popularmente como portuñol, o como se lo denomina científicamente, portugués uruguayo (PU).



Mapa 1. Mapa de la República Oriental del Uruguay y las ciudades fronterizas con Brasil. Mapa extraído de: http://www.atlantida.com.uy/mapas/mapa_ruteroDisancias.html .

Como podemos ver, el espacio geográfico ha favorecido y continúa contribuyendo para la existencia de la mezcla cultural, étnica y, sobre todo lingüística. Para entender mejor cómo se formó, cuál es su situación sociolingüística y cuáles fueron las inter-

venciones glotopolíticas, en este trabajo describiremos el portugués/PU hablado en la ciudad uruguaya de Rivera, frontera con la ciudad brasileña de Santana do Livramento. Primeramente, presentamos una breve descripción socio-histórica de las raíces del fenómeno lingüístico en la región fronteriza, luego trataremos sobre algunos estudios que describen cómo es la situación sociolingüística del PU y algunos fenómenos lingüísticos que surgieron en la región; para concluir abordamos las intervenciones de las políticas públicas uruguayas que favorecieron el surgimiento y mantenimiento del PU, las cuales tuvieron un papel fundamental sobre la compleja situación del PU hasta los días de hoy.

RAÍCES SOCIO-HISTÓRICAS DEL PORTUGUÉS URUGUAYO (PU)

La situación de mezcla presente en la región nos remonta al pasado, precisamente, a la época de disputas entre las coronas de España y Portugal por el dominio de las diferentes regiones de América del Sur. Cuando los colonizadores llegan a estas tierras, la región brasileña de Rio Grande do Sul y de Uruguay estaba habitada por los indios guaraníes (tapes, arachanes o patos) y los pampeanos (charrúas, minuanos, chanás, guenoas, yaros).

La demarcación de los límites de las fronteras uruguayo-brasileñas se consolidaron tal como son en la actualidad, solamente después de muchas luchas y tratados habidos entre portugueses, españoles, brasileños, argentinos y uruguayos. El primer documento que trató del problema de los límites de la América Meridional fue la *Bula Inter Coetera* de Alejandro VI, pronunciada en Roma en 1493. Al año siguiente, se firma el Tratado de Tordesillas, con el cual se aumenta el territorio concedido a los portugueses, pero dejando la parte correspondiente a los estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná en manos de los castellanos.

Durante los siglos XVI y XVII, las mismas regiones brasileñas y el nordeste del Uruguay fueron dominadas por los portugueses, mediante las *bandeiras* e invasiones a la región hoy pertenecientes al Uruguay, culminando con la fundación de ciudad Colonia del Sacramento en 1680.

En 1750, se firma el Tratado de Madrid y España cede los siete pueblos de las Misiones en cambio por la ciudad de Colonia del Sacramento, establecida en territorio español. Dicho tratado da origen a la guerra guaraníca, en la cual portugueses y españoles lucharon juntos contra los indios de las Misiones.

Años más tarde, en 1777, se firma el tratado San Ildefonso y con este las Misiones Jesuíticas y Colonia del Sacramento nuevamente pasan a ser de los españoles. Sin embargo, este no fue el último tratado ni tampoco traería la paz a esta región, pues las luchas continuaron y, en 1801, ocurrió la guerra entre España y Portugal. Tal es así que, en ese mismo año, los Bandeirantes ocupan Rio Grande do Sul y conquistan las Misiones nuevamente.

Con relación a la situación de los territorios uruguayos, la historia uruguaya nos cuenta que los que estaban situados al norte del Río Negro, aún estaban deshabitados. Después de la primera división departamental realizada por el Cabildo de Montevideo (1816), el país quedó dividido en dos regiones: el Sur del Río Negro (ver figura 1), con seis departamentos; y el norte del Río Negro (ver figura 1) con ninguna intendencia. Como vemos, el norte fronterizo uruguayo estaba aún deshabitado en esta época, sin embargo, la región fronteriza del lado brasileño comenzaba a poblarse. En ese sentido, el historiador santanense Caggiani (1983, p. 17), afirma que en el año 1814 el gobierno brasileño preocupado en consolidar la posesión de los territorios de la frontera decide conceder sesmarías. En 1823, sus pobladores y estancieros preocupados con la falta de recursos espirituales deciden construir

una capilla con el nombre *Nossa Senhora do Livramento*. Para Caggiani (1983, p. 18), la ciudad de Santana do Livramento, en la época denominada *Nossa Senhora do Livramento*, “(...) nasceu sob o signo da estância, tendo sua origem legítima baseada na economia pastoril, e sua vida, como a maioria dos núcleos urbanos do Brasil, começou sob os braços da cruz.”

Lejos de existir aún la paz en la Banda Oriental, en 1820, el territorio oriental es anexado a la Corona Portuguesa y pasa a denominarlo Provincia Cisplatina. Un acontecimiento muy importante que debemos citar es que, según el censo de 1824, muchas familias luso-brasileñas con sus esclavos y también oficiales del ejército lusitano se asentaron en el territorio uruguayo y constituyeron establecimientos rurales. (BARRIOS PINTOS, 1990, p. 112).

En 1825 se proclama la independencia del Uruguay y, con la Convención Preliminar de Paz de 1828, brasileños y argentinos se comprometen a reconocer la independencia de la nueva Nación. Un dato muy importante es que luego de la formación de la República Oriental del Uruguay (1830), la región de frontera continuaba habitada y administrada por los brasileños. Según el historiador Barrios Pintos (1990, p. 112-113, subrayado nuestro), en 1845, el diputado brasileño Silva Ferraz, de São Paulo, relata al parlamento brasileño su visión sobre la situación que imperaba al norte del Uruguay:

Veo señores Representantes, que tenéis una idea muy equivocada del poder y los recursos del Imperio: vosotros creéis que allá en la línea o divisa material del Yaguarón adonde termina el imperio de nuestras leyes, al pasar a la otra banda y a pasar al territorio que se dice República Oriental, creéis que vais a encontrar al otro lado de la divisoria material un pueblo completamente distinto de lo que se llama Imperio del Brasil; ¡pero es preciso que se-

páís que felizmente no es así! Al pasar al otro lado del río Yaguarón, señores, *el traje, el idioma, las costumbres, la moneda, los pesos, las medidas, todo, todo señores, hasta la otra banda del Río Negro, todo, todo señores, hasta la tierra: todo es brasileiro.*

En 1851 se firma el Tratado definitivo de límites entre Brasil y Uruguay. Diez años más tarde el gobierno uruguayo aprueba el proyecto de fundación de “*un pueblo en la cuchilla de Santana, sobre nuestra línea de frontera, frente al pueblo Brasileiro llamado Santa Anna do Libramento*” (Diario de Sesiones de la Cámara de Senadores de la R.O.U, 1889, apud BARRIOS PINTOS, 1985, p. 115). Con este mismo proyecto se fundaron también otras dos ciudades fronterizas (Cuareim, actual Artigas; Villa Artigas, actual Río Branco) en frente a las ciudades brasileñas que ya existían en la línea divisoria.

La actual ciudad de Rivera, con el nombre de Villa Ceballos, comienza su proceso de fundación recibiendo a colonos uruguayos, argentinos, italianos y de otros orígenes, todos incentivados por el gobierno uruguayo. De este modo, nace la actual “Frontera de la Paz”, tal como se la conoce y denomina hoy día. No obstante, el proceso de fundación no fue tan pacífico al comienzo, dado que Villa Ceballos representaba una amenaza política y económica (con tarifas aduaneras más bajas y el contrabando) para la Villa de Santana do Livramento y Brasil. De acuerdo con Barrios Pintos (1985, p. 132), ocurrieron asaltos, secuestros y muertes. El gobierno de Brasil, en respuesta a las reclamaciones del Canciller uruguayo, reconoció legalmente a los autores de los crímenes, pagando una indemnización a las familias. Un dato importante que debemos resaltar sobre este hecho es la nota que presentó la Cancillería uruguaya a la *Legação* de Brasil en Montevideo:

Que hacía más de un año, con motivo de los cambios políticos del Estado de Rio Grande, habían entrado al territorio oriental *más de diez mil emigrantes brasileños*, que habían venido a residir en las estancias de sus connacionales al Norte del Río Negro. (BARRIOS PINTOS, 1985, p. 132, subrayado nuestro).

En esa época, Rivera pertenecía aún al departamento de Tacuarembó y contaba solamente con una Comisaría y pocos policías que pudieran impedir los ataques constantes y, sobre todo, el contrabando que se había tornado incontrolable en esa época. De hecho, dada la condición de frontera abierta, el contrabando es un problema que se lo combate hasta los días de hoy. Debido a la falta de industrias y, por consiguiente, de empleos, el contrabando se volvió una fuente de recursos para muchos habitantes de la región. En 1884 se crea el departamento de Rivera y la ciudad comienza a crecer nuevamente con la llegada de nuevas personas para ocupar puestos públicos.

En el siglo XX, las dos ciudades continuaron desarrollándose, teniendo como principal riqueza la producción agropecuaria. Los saladeros (establecimientos para procesar el charque) y frigoríficos instalados en Santana do Livramento trajeron el progreso económico para la región, generaron empleos para los brasileños y riverenses. La mayor parte del ganado que se vendía venía del Uruguay, este hecho intensificó las relaciones comerciales en la frontera.

Hasta el día de hoy, el comercio de la región vive atento a las oscilaciones del cambio (tasa cambial), lo que propicia una interacción permanente y favorece la relación de los pueblos. Los productos comerciales brasileños casi siempre fueron más competitivos que los productos uruguayos, especialmente los de la canasta familiar básica. Como consecuencia de eso, en la búsqueda

por mejores precios y al no haber fiscalización en la línea divisoria, los ciudadanos riverenses se internan, casi diariamente, en la ciudad vecina para hacer sus compras. El comercio uruguayo local siempre fue afectado por esa realidad, viéndose obligado a vender productos contrabandeados de Brasil, ya sea en sus pequeños mercados en Rivera o llevando los productos al interior del país.

En la actualidad el comercio en ambas ciudades también ofrece muchos empleos a la población fronteriza. Santana do Livramento siempre tuvo una cantidad mayor de comercios que Rivera, por esta razón es común encontrar a vendedores de nacionalidad uruguaya en las tiendas de Santana do Livramento. A los vendedores uruguayos, se los contrata porque son bilingües, inmediatamente cambian el código cuando se dan cuenta que el cliente es uruguayo o brasileño. Para regularizar este mercado de trabajo, la Policía Federal brasileña expidió en las zonas de frontera un documento o (carteira) para los trabajadores extranjeros que viven en la frontera, la denominada Modelo 4.

Esta situación mantuvo por muchos años la hegemonía económica de Santana do Livramento. Sin embargo, para resolver esta situación de desequilibrio, en 1986 el gobierno uruguayo decide implantar el régimen de *Free Shops* en las ciudades de Rivera y Chuy. De esta manera, se fortaleció la economía riverense con la venta de productos importados y uruguayos con exención de impuestos a los turistas brasileños, y todo extranjero que por allí pasase. Por lo tanto, el régimen de *Free Shops* permitió que la ciudad de Rivera consiguiera revertir una situación que por muchos años benefició a los brasileños. Sin embargo, este sistema también sobrevive en función de las oscilaciones del cambio del dólar, y suelen pasar por períodos de altos y bajos.

Como se puede ver, todos estos hechos históricos acontecidos desde la formación de las poblaciones de la frontera, suma-

dos a las circunstancias socioeconómicas, influenciaron sobre las variedades lingüísticas en contacto: el español y el portugués, habladas por sus habitantes, contribuyendo para con la situación del continuo lingüístico y, por consiguiente, para la formación de una tercera variedad que conocemos hoy como portuñol o portugués uruguayo.

A continuación, veremos cómo esas relaciones de aproximación y distanciamiento, de enfrentamiento, de paz, de favorecimiento y de interpenetración cultural pudieron influenciar en la cuestión lingüística.

FENÓMENOS LINGÜÍSTICOS:

BILINGÜISMO, DIGLOSIA, LA MEZCLA Y EL PU(PORTUÑOL)

La situación geográfica tan especial de la frontera, las relaciones comerciales y familiares entre brasileños y uruguayos propiciaron el desarrollo de muchos fenómenos lingüísticos como: la mezcla lingüística, el bilingüismo, la alternancia de códigos, etc. Estos fenómenos vienen siendo estudiados desde el siglo pasado por lingüistas, sociolingüistas, antropólogos, historiadores y educadores del Uruguay, Brasil y de otras regiones del mundo. Desde la perspectiva sociolingüística, se han realizado diversas investigaciones¹ y se continúan realizando. Entre los primeros estudios citamos el trabajo pionero del uruguayo Pedro Rona (1959), quien describió fonológicamente al portuñol, y lo presenta como un “dialecto mixto, con base aparentemente portuguesa”, denominándolo dialecto fronterizo. Años más tarde, el sociolingüista americano F. Hensey (1972) también investiga al dialecto fronte-

¹ Rona (1959;1963;1965), Hensey (1972), Elizaincín (1973), Elizaincín, Behares y Barrios (1987), Carvalho (2003), Gutiérrez (2002; 2009; 2018), etc.

rizo, desde una perspectiva fonológica y el bilingüismo presente en la región. Otro estudio muy importante es el realizado por los lingüistas uruguayos Elizaincín, Behares y Barrios (1987, p. 20), quienes introducen el término DPU, sigla de Dialectos Portugueses del Uruguay para denominar a las diversas hablas de locales de las ciudades fronterizas. Se valen del término “dialecto” por su connotación más neutra y lo definen, en el sentido diatópico, como la forma peculiar del hablar de una zona determinada del territorio nacional uruguayo. Los términos dialectos y portugueses los usan en plural, dado que esta variedad presenta una fuerte variabilidad causada por el contacto lingüístico con el español.

Sobre los fenómenos lingüísticos presentes en la zona fronteriza, creemos que el primero que surgió es la situación de *bilingüismo*. Anteriormente vimos, en los datos históricos, que en la región se hablaba el portugués brasileño (PB) del sur de Brasil y el portugués de Portugal. Años más tarde, con la fundación de las ciudades uruguayas en la línea divisoria frente a las brasileñas y con la llegada de pobladores uruguayos y de otras nacionalidades, se empieza a hablar el español (E). De este modo, estas variedades empiezan a coexistir y el E a ser enseñado en las escuelas como lengua oficial. Es así como muchos hijos y nietos de brasileños nacidos del lado uruguayo se tornaron bilingües, al igual que sus padres, abuelos y descendientes. Es con el contacto y convivencia del PB con el E en los distintos ámbitos (ya sea en los hogares uruguayos, en las escuelas, en el barrio, en los comercios, en las zonas rurales, etc.) que el PB (como lengua de substrato, variedad de menor prestigio) comienza a entrecruzarse y a recibir influencias de la lengua oficial (lengua de superestrato que ejerce mayor influencia) dando origen a una tercera variedad conocida hoy día como portuñol o PU.

En el año 1877, con la ley de educación el gobierno uruguayo decreta la enseñanza obligatoria del E en las escuelas y prohíbe a hablantes nativos del PB que lo hablaran en los centros educativos. Como vemos, con esta política lingüística no se reconoce la existencia del portugués y al mismo tiempo se niega la situación de bilingüismo presente en las ciudades fronterizas uruguayas. De este modo, sin pensar en las consecuencias de esta acción, las autoridades educativas promovieron otro fenómeno conocido como *mezcla lingüística*, presente hoy día en el PU y también otro fenómeno lingüístico conocido como *diglosia*. El término diglosia (acuñado por Ferguson, 1959, y ampliado por Fischman, 1972) se lo utiliza para describir el uso de dos variedades que coexisten, en este caso el E y el PU, en la comunidad de habla fronteriza por poseer cada una de ellas un estatus sociolingüístico diferente, determinado por la sociedad. En el cuadro a continuación, describimos cuáles son los ámbitos y las funciones del E y PU en la sociedad fronteriza, de acuerdo con el estatus que poseen:

DIGLOSIA	PORTUGUÉS URUGUAYO (VARIEDAD BAJA)	ESPAÑOL (VARIEDAD DE PRESTIGIO)
División de las funciones/ usos de las lenguas	Se usa solamente como lengua familiar En las actividades informales: en el hogar, entre familiares, amigos, vecindario, bailes, fiestas, ocio, etc.	Se usa como lengua oficial y también familiar En las actividades formales: escuelas, liceos, reparticiones públicas, juzgados, iglesias, intendencia, bancos, etc.

Cuadro 1. Situación de diglosia del portugués uruguayo y el español.

Estas variedades se adquieren o aprenden de la siguiente manera: el PU puede ser adquirido como lengua materna o como segunda lengua en el contacto con los parientes, vecinos y ami-

gos, ya sea en el barrio o en la propia ciudad fronteriza con los brasileños, y el E se lo adquiere también como lengua materna o como lengua extranjera, cuando un hablante del PU ingresa a la escuela uruguaya. Como hemos dicho anteriormente, el proceso de sistematización formal de la lengua ocurre en la lengua oficial del país, o sea en E y los hablantes nativos del PU son alfabetizados en E, en este caso el español la aprenderían como una lengua extranjera. Por este motivo, y por la represión del uso de su lengua materna en clase, muchos niños presentaban serios problemas en el proceso de aprendizaje del español. Como veremos más adelante, esta situación comienza a cambiar recién a fines del siglo XX y comienzos del siglo XXI.

Con relación al estatus socioeconómico de los hablantes del PU, la gran mayoría pertenece a los estratos medio y bajo, viven en los barrios periféricos y más humildes de la ciudad y en zonas rurales del departamento.

En nuestro primer estudio (GUTIÉRREZ, 2002), acerca del fenómeno de la mezcla lingüística observada en el PU, pudimos observar y comprobar, que la inestabilidad y la variabilidad son propiedades que caracterizan al *portugués uruguayo*. Como consecuencia del empleo de los sistemas fónicos y morfosintácticos de las dos lenguas en contacto, concluimos que la variabilidad presente en algunas áreas gramaticales del PU se debe a la confluencia de factores internos y externos. Con relación a los primeros, el PU presenta algunos mecanismos cognitivos semejantes al de aprendices de lengua extranjera, como la transferencia, la inestabilidad, la permeabilidad y la variabilidad de reglas de los dos sistemas (E y PU). A continuación, ilustramos algunos ejemplos de variabilidad en el empleo de los artículos indefinidos producidos por los mismos informantes:

- (1) “suco de laranža... dese suco que teim...
uns carrinhos que parece *uns* laranžinhas...”
 (A12-L.18-19)
 “y bueno... salgo... voy a casa de *unos* amigos vou
 na casa dus amigos žogo bola”(A12-L.89)
- (2) “bueno... *una* que non había tanta frecuencia
 de de canal uruguaio não?”(B6-L.43-44)
 “a cultura brasileira é *uma* y a cultura uruguaia é
 otra não teim nada que vé”(B6-L.51-52)

En lo que se refiere a los factores externos, podemos decir que el tipo de bilingüismo sustractivo² y diglósico que se instauró en la región y el estatus sociocultural del PU como variedad estigmatizada en la sociedad donde se lo habla, promueven la inestabilidad emocional y cognitiva de los hablantes como consecuencia de la falta de valorización del PU. La falta de una planificación lingüística adecuada durante tanto tiempo ha contribuido para que sus hablantes continúen mezclando ambos sistemas y prevalezca la regla de que pueden servirse de cualquier elemento lingüístico de los dos sistemas para comunicarse.

A continuación, trataremos sobre los factores externos que trajeron y continúan trayendo consecuencias negativas o positivas para el empleo de esta variedad en la región fronteriza.

² Uno de los factores que condiciona el tipo de bilingüismo hablado en la región fronteriza es el estatus sociocultural que posee el PU como variedad sin prestigio. Sus hablantes dicen sentir mucha ambigüedad, pues, al mismo tiempo que sienten orgullo de hablar en PU, pues son más fluyentes, se comunican mejor con los brasileños, la consideran más fácil, es la lengua del afecto, de la familia, amigos, por otro lado, sienten vergüenza cuando hablan con personas que solamente hablan en español. Es en ese sentido, por ser una variedad estigmatizada consideramos que en la región se desarrolla el bilingüismo de tipo sustractivo.

En el año 2009³, investigamos acerca de la clasificación de la variedad hablada en la región fronteriza como un dialecto, y mediante el análisis de algunas definiciones de dialecto y lengua, intentamos demostrar que la noción que está detrás de estos conceptos es histórica, social y política (CARVALHO, 2003). El lingüista portugués Raposo (1984, p. 87), confirma de alguna manera lo que queríamos demostrar con la siguiente afirmación: “[...] não são as questões linguísticas, gramaticais as que decidem se um determinado sistema é língua ou simplesmente dialeto, mas sim as fronteiras políticas, os interesses culturais, a história comum”. De este modo, a partir de esta afirmación y del estudio de Carvalho (2003)⁴, sugerimos clasificar y denominar a la variedad portuguesa hablada en el norte del Uruguay como portugués uruguayo, pues creemos que con el uso de esta denominación estamos aludiendo al vínculo sócio-histórico que el PU comparte con el portugués brasileño, desde el siglo XVII. Recordemos, como lo vimos anteriormente, que antes de la delimitación de las fronteras, todo el norte del Uruguay hasta la mitad del país estaba poblado por brasileños, y que muchos de los uruguayos hablantes del PU son descendientes de brasileños que, por razones históricas, ya vivían en el territorio uruguayo. Sobre esta clasificación, en la actualidad, como veremos más adelante, algunos estudios y,

³ Gutiérrez (2009) en su tesis doctoral denominada *O sujeito pronominal no português uruguaio daregião fronteira Brasil – Uruguai*.

⁴ Carvalho (2003, p. 135) también trata de clasificar al portugués hablado en el norte del Uruguay y cuestiona el empleo de algunos términos que se utilizaron en estudios anteriores, tales como: “dialecto”, “pré-pidgin”, del portugués, “interlengua” y “semi-criollo”. La autora propone que la variedad hablada en la ciudad de Rivera sea vista en un continuo de difusión dialectal. En donde en cada extremo de ese continuo estarían dos variantes de un lado del extremo estaría el portugués uruguayo rural y del otro el portugués estándar.

sobre todo, la legislación uruguaya ya se refiere al portuñol como el portugués uruguayo o el portugués del Uruguay.

Factores externos como la situación político-social del PU, el estatus que posee como variedad estigmatizada en la sociedad donde se lo habla (GUTIÉRREZ, 2002) y las actitudes lingüísticas presentes en el comportamiento de sus hablantes, pueden ser interpretados como consecuencia de las acciones de política lingüística en el Uruguay. A continuación, haremos un breve recorrido por las acciones políticas públicas en el Uruguay, a través del cual, podremos elucidar mejor los conflictos lingüísticos que surgieron como consecuencia de estas intervenciones políticas-educativas en diferentes períodos.

Como ya lo mencionamos anteriormente, a finales del siglo XIX, surge el primer documento en el que se implementa una política lingüística en el país: la Ley de Educación Común de 1877, proyectada por el reformador de la escuela uruguaya, José Pedro Varela, para fortalecer el idioma nacional ante la amenaza del portugués, que era hablado exclusivamente en la región fronteriza. Sobre cómo era la situación lingüística en esta época, citamos el informe realizado por Varela:

La República Oriental tiene una grande amenaza y un gran peligro para el porvenir, en lo difundido que se hablaba *el idioma brasilero*, en los Departamentos que son limítrofes del Imperio; [...] son brasileros nacidos en la República; y tan es así, que, si preguntáis a la gran mayoría de los hijos de brasileros que viven en los Departamentos del Norte, cual es su nacionalidad, contestan que “son brasileros” y no ocultan, sin embargo, que han nacido en tal o cual punto de la República. [...]. (VARELA, J. P., 1877, apud BARRIOS PINTOS, 1990, p.113, subrayado nuestro).

Para erradicar este problema, las autoridades decretan la obligatoriedad de la enseñanza del idioma nacional y la asistencia obligatoria a la escuela, determinando severas sanciones penales a los que no la cumplieran. De este modo, como ya hemos dicho anteriormente, se lanza por medio de una política educativa una acción de política lingüística que propone una educación monolingüe, favoreciendo el uso y la expansión del español en detrimento del portugués, puesto que este último pasó a ser prohibido en las escuelas. Con relación a las consecuencias de esta Ley de Educación, Barrios (2015, p. 529, subrayado nuestro) nos dice:

La medida tuvo un impacto inmediato en las minorías lingüísticas. Los inmigrantes se asimilaron paulatinamente al español; las comunidades fronterizas lo incorporaron como lengua de la educación, pero *mantuvieron el portugués como lengua de uso doméstico, estigmatizada por su condición de mezcla con el español*. La población de frontera fue alfabetizada en español, sin tener en cuenta que la lengua materna de los estratos sociales más bajos seguía siendo el portugués; los altos índices de fracaso escolar en la región llamaban la atención de los educadores, pero aun así se siguió adelante con la enseñanza monolingüe.

Como vemos, es a partir de este momento que se instaura la disputa entre ambos idiomas: el E se vuelve lengua de prestigio y el P, a causa de la represión y ausencia de una sistematización formal, como debería de ser, comienza a mezclarse con el E y a ser estigmatizado.

Durante los años treinta y cuarenta, la situación fronteriza fue dejada de lado por un tiempo y recién en los años sesenta sobreviene nuevamente la preocupación con la situación del por-

tugués en las fronteras y gracias a los trabajos del lingüista uruguayo José Pedro Rona (1959, 1963, 1965) surge el programa de educación bilingüe, a cargo de la Profa. Eloísa García Etcheگویen (1967). Sin embargo, lamentablemente, el proyecto no siguió adelante porque el Parlamento Nacional seguía con la alegación de que “[...] el portugués es una lengua que avanza sobre nuestro territorio limitando nuestra soberanía.” (BEHARES, 1985, p. 19, apud BARRIOS et al., 2014).

En la época de la dictadura uruguaya, entre los años 70 y 80, conforme Barrios (2015, p. 535), hubo “[...] un ámbito privilegiado de propaganda nacionalista, con particular atención a los aspectos lingüísticos”. De este modo, se tomaron medidas aún más represivas en contra del portugués, mediante tres campañas idiomáticas puristas: 1) lucha contra el portugués; 2) defensa del “buen uso del idioma”; y 3) “campaña de alfabetización” (BARRIOS; PUGLIESE, 2005; BARRIOS; ASECIO, 2003, apud BARRIOS et al., 2014). Como vemos, este período fue el más prescriptivo con relación al combate y erradicación del PU.

Paralelamente, en ese período lingüistas⁵ realizaban sus investigaciones sobre el portugués de la región fronteriza. Según Barrios (2015, p. 580), estos estudios hacían referencia a la política lingüística de esta época. Presentamos a continuación, conforme Barrios (2015, p. 580, subrayados nuestros), la postura de dichos estudios con relación a la política lingüística de esa época:

Los trabajos del período discuten ampliamente las consecuencias de una “*equivocada política educativa*” (Elizaincín 1973: 7). [...] Según Elizaincín, la *discriminación* se evidenciaba en la *prohibición de usar el dialecto en la escuela*, en las mayores posibi-

⁵ Barrios (2015, p. 580) cita los trabajos de los lingüistas Rona (1959, 1963 y 1965), Hensley (1972, 1982 y 1984), Elizaincín y Behares (1981), y Barrios (1983).

lidades de acceso laboral para personas que manejaban español (y, en lo posible, sin interferencias), en las actitudes negativas hacia el dialecto y en la inseguridad lingüística: “Se trata, entonces, de una *represión dialectal*¹² que necesariamente sumerge al hablante en un sentimiento de culpa” (Elizaincín 1980: 197). Señala que esta actitud era aún más preocupante porque ser compartida y transmitida a sus alumnos por los docentes de la región, que suponían que si un alumno era uruguayo debería hablar español; dejaban de lado el hecho de que la realidad era mucho más compleja y que este desconocimiento tenía consecuencias nefastas para el aprendizaje, con alumnos que no se atrevían a hablar portugués por temor a ser sancionados.

Por medio de las citas de los trabajos de Elizaincín en el fragmento presentado antes, vemos claramente que las autoridades educativas de esa época no tenían para nada en cuenta el trabajo que venían realizando los lingüistas y la planificación lingüística seguía a cargo de las autoridades educativas, las cuales, conforme Barrios (2015, p. 552) elaboraban sus “propios informes” sin tener en cuenta las investigaciones que se realizaban a nivel universitario.

Con el fin del gobierno de facto, en el año 1985, el escenario comienza a cambiar.

Es así que, en los años 90, con el surgimiento de un nuevo programa denominado PROPELER (Programa Pedagógico Experimental en Lectura y Escritura de Rivera), a cargo de profesores de la Universidad de la República (UDELAR) y del Consejo de Enseñanza Primaria, un programa que aportó un cambio en las actitudes de docentes respecto de la situación lingüística fronteriza y su abordaje en las aulas (BEHARES, 2003, apud BARRIOS et al., 2014).

Años más tarde, ya a comienzos de este siglo, se implementan dos programas de educación bilingüe en algunas escuelas fronterizas: el Programa de Inmersión Dual español-portugués (2003) y el Programa de Enseñanza del Portugués por Contenidos Curriculares (2006). Estos programas tuvieron los siguientes objetivos: “[...] formar individuos bilingües y bidialectales, respetar y valorizar las variedades lingüísticas fronterizas, desarrollar la oralidad y la escritura en español y portugués estándar” (BROVETTO, 2010, p. 33).

En 2008, con El Programa de Educación Inicial y Primaria, se implanta oficialmente en el currículo escolar la enseñanza obligatoria del inglés y el portugués (ANEP, 2008). Con relación al PU, el documento reconoce la lengua portuguesa como “lengua materna o segunda lengua para los escolares de las localidades fronterizas...”. (CEP, 2008, p. 60, apud BROVETTO, 2010, p. 38). En el mismo documento se relatan las motivaciones para introducir la enseñanza del trabajo con portugués:

[...] la motivación para introducir la enseñanza del portugués (lengua materna para algunos niños y segunda lengua para otros) en el contexto fronterizo, deriva en primera *instancia de la necesidad de reconocer y respetar la identidad lingüística de la población escolar de esa zona*, pero también – y no menos importante – de la localización geográfica de nuestro país, que plantea la necesidad de comunicación a nivel regional. (CEP, 2008, p. 59, apud BROVETTO, 2010, p. 38, subrayado nuestro).

En este mismo año, 2008, surge un documento muy importante para la política lingüística uruguaya y muy significativo para la problemática fronteriza; se trata de la nueva Ley de Educación N.º 18.437. Este es el primer documento que trata explícitamente

sobre la educación lingüística y, sobre todo, en él se reconoce el portugués del Uruguay como lengua materna de los uruguayos (BROVETTO, 2010, p. 37).

Veamos qué dice la ley al respecto:

La educación lingüística tendrá como propósito el desarrollo de las competencias comunicativas de las personas, el dominio de la lengua escrita, el respeto de las variedades lingüísticas, *la reflexión sobre la lengua, la consideración de las diferentes lenguas maternas existentes en el país (español del Uruguay, portugués del Uruguay, lengua de señas uruguaya)* y la formación plurilingüe a través de la enseñanza de segundas lenguas y lenguas extranjeras. (MEC, 2008: CAPÍTULO VII, ART. 40, INC. 5, *apud*, BROVETTO, 2010, p. 37, subrayado nuestro).

Al año siguiente, un gran acto de planificación lingüística sale a la luz. La Asociación Nacional de Educación Pública (ANEP) implanta la carrera de profesorado de portugués en el Instituto de Profesores Artigas, en Montevideo, y también en la ciudad de Rivera, en el Centro Regional de Profesores (CERP). Conforme Nossar (2014, p. 7), “[...] se trató de un logro importante [...] porque la demanda era permanente por parte de los jóvenes que buscaban formarse en esta especialidad”. Y también, según la misma autora, este acto significaba cumplir con lo que se había acordado en el MERCOSUR acerca de la enseñanza obligatoria de las lenguas de los países que integraban el tratado, tal como venía haciendo Brasil.

Con estas nuevas acciones de política y planificación lingüística, la política lingüística uruguaya ha avanzado en los últimos años en pro de una educación bilingüe en las fronteras uruguayas. Sin embargo, estamos de acuerdo con Barrios et al. (2014,

p. 16) cuando dicen que “[...] la enseñanza de esta lengua es un reconocimiento importante para la región de frontera, pero no elimina los conflictos identitarios que genera la coexistencia de variedades estándares y no estándares”.

Se puede afirmar que las nuevas acciones públicas en pro del PU en el Uruguay son un reflejo claro de los cambios que ha habido en el escenario internacional a favor de la diversidad cultural y lingüística. De este modo, Nossar (2014, p. 9) afirma que “[...] se pasó de un discurso de persecución de la diferencia a un discurso integracionista, de respeto a las minorías, a los derechos de las mismas, de reivindicación de la diversidad como patrimonio nacional”.

CONSIDERACIONES FINALES

Con este trabajo, nos propusimos a presentar algunas fotografías sociolingüísticas y glotopolíticas sobre la situación del portugués uruguayo hablado en la frontera Uruguay-Brasil (Rivera-Santana do Livramento), desde sus orígenes hasta la actualidad. Vimos que la política lingüística realizada en la región ha avanzado, sin embargo, todo parece ser muy reciente para que la sociedad incorpore los cambios de actitudes y representaciones que se tiene sobre el PU, pues parte de la población fronteriza no se sensibiliza con los nuevos actos políticos ocurridos en los últimos tiempos (GUTIÉRREZ, 2018). No obstante, los defensores del PU, un grupo de docentes de historia y literatura, maestros, antropólogos, escritores, músicos, artistas, actores, dramaturgos, lingüistas, oriundos de diversas ciudades fronterizas, y de Brasil, organizaron el movimiento denominado *Jodido bushinshe: Del hablar al ser*, en el año 2015, como una propuesta de declaración

del portuñol como patrimonio cultural inmaterial, para que este no se pierda con la amenaza de extinción, sobre todo con la implementación del portugués en las escuelas.

Lamentablemente, observamos que, por detrás de estas acciones políticas, hay otro gesto subyacente, que es el de suplantarlo al PU, el vernáculo de los fronterizos hablado hace más de 200 años, por la variedad estándar del portugués. El conflicto lingüístico continúa armado, los cambios han sido significativos en materia de política lingüística para el Uruguay y para la frontera, dado que, por primera vez, se reconoce en un documento oficial explícitamente que el Uruguay es plurilingüe y sobre todo se reconoce el estatus del portugués del Uruguay como una de las lenguas de los uruguayos.

No resta duda de que, para minimizar los conflictos lingüísticos en la región fronteriza, se debe pensar en una planificación lingüística plurilingüe que respete los derechos lingüísticos de sus hablantes y que termine con la estigmatización del PU en toda la comunidad. Para finalizar, creemos que los lingüistas investigadores y profesores, en su labor como agentes sociales, deben elucidar sobre la situación lingüística de los hablantes del PU, por medio de sus investigaciones y enseñanzas, para que los centros de poder no perpetúen, con sus políticas educativas, la violencia simbólica (BOURDIEU, 1997) a la que someten a los hablantes de las lenguas minoritarias en la comunidad lingüística.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOUX, E. N. & NOTHSTEIN, S. Glotopolítica, interacción regional sudamericana y panhispanismo. In: ARNOUX, E.N. & NOTHSTEIN, S. (eds.). *Temas de Glotopolítica. Integración regional sudamericana y panhispanismo*. Buenos Aires, p. 9- 29. Biblos, 2014.

ANEP, CODICEN. Documentos de la comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública. Montevideo, Monteverde, 2008.

BARRIOS, G. Política lingüística y dictadura militar en Uruguay (1973-1985): los informes institucionales sobre la situación lingüística fronteriza In: *Estudios de Lingüística del Español* 36, p. 527-557, 2015. Disponible en: <http://infoling.org/elies/36/elies36-20.pdf>. Fecha de consulta: 20 de julio de 2021.

BARRIOS, G. et al. NEILSELF: Núcleo de estudios interdisciplinarios sobre sociedad, educación y lenguaje en frontera. Proyecto para su constitución en el Centro Universitario de la Región Noreste de la Universidad de la República presentado al llamado a propuestas para PDU. Montevideo: Universidad de la República, 2014. Disponible en: <http://www.isef.edu.uy/files/2012/11/NEISELF-final-2.pdf>. Fecha de consulta: 7 abril 2021.

BARRIOS, G. Discursos hegemónicos y representaciones lingüísticas sobre lenguas en contacto y de contacto: español, portugués y portuñol fronterizos. In: D. Da Hora y R. Marques de Lucena (orgs.) *Política Lingüística na América Latina*. João Pessoa, Ideia/Editora Universitaria, 2008, p. 79-103.

BARRIOS PINTOS, A. Rivera, *Una Historia Diferente*. Tomo I. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1985.

BARRIOS PINTOS, A. Rivera, *Una Historia Diferente*. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 1990.

BEHARES, Luís. Planificación Lingüística y Educación en la Frontera Uruguay con Brasil. Montevideo: *Instituto Interamericano del Niño* (OEA), 1985.

BOURDIEU, P. *Sobre la televisión*. Barcelona, Anagrama, 1997.

BROVETTO, C. Educación bilingüe de frontera y políticas lingüísticas en Uruguay. *Proposições*, Campinas, v.21, n 3, (63), 2010, p. 25-43. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n3/v21n3a03.pdf>. Fecha de consulta: 4 julio 2021.

CAGGIANI, I. *Sant'Ana do Livramento, 150 Anos de História*. Volume 1. Santana do Livramento: ASPES, 1983.

CARVALHO, A.M. Rumo a uma definição do português uruguaio. In: *Revista internacional de lingüística iberoamericana*, v 2, p. 125-150, 2003.

COLECTIVO LINGUA MAE, RIVERO, A. DA COSTA, M. CARCARÁ (Orgs.). *Nu Ceu Num Tem Frontera. En algún lugar del Uruguay*, Ed. Independiente, 2015.

ELIZAINCÍN, A., BEHARES, L., BARRIOS, G. *Nos Falemo Brasileiro. Dialectos portugueses del Uruguay*. Montevideo: Amesur, 1987.

ELIZAINCÍN, A. & BEHARES, L. Variabilidad morfosintáctica de los dialectos portugueses del Uruguay. *Boletín de Filología XXXI.1*, p. 401-419, 1981.

ELIZAINCÍN, A. *Algunos aspectos de la sociolingüística del dialecto fronterizo*. Montevideo: Universidad de la República, 1973

FERGUNSON, C. H. Diglossia. In: *Word*, 15: 325-40, 1959.

FISHMAN, Joshua. *The Sociology of Language. An Interdisciplinary Science Approach to Language in: Society*. Rowly, Mass.: Newbury House, 1972.

GUTIÉRREZ, B. S. E. *Ações glotopolíticas e atitudes linguísticas dos falantes do português uruguaio (PU) da cidade de Rivera: análise de duas amostras orais (2000 e 2017)*. Relatório de Pós-doutorado. DLM/FFLCH-USP, 2018.

GUTIÉRREZ, B. S. E. *O sujeito pronominal no português uruguaio da região fronteira Brasil – Uruguai*. Tese de doutorado. DLM/FFLCH-USP, 2009.

GUTIÉRREZ, B. S. E. *O entreberado esa língua que inbentemo aquí: O contínuo lingüístico na região fronteira Brasil – Uruguai*. Dissertação de Mestrado. DLM/FFLCH-USP, 2002.

HENSEY, F. *The sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan border*. La Haya, Mouton, 1972.

NOSSAR, T. K. El impacto de las acciones de las políticas lingüísticas en la ciudad de Rivera: desencuentros institucionales. In: *Trabajo presentado en las XIII Jornadas de Investigación de la Facultad de*

Sociales, UDELAR. Montevideo, 15-17 de setiembre de 2014.

RAPOSO, E. Algumas observações sobre a noção de língua portuguesa. In: *Boletim de Filologia*, Lisboa, 29, p.585-592, 1984.

RONA, J. P. El dialecto “fronterizo” del norte del Uruguay. Montevideo, Adolfo Linardi Editor, 1965.

RONA, J. P. La frontera lingüística entre el portugués y el español en el norte del Uruguay. In: *Suplemento da Revista Veritas*. Porto Alegre, Pontificia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 1963.

RONA, J. P. *El dialecto “fronterizo” del Norte del Uruguay*. Montevideo, Universidad de la República, 1959.

II

A (IN)VISIBILIDADE DAS LÍNGUAS NA REGIÃO DA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA: *o contexto de Porto Xavier (RS) e Cerro Largo (RS)*

ELIANA STURZA
ANGELISE FAGUNDES

A Fronteira do Brasil com Argentina, que abrange parte do que foi o imenso território contíguo das Missões Jesuíticas, sob o domínio do Império Espanhol, interligava-se através das Reduções espalhadas em diferentes pontos das regiões oeste do Brasil, nordeste argentino e sul do Paraguai. Hoje, essa região das antigas Missões apresenta-se separada pelos limites territoriais que definiram as fronteiras entre esses países.

Dois momentos históricos interessam-nos para discutir a questão das línguas na região de fronteira do Brasil que se limitam desde o oeste, passando pelo noroeste do Rio Grande do Sul, com o nordeste argentino. O primeiro, diz respeito ao que se pode projetar sobre a circulação das línguas no período colonial, em especial, no final século XVIII até meados do século XIX, quando se deu inicialmente a ocupação e povoamento dessa região sob a administração dos jesuítas e a construção dos chamados Sete Povos

das Missões, a qual conhecemos hoje como região missioneira, localizada dentro da zona de fronteira do Brasil com a Argentina. No período colonial, a administração das Reduções usava o espanhol como língua do rei, ensinava-se e usava-se o latim como a língua da fé e circulavam na região, sobremaneira, o guarani, língua indígena predominante e ancestral do e no território. O segundo momento, é o da ocupação e povoamento dessa longa e extensa zona de fronteira, que se deu mais intensivamente após a saída dos jesuítas e abandono das Reduções, com militares portugueses a serviço da Coroa portuguesa e, décadas mais tarde, com levas de imigrantes vindos da Europa: alemães, italianos, poloneses, russos, entre outras etnias.

Para fins de estudos sobre quais línguas circulam nessa fronteira, consideramos a zona de fronteira o espaço que vai de Garruchos (RS) e que se estende até a altura da divisa com Santa Catarina, toda ela margeada pelo Rio Uruguai. Esse processo de ocupação e povoamento se deu a partir do deslocamento de imigrantes europeus de outras regiões do Rio Grande do Sul e, na virada do século XX, com a chegada de novas levas de imigrantes europeus no país, após o final da primeira guerra mundial.

O novo quadro étnico da conformação das colônias traz para a região um conjunto de línguas: alemão, russo, polonês, italiano, ucraniano entre outras. Esses dois momentos, mais a condição de zona de fronteira com Argentina e a presença histórica de indígenas na região permite-nos afirmar que essa ainda é uma das zonas mais plurilíngues do Brasil. A questão que nos inquieta e nos desafia é compreender por que essa realidade plurilíngue é pouco visível tanto para estudos político-linguísticos como para os sistemas públicos de educação.

Do ponto vista dos estudos linguísticos, a fronteira em questão (Brasil-Argentina) tem escassos estudos que abordam a

questão das línguas bem como sobre quais línguas que circulam nessas duas regiões: oeste e noroeste do Rio Grande do Sul. Diferentemente, a situação linguística da fronteira Brasil-Uruguai é abordada por um considerável volume de pesquisas, enfocando, sobretudo, o contato linguístico português-espanhol e a presença histórica do português no norte uruguaio: Rona (1965); Elizaincín, Barrios e Behares (1987); Hensey (1972); Carvalho (2003); Sturza (2006), entre outros.

Em relação à fronteira Brasil-Argentina, os estudos concentram-se também sobre a presença do português ao longo do território fronteiriço na província de Misiones. As pesquisas descrevem ainda a presença das línguas de imigração como o alemão e o italiano, faladas pelos descendentes de imigrantes que se deslocaram do Brasil para outro lado do Rio Uruguai. Entre as pesquisas temos: Lipski (2017); Carissini da Maia e Méndez (2018); Cerno (2019); Daviña, Wintoniuk e Di Iorio (2020).

O conjunto de pesquisas sobre a circulação das línguas nas zonas de fronteira, tradicionalmente, coloca ênfase na língua portuguesa e espanhola e seus contatos – como é o caso do Portunhol – e no aspecto transnacional da língua portuguesa. Identifica-se que há pouco enfoque nas outras línguas presentes nessas fronteiras. Sabe-se do contingente de imigrantes europeus que se instalaram nas zonas de fronteira a partir da metade do Século XIX. Soma-se a isso o trânsito entre as cidades da fronteira que possibilitou a entrada de outros imigrantes, como no caso de espanhóis e franceses em Uruguaiana no final do século XIX (STURZA; FERNANDES, 2009), além do registro da presença de uma significativa comunidade de árabes, que vivem em diversas cidades da fronteira e se dedicam principalmente ao comércio e aos negócios.

Os registros nos diários de viajantes do Século XIX, como os de Saint-Hilaire, em viagem realizada em 1821, e de Robert

Avé-Llalemant, realizada em 1858, assim como trabalhos de pesquisa a respeito da colonização nas terras das antigas Reduções Jesuíticas na região das Missões, mostram, sobretudo, como foi a ocupação portuguesa. Eles fazem também menção à chegada de alguns imigrantes europeus na região nas primeiras décadas do Século. Posteriormente, a colonização de imigrantes europeus, organizada pelo Império Português, em terras localizadas no noroeste do Rio Grande do Sul, levou ao povoamento e desenvolvimento socioeconômico da região. O português e o espanhol como línguas hegemônicas, enquanto línguas de uso exclusivo, passam, então, a dividir seu espaço de circulação com outras línguas. A ocupação, colonização e povoamento produziu efeitos na composição étnica e no perfil demográfico da região, o que levou à língua guarani ao lugar de uma língua minoritária, invertendo a condição a qual apresentava até meados do século XIX, sobretudo, na região missioneira.

No século XX, durante a era Vargas (1930-1945), as línguas de imigração sofreram repressão do Estado brasileiro, porque via-se que o uso dessas línguas e a existência das chamadas escolas étnicas eram uma ameaça ao projeto nacionalista de Vargas. O silenciamento das línguas de imigração decorre de uma concepção de nacionalismo associada à língua nacional, ou seja, à língua portuguesa sendo a única reconhecida pelo Estado. Uma língua nacional com forte representação social e política a ponto de produzir e aprofundar a constituição de um imaginário monolíngue. E um dos efeitos desse imaginário, além da negação das outras línguas existentes no país, é a desvalorização da oferta do ensino de outras línguas no sistema escolar.

No caso específico do que discutimos neste texto, considerando a zona de fronteira, a colonização dos imigrantes (alemães, italianos, poloneses entre outros) na região noroeste do Rio Gran-

de do Sul, que é um espaço geográfico contíguo ao que foi território das Missões, durante quase dois séculos de domínio espanhol, verifica-se a ausência de políticas de promoção e valorização das línguas em contato e em circulação. Neste sentido, destacamos como espaço privilegiado, o sistema escolar, que deveria ser o espaço primordial de difusão do patrimônio linguístico e cultural de uma região tão plurilíngue. O quadro síntese da pesquisa realizada para este trabalho, através de questionários junto às instituições dos Municípios de Cerro Largo e Porto Xavier (pertencentes ao antigo território das Missões), configura-se em uma breve amostra de tal situação.

A FRONTEIRA EM QUESTÃO

O Tratado de Madri de 1750 redefiniu as fronteiras do Império Espanhol com o Império Português. Do ponto de vista da extensão e ocupação territorial houve uma mudança significativa que impactou na região oeste do Rio Grande do Sul, onde se situam os municípios da abrangência das Missões e também os que foram sendo criados ao longo da zona de fronteira do Brasil com a Argentina. A entrega de Colônia de Sacramento aos espanhóis por parte da Coroa portuguesa e a saída dos espanhóis do vasto território das Missões, passando-o para domínio dos portugueses, em terras onde atualmente se localizam os municípios nascidos dos Sete Povos das Reduções Jesuíticas, foi um ato diplomático negociado entre as autoridades imperiais. No entanto, o que se sucedeu nos anos posteriores, na tomada de posse dos portugueses sobre essa região das Missões, caracterizou-se por conflitos bélicos, como a conhecida Guerra Guaranítica, a revolta dos Guaranis contra os portugueses e espanhóis, ocorrida de 1753 a 1756.

Esta resistência levou à destruição e devastação de tudo que havia sido construído pelos jesuítas na administração da grande nação jesuítica transnacional, englobando Argentina, Brasil e Paraguai.

O Império Português, para proteger os novos limites territoriais do Brasil com a Argentina, instalou guardas militares e entregou aos comandantes a administração das antigas Reduções e povoados. As linhas divisórias foram redefinidas tendo como marco limitante o Rio Uruguai. Porém, as populações que viviam nesta região, majoritariamente de indígenas, mestiços e alguns religiosos espanhóis, argentinos e paraguaios, seguiam vivendo e transitando na região, sofrendo retaliações, brutalidades e vigilância constantes. O fato de uma nação Guarani seguir vivendo sob jugo dos portugueses, em um primeiro momento não impediu o uso do guarani como língua comum na região, inclusive os portugueses precisaram aprender a se comunicar em guarani para conseguir administrar as vilas e povoados. Este predomínio da língua guarani, em contato com o espanhol e português, permite-nos afirmar que pelo menos três línguas circulavam na região e eram faladas por quem aí habitava. O fato do guarani ser língua majoritária na região relaciona-se à inexistência de uma noção de território vinculado a um Estado soberano, sobretudo, porque eles estavam dentro da lógica do sistema criado pelos jesuítas. Acrescenta-se a esta situação linguística, o domínio do latim por parte dos indígenas instruídos que frequentaram as escolas nas Reduções.

Os registros do Diário de Viagem ao Rio Grande do Sul, de Auguste de Saint-Hilaire, do ano de 1920 a 1921, exemplificam, em viagem realizada mais de meio século depois da Guerra Guaranítica, que nesta época havia um predomínio demográfico do guarani na região. No diário, o botânico descreve que os soldados são índios guaranis, os administradores e comandantes são portugueses e que existiam ali alguns refugiados da região de

Entre Rios, fugindo da perseguição dos espanhóis. O panorama apresentado por este viajante, que descreve a vida nestes acampamentos e vilas nas antigas Reduções sob comando dos portugueses, indica-nos que a língua portuguesa e espanhola são as línguas de predomínio político. A língua de predomínio demográfico é o guarani, pois é a língua de grande parte dos soldados, que eram indígenas (bilíngues guarani/português), e também a língua das mulheres, crianças e velhos indígenas, que formava a base da população na época. Ao longo do Diário de viagem, Saint-Hilaire (2002) faz anotações acerca do seu percurso pela Região das Missões, ilustrando-nos o uso das línguas em algumas passagens:

“Estava esta manhã eu na missa e, enquanto o padre a celebrava, as crianças entoaram alguns cânticos portugueses, com vozes muito agradáveis e afinadas. Os jesuítas como antigos legisladores, se serviam da música para suavizar os costumes guaranis e cativá-los...” (São Borja – p. 272);

“No mesmo povoado há, também um mestre-escola de origem guarani, e que ensina ler, escrever e contar a uma dúzia de crianças. Estive na sua casa quando dava aula; cada criança tinha à mão um pedaço de papelão, onde estavam escritos, pela mão do mestre, em letras muito bem feitas, alguns versículos da bíblia.” (São Nicolau, p. 301);

“Entre os índios que trabalham na chácara do administrador, encontrei um que fala muito bem o português, coisa rara naqueles que já mais foram soldados.” (São Lourenço p. 305);

“Após haver atravessado as plantações de mate, passei nos arredores da aldeia e vi, como em São Luís, várias chácaras em muito bom estado. Entrei em

uma delas e apenas encontrei mulheres que me receberam com ar alegre e franco. A mais velha me falou muito, mas, como só conhecia o guarani, foi-me impossível compreendê-la...” (São Lourenço, p. 308);

“Em São Luís e São Lourenço, não há sacerdote nem mestre-escola, mas aqui há um cura e um jovem índio guarani que ensina a ler às crianças.” (São Miguel, p. 310).

Posteriormente, nas últimas décadas do século XIX, iniciou-se o processo de colonização da região com imigrantes europeus, porém nesta época a região já estava mais habitada e dominada pelos portugueses, que foram ocupando as terras com a criação de gado, lavouras e o plantio e comercialização da erva-mate, explorando o trabalho de indígenas e africanos. De acordo com Zarth (2000), na segunda metade do século XIX, antes da chegada dos imigrantes europeus, o projeto de povoamento e ocupação da região se concentrou no objetivo de salvaguardar as fronteiras com a Argentina. Destaca que

(...) a política oficial consistia em criar núcleos estratégicos de povoamento ao longo da fronteira com a atual República Argentina, para garantir a propriedade nacional da terra. Em 1862, uma comissão formada por militares sugeriu “povoar o sertão”, criando várias colônias militares junto ao rio Uruguai. (ZARTH, 2000, p. 2).

Os antigos povoados das Reduções como São Luiz e Santo Ângelo deram origem a alguns municípios e outros foram surgindo na região noroeste a partir das colônias espalhadas pela região, ao longo da faixa de fronteira com Argentina. Nestas comunida-

des há a predominância de línguas como: Alemão (Cerro Largo, Santa Rosa, Panambi e Condor); Polonês (Guarani das Missões); Russo (Campinas das Missões); o italiano e o ucraniano, por exemplo. Há ainda colônias de portugueses, pomeranos e, quanto mais próximo da fronteira com Argentina, identifica-se também a presença de argentinos e árabes na região.

O quadro étnico e a manutenção das línguas, ainda que com graus diferentes de uso, sobretudo de domínio oral e praticadas em ambientes familiares, é acrescido da presença do espanhol nas relações sociais, comerciais e de negócios com os municípios argentinos. Esses municípios, como mencionamos acima, apresentam na sua composição étnica forte presença de migrantes brasileiros e de descendentes de alemães, russos, italianos, poloneses, que se deslocaram para o outro lado rio, e vivem hoje no território da província de Misiones (CERNO, 2019; DAVIÑA, 2020).

O conjunto de línguas que circulam na região mostra-nos um ambiente plurilíngue, que é reconhecido pelos falantes, nas suas memórias, nas suas expressões culturais, na sua gastronomia. Por outro lado, do ponto de vista das políticas públicas, em especial educativas, essas línguas são negadas como línguas das comunidades.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CIDADES DE CERRO LARGO E PORTO XAVIER (RS): ZONA MISSIONEIRA E A FRONTEIRA EM QUESTÃO

A história da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS) é pautada em muita diversidade étnica e cultural e poderíamos tratá-la revisitando os Tratados entre Portugal e Espanha que desenharam os contornos das nossas fronteiras. No entanto, como nosso objetivo é olhar com mais atenção para a diversidade linguística presente neste espaço geográfico, delinearemos breve-

mente alguns pontos que consideramos importantes neste recorte a que nos propomos a investigar, em especial no que se refere às cidades de Cerro Largo e Porto Xavier.

Os Trinta Povos Missioneiros, ou a chamada “República Guarani”, estendia-se, geograficamente, pelos atuais territórios do Paraguai, Argentina e Brasil, como já mencionado neste capítulo. Destes, sete estavam presentes na região noroeste do RS e doze em Misiones, província Argentina. Cerro Largo e Porto Xavier constroem suas histórias neste território encharcado pelas línguas e culturas indígenas, portuguesas e espanholas – acrescidas com a chegada dos imigrantes europeus.

De acordo com o documentado no Plano Municipal de Educação (2015-2025), a história de Porto Xavier “remonta a fase inicial das Missões Jesuíticas, com a fundação dos Sete Povos das Missões, fundadas pelo Padre Roque Gonzales na primeira metade do século XVII” (PMPX, 2015, p. 4). Está, de acordo com sua posição geográfica, fortemente ligada à Redução de San Javier, Argentina. Além disso, considerando a sua povoação, este histórico apresentado pela prefeitura destaca que só a partir da metade do século XIX, com a fixação do Estado nas fronteiras e com a vinda dos primeiros imigrantes, foi criada a Vila de São Francisco Xavier, 4º Distrito de São Luiz Gonzaga, a partir da “Lei Provincial N° 1238, de 03 de junho de 1880”. Segundo o documento da prefeitura, frente a isso, “os imigrantes de origem européia começaram a chegar em maior número e a povoação foi aumentada, com a colonização do território.” (PMPX, 2015, p. 5).

É significativo destacar que oriunda da redução de São Luiz, surge a vila (1880) e, posteriormente, a cidade de São Luiz Gonzaga, em 1902. Não só Porto Xavier, mas também Cerro Largo pertenceram à São Luiz, como distritos, até meados dos anos cinquenta do século XX. Em 1955, depois de longo processo de

luta política iniciado na década de 40 e articulada, dentre outros, por Jacob Reinaldo Hauptenthal, Cerro Largo emancipa-se (STEFFENS; HENZ; SPIES, 1987; FRANQUI, 2002, p. 37). Nesta separação de São Luiz, o novo município está “composto pelos territórios de Cerro Largo, Roque Gonzales, São Paulo das Missões e Porto Xavier”. Porto Xavier, por sua vez, permanece como distrito de Cerro Largo até 1966, quando também se emancipa.

No tocante à fundação da cidade de Cerro Largo, é importante destacar que antes da chegada dos imigrantes alemães, conduzidos à região em 1902 pelo Padre Maximiliano Van Lassberg, os imigrantes italianos já estavam nestas terras. Desde 1880, os imigrantes italianos já vinham colonizando a Esquina Sandri Moscon, “transformando-se na segunda maior etnia de Cerro Largo” (FRANQUI, 2002, p. 14). Além disso, é significativo pontuar que os primeiros alemães chegados eram católicos e que, posteriormente, em 1908, chegaram imigrantes alemães luteranos, oriundos de São Sebastião do Caí, Feliz e Pelotas (FRANQUI, 2002, p. 13). Esses luteranos, em sua maioria, destinaram-se para a Linha Dona Otília (hoje, pertencente a Roque Gonzales). Essa diversidade dentro da própria colonização alemã, em Cerro Largo, permitiu o encontro e a convivência de variedades da língua alemã.

Com o desenvolvimento de Cerro Largo, ampliou-se a diversidade cultural e linguística no município. Não só descendentes de alemães, italianos, mas também outras etnias que aportaram mais línguas as que já circulavam na região. Em recente depoimento, Luis Henrique Franqui, editor responsável pelo Jornal Folha de Produção e pela Folha Vip - Cerro Largo: 100 anos, revista comemorativa aos 100 anos da chegada dos primeiros imigrantes nas terras que viriam a ser Cerro Largo, reiterou sua pesquisa publicada em 2002, comentando que, na formação do município de Cerro Largo, há predominantemente a presença de imigran-

tes alemães, mas há também outras etnias, como os italianos. Os descendentes desses italianos, inclusive, organizaram-se na Associação Cerro-larguense da Etnia Italiana. Para Franqui, há, ainda, a presença de famílias de imigrantes advindos dos países árabes, como Jordânia e Líbia, como é o caso da família Abdel, que reside em Cerro Largo. Em relação a presença de argentinos e paraguaios na cidade, Franqui relata que ela é pouca. A grande parte se concentra mesmo na fronteira, inclusive sendo “*dobble chapa*”¹. O pesquisador Guido Casildo Henz em seu depoimento acrescentou, a respeito da pluralidade da região, que ainda há a presença de um núcleo de portugueses, que vivem na Linha Harmoniosa (entre Cerro Largo e Guarani das Missões).

Além destas etnias que constituem a cidade de Cerro Largo, a região tem recebido, atualmente, haitianos, senegaleses, venezuelanos, peruanos e beninenses. Essas, fruto de novos movimentos migratórios na condição de refugiados e imigrantes, e da presença da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Porto Xavier, por sua vez, também recebeu no processo de formação do município, em especial a partir do final do século XIX, alemães e italianos. Além disso, em dados fornecidos pela Secretaria de Educação em resposta ao formulário de pesquisa vinculado ao projeto “Formação de professores de línguas *desde las fronteras*: inventário e reflexões sobre a pluralidade linguística na/da região de abrangência da UFFS, *campus* Cerro Largo”, encontramos a informação de que hoje, além da presença destas etnias e suas línguas, identifica-se a presença da língua árabe e do espanhol, em razão da fronteira com Argentina.

Embora registrem-se a existência e a circulação de outras

¹ Chamam-se *dobble chapa* aqueles que têm documentação de identidade nos dois países, no caso Brasil e Argentina. Geralmente são filhos de pais que são oriundos de um ou outro país. Esta expressão nasce das duas placas que foram usadas pelos carros na fronteira Brasil-Uruguaí.

línguas da/na região das Missões, os estudos concentram-se mais em pesquisas pontuais sobre as línguas de imigração, ou seja, de forma isolada, em seus núcleos, e do espanhol na região de fronteira. Um contexto tão plurilíngue demanda um diagnóstico amplo sobre as línguas faladas na região. A pesquisa no âmbito dos estudos linguísticos no Brasil sobre as línguas de contato, como o portunhol, nesta fronteira específica que contempla as missões brasileiras e argentinas ainda é esparsa e escassa para dar conta, por exemplo, de mapear o plurilinguismo da região.

O IMAGINÁRIO MONOLÍNGUE E A REALIDADE PLURILÍNGUE

Uma das características da ocupação portuguesa na região, logo após o final das batalhas pela definição dos limites territoriais, respondia ao projeto de ocupação das terras na zona de fronteira por parte da coroa portuguesa. Deu-se, então, o estabelecimento de agrupamentos militares e postos de guarda para a defesa da soberania do território brasileiro. Esses comandantes e administradores militares, com seus regimentos, como já mencionamos, foram responsáveis pelo surgimento de vilas e novos municípios dentro da faixa de fronteira. Deste modo, contribuíram com a posse definitiva do império português sobre as terras dessa região, estabelecendo definitivamente o vínculo de pertencimento da população com o Estado português.

A retirada dos jesuítas do Brasil, como consequência das disputas entre Espanha e Portugal e a expulsão definitiva da Companhia de Jesus cumpriam com o que determinava o Diretório dos Índios (1757) do Marquês de Pombal, o qual obrigava o uso da língua portuguesa como a única língua de instrução escolar. Ainda que revogado em 1798, o decreto produziu um efeito de-

sastroso sobre as línguas gerais, tirando-lhes o *status* de línguas da alfabetização dos indígenas.

O resultado desta intervenção político-linguística foi instituir, paulatinamente, o apagamento das outras línguas da nação. Deste modo, o português começa a constituir-se como língua nacional, no que Mariani (2004) chama de “Colonização Linguística”. E dá-se, também, a partir deste acontecimento político-linguístico, o início da construção de um imaginário do Brasil como país monolíngue.

O segundo momento histórico de intervenção político-linguística no Brasil ocorreu durante a ditadura Vargas, coincidindo com o período da segunda guerra mundial. O projeto de nacionalização da Era Vargas (1930-1945) via os imigrantes como potenciais inimigos da pátria, associando o fato de usar outras línguas, inclusive para instrução escolar, como sinônimo de ser estrangeiro, por esta razão, considerava-se um risco a manutenção das escolas étnicas, localizadas nas colônias. O decreto obrigava a alfabetização apenas em língua portuguesa e, por consequência, impôs-se o silenciamento das várias línguas faladas pelos imigrantes e seus descendentes, em especial, no uso público das suas línguas. Essa foi uma forma, como destaca Sturza e Fiepke (2017, p. 2), do Estado “intervir na prática linguística das pessoas por meio de políticas, decretos e leis, regulamentando o uso das línguas”.

As línguas de imigração, ainda sobre a vigilância e repressão do Estado, sobreviveram pelo uso no ambiente familiar e comunitário, não mais com o mesmo grau de circulação, mas com forte vínculo com a cultura e o reconhecimento de uma identidade que a língua lhes dava enquanto falantes de alemão, italiano, polonês etc. Os efeitos dessa política nacionalista, que levou ao silenciamento das línguas dos imigrantes e seus descendentes, criou também um “estigma” nos colonos que sofriam

a repressão linguística no ambiente escolar, aprofundando sua percepção sobre a condição de “colono”. Muitos pais proibiram seus filhos de falar suas línguas visando ajudá-los a cultivar um sentimento de ser e reconhecer-se brasileiros, pelo uso unicamente da língua portuguesa.

Faraco (2018, p. 10), mostra-nos, ao historicizar o modo como a língua portuguesa foi se expandindo no Brasil, que houve uma insistência “no imaginário de país monolíngue”, virando as costas para a “realidade multilíngue da sociedade brasileira”. Com isso, destaca o autor que

ao lado da indiscutível hegemonia da língua portuguesa, não se pode deixar de fazer referência às quase duas centenas de línguas indígenas (pequena parcela que restou do genocídio e glotocídio do processo colonizador – a maior parte a caminho da extinção); às aproximadamente três dezenas de línguas de herança (desde as mais antigas, trazidas por imigrantes germânicos, eslavos, italianos, árabes e japoneses, até as mais recentes, trazidas por imigrantes coreanos, chineses, sul-americanos ou haitianos); aos resquícios de línguas africanas nas cerimônias ritualísticas das religiões afro-brasileiras; à língua brasileira de sinais (LIBRAS); e à rede de relações interlinguísticas, um quase bilinguismo, que se desenvolve nas fronteiras principalmente com o espanhol, mas também com outras línguas como o guarani, o francês e a língua crioula da Guiana Francesa, o inglês e a língua crioula da República da Guiana. (FARACO, 2018, p. 32-33).

Do mesmo modo que no Estado Novo de Vargas, a LDB de 1961, criada em plena ditadura militar, igualmente invisibiliza as línguas constituintes dos povos do Brasil, insistindo-se no português como a única língua nacional. As línguas do Brasil são um

patrimônio linguístico e cultural que fundamentam nossa pluralidade e diversidade.

A perspectiva de se romper com o imaginário monolíngue vem tomando espaço com iniciativas e ações que colocam na agenda a diversidade linguística, que passa a ser valorizada não só como patrimônio, mas também como direito. Exemplo disso é a política de cooficialização de línguas em vários municípios do Brasil. A primeira delas, é significativo mencionar, se deu no ano de 2002, com as línguas Baniwa, Nheengatu e Tukano, usadas no município de São Gabriel da Cachoeira, na Fronteira Brasil-Venezuela, região reconhecida como uma das mais plurilíngues do Brasil.

Atualmente, de acordo com dados atualizados do quadro dos municípios com cooficialização de línguas, disponível na página do IPOL² (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas), cerca de 45 municípios que, através de leis e decretos municipais, totalizam 21 línguas cooficializadas, entre línguas indígenas e línguas de imigração. No Rio Grande do Sul, os municípios com cooficialização de línguas de imigração estão localizados na região da Serra. Não há nenhum município na região noroeste do estado, embora haja a presença e o uso de línguas por parte de descendentes de imigrantes, inclusive em municípios que se reconhecem pelo número de imigrantes de determinada etnia, caso de Campina das Missões com o russo e Guarani das Missões com o polonês.

No município de Cerro Largo, onde a língua alemã circula extensamente em razão de ainda ser falada pelos descendentes de imigrantes alemães – apesar dos movimentos de silenciamento e resistência – ela ainda não é uma língua cooficializada, porém

² IPOL, disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/> Acesso em 29 de agosto de 2021.

desde 2002, através do Decreto Municipal N° 1364/2002 passou a fazer parte do currículo escolar.

Frente ao cenário que ainda temos da invisibilização da diversidade cultural e linguística da região das Missões, é notória a ausência de políticas públicas de valorização do patrimônio linguístico e cultural do Rio Grande do Sul, e o exemplo mais evidente é que nas línguas da escolarização, além da língua oficial, a oferta resume-se ao inglês. E o espanhol, que era nossa porta de entrada para uma oferta mais plurilíngue sofre a inconstância da sua regulamentação: ora se tem uma lei federal, ora se revoga a lei, ora tem-se de buscar garanti-lo por meio de Emendas Constitucionais Estaduais (EC), como no caso do Rio Grande do Sul.

A instabilidade da presença do espanhol na matriz curricular das escolas é resultado de uma conjuntura política nacionalista, menos globalizada, tal como nos períodos das ditaduras no Brasil, no qual o discurso corrente explicita uma recusa: o não reconhecimento da diversidade e pluralidade. As fronteiras com países da América do Sul voltam a ser tratadas como espaço muito mais de controle da soberania que um espaço de integração. Entende-se, portanto, que tal conjuntura descola-se da realidade, e permanece invisibilizando as línguas em circulação e seus falantes.

A próxima seção pretende *echar vistazo* e colocar em evidência as línguas presentes na região e, em especial, no que se refere a Cerro Largo e Porto Xavier.

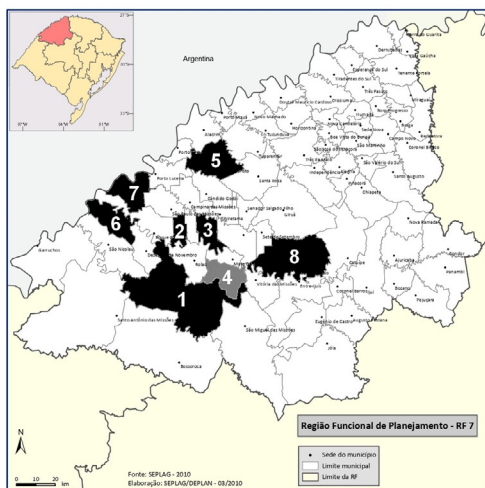
PRIMEIRAS ANOTAÇÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DAS LÍNGUAS NA REGIÃO DAS MISSÕES

Em um primeiro momento, ao olhar para esta larga fronteira entre Brasil e Argentina e, em especial, para a região noroeste e missioneira do RS, tentamos selecionar cidades que – dentro

do campo de abrangência da UFFS – comporiam este quadro multilíngue e, portanto, plural, que buscamos (re)construir. Nesse primeiro recorte, selecionamos as seguintes cidades que fazem parte da Associação dos Municípios da Região das Missões, que são: Bossoroca, Caibaté, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama, Vitória das Missões, Porto Xavier e Cerro Largo. Além dessas, incluímos no nosso campo de investigação em virtude da diversidade que também apresentam as cidades de Campina das Missões, Cândido Godói, Santo Cristo e Santa Rosa. Na próxima etapa de nossa pesquisa, somar-se-ão, ainda, as cidades de Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Doutor Mauricio Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tupandi e Tucunduva.

A partir dessa seleção inicial, então, entre julho e agosto de 2021, encaminhamos ofício e formulário inicial de pesquisa a estes municípios, através de suas Secretarias de Educação, com doze perguntas, informando nosso objetivo em detalhar, na forma de mapa, as línguas presentes na região. O formulário em questão buscava dados sobre as línguas de imigração presentes na história dos municípios, além de verificar as (possíveis) línguas em circulação nas cidades e as línguas presentes nos currículos das escolas. Afora isso, em relação às línguas presentes nos currículos, este formulário também buscava dados sobre a formação inicial dos professores ministrantes das disciplinas de línguas.

No final de agosto de 2021, no primeiro movimento de leitura dos dados coletados, eles já apontavam para a pluralidade que esperávamos retratar. Como demonstra o mapa abaixo, as cidades que colaboraram neste recorte espacial e temporal foram: Caibaté, Cerro Largo, Pirapó, Porto Xavier, Santo Cristo, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Pedro do Butiá.



Respostas obtidas em ordem:

- 1. São Luiz Gonzaga**
- 2. São Pedro do Butiá**
- 3. Cerro Largo**
- 4. Caibaté**
- 5. Santo Cristo**
- 6. Pirapó**
- 7. Porto Xavier**
- 8. Santo Ângelo**

Mapa 1. Fonte: SEPLAG (2020). Elaboração: SEPLAG/DEPLAN (03/2010). Adaptação: Marcus Vinicius Liessem Fontana

A partir deste mapa, buscamos detalhar, neste capítulo, alguns aspectos sobre a situação linguística das cidades de Cerro Largo e Porto Xavier, considerando que se pressupõe a presença de outras línguas além do português, ou seja, que essa é uma região plurilíngue. A leitura das respostas dadas ao formulário respeitará uma análise interpretativa, inspirada na hermenêutica reconstrutiva apresentada por Trevisan e Deveschi (2011) e por Fontana (2015). Para este, a respeito deste tipo de análise, “cabe lembrar que um dos pontos da perspectiva hermenêutica é a con-

sulta à diversidade de posições, o respeito à polissemia” (FONTANA, 2015, p. 162). Além disso, o autor destaca que

o pesquisador precisa conhecer os diferentes pontos de vista das pessoas envolvidas sem perder de vista as bases contextuais em que são construídas essas opiniões. É um encontro de distintos olhares o que está na base da abordagem hermenêutica. (FONTANA, 2015, p. 162).

Para Fontana (2015), por conta disso, o pesquisador precisa fazer as pontes necessárias entre estas diferentes perspectivas. Diante disso, reiteramos que os dados em questão, conforme seguem, foram disponibilizados pelas Secretarias de Educação de cada uma dessas cidades, a partir de suas respostas às doze questões iniciais que propusemos, no entanto, também aporta nossa leitura as contribuições dos senhores Guido Henz e Luiz Franqui, bem como nossa caminhada pelas veredas teóricas e pelas contribuições destes estudiosos que orientam nossas reflexões.

Pergunta	Porto Xavier	Cerro Largo
1. Qual a diversidade linguística presente na história do seu município? (línguas dos povos originários/ indígenas, português, alemão, espanhol, polonês, italiano, russo, etc.)	Alemã e italiana	Português, alemão, polonês, italiano
2. Qual a diversidade linguística presente hoje em seu município? (línguas dos povos originários/ indígenas, português, alemão, espanhol, polonês, italiano, russo, francês, crioulo haitiano, etc.)	Alemã, espanhola, árabe e italiana	Português, alemão, espanhol, polonês, italiano, crioulo haitiano
3. Considerando a(s) língua(s) de imigração (alemão, polonês, italiano, russo, etc.), ainda há falantes dessa(s) língua(s) no município?	Sim	Sim
4. Considerando a(s) língua(s) de herança (alemão, polonês, italiano, russo, etc.), herança dos primeiros imigrantes, há falantes dessa(s) no município?	Sim	Sim
5. Qual/quais outra(s) língua(s) são faladas no município?	Alemã, espanhola, árabe e italiana	Inglês
6. O município regulamenta estas línguas em documentos oficiais?	Não	Sim
7. Esta(s) língua(s) está/estão no currículo das escolas municipais?	Sim	Sim
8. Há outra(s) língua(s) presente(s) no currículo das escolas? Qual(ais)?	Sim, língua inglesa	As línguas presentes no currículo das escolas são Inglês e Alemão
9. Se está/estão na escola, há quantos professores que ministram esta(s) língua(s) no município?	Quatro professoras	São 5 professoras
10. Este(s) professor(es) tem/têm formação na área de línguas?	Sim	Sim
11. Em que etapas do ensino fundamental esta(s) língua(s) é/são ofertada(s)?	Anos finais - 6º a 9º ano	Anos iniciais - 1º a 5º ano Anos finais - 6º a 9º ano
12. No caso desta(s) língua(s) ainda não ser(em) ofertada(s) nas escolas municipais, há interesse do município em implementar seu ensino?	Talvez	Sim

Quadro 1. Respostas ao formulário inicial de pesquisa. Fonte: as autoras.

Ao olhar para os dados desse levantamento inicial, o primeiro elemento que chamou atenção (questão 1), sobretudo considerando a vasta história da formação da região das missões, foi o apagamento dos povos originários presentes tanto nas bases de Cerro Largo quanto nas de Porto Xavier, ambos espaços ocupados pelas Reduções Jesuíticas e território ancestral e originário dos guaranis. Tanto Cerro Largo quanto Porto Xavier apontaram em suas respostas a presença dos imigrantes, que, só no final do século XIX e início do século XX, foram os responsáveis por edificar a história dessas localidades.

No tocante ao reconhecimento da diversidade presentes nos municípios hoje (questão 2), nos parece que é um dado bastante difícil de delimitar. Isso porque além de não termos um interesse do Estado brasileiro em mapear a sua diversidade – que podemos comprovar pela inexistência de um item relativo às outras línguas brasileiras, além das indígenas, no Censo realizado pelo IBGE – há a recorrente mobilidade das pessoas. Ainda assim, as respostas dadas nos formulários apontam que em ambas as cidades se reconhece a existência de uma diversidade étnica e linguística e que ela é bastante pujante.

Já a respeito das políticas educacionais (questões 6, 7, 8, 11 a 12), para além da oferta obrigatória do inglês a partir da Lei 13.415/2017, nos interessava saber se a diversidade presente na região estava também no espaço da escola, em especial, se a escola reconhecia a importância das línguas de imigração e da língua espanhola, em virtude da fronteira e da Emenda Constitucional (EC) 74/2018.

Neste sentido, Porto Xavier, ainda que localizada na beira do Rio Uruguai, lado a lado com San Javier, Argentina, não regula-menta a língua espanhola em seu currículo, por exemplo. Ainda que faça parte da grade curricular dos Anos Finais (6º a 9º ano),

o espanhol só é oferecido porque o município segue, conforme a ATA n° 01/2019³, o currículo estabelecido pela Secretaria de Educação do Estado, através da Portaria 289/2019, citada na referida ATA da Secretaria de Educação. Cerro Largo, por sua vez, ainda que dentro da zona de fronteira, regulamenta o alemão em sua grade, de acordo com o Decreto Municipal N° 1364/2002. A escolha pela língua alemã evidentemente se dá pela forte presença da língua e da cultura no município e, diferentemente de Porto Xavier com relação às outras línguas, o alemão em Cerro Largo faz parte do currículo das escolas desde os anos iniciais (1° ao 5° ano) até os Anos finais (6° ao 9° ano) do Ensino Fundamental.

Parece-nos sobremaneira interessante observar, ainda, que Cerro Largo, uma vez que já apresenta em seus sistema educacional abertura para às línguas, interessa-se por ampliar essa oferta (questão 12). Já Porto Xavier, ao que parece, determinará a abertura (ou não) para a diversidade seguindo as regulamentações que o Estado definir.

Em síntese, ao olharmos para este quadro é possível considerar que: 1) Há percepção de que se falam mais línguas que o português; 2) Circulam de duas a três línguas além do Português; 3) A língua alemã, sobretudo, tem *status* de língua materna e certamente constitui-se em um patrimônio linguístico e cultural na/da região; 4) Existem iniciativas de escolarização dessas línguas, inclusive, de modo formalizado e institucionalizado como demonstra o caso do alemão no município de Cerro Largo; 5) o espanhol aparece como língua em circulação, mas não goza de *status* político ou cultural ou patrimonial como o alemão, para gozar, por exemplo, de um lugar destacado no currículo escolar; 6) O município de Porto Xavier, embora situado no limite terri-

³ Dados obtidos com o professor Mauricio Bratz, professor em Porto Xavier e mestrando do PPGL/UFSM.

torial, mostra-se pouco autônomo na proposição de políticas de inclusão de outras línguas além do português no sistema escolar.

Frente a isso, nos parece oportuno destacar que, afora valorizar as línguas que constituem a pluralidade e que circula(va)m pelas Missões do RS, nosso objetivo com essa pesquisa é, também, verificar quantas destas cidades veem a fronteira como uma porta possível de interação com as línguas, as culturas e as relações comerciais com Argentina e Paraguai, em especial. E, não há como negar, verificar quais desses municípios – inseridos em uma região plural – atentam e se comprometem com essa pluralidade para além da relação identitária vinculada unicamente a sua memória de imigração. Qual município, afinal, está comprometido com uma política linguística que valorize o patrimônio linguístico e cultural da região?

DESDE ESTE LADO DA FRONTEIRA, UNA MIRADA AL ESPANHOL

Para compreender a presença da língua espanhola nesta região do RS, é importante considerar o levantado por Sturza (2005) a respeito das fronteiras e seus contatos linguísticos. Para a autora, nas fronteiras do extremo sul, limite com Argentina e Uruguai, o contato de línguas mais intenso e contínuo é o do português com o espanhol, embora haja na região a presença de outras etnias como árabes, italianos e alemães, em cidades limítrofes como Chuí, Uruguaiana, Aceguá, Livramento. (STURZA, 2005, p. 48).

Já na fronteira do Brasil com Argentina, ademais dos contatos entre o português e o espanhol, há, ainda, o contato desses idiomas com o que o “fluxo migratório trouxe” (STURZA, 2005, p. 48) para ambos os lados da “linha divisória”, com grande pre-

sença do idioma alemão, italiano, polonês. Além disso, há que se contar, nesta zona, com a língua de fronteira, o portunhol, que não é nativa, não é a do imigrante, não é a do Estado. É a que funciona como mais uma nas práticas lingüísticas de grande parte da população fronteiriça e que resulta do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola, da extensão ou do influxo de uma língua em território lingüístico da outra. (STURZA, 2005, p. 48).

A região, portanto, é atravessada por muitas fronteiras lingüísticas e o espanhol, língua do vizinho, constitui mais uma dessas. Para além da importância econômica dessa língua para o desenvolvimento da região das Missões, sobretudo no que se refere à comercialização de grãos, máquinas e implementos agrícolas; para além do comércio que tende a crescer com a vinda dos *freeshops* para a zona de fronteira; para além da ponte internacional que está prestes a sair do papel – há de se considerar as muitas identidades que se entrecruzam: o gaúcho-brasileiro, o missioneiro, o fronteiriço, o colono etc. Neste cenário, o ideal não seria restringir as identificações a uma ou outra dessas identidades, mas permitir a estes sujeitos ampliarem as suas possibilidades de estar no mundo e com o mundo – praticando suas línguas. A partir de um projeto político lingüístico para a região, então, permitir que as línguas de circulação nas Missões do RS ganhem *status* de patrimônio lingüístico e cultural. Todas elas, sem exceção. Por isso, nos parece que garantir, a partir da EC 74, a presença do espanhol nos currículos é importante para abrir definitivamente as portas da escola para a pluralidade existente no nosso estado. Na escola, é que as línguas garantem sua institucionalização e, portanto, um lugar de importância política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, o Brasil não reconhece a quantidade de línguas presentes no repertório dos seus falantes e com isso as suas línguas nacionais, a diversidade linguística presente no seu território é invisibilizada. Por outro lado, temos percebido movimentos significativos que buscam erigir essas línguas como parte do patrimônio cultural do país, a exemplo da cooficialização das línguas em diversos municípios e em diferentes regiões do país, o que lhes garante um *status* político dentro da comunidade ou região nas quais são faladas. Neste sentido, é interessante destacar o Decreto Presidencial nº 7.387, de 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências (INDL)⁴, sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A região das Missões do RS tem condições de, somando esforços ao IPHAN, não só fazer esse levantamento como também iniciar um processo de cooficialização das línguas que compõem a diversidade linguística na região: alemão (e suas variedades), italiano (talian), polonês, russo, além das línguas indígenas predominantes no território (Guarani e Kaingang). Para isso, seria fundamental que a região, primeiramente, reconhecesse o plurilinguismo como riqueza, como patrimônio. E, diante disso, tivesse um projeto político linguístico regional amplo e não excludente, que colocasse em destaque as suas línguas de circulação e que tivesse na escola o espaço necessário não só para conhecer e reconhecer essa diversidade linguística e cultural, mas, sobretudo, para fortalecê-la e preservá-la. A partir da leitura do quadro acima com as respostas ao formulário inicial de pesquisa, é possível perceber que já há uma percepção sobre a importância das

⁴ <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/139>

políticas linguísticas por parte de alguns setores, como as Secretarias de Educação, que identificam o funcionamento, a circulação e a configuração social e cultural das línguas dos/nos municípios dos quais fazem parte.

Por fim, nos parece significativo reiterar o papel da escola como lugar de importância política para valorização e promoção das línguas. Afinal, na escola, a partir da interação com o outro e com os saberes dos demais podemos colocar em prática nosso estar no mundo e com o mundo de forma mais plena e respeitosa. Ademais, a figura do professor como agente político linguístico é determinante para o reconhecimento dessa diversidade, de dentro da sala de aula para fora da escola, na vida da comunidade, da região. Neste sentido, é importante destacar a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996, em seu artigo 23º, alínea 3, que propõe que “o ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro”. Além disso, no artigo 28º, declara que:

Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros adquirirem um conhecimento profundo do seu patrimônio cultural (história e geografia, literatura e outras manifestações da própria cultura), assim como o melhor conhecimento possível de qualquer outra cultura que desejem conhecer. (UNESCO, 1996).

Frente a isso, cabe-nos seguir mapeando as situações linguísticas na extensa zona de fronteira com Argentina, onde estão os territórios das Missões e a região Noroeste do RS e que se mostra um espaço de grande diversidade linguística, porém invisível para as políticas linguísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVÉ-LLALEMANT, Robert. *Viagem pelo Sul do Brasil (1858)*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.387, de 9 de Dezembro de 2010 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%207387%20-%202010.pdf>. Acesso em 11 agosto 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 13.415*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em 11 agosto 2021.

CARISSINI DA MAIA, Ivone; MÉNDEZ, Silvina Cecília. Historia, entramados y cruces de la cultura fronteriza: efectos en los discursos. In: *La Rivada*. Enero-Julio de 2018, vol. 6, no. 10, 2018.

CARVALHO, Ana Maria. Rumo a uma definição do português uruguaio. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)*, 1(2), 125-149, 2003.

CERNO, Leonardo. Portugués, español, alemán y brasilero. Lenguas y variedades en contacto en el alto uruguay (misiones, argentina). *Avá. Revista de Antropología*, vol. 34, pp. 131-153, 2019.

DAVIÑA, Liliana Silvia, WINTONIUK, Marcela, DI IORIO, Alejandro. Políticas lingüísticas: categorías e intervenciones sobre las lenguas mayores de la región (español-guaraní-portugués). Apresentação Revista *LaRivada*. Enero-julio, V.8, n.14, p.8-14, 2020.

ELIZAINCÍN, A.; BARRIOS, G.; BEHARES, L. *Nos falemo brasileiro. Dialectos Portugueses en Uruguay*. Montevideo: Amesur, 1987.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *PEC 270/2018*. Acrescenta parágrafo ao art. 209 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. RS, 2018. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PEC&NroProposicao=270&AnoProposicao=2018>>. Acesso em 11 agosto 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO. Decreto municipal Nº 1364/2002, de outubro de 2002.

FARACO, Carlos Alberto Aspectos da História Socioeconômica e Linguística do Brasil In *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, p.23–52, 2018.

FONTANA, Marcus Vinicius Liessem. *Complexidade e reconhecimento*: as dinâmicas do afeto e do conflito na EaD. 2015. Tese (doutorado em educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

FRANQUI, Luiz Henrique (editor). *Folha Vip - Cerro Largo*: 100 anos. Ano II. Nº 3. Gráfica A Notícia, de 04 de outubro de 2002.

HENSEY, F. The Sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan Border. Den Haag, Mouton, 1972.

LIPSKI, John. Portuguese or Portuñol? Language contact in Misiones, Argentina. *Journal of Linguistic Geography* V. 4, 47–64. © Cambridge University Press, 2017.

MARIANI, Bethânia. *Colonização Linguística*. São Paulo: ed. Pontes, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER. Plano Municipal de Educação, Cultura e Desporto. 2015-2025. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/p/porto-xavier> Acesso em: 25/8/2021.

RONA, J. P. *El dialecto “fronterizo” del Norte del Uruguay*. Montevideo: Adolfo Linardi editor, 1965.

SAINT HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 4ª edição, Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002.

SEPLAG – Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. *Regiões Funcionais de Planejamento – RFs*. 5. ed. 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

STEFFENS, Roseli Regina; HENZ, Guido Casildo; SPIES, Arlindo Roque. *Cerro Largo*: descobrindo nosso município. Integração

Social. 3ª Série do 1º Grau. 32º ano de emancipação. Gráfica Santo Ângelo, 1987.

STURZA, Eliana R. & FERNANDES, Ivani C.S. A Fronteira como lugar de representação do Espanhol no Brasil. *Revista Signo & Señal*. Buenos Aires: Instituto de Lingüística / Facultad de Filosofía y Letras - UBA, nº 20 , p.207-2228, enero 2009.

STURZA, Eliana R. *Línguas de Fronteira e Política de línguas: uma história das Ideias Linguísticas*. Tese (Doutorado em Linguística), IEL/UNICAMP. Campinas, 2006.

STURZA, Eliana Rosa; FIEPKE, Rejane Beatriz. A política linguística da Era Vargas e seus efeitos na vida de descendentes de imigrantes alemães de Novo Machado-RS. *Revista Ribanceira*, nº 8, de 18/08/2017. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/120>. Acesso em 11 agosto 2021.

STURZA, Eliana. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. *cienc. Cult.* vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005. <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a21v57n2.pdf>. Acesso em 11 agosto 2021.

TREVISAN, Amarildo; DEVECHI, Cátia. Abordagens na formação de professores: uma reconstrução aproximativa do campo conceitual. *Revista Brasileira de Educação*. V. 16. Maio-agosto, 2011.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996, http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em 11 agosto 2021.

ZARTH, Paulo Afonso. “Povoar o Sertão”: uma estratégia para a fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. In: primeiras jornadas de historia regional comparada, 2000, Porto Alegre. primeiras jornadas de historia regional comparada. Porto Alegre, 2000. v. 1. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s2a9.pdf> Acesso em 24 de agosto de 2021.

III

OS LUGARES DAS LÍNGUAS NAS FRONTEIRAS:

*reflexões de uma professora-formadora sob
a ótica da política linguística¹*

ISIS RIBEIRO BERGER

Este texto é resultante de reflexões e de sistematização de pensamentos que me acompanham há alguns anos, como parte de meu exercício da docência e de formação de professores de línguas em uma região de fronteira nacional intensamente plurilíngue. Trata-se de uma escrita que deriva de leituras e pesquisas realizadas sob a ótica da Política Linguística, campo do saber interdisciplinar que investiga as formas de gestão das línguas, seus usos e seus efeitos na sociedade (RICENTO, 2006; CALVET, 2002, 2007; LAGARES, 2018). E, como efeito de experiências e de práticas em um ambiente sociolinguístico extremamente diverso, bem como de um contínuo de investigações nesse espaço, teço elaborações sobre os lugares das línguas em contextos de fronteira plurilíngue, lançando mão de uma perspectiva que incorpora saberes advindos de diferentes áreas, mais precisamente de contributos da Sociologia e da Geografia.

¹ Uma versão deste texto foi originalmente submetida para o número 25 (2022) do periódico *Travessias Interativas*.

O campo da Política e Planejamento Linguístico, enquanto área do saber acadêmico, data da década de 1950, como uma ramificação da Sociolinguística. Seu objetivo consistia, inicialmente, em analisar a situação das línguas no âmbito dos Estados, com o foco em possíveis intervenções sobre suas funções sociais e suas formas, visando à mudança sistemática das línguas (CALVET, 2002, 2007; RICENTO, 2006). A definição de planejamento linguístico, conforme as palavras de Cooper (1989, p. 45, tradução minha) explicitavam, em um primeiro momento, as orientações que estavam no cerne dos estudos realizados no campo: “[...] esforços deliberados para influenciar o comportamento linguístico de outros no que se refere à aquisição, à estrutura e às alocações funcionais de seus códigos linguísticos.”

As mudanças nas Ciências Sociais e as epistemologias do século XXI levaram a críticas aos modelos de análise e às abordagens iniciais das políticas linguísticas, desafiando a ideia de que somente agentes autorizados ou o Estado poderiam intervir na relação entre língua e sociedade, por meio de seus aparatos legais e aparelhos ideológicos. Assim, passaram a incorporar as análises e perspectivas de investigação outros elementos como as crenças, as práticas, a cultura linguística e as múltiplas forças que influenciam o comportamento linguístico na sociedade. Destaca-se, ainda, que diferentes sujeitos passam também a ser considerados como potenciais agentes de políticas linguísticas, uma vez que o tema das línguas e seus usos é de interesse da sociedade em geral (RICENTO, 2006; SHOHAMY, 2006; SPOLSKY, 2009).

À vista dessa breve explanação, podemos afirmar que a Política Linguística consiste em um campo que, diante da complexidade de temas e questões que abrange, envolvendo língua e sociedade, possui uma variedade de teorias e modelos de análise aplicados a diferentes contextos sociopolíticos e objetos de inves-

tigação. Portanto, não se caracteriza por ter um quadro conceitual fechado, mas que dialoga com um número de áreas do conhecimento a fim de compreender e analisar as diversas formas como as línguas e a diversidade de línguas são geridas na sociedade.

Seguindo o intento de expor reflexões sobre os desafios da formação docente em contextos em que línguas e fronteiras se (des)encontram, sob uma perspectiva interdisciplinar que tem como eixo estudos em políticas linguísticas, cabe-me abordar a questão dos limites internacionais em relação às línguas, aos seus usos e às políticas linguísticas.

A intensa circulação e mobilidade populacional que se verifica em regiões de fronteiras nacionais resultam na configuração de espaços de grande diversidade linguístico-cultural, ou seja, de ambientes em que os muitos sujeitos que neles residem e circulam cotidianamente possuem condições para desenvolverem repertórios linguísticos plurais (GARCÍA, 2009), derivados de suas vivências nesse espaço de trânsito de línguas e de culturas, que oportuniza situações de interação nos mais diversos domínios. A família, a comunidade, o espaço público urbano, as instituições de ensino-aprendizagem, os espaços de culto, dentre outros, consistem em domínios (SPOLSKY, 2009) que podem oferecer, em diferentes níveis e intensidade, contato com falantes de outras línguas em suas múltiplas variedades. A elas se agregam valores, referências culturais e atitudes que se somam aos repertórios e aos saberes de quem habita esse espaço.

Assim, é possível afirmar que as vivências, nesses ambientes, se dão diante de uma miríade de práticas linguísticas que atravessam e são atravessadas pelas fronteiras geopolíticas e que promovem múltiplos contornos à prática cotidiana, em que as pessoas podem vir a usar diferentes línguas não somente em variados contextos, mas também em diferentes momentos de suas vidas, com

pessoas diferentes, para propósitos dos mais diversos e em variadas realidades políticas e sociais (SHOHAMY, 2006).

Embora saibamos que as línguas e os repertórios linguísticos sejam dinâmicos, criativos, pessoais, sem limites ou fronteiras, constituídos de variedades múltiplas, e baseados no contato e no diálogo, ou seja, organismos vivos e dinâmicos resultantes de interações (SHOHAMY, 2006), compreendemos, também, que elas foram historicamente construídas como produtos de gestão e de políticas linguísticas. Deparamo-nos, nesse sentido, com enquadramentos político-linguísticos que estabelecem limites entre práticas linguísticas diversas e que fixam lugares para as línguas em diferentes esferas da vida social. Esses, muitas das vezes, colidem com os diferentes lugares que as línguas ocupam no cotidiano das interações, como resultado da fluidez pelas fronteiras. Conforme Ferraz (2010, p. 18), “[...] o lugar é geralmente tomado como um ponto/extensão do/no território que se destaca dos demais por nele se produzir e depositar determinado tipo de valorização (econômica, simbólica, memorialista, histórica).”

Partindo dessa concepção, o termo ‘lugar’, do qual lanço mão neste texto, se refere aos diferentes estatutos usados para designar e nomear o papel que uma ou mais línguas possuem em determinadas esferas ou domínios, e que derivam de políticas linguísticas e de gestão sistematizada das línguas, a que Calvet (2002, 2007) dá o nome de gestão *in vivo*. Derivam dessa gestão, por exemplo, os seguintes lugares: o de língua oficial, o de língua nacional, o de língua de instrução, o de língua estrangeira, dentre outros. Trata-se de distinções baseadas em diferentes funções sociais das línguas no âmbito dos Estados (LAGARES, 2018), como parte de sua política e planejamento linguísticos. Ou seja, esses lugares derivam de decisões e escolhas sobre as línguas e seus usos na so-

cidade, adotadas por meio de instrumentos legais ou por agentes que desempenham algum nível de autoridade, implementando ações para intervir e influenciar nas relações das pessoas com as línguas, bem como em seus valores sociais (SPOLSKY, 2009).

Nesse sentido, podemos afirmar que as políticas linguísticas são produtivas, uma vez que promovem efeitos sobre a relação das coletividades com as línguas e que, tal qual as fronteiras nacionais, essas decisões atravessam as realidades e produzem outras relações, outros saberes e representações em relação às práticas linguísticas cotidianas. Consoante Shohamy (2006), verificamos que a inserção e a demarcação política das línguas nesses lugares estabelecem fronteiras entre sujeitos e grupos nacionais e, assim, as línguas passam a definir, também, identidades coletivas.

Diante desses pressupostos e tendo como perspectiva o campo da formação de professores de línguas, em que me inscrevo como sujeito de gestão de línguas (SPOLSKY, 2009), neste texto reflito sobre os lugares estabelecidos para as línguas, com ênfase na esfera da educação formal, em relação aos lugares que as línguas ocupam nas práticas cotidianas. Parto do pressuposto que, na fronteira, devido à intensificação do contato por entre enquadres político-linguísticos distintos, as diferentes abordagens de gestão das línguas (CALVET, 2007) se confrontam com os usos e situações vivenciadas pelos falantes das línguas devido aos fenômenos próprios das relações e contatos cotidianos e repertórios plurais a partir deles construídos.

No que concerne à organização desta escrita, primeiramente exponho reflexões em torno da relação entre fronteiras, línguas e políticas linguísticas. Trata-se de construir uma grade de leitura interdisciplinar, tomando como eixo argumentativo pressupostos do campo da Política Linguística.

Na sequência, apresento reflexões sobre a relação entre os territórios político-linguísticos de gestão e os lugares das línguas nas fronteiras. Ao fazer essa discussão, brevemente apresento alguns dados de pesquisas visando explicitar movimentos das línguas e de seus falantes pelas fronteiras em seus efeitos nos espaços de escolarização formal.

Por fim, de modo a apresentar contribuições para agregar ao debate sobre os lugares das línguas nas fronteiras e nos espaços escolares, apresento elementos que considero pertinentes para a formação docente em contextos em que línguas e fronteiras se (des)encontram.

FRONTEIRAS, LÍNGUAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

A palavra fronteira suscita uma ampla gama de significados e valores, tendo sido apropriada por diversos campos do conhecimento, tanto para se referir à contenção e a limites, como para designar pontos de encontro e intercâmbio. Fala-se em fronteiras físicas, fronteiras nacionais, fronteiras do conhecimento, fronteiras sociais, fronteiras entre grupos étnicos, fronteiras culturais. Isso porque as fronteiras significam não somente o fim da esfera de jurisdição de um Estado nacional e do início de outro, ou seja, aquelas representadas visualmente nos mapas indicando ‘ponto de corte’ ou de ‘(des)encontro’ entre uma e outra nação e país e que possuem relativa estabilidade. As fronteiras também são movimento e produto de interações sociais, desenhando variados contornos nas práticas cotidianas. Assim, podemos afirmar que as fronteiras não são pré-existentes à experiência humana, mas derivadas dela. Consoante as palavras de Bento (2012, p. 14), “Fronteira é uma coisa criada (feita) pelos seres humanos.”

Para a discussão que aqui se pretende, ou seja, o da interface entre fronteiras, línguas e políticas linguísticas, volto-me inicialmente aos significados de fronteira a partir de uma escala territorial nacional, a das fronteiras políticas e nacionais. Como efeito de um processo de demarcação do espaço geográfico físico, derivado de relações de poder, as línguas, historicamente, se constituem como elementos e símbolos que servem à fixação dos limites entre coletividades. Conforme Calvet (2007, p. 82, grifo do autor), “a política linguística continua tendo, na grande maioria das vezes, uma dimensão nacional: ela intervém em um *território* delimitado pelas *fronteiras*.”

A construção e consolidação dos territórios nacionais e, por extensão, das fronteiras que circunscrevem tal espaço, são constituídas por um conjunto de condições, aparatos, instituições e mecanismos que compõem e ‘garantem’ o que Foucault (2004) chamou de governabilidade do Estado, uma forma complexa de poder que se refere à arte de governar. Dentre uma série de condições e medidas adotadas para tal finalidade, a gestão das línguas faladas no território, nesse sentido, compõe esse conjunto de táticas que concretizam o objetivo de estabelecer limites, promover coerções e construir identidades coletivas entre populações de dada área geográfica.

A escolha de determinada(s) língua(s) ou variedade(s) como oficiais, sua normatização, bem como as estratégias para sua difusão nos limites territoriais da área de jurisdição de uma unidade política, se caracterizam como políticas linguísticas, aqui definidas a partir de Calvet (2002, p. 145) como “intervenção nas línguas e nas relações entre as línguas no quadro dos Estados.” Assim, as palavras de Day (2013, p. 165), corroboram a discussão: “[...] um dos parâmetros paradoxais que delimitam a fronteira política do Estado-nação é exatamente a língua, que contribui

tanto para determinar a fronteira quanto é influenciada por sua presença, muitas vezes transcendendo-a.”

Seguindo essas reflexões, podemos afirmar que a demarcação de um lugar de língua oficial, por exemplo, conduz ao delimitamento de uma fronteira, uma vez que ela cria um mercado linguístico unificado em que tal língua passa a se constituir como norma a partir da qual as práticas linguísticas circunscritas ao território de dado Estado são medidas (BOURDIEU, 2008). Ao se consolidar a ideia e os discursos sobre uma língua oficial, outras línguas e variedades existentes em dado território passam a ocupar outros lugares e possuir outros valores na sociedade. Assim, limites são estabelecidos entre as línguas dos e nos territórios, por meio de decisões sobre sua estrutura e seu léxico, bem como sobre seus usos e função social, o que, no alvorecer do campo das políticas linguísticas se convencionou chamar respectivamente de planejamento de *corpus* e de *status* (RICENTO, 2006; CALVET, 2007). Conforme Appel e Muysken (1996, p. 72) explicam:

La planificación lingüística es una parte, o es la realización factual, de una política lingüística: un gobierno adopta una política determinada en relación a la(s) lengua(s) hablada(s) en la nación, e intentará llevarla a cabo mediante una determinada planificación lingüística. Todo tipo de planificación lingüística se basa en una política lingüística concreta, y esto reflejará una política gubernamental más general.

Até aqui, as linhas que foram escritas remetem a uma compreensão de fronteira ainda com um forte sentido de contenção e de separação, em que sobressai a ideia de controle e regulação. Essas compreensões, em um primeiro momento, relacionava-se a projetos com vistas à construção de ideários nacionais e, posterior-

mente, como parte de projetos que traduziam propostas de modernização de países de herança colonial em desenvolvimento. É preciso, portanto, enfatizar que mesmo as fronteiras nacionais não são estáticas. A cartografia nos mostra que os traços se movem e são redefinidos em meio a disputas e acordos. Sendo criação humana, portanto, as fronteiras “se movimentam, mudam de lugar ou de feição.” (BENTO, 2012, p. 15).

Em estudo realizado sobre os movimentos circulares na fronteira Brasil-Paraguai, Marques (2009) averiguou que as regiões fronteiriças são importantes cenários de deslocamentos populacionais, em que as pessoas se movimentam pelos países vizinhos e estabelecem diferentes relações no cotidiano local, seja no comércio, em espaços de escolarização, em espaços de culto, dentre outros. Conforme explica, esses deslocamentos não necessariamente implicam na mudança de residência, pois os fronteiriços podem desenvolver atividades laborais ou realizarem seus estudos em um lado da ‘linha’, e residir em outro. Cardin e Albuquerque (2018, p. 119) corroboram:

As pessoas que vivem nesses lugares singulares desenvolvem suas vidas cotidianas a partir de múltiplas relações de diferenças e desigualdades com os ‘outros’ vizinhos, com os estrangeiros que vivem ‘do lado de cá da fronteira’ e com aqueles que transitam por estes territórios.

Isso evidencia que, embora haja limites estabelecidos concretamente em aparatos legais, eles são transponíveis, tal qual os limites construídos entre as línguas. Assim, feitas essas considerações, explícito o que chamo de fronteiras linguísticas que, embora possam ser decorrentes dos muitos aparatos que compõem um efeito de conjunto para dar força às ‘linhas’ das fronteiras nacio-

nais, elas podem se estender para outros domínios. Conforme Raffestin (2005, p. 10), “a fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso.” Refiro-me, portanto, às fronteiras que se dão no campo das relações, tanto aquelas existentes entre falantes de línguas oficiais diferentes, como aquelas entre falantes que lançam mão de práticas que ocupam diferentes lugares e valores na vida social. E, ao fazer essa observação, reitero minha compreensão de fronteira também como movimento, como espaço de permeabilidade, de (des)encontro e de experiência. Trata-se de compreender fronteiras linguísticas como “[...] uma produção determinada por uma socialização e um posicionamento de parte dos diferentes atores sociais nela envolvidos.” (DAY, 2013, p. 165).

Essas reflexões em torno das fronteiras voltam àquele argumento inicial sobre a compreensão de língua como um fenômeno complexo e, nas palavras de Shohamy (2006), “incontrolável”, uma vez que manifesta a diversidade de seres humanos em seu imenso potencial criativo e expressivo. Aqui, portanto, a relação entre fronteiras e línguas se manifesta. De um lado, sabemos que a noção de língua historicamente foi construída como entidade e produto de gestão e que limites e categorias em relação a elas foram estabelecidos no campo da Linguística (a distinção entre línguas, dialetos, crioulos, dentre outros). De outro, entre as muitas e variadas práticas linguísticas, perspectivas críticas (SHOHAMY, 2006) têm situado a necessidade de atravessar fronteiras linguísticas tradicionais principalmente considerando a análise de contextos plurilíngues em que as pessoas se movem por muitas línguas e que, por isso, as fronteiras são essencialmente porosas e permeáveis. Por essa razão, cabem aqui as palavras de Calvet (2002, p. 12) quando nos adverte que “[...] as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história das línguas é a história de seus

falantes.” Desse modo, considerando que os falantes das fronteiras atravessam os limites territoriais e linguísticos cotidianamente, é essa a história que enfatizo nesse texto.

Em contextos como o da tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, em que me inscrevo e onde ajo como formadora de professores de línguas no município de Foz do Iguaçu, PR, verifico que práticas linguísticas plurais se confrontam com lugares politicamente definidos para as línguas, precisamente no domínio da escola e da universidade. Refiro-me, aqui, mais especificamente aos lugares das línguas na função educacional e na função social como disciplinas escolares (LAGARES, 2018). Penso que tais lugares se realizam como fronteiras entre os usos cotidianos próprios da gestão *in vivo* e os usos politicamente definidos a partir de gestão *in vitro* (CALVET, 2007). Nesse sentido, abrem-se parênteses para explicitar que Calvet (2002, 2007) utiliza o termo gestão para definir duas abordagens das políticas linguísticas: a gestão *in vivo* e a gestão *in vitro*. Segundo o linguista, a primeira diz respeito à forma como os sujeitos lidam com e resolvem problemas de comunicação nas suas práticas linguísticas cotidianas, de modo espontâneo. E o segundo, por sua vez, consiste em uma relação direta com decisões oficiais, resultante da prática de pesquisadores, cientistas, decisores e autoridades.

Diante desses pressupostos teóricos, podemos afirmar que as múltiplas formas de gerir as línguas se (des)encontram nos vários espaços sociais, uma vez que nos deparamos com duas situações. Uma, em que verificamos línguas politicamente definidas, com lugares demarcados em vários domínios de uso e cujas funções constroem saberes sobre seu valor social e de uso. E, paralelamente, outra forma de gestão como efeito dos usos cotidianos e das interações, entre os seus falantes, que a elas agregam um imenso potencial criativo, flexível e dinâmico. Assim, verificamos que os

estatutos e lugares sociais oficiais e institucionalizados são atravessados pela experiência, principalmente em contextos plurilíngues.

TERRITÓRIOS POLÍTICO-LINGUÍSTICOS E OS LUGARES DAS LÍNGUAS NAS FRONTEIRAS

Afirmei anteriormente, a partir de Calvet (2007), que as políticas linguísticas no quadro dos Estados possuem ainda uma lógica territorial nacional. Como parte das ações com vistas à consolidação do território circunscrito a determinada unidade política, a escolha das línguas oficiais, por exemplo, faz parte de suas políticas linguísticas internas, ou seja, daquelas “[...] que atuam sobre as línguas faladas em território de gestão do Estado, em geral o repertório linguístico disponível, suas funções e lugares sociais.” (OLIVEIRA; ALTENHOFEN, 2011, p. 199).

O estabelecimento de lugares para as línguas de dado território projeta valores às práticas linguísticas, sejam eles simbólicos, culturais, econômicos e/ou educacionais. As línguas oficiais, por exemplo, possuem um valor distintivo em relação às demais línguas, por se constituírem como um recurso investido de legitimidade e prestígio, estando vinculadas aos domínios que exercem autoridade e poder. Para Bourdieu (2008, p. 32), “a língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais.” Nesse sentido, também cito Lagares (2018, p. 62) que corrobora afirmando que “a oficialização tem também um caráter fortemente simbólico, de reconhecimento e identificação.” Assim, no lastro do posicionamento de uma língua no lugar oficial, estabelecem-se, como efeito, os lugares das línguas da e na escola.

A gestão das línguas na educação formal consiste em uma série de escolhas e decisões, dentre as quais a determinação das

línguas de instrução, bem como a definição dos lugares das línguas nos currículos escolares. Tais decisões são norteadas pela cultura linguística do enquadre político-linguístico em que as línguas se inserem e, portanto, a todo um conjunto de saberes e ideologias linguísticas de dada sociedade (BERGER, 2017) que fixam um mercado linguístico que produz coerções que, por sua vez, são reforçadas no domínio da escola e da sociedade em geral.

Resguardadas as especificidades e singularidades dos múltiplos contextos geopolíticos, podemos afirmar que, de modo geral, o lugar de *língua de instrução* dos sistemas escolares tende a coincidir com o lugar de língua oficial, ainda que a língua que ocupe essas posições não seja a língua materna de todos os que ingressam nas escolas. Esse fato indica, portanto, uma fronteira linguística interna, demarcada pela gestão do *status* das línguas. E, nesse sentido, vale destacar que a pluralidade linguística que caracteriza a maioria dos países do mundo expõe a existência de muitas línguas maternas no interior de uma mesma unidade político-administrativa – línguas minoritárias ou minorizadas, dentre as quais línguas de sinais e de comunidades originárias – que oportunizam tensões no domínio da escola.

Essas considerações levam-me a afirmar que as muitas línguas que compõem a diversidade linguístico-cultural de um país, – e obviamente ao me referir às línguas volto meu olhar para aqueles que as falam – existem, coexistem e resistem, apesar das fronteiras. Isso posto, volto às palavras de González (2020, p. 15): “Fronteiras não são o mesmo para o âmbito do poder, preocupado com a demarcação territorial, e para o âmbito de quem as vivencia, de quem as sente.” Adentro, portanto, no ‘território das fronteiras’.

Em regiões de fronteiras nacionais, como aquela em que exerço meu papel de professora-formadora, a ideologia da construção de territórios monolíngues coincidentes com territórios

político-administrativos dos Estados (e todo o conjunto de conhecimentos que deriva dessa orientação) é confrontada pelo inevitável fluxo de pessoas, suas culturas e suas línguas pelos limites nacionais. Estão em situação de (des)encontro territórios político-administrativos distintos, cada qual com seu enquadramento político-linguístico, consolidado a partir de sua história interna e de contato. Nesses contextos, os lugares oficiais das línguas dos diferentes países, bem como seus estatutos nas políticas linguístico-educacionais internas a cada um deles, estão em contraponto com os entre-lugares que as línguas ocupam nas práticas linguísticas cotidianas, derivadas da interação transfronteiriça e do intenso contato entre falantes de línguas diversas. Conforme afirmamos em Berger e Redel (2020, p. 16), “Cada um desses lugares atribuídos às línguas não somente reflete os pesos das decisões, como contribuiu para a produção de representações que atravessam fronteiras e gerações.”

Isso posto, duas questões se conformam a partir da pesquisa e da experiência nesse ambiente sociolinguístico plural: Que lugares as línguas praticadas e existentes na fronteira ocupam nas escolas? Quais os lugares das línguas para os diferentes sujeitos que residem/trabalham/estudam e circulam por diversos espaços da fronteira?

Ao ocupar-me com essas reflexões, recorro mais uma vez a González (2020, p. 15):

As fronteiras nos habitam também quando olhamos para nós mesmos, para nosso interior, porque, de modo mais ou menos conflitivo, somos muitos, inclusive quando olhamos para nossas próprias línguas e para os falares: estes nos situam e nos dividem ou unem, nos incluem ou excluem, posto que a língua é um poderoso instrumento político, lugar de poder.

Assumindo o pressuposto de que distintos territórios político-linguísticos de gestão de línguas estão não somente em situação de contato, como também de interseção na fronteira, considero que, de modo inevitável, um enquadre se vê afetado pelo outro, devido ao trânsito pelas fronteiras, em sua porosidade e permeabilidade. As diferentes coletividades que compartilham desse espaço estão em constante interação, devido tanto aos movimentos circulares pela fronteira, tanto quanto pela própria dinâmica de fluidez, de intercâmbios e trocas que se dão entre os limites territoriais dos países. Assim, na fronteira, territorialidades linguísticas são vivenciadas, desafiadas e recriadas nos muitos espaços sociais, em diferentes domínios. Derivam desse (des)encontro outras práticas linguísticas que não se inscrevem nos lugares estabilizados e que podem ser observadas em situações cotidianas em vários domínios, a exemplo do espaço urbano público e dos espaços de ensino-aprendizagem. Conforme Sturza (2006, p. 60):

[...] um falante de uma língua nacional frente ao falante de uma outra língua nacional é afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, mas também terminam os domínios de uma outra prática linguística, nem sempre da outra língua nacional.

Por essa razão, não somente as línguas oficiais ou nacionais definidas poderão compor os repertórios linguísticos daqueles que vivem em região de fronteira, como também práticas linguísticas próprias desse 'limite entre dois mundos'.

À vista desse fenômeno, os espaços de escolarização são diretamente impactados em seus saberes sobre as línguas, sobre as fronteiras enquanto limites, bem como em suas práticas escolares cotidianas, que irão compor uma cultura escolar de fronteira, pois

[...] a fronteira é o limiar dos espaços culturais e sociais, demarca suas portas de entrada, é o local em que ocorre o contato inicial com a cultura, marcando a passagem para o interior de um ambiente cultural.” (SOUZA, 2014, p. 477).

De modo a ilustrar essa informação, destaco excerto de registro de observação de aula, em uma turma de 2º ano, realizada em uma escola municipal de Ponta Porã - Mato Grosso do Sul na fronteira Brasil-Paraguai, no ano de 2012, durante minha pesquisa de doutoramento:

Professora (P) inicia a aula comentando que nas aulas anteriores explicou o que era folclore, em língua portuguesa. P informa que na aula de hoje irá ensinar folclore em espanhol e guarani. P realiza todas as instruções e comentários em espanhol. P lê um texto em espanhol sobre o que é folclore. P fala que lendas e mitos fazem parte do folclore. P fala que jogos e brincadeiras fazem parte do folclore também. Em toda a aula P explica e conversa com os alunos (A) pedindo deles que complementem informações. P faz perguntas e A participam durante toda a explicação. P pede que os A complementem informações sobre o que está expondo. A respondem na maioria em espanhol. Alguns respondem em guarani e P explica alguns termos em português. Alguns A dispersam enquanto P lê. A cuidadora ajuda a manter a disciplina. Durante a explicação P pergunta “¿Quién tiene munieca?” A levantam o braço e P pergunta se eles sabem o que é em português. (BERGER, 2012, p. 41).

Conforme se verifica, diferentes línguas adentram aquele espaço de escolarização formal brasileiro, uma vez que constituem

não somente os repertórios linguísticos dos envolvidos (professora e alunos), como também podem estar presentes em propostas pedagógicas. No que tange à gestão do multilinguismo, desempenhada pela professora em sua prática, verifiquei que o modo encontrado por ela para lidar com a presença de diferentes línguas em sua aula foi justamente tornar esse espaço plural, lançar mão de seu conhecimento em diferentes línguas, sem estabelecer fronteiras, de modo a propiciar igualdade de condições de aprendizagem entre os alunos e promover a interação e possibilidade de aprendizagem e de comunicação entre todos. Assim, conforme argumentei em Berger (2015, p. 204, grifo meu):

Ao tomar o lugar de língua que compõe a diversidade linguística desse contexto de fronteira, como língua da comunidade, os professores passam a perceber suas potencialidades não só como *língua-alvo* da aprendizagem dos alunos, como também *língua-recurso* à aprendizagem de diversos conteúdos que não só os linguísticos.

Entre os anos de 2017 e 2018, desenvolvemos outra pesquisa na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu, como parte das atividades do *Grupo de Pesquisa em Políticas Linguísticas e Educacionais no Oeste do Paraná*, visando mapear o perfil linguístico de acadêmicos do Curso de Licenciatura em Letras, bem como depreender a relação desses professores em formação com as línguas do entorno social (BERGER; MENDES, 2021). Os resultados obtidos por meio de levantamentos de campo indicaram a presença de repertórios linguísticos plurais, constituídos de múltiplas línguas, entre os acadêmicos.

Conforme registros da referida pesquisa, identificamos, por exemplo, um número elevado de acadêmicos que declararam ha-

bilidades diversas em espanhol, castelhano e guarani, línguas que possuem o lugar oficial nos países que conformam a fronteira internacional em que a universidade se situa: Argentina e Paraguai.

Foi-nos possível compreender que alguns dos professores em formação tinham origem argentina ou paraguaia e, também, que seus repertórios refletiam, em muitos dos casos, a vivência cotidiana na fronteira, o que os levava a interagir cotidianamente, em diversos domínios, com as línguas que constituem os territórios de gestão dos países vizinhos. A título de exemplo, registro aqui 5 (cinco) dos excertos de declarações obtidas na investigação, e que corroboram a reflexão:

P5: “Eu cresci na tríplice fronteira, portanto, eu adquiri essas três línguas em casa [castellano, guarani y português], pela televisão, no convívio mesmo. Entendendo essa *adquirição* como uma ação inconsciente.”

P19: “[Minha primeira língua é o] espanhol, porque nasci onde se fala esse idioma e morei por um tempo, e falo em casa.”

P20: “Eu admito que com meus pais eu converso numa mistura de 4 línguas (português, espanhol, inglês, guarani).

P28: “*Espanhol representa el lugar donde vengo. [Paraguai].*”

A breve exposição desses dados contribui para as reflexões apresentadas neste texto, visando demonstrar que, em ambientes plurais, a fluidez própria da dinâmica das línguas e seus usos adentra os espaços de educação formal, desafiando as compreensões de línguas e de fronteiras. Espaços de escolarização brasileiros e seus agentes veem-se diante do transbordamento e complexidade do multilinguismo (OLIVEIRA, 2020) e que exigem novos posicionamentos.

As muitas línguas que caracterizam o mosaico linguístico e cultural das regiões de fronteiras nacionais ocupam lugares oficiais e institucionalizados, resultantes de políticas linguísticas explícitas. No entanto, tal qual Teixeira (2020) verificou em contexto amazonense, outras funções sociais e lugares emergem das interações cotidianas entre línguas e pelas fronteiras, de tal modo que atestamos a permeabilidade que as vidas em muitas línguas impõem aos limites institucionalizados. Fazendo uso de suas palavras, as línguas assumem “[...] papéis sociais que mudam conforme a relação do usuário falante com o idioma e o contexto de uso, o que comprova a fluidez das fronteiras linguísticas.” (TEIXEIRA, 2020, p. 210).

Retomo, portanto, as questões apresentadas anteriormente, sobre os lugares que as línguas praticadas na fronteira ocupam nas escolas e sobre quais poderiam ser os lugares das línguas para os diferentes sujeitos que se inscrevem nesse espaço.

Quanto ao primeiro questionamento, considero que o lugar e função social de *língua de instrução* (que geralmente também ocupa o *lugar de língua oficial*) em uma escola na fronteira marca tensões em ambientes multilíngues em que falantes de diferentes línguas maternas podem adentrar os espaços de escolarização, sem necessariamente manejarem a língua que ocupa esses lugares institucionalizados. Isso leva a uma necessária discussão sobre políticas linguístico-educacionais (públicas) próprias para esses contextos, que implica, dentre vários aspectos, em uma formação de professores que abranja as especificidades de escolas na fronteira: suas línguas, seus saberes, suas culturas, suas demandas socioeducacionais.

Quanto ao segundo questionamento, conforme sistematização dos pensamentos aqui apresentados, considero que para os muitos sujeitos que vivem e realizam movimentos circulares nas

fronteiras, as línguas e variadas práticas linguísticas marcadas pela fluidez própria de seus repertórios plurais, o que nomeamos de *translinguagem* (GARCÍA, 2009), podem ocupar muitos lugares que derivam das interações cotidianas: *língua de casa, língua da família, língua da comunidade, língua de fronteira*. Trata-se de lugares não coincidentes com os lugares oficiais, mas que expressam a realidade do uso, das práticas cotidianas de vidas em várias línguas. Encerro essas reflexões, portanto, voltando às palavras de Teixeira (2020, p. 205):

[...] considerando que muitas vezes as fronteiras linguísticas não coincidem com as ditas 'fronteiras geopolíticas', seguindo perspectiva transfronteiriça de fluidez e de constante transformação, entendemos que os 'entre-lugares' fronteiriços são muito mais complexos do que nos informam os livros de Geografia, havendo diferentes elementos que influenciam na constituição identitária dessa região transfronteiriça e de seus habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As elaborações que tecei neste texto se caracterizam como reflexões advindas de um lugar que ocupo no terreno da formação de professores em contexto de fronteira e que me impelem acionar saberes que não se constituíram como parte de minha própria formação docente. Há algumas décadas, os estudos sobre políticas linguísticas e sobre multilinguismo no Brasil estavam, ainda, subsumidos em disciplinas acadêmicas, precisamente aquelas dos programas de pós-graduação. Por essa razão, não é exagero afirmar que a maioria dos professores de línguas em exercício em escolas de Ensino Fundamental e Médio, bem como professores

formadores de nossas universidades não tiveram tais estudos contemplados em seus currículos de formação inicial.

Em se tratando da interface entre discussões sobre políticas linguísticas e educação na fronteira, o quadro se complexifica, o que denota ainda uma intensa demanda a ser contemplada na formação inicial e continuada, de modo que as tensões existentes nas práticas pedagógicas e nos processos de ensino-aprendizagem nessas regiões sejam problematizadas por meio de pesquisas que necessariamente reverberem nas escolas e em agendas políticas. Nesse sentido, felizmente, atestamos a crescente produção acadêmica em torno do tema das políticas linguísticas e educacionais em contextos de fronteiras, que tem contribuído para solidificar esse campo de estudos (BERGER, 2015; DALINGHAUS; PEREIRA, 2009; MORELLO, 2016; OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018; STURZA, 2006; REDEL; MARTINY; HECK, 2020; PIRES-SANTOS, 1999; entre outros).

No que tange às reflexões que expus nesse texto, considero que alguns elementos sejam primordiais para contemplarmos no campo da formação de professores de línguas, que se verão diante dos múltiplos desafios que a prática docente na fronteira oportuniza. Apresento-os nas próximas linhas.

Concordando que “[...] as línguas não são partículas elementares da matéria e, sim, portos de passagem na vasta rede de conexão que chamamos de multilinguismo” (OLIVEIRA, 2020, p. 14), penso que, em regiões de fronteira urge que ponderemos sobre o que compreendemos por ‘língua’, de modo que tenhamos condições de refletir sobre o tema e avaliar nossas concepções sobre as práticas linguísticas plurais que se dão nesse espaço de trânsito e fluidez.

Se entendermos as línguas tão somente como unidades políticas definidas, como entidades estáticas, ou ainda como pro-

ditos normatizados a partir dos quais devemos ‘moldar’ nossos usos e interações sociais, incorreremos a visões que culminam na perpetuação de preconceitos e atitudes linguísticas desfavoráveis diante de muitos sujeitos e de seus repertórios linguísticos plurais, bem como de usos ‘não previstos’ ou socialmente estigmatizados. Nesse sentido, relembro o argumento de Shohamy (2006) ao enfatizar que os falantes não precisam sentir que o entrecruzamento de suas línguas seja um ato proibido, pois muitas línguas podem coexistir, sem que isso necessariamente signifique uma ameaça uma a outra. Assim, ao refletirmos sobre o conceito de língua temos condições de compreender que elas são construtos teóricos e que, como tais, estão imbuídas de valores social e politicamente construídos em diversos domínios e esferas de gestão.

Os sentidos das fronteiras, a meu ver, também se fazem necessários como parte da formação inicial e continuada de professores que se inscrevem nesses ambientes sociolinguísticos. Consiste em pensar as fronteiras não somente como separação ou contenção, mas também como transgressão e intercâmbio. Consiste em ampliar a noção de fronteiras geopolíticas e nacionais e compreender que as fronteiras podem ser de diversas ordens, em múltiplas escalas e que “não se encontra somente no sistema territorial, mas em todos os sistemas biossociais.” (RAFFESTIN, 2005, p. 13).

Desse modo, ao abordar essa temática como parte dos estudos sociológicos necessários à compreensão do ambiente sociolinguístico e do entorno social em que se funda a formação docente, penso que se assentam as bases necessárias para a consolidação de pedagogias e culturas escolares de fronteira. Nesse sentido, compreendo que urge que instituições situadas nessas regiões se vejam como escolas de fronteira, sob as quais incidem outros saberes, outras dinâmicas, outras formas de organização social e cultural. Conforme Tallei (2020, p. 168), “La posibilidad de transbordar para

criar translugares escolares está em el reconocimiento de las escuelas como fronterizas, y esse es um lugar que hasta ahora no parece ser assumido por los sujetos institucionales que transitan la escola”.

Por fim, urge que o estudo das políticas linguísticas se consolide como conteúdo fundamental da formação docente inicial, de modo que seja possível, por parte dos professores em formação, a compreensão da interface política que permeia a relação língua e sociedade, conferindo-lhes lugares e funções sociais, bem como determinando seus usos em meio às coletividades em ambientes plurilíngues como os de fronteira. Desse modo, penso que é possível, também, formar professores de línguas que possam compreender seu fazer docente para além do aspecto metodológico, mas que, diferentemente, está permeado por relações de poder. Assim, considero que seja possível inserir-se no debate em torno das políticas linguístico-educacionais (públicas) em prol da promoção da pluralidade linguística no Brasil e nas regiões de fronteiras, repensando e agindo sobre os múltiplos lugares das línguas nesses contextos.

REFERÊNCIAS

APPEL, René; MUYSKEN, Pieter. *Bilinguismo Y contacto de lenguas*. Barcelona: Editora Ariel, S/A: 1996.

BENTO, Fábio Régio. Fronteiras, significado e valor – a partir do estudo da experiência das cidades gêmeas de Ribera e Santana do Livramento. In: BENTO, Fábio Régio. (Org). *Fronteiras em Movimento*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

BERGER, I. R. *II Relatório técnico de visita às escolas participantes do OBEDF localizadas em Ponta-Porá – MS*: Escola Municipal Maria Lígia Borges Garcia e Escola Pólo Municipal Ramiro Noronha. Observatório da Educação na Fronteira; IPOL: 2012.

BERGER, I. R. Gestão da diversidade linguística na educação formal no Brasil: desafios para uma política linguística. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 11, n. 20, p. 54-69, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/16959> . Acesso em: 20 jun. 2018.

BERGER, Isis Ribeiro. *Gestão do multi/plurilinguismo em escolas brasileiras na fronteira Brasil – Paraguai: um olhar a partir do Observatório da Educação na Fronteira*. 2015. 298f. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BERGER, Isis Ribeiro. MENDES, Luan Henrique. Reflexões sobre o perfil linguístico de professores de línguas em formação no contexto multilíngue de Foz do Iguaçu. *Uniletras*, Ponta Grossa, v.43, 2021, p. 1-23.

BERGER; I.R.; REDEL, Elisangela. *Políticas de gestão do multilinguismo: práticas e debates*. Campinas: Pontes, 2020.

BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. In: *A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e deslocamentos. In: *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 06, n.12, Jan-Abr, 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/350/200>

COOPER, Robert L. *Language Planning and Social Change*. Cambridge University Press, Cambridge, 1989.

DALINGHAUS, Ione Vier; PEREIRA, Maria Ceres. Os reflexos da falta de políticas linguísticas em contextos fronteiriços do Mato Grosso do Sul. In: *Línguas & Letras*. UNIOESTE. Cascavel, PR: Edunioeste, v. 10, n. 18, 1. sem., 2009. p. 97-111.

DAY, Kelly Cristina Nascimento. Fronteiras linguísticas e fronteiras políticas: relações linguísticas e sociohistóricas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Dossiê: Língua em uso. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 47, p. 163-182, 2013.

FERRAZ, Cláudio Benito O. Entre-lugar: apresentação. In: *Entre-Lugar*. Dourados, MS, ano 1, n. 1, 1º semestre de 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e Tradução Roberto Machado. 20 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GARCÍA, Ofélia. Education, multilingualism and translanguaging in the 21st century. In: MOHANTY, A. *et.al* (Ed.). *Multilingual Education for Social Justice: globalising the local*. New Delhi: Orient Blackswan (former Orient Longman), 2009.

GONZÁLEZ, Neide Therezinha Maia. Prefácio. In: TALLEI, Jorgelina; TEIXEIRA, Wagner Barros. (Org.) *Transbordando as fronteiras: lenguajes desde el entrelugar, resistencia y pluralidad en los Brasiles*. Manaus: EDUA, 2020.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual Política Linguística? Desafios Glotopolíticos Contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

MARQUES, Denise Helena França. *A circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”*. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MORELLO, R. Línguas, Fronteiras e Perspectivas para o Ensino Bilíngue e Plurilíngue no Brasil. In: MORELLO, R.; MARTINS, M. F. (Orgs.) *Observatório da Educação na Fronteira: Política Linguística em contextos Plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola*. Florianópolis: IPOL: Editora Garapuvu, 2016.

OLIVEIRA, G. M. de. Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil. *GeoParantanal*. 21,11: 59-72, 2016. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/2573/2347>. Acesso em: 3 jun. 2018.

OLIVEIRA, G.M. Prefácio. In: BERGER; I.R.; REDEL, Elisângela. *Políticas de gestão do multilinguismo: práticas e debates*. Campinas: Pontes, 2020.

OLIVEIRA, G. M. de; ALTENHOFEN, C. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística no Brasil: inserção e exclusão do plurilinguismo na educação e na sociedade. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PIRES-SANTOS, Maria Elena Pires. *Fatores de risco para o sucesso escolar de crianças brasiguaias nas escolas de Foz do Iguaçu: uma abordagem sociolinguística*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 1999.

RAFFESTIN, Claude. Prefácio. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Territórios em limites*. Campo Grande, UFSM, 2005.

REDEL, Elisângela; MARTINY, Franciele Maria; HECK, Diana Milena. “A escola pede aos pais para falarem em casa em português com os filhos”: gestão de línguas e práticas educacionais de professores em uma escola pública na região de fronteira Brasil/Paraguai. In: BERGER, Isis Ribeiro; REDEL, Elisângela. *Políticas de gestão do multilinguismo: práticas e debates*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

RIBEIRO, S. B. C.; OLIVEIRA, Gilvan M. de. “Olha, eu acho que assim, a gente fala o portunhol porque nós não sabemos o espanhol”: políticas linguísticas em fronteiras multilíngues. *Revista The Specialist*, v. 39, n. 2, ano 2018, p. 1-16, 2018.

RICENTO, Thomas. (Ed.) *An Introduction to Language Policy*. UK: Blackwell Publishing, 2006.

SHOHAMY, Elana. *Language Policy: hidden agendas and new approaches*. NY: Routledge, 2006.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Fronteiras Simbólicas: espaço de hibridismo cultural. *Letrônica*. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 475-489, jan./jun., 2014. Acesso em 02/10/2018.

SPOLSKY, Bernard. *Language Management*. NY: Cambridge University Press, 2009.

STURZA, Eliana Rosa. *Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das idéias linguísticas*. Tese (Doutorado) – Universida-

de Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, São Paulo, 2006.

TALLEI, Jorgelina Ivana. La formación permanente docente em la frontera: pensar desde um translugar fronterizo. In: BERGER; I.R.; REDEL, Elisangela. *Políticas de gestão do multilinguismo: práticas e debates*. Campinas: Pontes, 2020.

TEIXEIRA, Wagner Barros. Fluidez transfronteiriça e as funções das línguas espanhola e portuguesa nos entre-lugares amazonenses. In: TALLEI, Jorgelina; TEIXEIRA, Wagner Barros. (Org.) *Transbordando as fronteiras: lenguajes desde el entrelugar, resistencia y pluralidad en los Brasiles*. Manaus: EDUA, 2020.

IV

“MI CASA ESTÁ EN LA FRONTERA”:

*considerações sobre a formação de professores de espanhol
na região de abrangência da UFFS/CL*

ANGELISE FAGUNDES
MARCUS V. L. FONTANA

Paulo Freire (1988, p. 9), o sempre admirável Patrono da Educação Brasileira, no Prólogo de *Educação como Práxis Política*, de Francisco Gutiérrez, nos lembra de que “não há prática educacional neutra”, portanto, “o educador deve se perguntar a favor do que e de quem está a serviço” e, frente a isso, “contra o que e contra quem deve lutar, dentro de suas possibilidades e do processo de sua prática”. Ao pensarmos nosso campo de atuação – a formação de professores – é fundamental que nos questionemos diariamente sobre isso. Em especial, porque atuamos como professores formadores de professores de espanhol como língua adicional, cabe-nos refletir sobre que modos de estar no mundo e com o mundo e que saberes mediados pela linguagem estamos promovendo junto aos nossos alunos.

Para delinear o caminho de nossa reflexão neste capítulo, cujo objeto é a formação de professores de espanhol na região

de abrangência do *Campus* Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Rio Grande do Sul, começamos por tomar as palavras de Carlos Marcelo (1995, p. 9), para quem “la formación del profesorado representa un encuentro entre personas adultas, una interacción entre formador y formado, con una intención de cambio, desarrollada en un contexto organizado e institucional más o menos delimitado”. Para o pesquisador, a formação de professores

[...] es el campo de conocimientos, investigación y de propuestas teóricas y prácticas, que dentro de la Didáctica y Organización Escolar, estudia los procesos mediante los cuales los profesores -en formación o en ejercicio- se implican individualmente o en equipo, en experiencias de aprendizaje a través de las cuales adquieren o mejoran sus conocimientos, destrezas y disposiciones, y que les permite intervenir profesionalmente en el desarrollo de su enseñanza, del currículum y de la escuela, con el objetivo de mejorar la calidad de la educación que reciben los alumnos. (MARCELO, 1995, p. 13).

É significativo destacar que mais que espaço de profissionalização para a docência, a formação de professores de línguas é compreendida, neste capítulo, no diálogo com outras vozes, como um território de fronteira(s), como espaço de trocas, de inter-relações, de aproximações, de mudanças, de resistências e de consensos (FAGUNDES, 2010; 2018). É mais: como território que abarca diferentes contextos e realidades, sempre plásticas e mutáveis. Como bem nos lembra o cantor e compositor uruguaio radicado na Espanha, Jorge Drexler, na canção cujo título tomamos por empréstimo para batizar este capítulo, “las fronteras se mueven, como las banderas”. Tudo isso nos importa, pois o Curso

de Licenciatura em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, contexto em que atuamos, está localizado na zona de fronteira, cerca de 60 km do limite geográfico entre as regiões missioneiras do Brasil e da Argentina. Nessa região político-geográfica, desenham-se ainda outras margens, definidas pelos movimentos migratórios que tornaram este um dos mais plurais espaços linguísticos no país.

A fronteira político-geográfica, por si só, é um espaço de disputas e contrastes – mais, talvez, que de compartilhamentos e aproximações. Para Sturza (2005, p. 1), a fronteira é complexa por “sua formação e pelo modo como se estabelecem ali as relações sociais das diferentes etnias que nela habitam”. Sturza destaca que “as fronteiras geográficas são preenchidas de conteúdo social” (STURZA, 2005, p. 1). E complementa a autora que

se as fronteiras são sociais, se nelas vivem diferentes etnias – índios, espanhóis, árabes, portugueses, alemães, entre outros – o contato linguístico é uma consequência inevitável, e a situação das práticas linguísticas nessas regiões, de um modo geral, um campo pouco explorado pela linguística brasileira. (STURZA, 2005, p. 1).

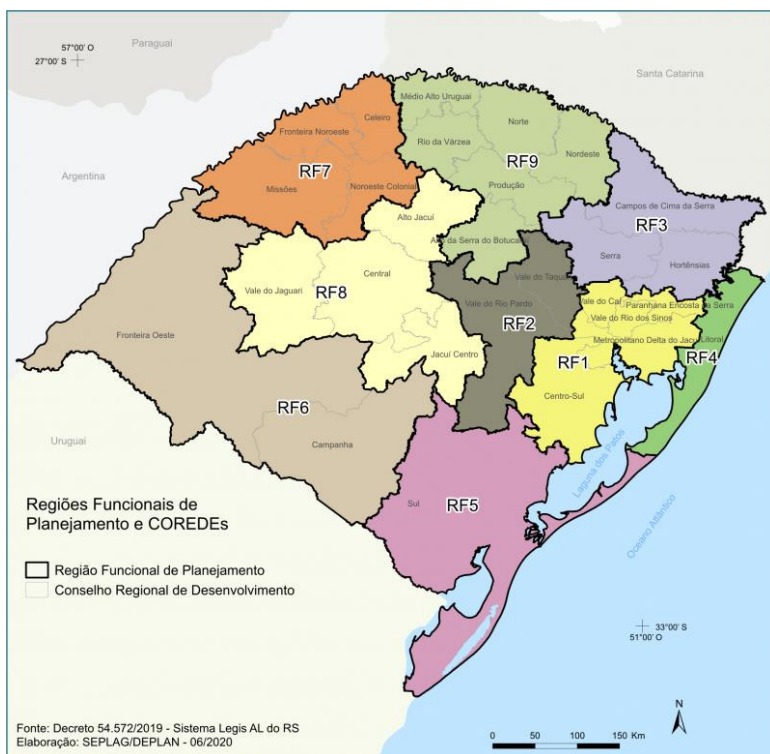
Neste capítulo, cuja pesquisa está vinculada ao *Grupo de Pesquisas em Políticas Linguísticas, Formação Docente e Novas Tecnologias para o Ensino de Línguas (POLIFONIA/UFS)*, nosso objetivo é olhar justamente para as fronteiras que atravessam a nossa realidade. Por um lado, pretendemos desvelar a pluralidade linguística da região das missões brasileiras, marcada pelas línguas dos povos originários, pelas línguas dos primeiros colonizadores, o português e o espanhol, e pelas línguas de imigração de diferentes grupos étnicos que vieram mais tarde. Por outro, queremos

refletir sobre a formação de professores de línguas nesse contexto também como um território de fronteira(s). Por fim, interessa-nos chamar atenção ao fato de que a diversidade da região em si mesma pode se converter em um precioso recurso para práticas pedagógicas interculturais.

“Y LAS FRONTERAS SE MUEVEN, COMO LAS BANDERAS”

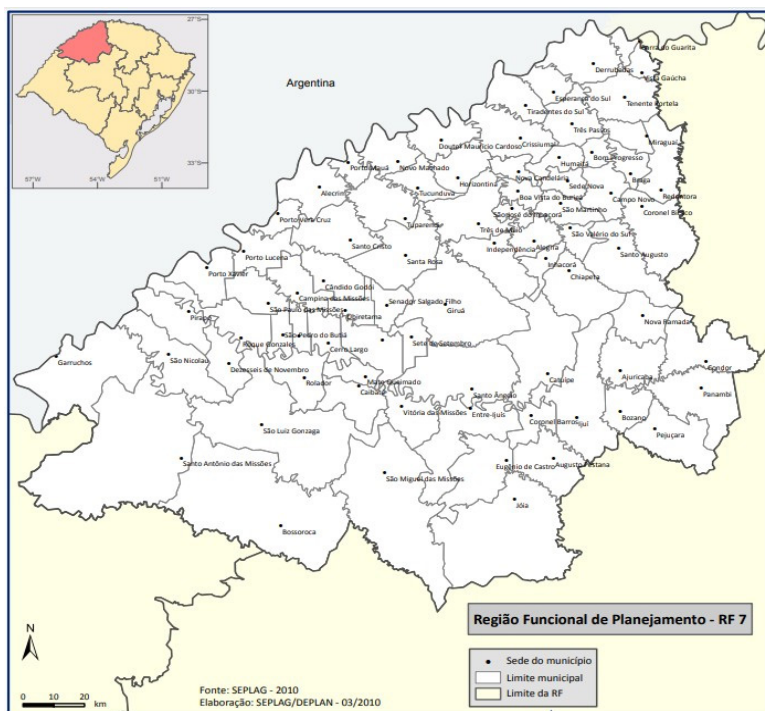
Na abrangência multicampi da UFFS, o *Campus Cerro Largo* compreende fundamentalmente quatro regiões: Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro¹. De acordo com o disposto no sítio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do RS, esses territórios, para fins de organização e promoção de políticas de desenvolvimento, são agrupados em Regiões Funcionais, que seguem determinadas características econômicas, ambientais, sociais etc. De acordo com esse planejamento, conforme demonstra o Mapa 1, a região em que a UFFS Cerro Largo está situada é a RF7.

¹ <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/campus-cerro-largo/setores/ccl>



Mapa 1. Fonte: Decreto 54.572/2019 - Sistema Legis AL do RS. Elaboração: SEPLAG/DEPLAN – 06/2020.

Conforme se pode identificar no Mapa 2, a região faz fronteira com a Argentina. Nessa fronteira, dezesseis cidades costeiam o Rio Uruguai, marcando, do lado de cá, o Rio Grande do Sul, Brasil, cujo português é considerado a língua nacional e, do outro lado, a província de *Misiones*, Argentina, tendo o espanhol como língua oficial.



Mapa 2. Fonte: SEPLAG (2020). Elaboração: SEPLAG/DEPLAN (03/2010).

Em uma leitura superficial, para um sujeito que se aproxima pela primeira vez desta região, o limite geopolítico pode indicar que aqui as línguas que circulam no diálogo entre ambos os lados da fronteira sejam somente o português e o espanhol. No entanto, a região historicamente está marcada pela presença de uma pluralidade de línguas, o que nos permite dizer que há, para além da fronteira política definida pelo Estado, várias fronteiras linguísticas.

Para Day (2013, p. 3), a fronteira linguística,

bem como o território que ela circunscreve, certamente não é um simples resultado ou um simples

dados, mas uma produção determinada por uma socialização e um posicionamento de parte dos diferentes atores sociais nela envolvidos.

Para delimitar melhor o conceito, Day se vale de Alain Viaut (2004), trazendo uma diferenciação importante para os contornos desse conceito: exofronteira e endofronteira linguística (DAY, 2013, p. 3). Segundo Day (2013, p. 4), à luz de Alain Viaut, a exofronteira

compreende o limite linguístico tradicional externo, a língua herdada, transmitida *in loco* ou em relação com o território linguístico de origem, passando de geração para geração, bem como os limites instituídos tendo por principal origem os fatos ou a realidade de ordem político-administrativa, a começar pela fronteira política.

Nesta perspectiva, para a autora, está a questão da oficialidade da língua e a relação com o limite administrativo, como também a questão da identidade linguística,

produto do imaginário, do mito e, mais globalmente, das representações que também são importantes para aproximar o limite sociolinguístico dentro de uma lógica de fronteira, de construção identitária, regional ou nacional. A língua, enquanto marcador identitário, também constitui um elemento delimitador de território. (DAY, 2013, p. 4).

A endofronteira linguística, por sua vez,

concerne aos fatos internos. Ela é mais um retrato da compartimentalização interna das línguas,

dos limites determinados pela variação de uso, de acordo com as épocas, pela tradição, em dialetos e falares regionais. (DAY, 2013, p. 4).

Day (2013) destaca ainda que é bastante interessante pensarmos que um dos elementos que delimitam a fronteira política do Estado-nação é justamente a língua, que atravessa e é atravessada por esse espaço. Para Day (2013, p. 3), “a fronteira política assinala um distanciamento espacial ao mesmo tempo em que se estabelece enquanto linha de contato e intercâmbio”.

Diante da pluralidade existente na zona de abrangência da UFFS, *Campus Cerro Largo*, percebemos que essas fronteiras linguísticas e territoriais emergiram conduzidas por processos históricos, em especial, pelos tratados que limitaram (e definiram quem permanecia) e por políticas de processos migratórios que trataram de povoar a própria região.

É importante destacar que, assim como nas demais regiões do Brasil, as línguas dos povos originários passaram por um longo processo de apagamento, impulsionado pela política de Marquês de Pombal que propunha, na década de 1750, “integrar” esses povos à sociedade portuguesa. Tratou-se, como destaca Garcia (2007), de impor a “língua do príncipe”. Na região de abrangência da UFFS não foi diferente.

Para Ramos (2006, p. 20), quando da chegada dos primeiros imigrantes europeus na região, o território tinha “um pequeno contingente de indígenas remanescentes das reduções [que] encontrava-se espalhado pelas localidades. Esses guaranis foram incorporados à influência portuguesa, etnia que se destacou no início da ocupação desse território.”

A partir de 1824, chegaram os primeiros alemães à Redução de São João Batista (atual município de Entre-Ijuís). Porém,

destaca Ramos (2006, p. 19), “essa tentativa fracassou devido a falta de assistência e as condições de isolamento dessas localidades, mas algumas famílias se mantiveram no local como os Kruel, os Holsbach, os Schmidt e os Bulgsdorph.” Após essa primeira tentativa, somente no início do século XX, os alemães retornaram à região, vindos de outras partes do RS. Para Ramos, esse retorno ao noroeste do estado foi intermediado pela “Companhia de Colonização ‘Bauerverein’, que promoveu a venda de lotes de terras na região” (RAMOS, 2006, p. 21) e se deu “devido principalmente ao esgotamento das terras nas primeiras colônias do estado” (RAMOS, 2006, p. 21). Nesse retorno, considerando a região das Missões, fundou-se Serro Azul, primeiro nome que o atual município de Cerro Largo recebeu, e esta zona compreendia também os municípios de “Roque Gonzales, São Paulo das Missões, Salvador das Missões, Sete de Setembro, Porto Xavier e São Pedro do Butiá.” (RAMOS, 2006, p. 22).

Ainda de acordo com Ramos, contribuíram para a diversidade étnica e linguística da região os “Guarani, os portugueses, os negros, remanescentes do período escravocrata do Brasil, em maior número os alemães, italianos, poloneses e em menor número árabes, judeus e russos e outras etnias” (2006, p. 20). Essa diversidade linguística não ficou restrita aos limites “impostos” pela fronteira e atravessou para o outro lado. As gentes e suas línguas ajudaram, também, a ocupar o território missioneiro argentino, fronteiro com Brasil e Paraguai. Conforme Sturza (2005, p. 2),

o fluxo migratório trouxe, especialmente, para dentro do território argentino, alemães, italianos e polacos, além de um contingente significativo de brasileiros, que contribuíram para fortalecer presença da língua portuguesa nas comunidades da zona fronteira.

É diante de todo esse patrimônio, que é linguístico e étnico, mas também é cultural, refletindo diferentes maneiras de perceber e pensar o mundo, constituindo fronteiras que se movem como bandeiras, que em nossa pesquisa buscamos inventariar as línguas que não só estiveram presentes ao longo destes processos históricos, mas que permanecem em contato na região de abrangência da UFFS Cerro Largo e que formam parte do repertório linguístico de muitos de nossos alunos, professores em formação.

INVENTÁRIO LINGUÍSTICO DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA UFFS, CAMPUS CERRO LARGO

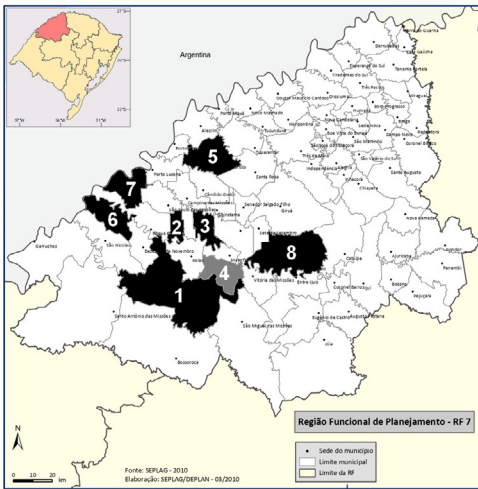
Vinculada ao projeto Formação de professores de línguas desde las fronteras: inventário e reflexões sobre a pluralidade linguística na/da região de abrangência da UFFS, Campus Cerro Largo, registrado na universidade sob o número PES-2021-0287, a pesquisa que aqui descrevemos busca fazer um levantamento inicial da presença das línguas na referida região. De abordagem quantitativa e de natureza aplicada, o primeiro movimento de coleta de dados desta pesquisa exploratória e descritiva foi o envio de ofício online encaminhando um formulário contendo uma série de questões de tipo censitário. Dito ofício foi encaminhado para as Secretarias de Educação das seguintes cidades: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões. Essas cidades foram contatadas

porque nossa primeira referência em termos de localização dos municípios das Missões foi o sítio da Associação dos Municípios das Missões (AMM). Note-se, contudo, que apesar de São Borja estar elencada como cidade missioneira pela Associação, na estruturação das Regiões Funcionais elaborada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do RS, o município pertence à Fronteira Oeste, junto com Uruguaiana e Santana do Livramento, por exemplo. Devido a isso, preferimos desconsiderar os dados atinentes a esse município. Iniciamos também a cartografia da Fronteira Noroeste a partir de um contato que se estabeleceu com a Secretaria de Educação de Santo Cristo (como se pode ver mais adiante). Temos a perspectiva de abordar as regiões Noroeste Colonial e Celeiro em próximas etapas da pesquisa.

É significativo destacar que este formulário contou com questões que buscavam identificar (1) a diversidade étnica e linguística presente na história de cada cidade e (2) a diversidade étnica e linguística atual. Além disso, buscamos identificar se (3) ainda há falantes das línguas de imigração no município. No tocante aos novos movimentos migratórios e à diversidade presente em cada município, buscamos saber (4) quais são as línguas de circulação e (5) se o município regulamenta essas línguas em documentos oficiais. Outro dado que buscamos averiguar é sobre a (6) presença ou não das línguas que circulam no município no espaço da escola, (7) quais línguas especificamente estão no currículo das escolas, (8) o quantitativo de professores que ministram essas línguas e (9) se são formados na área em que atuam (línguas). Por fim, procuramos ainda identificar em (10) quais etapas de ensino as línguas são ofertadas na escola e, no caso de ainda não serem ofertadas, (11) se há interesse do município em implementar seu ensino.

No curto espaço dedicado ao período inicial da pesquisa,

que foi de julho a agosto de 2021, 8 (oito) municípios responderam ao questionário online, conforme demonstra o Mapa 3.



Respostas obtidas em ordem:

- 1. São Luiz Gonzaga**
- 2. São Pedro do Butiá**
- 3. Cerro Largo**
- 4. Caibaté**
- 5. Santo Cristo**
- 6. Pirapó**
- 7. Porto Xavier**
- 8. Santo Ângelo**

Mapa 3. Fonte: SEPLAG (2020). Elaboração: SEPLAG/DEPLAN 03/2010. Adaptação: os autores.

Para análise da diversidade linguística presente na região, iremos nos concentrar, conforme demonstrado no Quadro 1, nos dados fornecidos pelas Secretarias de Educação, aqui categorizados da seguinte maneira: (1) diversidade linguística presente na história do município; (2) diversidade linguística presente hoje no município; (3) falantes da(s) língua(s) de imigração/herança no município e, por fim, (4) regulamentação dessas línguas em documentos oficiais.

Município	(1) diversidade linguística presente na história do município	(2) diversidade linguística presente hoje no município	(3) falantes da(s) língua(s) de imigração/ herança no município	(4) regulamentação dessas línguas em documentos oficiais
São Luiz Gonzaga	Indígenas, português, alemão, espanhol, italiano.	Português, alemão, espanhol, italiano.	Alemão (uma minoria), italiano.	Sim, o inglês.
São Pedro doButiá	Alemão.	Sim (sem especificar).	Sim (sem especificar).	Não.
Cerro Largo	Português, alemão, polonês, italiano.	Português, alemão, espanhol, polonês, italiano, crioulo haitiano.	Sim (sem especificar).	Sim.
Caibaté	Alemão, italiano e indígenas.	Alemão.	Sim (sem especificar).	Não.
Santo Cristo	Alemão (Predomínio) e alguns: Polonês, Russo, Italiano.	Alemão (Predomínio) e alguns: Polonês, Russo, Italiano.	Sim (sem especificar).	Sim.
Pirapó	Italiano, Alemão, Espanhol, Indígena e Português.	Português e Alemão.	Sim (sem especificar).	Não.
Porto Xavier	Alemã e italiana.	Alemã, espanhola, árabe e italiana.	Sim (sem especificar).	Não.
Santo Angelo	Italiano, Português, Alemão, Espanhol, Haitiano e Guarani.	Italiano, Português, Alemão, Espanhol, Haitiano e Guarani.	Sim (sem especificar).	Sim.

Quadro 1. Respostas ao formulário inicial de pesquisa. Fonte: os autores.

O que é possível observar no tocante à diversidade étnica e linguística da região de abrangência da UFFS, *Campus Cerro Largo*, a RF7, neste por ora pequeno recorte de municípios, é que ainda hoje a diversidade que se apresentava nos séculos XIX e XX permanece muito presente na região e se renova a partir da interlocução com a fronteira geopolítica e com novos movimentos migratórios.

Neste sentido, ao observarmos esses primeiros dados coletados junto às Secretarias de Educação e cotejá-los com outras pesquisas sobre a região, como as de Ramos (2006; 2010), percebemos a presença de comunidades indígenas (em especial, Mbyá-guarani) e portuguesas, além de uma forte valorização da língua e da memória das etnias alemã, polonesa e italiana. Demonstram isso a regulamentação das línguas de imigração em alguns currículos das escolas da região, como é o caso de Cerro Largo, bem como as festas tradicionais como Kerbs, Oktoberfest, Polfest, confraternizações da Associação Italiana etc. Há ainda as línguas e culturas dos países árabes que estão presentes, em especial, na cidade fronteiriça de Porto Xavier, e o crioulo haitiano, que vem incorporando-se às cidades da região em virtude dos novos movimentos migratórios. A língua espanhola, língua dos vizinhos, está presente e, em muitos municípios, observamos a presença de argentinos e paraguaios, moradores fixos e usuários tanto do espanhol (geralmente, em situação doméstica) como do português (situação social). Também observamos muitos registros de brasileiros que migraram para o outro lado da fronteira, o que alimenta o interesse ou, pelo menos, a curiosidade dos parentes que ficam.

A partir desses dados, que são ainda preliminares e se ampliarão largamente ao longo da pesquisa a que nos propomos, é importante visualizarmos as fronteiras linguísticas que surgem a partir das identificações culturais que atravessam os sujeitos dessa

região: indígenas, missioneiros, fronteiriços, gaúchos, brasileiros, descendentes de alemães, italianos, poloneses etc. Essa diversidade como patrimônio não pode ser esquecida no espaço da formação de professores de línguas da UFFS Cerro Largo, pois trata-se de verve para a construção de professores mediadores interculturais mais envolvidos com seus contextos, suas práticas na e com as língua(gens) e com suas memórias.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UFFS CERRO LARGO E A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Para construir esta seção, pedimos licença para usar a fronteira ao mesmo tempo como termo metafórico e como espaço social e cultural. Começamos pensando que o espaço acadêmico, por si só, é um amálgama de fronteiras. Por um lado, o lado da chegada, é fronteira intransponível cercada por muros, pois boa parte da população brasileira não tem e talvez jamais tenha acesso, a considerar-se a fala do atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro, que, muito sintonizado com seu presidente, em 9 de agosto de 2021, em entrevista à TV Brasil declarou que a universidade “deveria, na verdade, ser para poucos”.

Por outro lado, o lado da permanência, os alunos que têm a felicidade de ter acesso a esse espaço privilegiado da ciência, do pensamento, da pesquisa, precisam lutar cotidianamente para manter-se. Uma das primeiras cancelas dessa fronteira, hoje, são as condições socioeconômicas do país. Num Brasil com mais de 14 milhões de desempregados nestes meses finais de 2021, uma inflação galopante e um governo inepto, em que jornais do mundo todo mostram imagens de fome e noticiam que muitos brasileiros, quando se alimentam, alimentam-se de restos, não raro é preciso optar entre comer e estudar. Mas se essa não é uma

preocupação, o estudante ainda tem que lidar com a compensação de suas muitas dificuldades oriundas de uma educação básica falha e frágil, além de um projeto educacional construído no país para manter o *status quo*, conforme Darcy Ribeiro (2010), apesar de todos os muito nobres esforços de parcela considerável dos professores e das professoras que estão na linha de frente da escola pública. E, por fim, quando e se o universitário consegue ultrapassar essa fronteira e sentir-se um pouco menos estrangeiro por ter desenvolvido algum nível de letramento acadêmico, seja por esforços próprios, seja porque conseguiu o esperado apoio de (pelo menos alguns) professores e corpo técnico da universidade, precisa esgueirar-se pelas areias movediças dos egos acadêmicos, fronteiras perigosas, cheias de armadilhas.

Fagundes (2018) lembra que a universidade é (ou deveria ser) espaço de encontros. Em especial, encontro entre o mundo do professor e o mundo do estudante, que deveriam estar dispostos a dialogar amorosamente para a construção do conhecimento. Entenda-se, aqui, amor não no sentido romântico, mas na perspectiva de Maturana (2009), de que é necessário reconhecer o outro como um ser legítimo em toda a sua idiossincrasia. Em outro momento, e aqui o reiteramos, defendemos que “desconstruir discursos e práticas coloniais na universidade se dá a partir de uma prática humana, amorosa e, portanto, intercultural” (FAGUNDES; FONTANA, 2020, p. 145). Daí emerge nossa perspectiva de mediação intercultural. O docente universitário, formador de educadores da educação básica, precisa saber (e se não o sabe, precisa aprender a) borrar as fronteiras que separam o estudante do mundo acadêmico. Tornar-se um mediador intercultural está muito além de letrar academicamente ao estudante, mas requer, numa visão amorosa, como sugere Maturana, saber fazer também o movimento oposto, o de aproximar-se do outro e

de sua cultura para torná-lo, de fato, integrado ao novo ambiente. Não é possível que um estudante seja invisibilizado ou silenciado naquele espaço que deveria ser o mais democrático de uma democracia, o espaço da educação. Esse esforço do formador é, mais que tudo, exemplo, para que a prática do novo professor na escola seja, também, amorosa, inclusiva e intercultural.

A partir dessas metáforas de fronteiras nossas e alheias, nos universos psicológicos e socioculturais que nos habitam, sugerimos que o professor universitário, neste campo em que nos movemos, o da formação de professores de uma língua adicional tão próxima e familiar e ao mesmo tempo tão complexa, para tornar-se um mediador intercultural precisa desenvolver um “pensamento fronteiriço”, ou seja, a habilidade de reconhecer, respeitar e “mediar os saberes ditos ‘acadêmicos’ com os saberes que são trazidos pelos outros sujeitos envolvidos nessa formação” (FAGUNDES; FONTANA, 2020, p. 148), os estudantes.

Ao analisarmos a situação geográfica e histórica da região em que está engastada a UFFS Cerro Largo e nos darmos conta da tremenda diversidade étnica e linguística que perpassa essas terras, podemos perceber que ser um mediador intercultural aqui não é tarefa fácil. Talvez nunca seja, em lugar algum. Na RF7 do Rio Grande do Sul, contudo, reveste-se de especial complexidade. Num primeiro momento, supõe-se que é preciso ensinar o espanhol para pessoas cuja língua materna é o português. A crua realidade dos fatos, contudo, demonstra que parte de nossos alunos têm o português como segunda língua e o alemão ou o polonês ou o guarani ou o kaingang ou ainda outras como língua materna. Ainda que o português seja, de fato, a língua materna de boa parte desses estudantes, não se pode negar que se desenvolvem em culturas familiares bastante diversas. Embora os descendentes de imigrantes estejam há algumas gerações presentes

nestas terras e tenham assimilado os costumes locais, há heranças culturais que não são apagadas e se mantêm firmes, vide o esforço de manutenção dos idiomas familiares, que seguem reverberando em vários espaços sociais, inclusive nas escolas, como é o caso do alemão em Cerro Largo. Além disso, a presença histórica de povos originários que se mantêm na região e cujos integrantes só muito recentemente têm, de forma paulatina, galgado os degraus da academia merece uma atenção especial, pois sua presença representa não só línguas e culturas diversas, mas cosmovisões que frequentemente não são compreendidas pelo pensamento eurocêntrico colonizado (JECUPÉ, 2020; KRENAK, 2020).

É um desafio considerável para o professor exercitar o pensamento fronteiriço ao se deparar com tantas distintas fronteiras. Estão em jogo, contudo, sonhos, projetos de vida, esperanças. E, diante disso, todo o esforço que fazemos pode ajudar a construir uma vida diferente para cada um desses estudantes que confiam sua formação ao nosso trabalho e, sobretudo, ao nosso discernimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este capítulo aproximando-nos de Jorge Drexler para, com ele, afirmar que “nuestra casa también está en la frontera”. A UFFS Cerro Largo ocupa este espaço que aproxima (e por vezes distancia) Brasil e Argentina. Mas esta fronteira está permeada de outras tantas fronteiras dos tantos povos que por aqui caminharam e que aqui deixaram suas sementes.

São sementes poderosas que seguem erguendo caule e fruto ainda nos dias de hoje. Este povo que é visto e, por vezes, vê a si mesmo como missionário é exatamente isso e também muito mais que isso. É único e diverso.

Essa diversidade, tão particular desta região do Brasil, pode nos ensinar muito se o permitimos. Num primeiro movimento, como formadores de professores de espanhol, vislumbramos que essa diversidade étnica e linguística é uma ferramenta riquíssima para fortalecer o próprio ensino de espanhol. Ainda que o Rio Grande do Sul conte hoje com um artigo de sua constituição que garante o ensino de espanhol nas escolas, interessa-nos o plurilinguismo, pois estudantes expostos a diferentes idiomas e culturas são capazes de desenvolver uma percepção mais crítica do mundo que os rodeia e amplificar seu sentido de respeito à alteridade (HONNETH, 2008).

É preciso trabalhar, portanto, no sentido de fazer com que os professores em formação e, por extensão, os estudantes das escolas entendam a importância do espanhol nesse contexto, percebendo-o não como o idioma do outro, mas como um idioma que me faz compreender o outro e, desta maneira, perceber a mim mesmo e à cultura que me constitui com mais clareza. Para isso, contudo, nós, como professores formadores, temos pela frente um trabalho delicado e exigente que é o de construir e alimentar dentro de nós mesmos esse pensamento fronteiriço que nos permite comungar das tão diversas culturas de nossos próprios alunos para delas e com elas construir pontes. Afinal, como lembra Drexler na canção que foi fio condutor até este momento, “si hay amor, me dijeron, toda distancia se salva”.

REFERÊNCIAS

DAY, Kelly Cristina Nascimento. Fronteiras Linguísticas e Fronteiras Políticas: Relações Linguísticas e Socio-Históricas na Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. *Língua em Uso*. v. 23 n. 47, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.br/cadernosdeletras/issue/view/2216>

Acesso em 21 de setembro de 2021.

FAGUNDES, Angelise. *Aldyr Schlee e o entrelugar: A questão da fronteira em Uma Terra Só*. 2010. 130 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FAGUNDES, Angelise. *Pelos Bosques da Formação: o professor de espanhol como mediador intercultural na perspectiva da biologia do amor*. 142p. TESE (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

FAGUNDES, Angelise; FONTANA, Marcus V. L. Amorosidade na formação de professores: transcendendo fronteiras. In: TALLEI, Jorgelina; TEIXEIRA, Wagner Barros. *Transbordando as fronteiras: lenguajes desde el entrelugar, resistencia y pluralidad en los Brasiles*. Manaus: EDUA, 2020. p. 143-168.

FREIRE, Paulo. Prólogo. In: Gutiérrez, Francisco. *Educação como Práxis Política*. São Paulo: Summus, 1988.

GARCIA, E. F. *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional*. Tempo 12 (23), 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/bg-MRwy9wwwKHJVC4TdyfqMy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 8 de agosto de 2021.

HONNETH, A. Observações sobre a Reificação. *Civitas*. Porto Alegre, v. 8, n. 1, jan.-abr. 2008, p. 68-79.

JECUPÉ, Kaká Werá. *A Terra dos Mil Povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2020.

KRENAK, Ailton. *A Vida Não É Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARCELO, Carlos. *Formación del Profesorado para el Cambio Educativo*. Barcelona: EUB, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256194929_Formacion_del_Profesorado_para_el_Cambio_Educativo/link/02e7e521fla3f866d2000000/download Acesso em 20 de setembro de 2021.

MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

RAMOS, Antonio Dari. *A Formação Histórica dos Municípios da Região das Missões do Brasil. Levantamento de Elementos do patrimônio Turístico-cultural da região Missioneira*. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, IPHAN, URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/44202326/A_FORMA%C3%87%C3%83O_HIST%C3%93RICADOS_MUNIC%C3%8DPIOS_DA_REGI%C3%83O_DAS_MISS%C3%95ES_DOBRASIL Acesso em 25 de setembro de 2021.

RAMOS, Antonio Dari. História e Esquecimento, Análise da Formação Histórica da Região das Missões do Rio Grande Do Sul. In: TEDESCHI, Losandro Antônio; RAMOS, Antônio Dari (Org.). *Temas sobre gênero e interculturalidade*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/37504916/HISTORIA_E_ESQUECIMENTO_ANALISE_DA_FORMACAO_HISTORICA_DA_REGIAO_DAS_MISSOES_DO_RIO_GRANDE_DO_SUL. Acesso em 25 de setembro de 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como Problema*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília: Editora UnB, 2010.

SEPLAG – Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. *Regiões Funcionais de Planejamento – RFs*. 5. ed., 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

STURZA, Eliana. Línguas De Fronteira: O Desconhecido Território das Práticas Lingüísticas nas Fronteiras Brasileiras. *Ciência e Cultura*. vol.57 n.2 São Paulo Apr./June, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a21v57n2.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2021.

V

RASGOS COLOQUIALES:

de la vida cotidiana a la clase de lengua

MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA FARIAS-MARQUES
ADAIL SOBRAL

Si la rueda de los rasgos de la coloquialidad y de la formalidad comienza a moverse, todo entra en movimiento.

Evidentemente, los géneros son necesariamente también graduales, y cuando el eje se mueve, todo el engranaje se mueve con él.

Esas dos citas son de Antonio Briz (2010, p. 130), catedrático de la Universidad de Valencia y líder de investigación del Grupo Val.Es.Co – Español Coloquial de Valencia, quien destaca puntos clave para el desarrollo de este artículo: registros, géneros y lengua en uso.

Como docentes de lenguas hemos percibido una carencia en el currículo de los Cursos de Letras, específicamente Cursos de Licenciatura en Lengua Española de asignaturas que trabajen con el registro coloquial ya que este posee su marco teórico y práctico.

Frente a eso, este trabajo tiene por objetivo general movilizar la importancia en observar en las manifestaciones enunciativas de la vida cotidiana rasgos coloquiales que nos permita, a partir de su análisis, proyectar estrategias didácticas y al mismo tiempo dar la debida importancia para la parte teórica. Para tanto serán fuente de ejemplos tiras de la dibujante argentina, Maitena, así como enunciados escritos que circulan en locales comerciales uruguayos.

Ese interés se justifica por el registro coloquial estar presente en los inúmeros intercambios lingüísticos diarios, por su cotidianidad; por la oralidad espontánea; por el tono informal y por los rasgos geográficos y sociales asociados al usuario (BRIZ, 1998). De ahí la importancia de trabajar esas marcas a partir de muestras de géneros del discurso (BAKHTIN, 1992). Frente a eso, este trabajo se apoyará en los estudios discursivos desarrollados por el Análisis Dialógico del Discurso, en la voz de Sobral, y en los estudios, sumamente importantes, sobre español coloquial desarrollados por el Grupo Val.Es.Co, específicamente, Briz (1998, 2010), García-Rodríguez (2015), Narbona (1992).

Entendemos que para estudiar el registro coloquial no basta, solamente, conocer la sintaxis de la lengua española, o estudiar solamente sobre la lengua. Es necesario ir más allá y observar las situaciones comunicativas, la lengua en uso en sus diferentes contextos y registros de lengua, “las actuaciones idiomáticas reales” (NARBONA, 1992).

Para tanto, partimos de un panorama de los estudios sobre el registro coloquial tomando los aportes de Briz (1998, 2010), García-Rodríguez (2015) y Narbona (1992) más precisamente sobre los rasgos situacionales, los factores que señalan para la adecuación de la lengua según el contexto en que se emplea el registro coloquial y los niveles de lengua. En un segundo momento, los

leemos a partir de la ADD para, en fin, proponer una actividad de análisis a partir de un ejemplar de género retirado de una oficina pública uruguaya, localizada en la ciudad de Río Branco.

REGISTRO COLOQUIAL Y SUS ESPECIFICIDADES

García-Rodríguez (2015, p. 73) afirma que “la enseñanza del registro coloquial sigue siendo una asignatura pendiente para muchos docentes que se dedican al español como lengua extranjera (ELE)”. Narbona (1992, s/p) apunta que no se pretende “decir que no hay abundantes observaciones sobre el español coloquial”, pero entender que aún queda por promover el puente entre teoría, práctica, contexto de uso de la lengua para “a partir del conocimiento de cómo son y para qué se usan las estructuras del coloquio”.

Oliveira (2016), tomando como dirección la citación de García-Rodríguez desarrolló una investigación para averiguar la oferta de asignaturas sobre el estudio del registro coloquial en Universidades brasileñas. De 118 instituciones consultadas por los portales web, 48 ofrecen el curso de Letras y solamente una de ellas mencionaba una asignatura que se acerca al estudio del registro coloquial. Los datos nos mostraron la necesidad de difundir estudios sobre lo coloquial en territorio brasileño.

Por otro lado, hemos observado la divulgación de estudios realizados en Brasil como eventos virtuales transmitidos por el Instituto Cervantes de Rio de Janeiro, en agosto 2020, sobre la temática “Clase de español argentino coloquial”. Otra oferta fue, en abril de 2021, de un mini curso Exprés ofrecido por el Instituto Cervantes de Belo Horizonte con la temática “Español Coloquial jergas y palabras malsonantes en español coloquial”. Otra inves-

tigación, en curso, realizada entre la Universidad de Valencia y Universidades brasileñas es la coordinada por Antonio Briz que se dedica al estudio sobre la cortesía atenuadora en España y América. También se ha visto simposios temáticos en eventos como el 19º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, en Natal, que se proponen a estudiar la cortesía dentro de una perspectiva pragmática que va más allá del estudio descriptivo de los niveles fonético, morfológico, sintáctico y morfosintáctico.

Esto nos muestra que el interés en estudiar el registro coloquial avanza en Brasil, pero aún nuestro interés se fija en la carencia de asignaturas en los cursos de Letras.

Hemos observado que cuando se toca en el tema de estudiar o investigar el registro coloquial suele confundirse con el habla, con la oralidad, con conversación libre, o sea, con un registro de lengua que induce al “error” o a inadecuaciones de lengua – ya que nosotros docentes, muchas veces, hacemos valer más las reglas de la lengua que su uso y las diversas producciones de sentido. Es importante llevar en cuenta que el registro coloquial no es más simple, tampoco menos elaborado y no induce el alumno al erro. También vale aclarar que lo coloquial está presente en la escritura y en la oralidad, así como lo formal, lo que cambia son algunas constantes que nos llevan al uso de uno u otro registro o de los dos. Narbona (1992, s/p) expone que “nos servimos de la andadura sintáctica que hemos considerado más eficaz, relevante y adecuada” al contexto de interacción y, por lo tanto, “que expresen con mayor precisión lo que pretendemos comunicar.”

Según Briz y el grupo Val.Es.Co, el registro coloquial responde a rasgos situacionales y a la propia variedad coloquial. Briz (2010 p. 126) propone los siguientes rasgos relacionados a la situación:

- Relación social o funcional de igualdad entre los interlocutores.
- Relación vivencial de proximidad entre estos: saberes, experiencias y contextos compartidos.
- Marco internacional familiar.
- Cotidianidad temática de la interacción.

El primero se refiere tanto al acercamiento social cuando los interlocutores pertenecen al mismo estrato social como los papeles comunicativos en un momento dado. En relación al segundo, el estudioso afirma que la relación de proximidad

no se mide solo por el grado de parentesco o de amistad o de conocimiento, sino por el grado de acercamiento interpersonal que puede ir aumentando conforme avanza la interacción (de ahí que una interacción formal puede coloquializarse o que otra coloquial pueda, formalizarse). (BRIZ, 2010 p. 127).

Los otros dos se refieren a la relación de cotidianidad entre los interlocutores con la esfera de actividad humana en el que se sitúa la interacción y a temáticas de la vida cotidiana, no especializados, o sea no pertenecen a esferas especializadas que reclaman la utilización de un discurso más formal, por ejemplo, prácticas discursivas (orales y escritas) desarrolladas en un Consulado.

Vinculados a esos cuatro, están otros tres. La planificación sobre la marcha que se refiere a “un menor control de lo producido que se manifiesta e frecuentes reducciones y pérdidas de elementos, vacilaciones, reinicios y vueltas atrás” (BRIZ 2010, p. 128). El segundo elemento, fin interpersonal está relacionado con la inmediatez comunicativa o mayor coloquialidad (en términos de grupo Val.Es.Co), al grado de confianza entre los interlocutores

que se percibe en el uso de un léxico menos preciso. Según Briz (2010, p. 128), “la relación de proximidad entre los interlocutores favorece que lo coloquial esté fuertemente sometido al contexto”. Un ejemplo es el tratamiento familiar o cercano como el uso del tuteo y/o del voseo, los apelativos cariñosos, las expresiones del hogar, el léxico heredado, etc. Y, por fin, todas esas constantes y frecuencias lingüísticas caracterizan el tono informal.

Entramos, entonces en los cuatro factores que señalan para la adecuación de la lengua según el contexto en que se emplea el registro coloquial, son ellos: campo, modo, tenor y tono. Según García-Rodríguez (2015, p. 76) para ese registro,

El campo sería cotidiano, esto es, los temas en que se utiliza este registro no son especializados y, por tanto, tienen cabida en las conversaciones cotidianas de los hablantes. En cuanto a modo, la escasa o nula planificación de los mensajes, lo sitúan en la oralidad y la espontaneidad. El tenor es el acto interactivo. Y, finalmente, el tono es informal, ya que el control que los interlocutores llevan a cabo en sus mensajes es escaso.

Además de los rasgos situacionales y de los factores que determinan en uso del registro coloquial, se observan las características del registro coloquial en cuatro niveles: fonético, morfosintáctico, léxico-semántico y pragmático.

Sobre el nivel fonético se destacan algunas manifestaciones lingüísticas producidas en situaciones espontáneas, tales como: la entonación que puede variar el significado de lo que producimos al enfatizar con mayor o menor grado una expresión (GARCÍA-RODRIGUÉZ, 2015). De la misma forma se destacan la velocidad del habla, la pérdida y adición de sonidos, las vacilaciones, los alargamientos fonéticos, la pronunciación

marcada y las abreviaciones. En los ejemplos que siguen pueden ser observados algunos rasgos:

Las tiras de Maitena son géneros con mucha riqueza coloquial. En esta podemos destacar: la entonación con los alargamientos “¡Ahhh!”; con los puntos suspensivos y exclamativos que marcan el tono y nos permite identificar el estado de ánimo de los interlocutores.

Ya en los carteles que encontramos por las calles uruguayas, se observa la abreviación de la palabra milanesa al hacer referencia al plato típico del país, milanesa al pan. Eso nos permite identificar la relajación discursiva como estrategia lingüística de proximidad entre los interlocutores.



En el nivel morfosintáctico se destacan la dislocación sintáctica cuando se tiene en cuenta un orden sintáctico determinado por la gramática (Sujeto + Predicado con sus complementos), la comodidad lingüística o elaboración de oraciones menos complejas o inacabadas, la gesticulación marcada como también se percibe en la tira de Maitena.

El léxico jergal, las frecuencias léxicas, las metáforas cotidianas, los comodines lingüísticos, los refranes, las expresiones idiomáticas, las proformas son ejemplos de rasgos coloquiales que pertenecen al nivel léxico-semántico. Sumando esas marcas se lleva en cuenta la edad, la procedencia geográfica y lingüística de los interlocutores.

Por último, se menciona el nivel pragmático-discursivo donde se destacan los turnos de habla relajados, los intensificadores y atenuantes presentes en las fórmulas de cortesía, la presencia de deícticos, la afectividad y gesticulación abundante que aporta información sigue presente como rasgos coloquiales.

Sobre lo expuesto, citamos a Narbona (1992) que expresa la importancia de tener conocimiento de los “esquemas sintáctico-semánticos contemplados en el concreto fluir discursivo al que pertenecen”, o sea, a las “construcciones de las que nos servimos habitualmente al hablar” o al escribir. A partir de esas constantes y frecuencias lingüísticas que caracterizan lo coloquial, pasamos a mirarlas en el engranaje activo que nos muestra la lengua en acción, en movimiento con el apoyo de la ADD ya que “tales rasgos afectan de modo dinámico a la determinación de los géneros” (BRIZ, 2010, p. 128).



En otra tira de Maitena, se observa, la cortesía marcada con el uso de la palabra “perdón”, de la misma forma la gesticulación, la afectividad con el uso del diminutivo.

Las clases de lengua a que hacemos referencia son las de cursos de Letras de una Universidad localizada en ciudad de frontera (Brasil-Uruguay). Localidad donde los alumnos en formación pueden disfrutar de un repertorio lingüístico del cotidiano de una ciudad uruguaya al cruzar el puente o al lanzar una mirada atenta a esferas comerciales y culturales brasileñas que son nutridas diariamente por el ir y venir. Ese cotidiano en algún momento se acerca de la vivencia brasileña, pero en buena medida también se aleja porque cada pueblo posee sus rasgos culturales, identitarios, por la manera propia de manejar la lengua española y de adecuarla cuando necesita cruzar la frontera y acercarse del cotidiano brasileño.

Son en las diferentes situaciones comunicativas, en las relaciones con distintos interlocutores y objetivos comunicativos que percibimos rasgos coloquiales y formales. Ambos tienen su importancia, están presentes tanto en la escritura como en la oralidad y se muestran en diferentes grados. Frente a eso cabe oídos atentos, ojos abiertos para hacer las relaciones posibles entre las dos lenguas mayoritarias que están en movimiento y buscar en lo coloquial de la lengua española un saber a más.

Desde el punto de vista dialógico, es posible decir que la influencia legítima intrasistema y entre sistemas es la constante y que ella crea un proceso interactivo bicultural o multicultural – lo que no es afirmar que se puedan equiparar las experiencias y saberes de una lengua dada, considerando su valor cultural específico, con las de otra lengua, o transferir de una a otra. En este sentido, todo proceso es convergente e inclusivo y no sustractivo, divergente e exclusivo, porque hay una interinfluencia entre las lenguas dependiente de la experiencia lingüística y cultural-enunciativa de los sujetos.

Eso también se da al considerar la experiencia del sujeto

con su primera lengua. O sea, se puede entender en los mismos términos, una vez implica la movilización de diferentes saberes y experiencias enunciativas, en términos de adaptación a los interlocutores, de variantes y registros que se pueden usar, valoraciones posibles, entre otros factores. Cuanto más grande la experiencia interaccional del sujeto, tanto más grande su repertorio de recursos expresivos (incluyendo los géneros del discurso) y su capacidad de movilización contextualmente sensible de estos recursos.

Las lenguas son esencialmente heterodiscursivas, en cierto modo radical: el discurso de cada sujeto es ya, antes que él hable, una combinación de palabras de otros y palabras suyas. El discurso de todo sujeto tiene que ocurrir necesariamente en términos de los géneros del discurso, marca por proyectos enunciativos y por restricciones de las prácticas sociales en las que existen. Y su desarrollo siempre depende del interlocutor a quien el sujeto se dirige.

Esto demuestra que las lenguas son sistemas históricos o complejos, formados por la integración dinámica del sistema de reglas de las lenguas y el sistema de uso de las lenguas; el sistema de reglas se refiere, por supuesto, al aspecto lingüístico estricto, mientras que el sistema de uso, menos estrictamente sistemático, pero no menos organizado o más simple, se adapta a las diferentes situaciones enunciativas en las que los sujetos pueden participar o están involucrados. Las lenguas son cristalización y oscilación; son permanencia y variabilidad.

En este sentido, si en el interior de cada lengua hay diferentes variedades entrelazadas que se utilizan en distintos contextos, se puede sugerir que, como se aprenden lenguas en términos de géneros (las formas típicas del enunciado), incluyendo las variedades y variantes de cada lengua, hay un repertorio de géneros que se pueden acercar o apartar en distintas lenguas. Eso depende tanto del nivel de formalización de cada uno de los géneros (porque no hay universales o géneros universales, a pesar de ciertas semejanzas de situaciones enunciativas) como de la formación

social e histórica de las lenguas en contacto, a pesar de las proximidades (SOBRAL, 2011, p. 7).

En otras palabras, aprendemos a contextualizar los usos, a partir de lo que admite el sistema de reglas, a través de la asimilación y el uso de géneros, que son el lugar de la interacción entre variación y constancia paradigmática, y para ello utilizamos todo el conocimiento, de cualquier lenguaje (y de toda variedad, registro, lengua) implicada en su diversidad y especificidad. Esta heterodiscursividad dentro de las lenguas y entre lenguas se vincula con la innovación en géneros, porque el dominio de variedades y lenguas hace que el hablante sea más capaz de innovar, porque tiene un repertorio con más recursos. Esto refuerza la sugerencia de que existen formas de integración de género discursivo según un repertorio que el sujeto selecciona, en el contexto específico, lo que sirve a su propósito enunciativo.

Además, sabemos que cada esfera de actuación humana se constituye por las relaciones entre sujetos que se dan por medio de géneros discursivos los cuales corresponden a situaciones típicas y puntuales de enunciación.

Para los estudiosos Sobral y Giacomelli (2020, p. 23), comprender los géneros es considerar

Las situaciones enunciativas (tiempo, espacio y ambiente) presentes en las prácticas sociales (formas de organizar las relaciones e interacciones humanas) según las esferas de actividad (los campos de actividad: escolar, mediático, etc.) dónde hay la producción, circulación y recepción de discursos, configurados enunciativamente en géneros.

Las claves están en: (1) dónde los géneros circulan, (2) quiénes son los interlocutores, en especial, el destinatario, o sea para quién ese discurso está enderezado y (3) qué aspectos textuales/lingüísticos serán puestos en movimiento para lograr lo esperado

por los productores. De acuerdo con Sobral y Giacomelli (2020, p. 22), los géneros son “dispositivos enunciativos de las prácticas sociales”, o sea, son “forma y contenido, texto y contexto, sistema y uso, y organizan las interacciones”.

Con la finalidad de observar el registro coloquial en géneros del discurso, tomamos para análisis un cartel expuesto en una oficina pública, en el centro de la ciudad de Río Branco, Uruguay. El cartel que sigue, tomado como una muestra auténtica de género del discurso que circula en las calles de ciudades uruguayas, nos permite tratarlo didácticamente en clase de lengua española.

El ejemplar de género en cuestión fue producido por el Banco de Previsión Social (BPS), de Uruguay, oficina que tiene como Misión *brindar servicios para asegurar la cobertura de las contingencias sociales a la comunidad en su conjunto y la recaudación de los recursos, en forma eficaz, eficiente y equitativa, promoviendo iniciativas en materia de seguridad social*, según su página web.

« EL CUENTO DEL TÍO »»

EXISTEN MUCHAS FORMAS DE ENGAÑO
Y TODOS PODEMOS SER VÍCTIMAS DE UN FRAUDE

PRESENCIAL TELEFÓNICO DIGITAL

¿CÓMO IDENTIFICARLOS Y PREVENIRNOS?

Estemos atentos a situaciones no habituales o sospechosas y a personas extrañas, aunque digan ser de instituciones públicas o privadas.
Los impostores pueden tomar infinidad de identidades y aparentan ser confiables.

Desconfiemos:

- No dejemos pasar a nadie a nuestra casa.
- No brindemos datos personales.
- No entreguemos dinero, documentos o bienes.
- No ingresemos a ningún link sin comprobar su seguridad.

Antes de tomar cualquier decisión, verifiquemos lo que se nos dice con alguien de nuestra confianza: un vecino, un familiar o un amigo. Tengamos a mano sus teléfonos.

Cuidémonos.
Compartamos esta información con nuestros contactos.

ESTAR ATENTOS ES BUENO
PARA LA SEGURIDAD DE TODOS

BPS
Banco de Previsión Social

Figura 1. archivo personal.

Al tratarlo en clase, organizamos el análisis (puede ser oral o escrito), empezando con las siguientes preguntas: (1) ¿A quién se dirige el locutor con su discurso? (2) ¿Cómo lo organiza? (3) ¿Qué objetivo quiere alcanzar? (4) ¿Qué efectos quiere producir? (5) ¿Cómo espera que su interlocutor reaccione al leer o escuchar lo que dice?

Se percibe que el discurso es de alerta a los ciudadanos que con él se relacionan acerca de algunas de las diversas formas de engaño, a la identificación de impostores y de acciones que eviten que sean víctimas de fraudes. Se percibe en el cartel una organización discursiva que permite a la oficina, BPS, lograr su objetivo comunicativo, su intencionalidad, que se materializa en los enunciados de forma que sea reconocida por sus interlocutores: todos podemos ser víctimas, pero os presento formas de no serlo.

Esa expresividad manifiesta la posición de la oficina y sus potenciales interlocutores, o sea, organiza los enunciados a partir del enderezamiento específico a ese público y de ese público espera una respuesta/reacción que puede ser seguir lo que es presentado y así evitar el engaño.

El cartel se organiza, en la parte visual, mostrando al comienzo tres posibles modalidades de engaño, precedidos de “Existen muchas formas de engaño y todos podemos ser víctimas de un fraude”, colocándose como una víctima posible. A seguir expone como los ciudadanos pueden identificar y prevenirse de los fraudes. La organización discursiva utiliza un lenguaje directo que crea proximidad a sus interlocutores: el locutor dice que es parte de la comunidad usando, por ejemplo, “Estemos atentos”, “Cuidémonos”, y no “esté atento”; “cuídese”.

Llamamos la atención para la expresión idiomática “El cuento del tío” que corresponde, en su significado figurado, al cuento que no existe, que es engaño. El locutor denuncia la mentira agregando el tono de cuidado, prevención al fraude que pre-

domina en el cartel de alerta. El cartel hace una alerta como si la oficina BPS fuera un amigo. No es la comunicación burocrática típica de oficinas. Ese tono más informal crea confianza en el locutor por los interlocutores, y por lo tanto, es enderezado a un público específico victimado por fraudes.

A modo de organizar un guía que puede ser a cualquier momento adaptado y, por lo tanto, está abierto a la intención del docente, se sugieren preguntas a los alumnos sobre otros géneros que circulan en la sociedad sobre fraudes y engaños; preguntar cuáles son los discursos que están fijados en las calles, en las esferas cotidianas que se relacionen al contexto en que circulan esas informaciones; (2) a partir de ahí se puede trabajar diferentes carteles impresos o virtuales. Una sugerencia para trabajar los carteles es seguir las preguntas que están en el recuadro:

¿Sobre qué trata el cartel X o los carteles XX? Es decir, el objeto del enunciado.
¿Qué pretenden los locutores? ¿Qué efectos pretenden causar? (Divulgar, ordenar, invitar, alertar etc.)
¿Cómo se dirigen a los destinatarios/interlocutores? Directamente, de manera formal, informal, etc.
¿Cuál es el proyecto enunciativo del autor/locutor? Es decir, ¿qué pretenden que sus interlocutores comprendan?
¿Qué recursos textuales y lingüísticos utilizan para cumplir su objetivo comunicativo? ¿Cómo organizan sus textos y que palabras y expresiones utilizan?
Para la construcción del sentido, ¿cómo los elementos visuales se relacionan con los verbales? El texto estudiado es verbal y visual, e esos dos elementos están integrados.
¿Cuáles son las posiciones valorativas que son marcadas? En contra el fraude, por ejemplo, en defensa de los interlocutores.
¿Hay relaciones con otros enunciados ya conocidos? ¿Es decir, remite a saberes ya enunciados que creen que los interlocutores conocen?
¿De qué otras formas podrían ser escritos? Eso permite la exploración de las relaciones entre locutor e interlocutores.

APORTES FINALES

Las consideraciones de este texto muestran que cuanto más grande el acceso del alumno a diferentes variedades de la lengua, situaciones y prácticas enunciativas, más grande será su repertorio discursivo y su capacidad de interacción y, por lo tanto, más grande sus condiciones de practicar la ciudadanía. Restringir el contacto del alumno con ciertas variedades, situaciones y prácticas sería un obstáculo para el aprendizaje y, en el caso de una política lingüística, una imposición política que irrespeta los derechos de ciudadanía del sujeto.

El ejemplo del cartel muestra que los géneros siguen las necesidades enunciativas de los sujetos, y pueden servir de unidades de análisis del uso del lenguaje. Se aprende la lengua de promedio los géneros. Ellos muestran que los sujetos movilizan, en sus proyectos enunciativos, en sus enunciaciones, recursos de la lengua, saberes referentes al lenguaje, entendida como el sistema de adaptación de la lengua a los contextos, según los interlocutores a que enderezan sus enunciados.

Eso remite al dominio de las variantes y variedades del lenguaje, comprendidas aquí, desde la perspectiva dialógica, más allá del sistema de la lengua, como variantes enunciativas, rasgos seleccionados según las distintas interacciones y valoraciones distintas en el ámbito de las situaciones enunciativas en las que los sujetos enuncian.

De eso se cree importante proporcionar al alumno, en proceso de aprendizaje de lenguas, repertorios enunciativos que él pueda recurrir en las más diversas situaciones comunicativas, darle la oportunidad de alcanzar un uso satisfactorio en otra lengua, usándola como el extranjero que es. Pensamos que es más impor-

tante la capacidad de usar la lengua de varias maneras, culturalmente aceptadas, que buscar un imposible uso “perfecto”.

El foco sale de la estructura de la lengua o del acento impecable, y va para la capacidad de participación eficaz en la comunicación. El aula pasa a ser un lugar donde se crean condiciones para el aprendizaje del sistema de usos, de enseñar la lengua activa, dinámica más próxima de las situaciones en que de hecho ocurre, situaciones en las que los géneros, con su flexibilidad, organizan el mundo discursivamente según las necesidades y posibilidades de los interlocutores.

REFERENCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 5. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRIZ, A. *El español coloquial en la conversación*. Esbozo de pragmatogramática.

Barcelona: Ariel, 1998.

BRIZ, A. Lo coloquial y lo formal, el eje de la variedad lingüística. *Dialnet*, p. 125-133, 2010.

FARIAS- MARQUES, M.S A. ¡¿Eso te dijeron?! ¡Nooo!: el registro coloquial en las clases de español. In: ANAIS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 2017. *Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá, 2017. Disponível em: <<https://proceedings.science/siget/papers/---eso-te-dijeron---nooo--el-registro-coloquial-en-las-clases-de-espanol?lang=pt-br>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GARCÍA- RODRIGUEZ, J. Teoría y práctica del español coloquial en el aula de ELE. *RedELE*. v.27, 2015.

NARBONA JIMÉNEZ, A. (1992): «Hacia una sintaxis del español coloquial», en Congreso de la Lengua Española (1992, Sevilla),

Instituto Cervantes, pp. 721-740. Disponible en: <https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/29504>

OLIVEIRA, K. *El registro Coloquial en las clases de español*. Trabajo de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pampa, 2016.

SOBRAL, A; GIACOMELLI, K. Los géneros del discurso como dispositivos enunciativos de las prácticas sociales: una mirada teórica y práctica. *Revista da Anpoll*, v.51, n.2, p.17- 28, Florianópolis, 2020.

SOBRAL, A. Géneros, multilingüismo y adquisición del lenguaje: un enfoque multicultural aditivo. Comunicación presentada en la Sesión Coordinada “El multilingüismo en la era de la globalización: la cuestión de las fronteras difusas”, organizada por Hilario Bohn y Adail Sobral. En: *IX Congreso Brasileño de Lingüística Aplicada*, 2011, Río de Janeiro. Libro resumen. Río de Janeiro: ALAB, 2011.

VI

ALLÍ DONDE EL MAPA CORTA, EL RELATO ATRAVIESA:

*reflexiones semióticas sobre narraciones
y experiencias en la frontera*

FROILÁN FERNÁNDEZ

En el umbral de este artículo resuenan las palabras que Michel de Certeau (2000) escribió en un ensayo cardinal sobre las narrativas de la vida cotidiana. A partir de un ejercicio de etnografía urbana ejemplar, el antropólogo francés deslinda una serie de postulados que diagraman articulaciones entre el lenguaje primario del espacio y un género discursivo nodal para múltiples universos culturales como la narración. Mediante giros metafóricos (la referencia a las *metaphorai* griegas abre el texto) que se combinan con rigurosas referencias eruditas, de Certeau destaca el papel del relato en la configuración de los espacios que habitamos cada día, enfatizando su condición de dispositivo semiótico en el entramado de la vida social. Desde esta perspectiva, toda narración se define como una práctica del espacio, en tanto las narrativas que habitan nuestra vida cotidiana producen geografías de acciones y

organizan los andares diarios¹. Si bien esta asociación no es original y remite a una serie de reflexiones que abarcan vastos campos disciplinares, la potencia cartográfica de la narrativa destaca su relevancia en las investigaciones sobre las dinámicas semióticas de la vida en la frontera. Así, “el relato privilegia, mediante sus historias de interacción, una lógica de la ambigüedad que convierte la frontera en travesía, y el río en puente. Relata en efecto inversiones y desplazamiento” (DE CERTEAU, 2000, p. 140), exhibiendo un proceso complejo de relaciones sociales e históricas que implican conflictos geográficos y políticos.

Estas premisas generales articulan los recorridos que proponemos en este artículo, en el que deslindamos una serie de indagaciones y reflexiones sobre las dinámicas narrativas de la vida cotidiana en la frontera, espacio que se destaca como materia de nuestras pesquisas y, simultáneamente, como *locus ubi* de nuestras prácticas y discursos. A partir de nuestra inscripción en el campo disciplinar de la Semiótica, proponemos un recorrido conceptual y analítico que describe las singularidades del espacio fronterizo que habitamos como un territorio de mixturas e hibridaciones culturales y lingüísticas que ponen en crisis las identidades predefinidas por los estados nacionales, y complejizan el propio concepto de frontera.

En una primera instancia, deslindaremos una serie de apreciaciones teóricas que, retomando los planteos del semiótico

¹ Tanto Michel de Certeau (2000) como otros autores de referencia para nuestras investigaciones (BRUNNER, 2013; BENJAMIN, 2010; AUGÉ, 1999; STEIMBERG, 2019; RICOEUR, 2006, entre otros) describen una constelación plural y heterogénea de formas narrativas para la vida cotidiana entre las que podemos destacar géneros primarios (vinculados con oralidad) como la anécdota, el chisme o el refrán, y géneros secundarios, como las narrativas mediáticas e institucionales. En todo caso, entendemos que las configuraciones narrativas de la vida cotidiana suponen interacciones entre diferentes formas del relato, en un complejo entramado que articula experiencias individuales con horizontes de pertenencias colectivas (familia, política, estado, religión, etc.).

ruso Iuri Lotman (1996) y los estudios de Ana Camblong (2012, 2015), proponen la categoría de “semiosfera fronteriza” para caracterizar las dinámicas culturales del espacio habitado en la provincia de Misiones.

Luego de este primer trayecto, recorreremos el análisis de una serie de narraciones para comprender el papel que juegan en la diagramación cotidiana del espacio fronterizo. En este sentido, nos interesa describir las tensiones ideológicas que se presentan entre los relatos de la vida cotidiana que enuncian los propios “habitantes transfronterizos” –donde detectamos indicios de mezclas e hibridaciones culturales y lingüísticas que organizan los hábitos y experiencias cotidianas– y las narrativas hegemónicas que configuran el imaginario de los estados nacionales (materializadas en textos históricos, mediáticos, literarios y educativos)².

Desde esta perspectiva, nuestro recorrido recupera la dimensión semiótica de la experiencia, en relación directa con las prácticas de la narratividad que atraviesan la vida cotidiana en la frontera. El derecho y el deseo de narrar se modelan en los intercambios experienciales de la vida ordinaria, un complejo proceso continuo por el que se configura semiótica e históricamente la subjetividad.

² La propuesta que desarrollamos en el presente artículo sintetiza los recorridos de investigación realizados a lo largo de una década para la elaboración de la tesis doctoral “Narrar la frontera. Relatos, experiencias y vida cotidiana en los umbrales de la alfabetización semiótica”, presentada y aprobada en el Doctorado en Semiótica de la Universidad Nacional de Córdoba. En ese marco, desarrollamos un trabajo de campo con las Red de Escuelas Rurales “Armando Redes para Crecer”, ubicada en el Departamento de San Javier, Misiones, limítrofe con Brasil. El corpus de análisis de dicha tesis estuvo conformado por relatos orales registrados en las aulas de clase de las escuelas primarias que forman la red, fragmentos de cuadernos de los estudiantes y libros de lectura de uso en las escuelas. Parte de ese corpus será citado a lo largo del artículo.

El punto de arranque de este recorrido despliega una serie de consideraciones teóricas que tienen una raigambre territorial. En los procesos de investigación que llevamos adelante junto a equipos del Programa de Semiótica de la Universidad Nacional de Misiones, la frontera emerge, al mismo tiempo, como un nodo conceptual y una problemática territorial, asociada con los procesos comunicativos y los discursos que atraviesan tanto la historia como el presente de la provincia de Misiones y la región. En este polifónico espacio de trabajo, nuestra línea indaga las dinámicas narrativas de la vida cotidiana en la frontera, poniendo especial énfasis en los procesos de alfabetización inicial, las instancias de umbralidad en las que los niños aprenden la lengua oficial del estado argentino. Una larga tradición de pesquisas, iniciada en la década de 1970, sostiene estas indagaciones, inscripta en una perspectiva disciplinar específica como la Semiótica, pero en diálogo permanente con investigaciones provenientes de otros campos de estudios (como la antropología, la lingüística, las ciencias de la educación y la historia, entre otros).

Habitar la frontera implica transitar un entramado de prácticas sociales, culturales y lingüísticas que ponen en fricción los deslindes geopolíticos definidos por la cartografía de los estados nacionales. La historia de las fronteras nacionales que se configuran alrededor de la provincia de Misiones posee un complejo devenir de tensiones ideológicas y políticas. Desde la colonización española y la instalación de la orden jesuita hasta la actual etapa de “integración regional”, pasando por las guerras de la independencia y los conflictos relacionados con constitución del Estado-Nación, la llegada, desde fines del siglo XIX, de contingentes inmigratorios de diversa procedencia, y la Doctrina de la Seguri-

dad Nacional impulsada desde la década de 1960 y exacerbada por las dictaduras militares de Argentina, Paraguay y Brasil en los años setenta, la frontera geopolítica del territorio provincial ha sido un espacio de intervenciones permanentes. De este modo, la frontera se ha constituido como un tópico continuo en los relatos oficiales sustentados por distintas instituciones: la narración sobre la frontera se desplegó en diversos campos del saber que interrelacionados privilegiaron, con variaciones a lo largo de la historia, un plurivalente relato oficial sobre las intervenciones territoriales. La escuela, la academia, los medios de comunicación dispusieron un relato de héroes y épicas donde el conflicto de las mixturas quedaba, la mayoría de las veces, solapado por una ética de la armonía y el *crisol de razas* o *melting pot*.

El proceso histórico de configuración de la frontera dispone un relato sobre su construcción y su necesidad como también una genealogía del territorio cartografiado; al mismo tiempo despliega otro tipo de relato, más sutil, que inserta la necesidad del límite en los imaginarios cotidianos de los sujetos que habitan la frontera. Sin embargo,

mientras en relación a los Estados es posible hablar de políticas de identidad nacional que intentan fijar la tradición en ciertos objetos y prácticas, entre las personas normales y corrientes se encontrarán visiones heterogéneas y más difíciles de reconstruir (GRIMSON, 1999, p. 11).

La experiencia del borde despliega estas visiones heterogéneas a partir de relatos de la cotidianeidad donde la historia oficial y la narración mediática se articulan en tramas más complejas. La experiencia geopolítica y semiótica de la frontera rezuma en estas reflexiones como una condición ineludible desde la cual

pensamos la narrativa cotidiana. Tal como explica Liliana Daviña (2018), “en tanto jurisdicción interior predominantemente rural y fronteriza, las experiencias con los múltiples funcionamientos lingüísticos y políticos merecen una consideración detenida” (10)³. Estas dinámicas semióticas, continuas y complejas, trasvasan los dispositivos narrativos de nuestra vida cotidiana. La experiencia de la frontera emerge en los relatos cotidianos no solo como un tópico sino como una red semiótica que entrecruza lenguas, costumbres, hábitos y creencias. La narración articula ese universo fronterizo de conexiones múltiples donde nada está definido de antemano como explica el relato oficial y donde el proyecto político e ideológico del Estado-Nación se reformula y dinamiza: el narrar fronterizo es un contar *entre lenguas*, heteroglósico y polifónico (DAVIÑA, 2018), una escenificación de la vida cotidiana –porque ese *entre lenguas* significa *entre mundos*: hábitos, creencias, rituales, etc.–, que articula los sentidos y revitaliza un dialecto de la supervivencia.

La complejidad de los procesos socio-culturales que traman esta territorialidad fronteriza y se diagraman en dispositivos narrativos de diversa índole, puede analizarse desde una perspectiva semiótica, en un abordaje teórico-metodológico que amplía las posibilidades conceptuales de un pensamiento sobre y desde la frontera. En este sentido, la presencia de fronteras semióticas

³ Dando cuenta de la complejidad lingüística del territorio, Daviña (2018, p. 10-11) afirma: “Los paisajes lingüísticos misioneros incluyen, junto a diversos usos del español local y al menos tres formas del complejo lingüístico guaraní en posiciones jerárquicas de estatus y productividades discursivas diferenciales, y la presencia del portugués-brasileño con los usos populares del portuñol o dialecto híbrido o fronterizo. Junto a ellos, se registran algunos usos familiares sostenidos y otros vestigiales de las lenguas de grupos inmigrantes europeos: *germanos* (alemanes y suizos), *eslavos* (polacos, ucranianos y rusos primordialmente) y *nórdicos* (suecos, noruegos y finlandeses), inscriptos de modo desigual en las memorias de sus descendientes de 4ta. generación, entre otros que no se registran en este corpus (p.e. japoneses, coreanos, libaneses entre otros).”

adquiere relevancia no solo porque el límite oficie como hito que distinga dos espacios diferentes y complementarios, sino también porque el límite deslinda un espacio intersticial de pasaje, traducción y contacto, “donde las aporías proliferan y las regulaciones centrales comienzan a horadarse” (CAMBLONG, 2012). La frontera divide –escribe Lotman (1996) con rigurosidad matemática– el espacio de la cultura en *continua* que encierran un conjunto de puntos cuyas correspondencias es necesario establecer para interpretar semánticamente el modelo general de la cultura. Las realidades fronterizas geopolíticas –como la que habitamos en el territorio misionero–, genéricas, etarias, económicas y sociales instalan la posibilidad de interrogarnos sobre una configuración teórica que intente explicar las dinámicas de traducción que allí se producen. ¿Podemos imaginar la existencia teórica y material de semiosferas fronterizas, o al menos de procesos semióticos que entrañen rasgos peculiares de fronteridad? ¿Cuáles serían las condiciones de posibilidad de estos universos semióticos? ¿Qué rasgos distintivos caracterizarían la dinámica de estos espacios paradójicos que revierten el esquema binario de la vida cultural establecida por los mojones geográficos que deslindan las cartografías oficiales de los Estados nacionales?

La organización de la semiosfera no está ceñida a una concepción monádica, homogénea y autónoma; hacia el interior del espacio semiótico encontramos una configuración heterogénea, irregular y dinámica que oscila entre rangos de mayor estabilidad y turbulentos encuentros con espacios vecinos. La toponimia centro-periferia sugerida por Lotman para definir este espacio, exhibe esta disposición dinámica y en perpetuo movimiento, además de demostrar las complejas tensiones y luchas de fuerzas que atraviesan un mundo cultural, diluyendo normas, propiciando mestizajes y transformando la vida signica de ese universo. El mayor o

menor grado de porosidad de la frontera incide en la labilidad de las pautas del espacio organizado, en un proceso constante y en ocasiones silencioso.

Ahora bien, en el marco de organización de la semiosfera, la interacción entre sus componentes sucede en el interior del espacio semiótico, mientras que los límites, en tanto principios constitutivos, balizan las pertenencias y promueven las traducciones. No obstante, podemos imaginar semiosferas donde el espacio periférico y fronterizo concentre en su propia dinámica matrices y principios activos que regulan una semiosis particular; en este caso, la frontera excede la condición de hito, de lugar de pasaje y trasvasamiento, “constituyéndose como un espacio habitado por individuos semióticos que no solo la atraviesan sino que también son atravesados por ella, en un gesto que modeliza pertenencias e idiosincrasias singulares” (CAMBLONG, 2012, p. 8). Hablamos de la dinámica que nos incumbe, la de la vida en la semiosfera fronteriza misionera, una configuración geopolítica que cristaliza en la vida práctica de los sujetos y las textualidades que la habitan y conforman, pero también extendemos nuestra reflexión conjetural a las múltiples instancias que pueden pensarse como “semiosferas fronterizas”, espacios limítrofes que forman un *modus vivendi* particular y excéntrico, en relación con universos regidos por mayores grados de estabilidad, como, por ejemplo, la semiosfera del Estado-Nación⁴.

Observemos cómo funciona esta configuración en pasajes de una clase de 2°-3° grado –grados acoplados a cargo de una sola docente– llevada adelante en la Escuela N° 55 de Paraje “El Guerrero”, a la vera de la Ruta Provincial N° 2, en el Departam-

⁴ Dando cuenta de esta paradójica dinámica, el filólogo alemán Karl Schlögel (2007, p. 144) escribe: “La incertidumbre que aflora en el trato con fronteras resulta de una riqueza y multivocidad de significados y referencias: la frontera que incluye, excluye; lo que une, separa; lo que toca es a la vez distancia. No podemos sustraernos de esa paradoja.”

mento de San Javier, ubicado en la región del Alto Uruguay, lindante con Brasil. Allí, enfatizando la dinámica conversacional, la maestra desarrolla temas relacionados con la historia nacional e intenta establecer comparaciones con la vida cotidiana de los alumnos, recurriendo a sus conocimientos de distintos lugares de la provincia de Misiones.

Maestra: Diferencia que decíamos nosotros con la ciudad en la que vivió L. por ejemplo. ¿Cómo era dónde viviste vos?

Alumna/o: En Posadas [Ruido. Inaudible]

M: Bueno, vamos por Posadas, que es más grande, ¿no? Ahí vamos a encontrar muchas cosas. Dijimos que en Posadas... Las veredas.... Así nos encontramos con [Ruido. No se entiende] ¿Sí?

A: ¡Sí!

M: ¡Muy bien! ¿Y cómo se venden las cosas en Posadas?

A: Allá se venden de camión o si no caminando... si no de camión se venden así: “¡Vendo chipá, chipá, chipá!”

M: ¡Muy bien! Y entonces los vendedores en Posadas, que usan los vendedores en Posadas, como dijo él... ¿Gritan?

A: ¡No! Hablan por los parlantes... Micrófonos, parlantes...

M: Hablan por los parlantes...

A: Microfone

M: ¡Claro! Con un microfone, micrófono... Muy bien... y ustedes creen que allá por 1810, pobres nuestros vendedores ambulantes, ¿usaban micrófono?

A: ¡No! ¡Sí!

M: ¿Sí o no?

A: ¡Sí!

M: ¿Allá en 1810?

A: ¡No! ¡Sí!

M: ¿Sí o no?

A: ¡Sí!

M: ¿Sí o no?

A: ¡No! ¡Sí!

M: No, no usaban micrófono. ¿Qué usaban? ¿Qué usaban?

A: La garganta.

M: La garganta. Lo que tenían... Tenían que usar...

A: La voz

M: La voz, muy bien, la voz... ¿y cómo será que decían? ¿Cómo dicen ahora? ¿Cómo dicen los vendedores? A ver... ¿Cómo dicen los vendedores en la calle? Por ejemplo...

A: Vendo fruta

M: Pero solo vendo fruta... no le compro pero ni ahí...

A: Vendo... vendo ropa por 10 pesos.

M: ¡Ahí! ¡Ahí me gusta más! Porque por lo menos me dice cuánto voy a gastar. ¿Qué más dirán? ¿Qué más dicen?

A: Vendo empanada'...

M: ¿Solo vendo empanada? Y si no me gusta la empanada, directamente ya ni le escucho. ¿Cómo hace la gente para vender? ¿Qué dice?

A: Dice chiste... dice un chiste....

M: Un chiste dice, a ver... Sacá la mano de la boca...

A: ¡Chipa!

M: ¿Pero solo chipa?

A: ¡Vendo chipa! ¡Ocho pesos!... [Hablan todos juntos. Uno de los niños cuenta]: "Acá el papá de B., un día cuando vino el camión de la fruta le llamó, y se iba ¿no?... En la calle por la bajada corriendo con la bicicleta, y casi cayó en la bajada..."

M: Pero... ¿y por qué el papá iba corriendo atrás?

A: Y para compra'....

M: ¿Y por qué quería comprar?
 A: Y porque estaba muy barato...
 M: ¡Ah! Está muy bien.... Entonces, ¿cómo sabía tu papá que estaba barata la fruta?
 A: No, el papá de B....
 M: Y bueno el papá de B., el papá de S.... ¿Cómo sabía él que estaba barato?
 A: Porque el hombre hablaba...
 M: ¡Hablaba! ¡Claro! Porque los que vendían tanto allá en 1810...
 A: Habla por un parlante y dice cuánto e que sale...
 M: ¡Claro! ¿Y nos convencen, no cierto? Tratan de decir cosas para convencernos de comprar, ya sea fruta, ya sea ropa, ya sea qué más... perdón... ¿Qué más?
 A: Vendían chort
 M: Short, dentro de ropa... ¿Qué más?
 A: Capri... Pantalón
 M: Todo lo que es ropa. Y también lo que decía Lucas hoy: tachos, mangueras... todo lo que es de utilidad... Bien, volvemos a la ciudad, ¿sí? Volvemos a la ciudad y vamos a otra parte de la historia...

La configuración narrativa de la dinámica semiótica de la frontera emerge sostenida en el dispositivo de la conversación que indaga y reconstruye experiencias de la vida cotidiana. En este caso, el tópico que organiza tanto el diálogo como las intervenciones narrativas de los alumnos y la docente se inscribe en una comparación histórica entre las modalidades del comercio ambulante en el siglo XIX y en el XXI. En este sentido, cabe destacar la relevancia que este tipo de intercambio tiene en la vida cotidiana de nuestro universo semiótico fronterizo y rural, marcado por la informalidad económica y las asimetrías comerciales que las fluctuantes economías de los estados nacionales argentino-brasileños tiene entre sí. El intercambio informal y ambulante, la práctica

del “hormiguelo” o el “chivear”, son hábitos que atraviesan las configuraciones socioculturales de la vida en la semiosfera fronteriza misionera⁵.

En este caso, la maestra propicia la conversación y las intervenciones narrativas componen las dinámicas semióticas de la fronteridad, enfatizando los hábitos de la vida cotidiana y los mestizajes lingüísticos transversales a estos hábitos e intercambios. A partir de una fecha emblemática de la semiosfera del estado-nación, la conversación deriva en una serie de deslindes que nos permiten discernir las particularidades de los desplazamientos en el universo fronterizo misionero, marcando su heterogeneidad en relación con los espacios urbanos de la capital provincial y los territorios rurales que habitan los niños. La idea de un *entre-medio* con su propio devenir paradójico y mestizo, donde incluso la legalidad de la norma se encuentra en plena construcción, vinculada con la experiencia mundana de los habitantes del borde, habilita la posibilidad de pensar en una construcción teórica como la semiosfera fronteriza. La frontera ya no puede pensarse como un punto fijo, sino como un campo de recorridos, pasajes y traducciones.

Inicialmente, podemos destacar que una semiosfera fronteriza se imagina como un espacio intermedio caracterizado por

⁵ Estos dos términos son comunes para designar la actividad del contrabando a pequeña escala. Recordemos que uno de los nombres que designan a las paseras –las trabajadoras mujeres que comercian en la frontera argentino-paraguaya– es el de hormigueras. Esta metáfora, que “animaliza” el trabajo de estas mujeres, ilustra los hábitos microscópicos de pasaje y las sutiles estrategias de acumulación e intercambio. Obreras y exploradoras del borde, estas mujeres trasladan una pesada carga material y simbólica que da cuenta de las contradicciones cotidianas y políticas de la fronteridad. El término “chivo” define un pequeño contrabando y, por traslación, la actividad de contrabandear a pequeña escala se denomina chivear. Chiveado designa tanto un producto de segunda mano –“trucho”– como un objeto o bien traído del país vecino –en nuestro caso Brasil– de manera “ilegal”. Es pertinente destacar que tanto el hormiguelo como el chiveo anclan el sentido en la animalización de prácticas humanas, resaltando tanto el carácter marginal de las mismas como la inscripción de lo humano en la naturaleza, un rasgo típico de los mundos rurales.

un grado constante de ductilidad en el contacto de textos que, hacia el interior de otra semiosfera, pueden pensarse incompatibles y hasta inconmensurables. La propensión a los mestizajes lingüísticos, étnicos y semióticos en general –la mixtura de hábitos, costumbres y prácticas cuya pertenencia “natural” reside en otra semiosfera–, define un rasgo basamental de este tipo de universo semiótico.

La experiencia de “habitar la frontera” supone una sutil percepción de las diferencias constitutivas de la vida cotidiana, la apertura y el contacto permanente con una alteridad que, paradójicamente, se torna familiar, habilitando una conjunción en la que convergen la pertenencia a un grupo específico y la disposición permanente a la mixtura, constitutiva de la memoria semiótica de ese espacio:

en el cotidiano de la “semiosfera fronteriza” los mestizajes, las hibridaciones y fusiones operan con una movilidad abierta a las infinitas alternativas, al tiempo que se reconocen regularidades afianzadas que le confieren particularidades reconocibles. (CAMBLONG, 2012, p. 9).

Si consideramos con Lotman (1999) que la dinámica de la cultura se constituye a partir de la tensión recíproca entre los procesos inmanentes de un espacio semiótico y las influencias externas producto del contacto cultural, podemos caracterizar a la semiosfera fronteriza como ese lugar de intersección que exagera las tensiones entre estructuras internas y externas –como también entre procesos de gradualidad y explosión– hasta confundirlas en una habitualidad paradójica.

En el espacio fronterizo, la alteridad externa adquiere una familiaridad que “desnaturaliza” su condición, inaugurando un

proceso de mestizaje donde el afuera y el adentro adquieren una valoración múltiple y contingente. Recordemos que la presencia de la frontera como condición de la semiosfera resalta su paradójica constitución: el límite surge como una discontinuidad del *continuum* semiótico, espacio fuera del cual no pueda producirse semiosis alguna. La dinámica dislocada de la semiosfera fronteriza vuelve a revertir esta relación de quiebre y continuidad, destacando que la fronteridad se instala como un proceso continuo de imposición y levantamiento de límites, tramado por una serie de rasgos particulares.

En primer lugar, destacamos, siguiendo a Ana Camblong (2009, 2012), el reconocimiento de la otredad, la percepción de las diferencias y su instalación en un horizonte de mestizajes semióticos que evaden la simple síntesis, como un proceso continuo que organiza la comunicación y la significación en una semiosfera fronteriza. El *continuum* semiótico que destaca este universo, horada las dicotomías y los binarismos, mediante desplazamientos que demuestran la transitoriedad de las pertenencias efectivas, disponiendo el cruce lingüístico y cultural.

El *entre-medio* fronterizo atraviesa las distinciones entre un afuera y un adentro, una interioridad y una exterioridad, habilitando un espacio que tampoco privilegia la síntesis o el sincretismo, sino el tránsito y con-vergencia de textos y lenguajes aparentemente antagónicos. La oscilación paradójica entre estar adentro y afuera, entre afirmar las pertenencias tangibles a un grupo social y, simultáneamente, instalarse con familiaridad en la otredad, configuran un rasgo seminal de la semiosfera fronteriza.

Esta continuidad entre una apertura paradójica a la disposición de la mixtura con la alteridad y la afirmación de una pertenencia efectiva a un grupo particular, característica del habitante de frontera y modelizante de la semiosfera fronteriza, remite a

una segunda característica de este tipo de espacio: el constante proceso de traducciones e intercambios semióticos. Para Lotman, en el proceso histórico de cambio se presentan al menos dos sistemas culturales que, basados en principios constitutivos diversos, se oponen y complementan; la presencia de una diversidad de sistemas se encuentra regulada por una lógica de traducción e intraducibilidad, según grados de extrañeza y semejanza:

la dinámica de la cultura es el fruto de la coexistencia, al interior de un mismo espacio cultural, de diversas lenguas, relacionadas por diversos grados de afinidad y traducibilidad o, a la inversa, de extrañeza e intraducibilidad (LOTMAN, 1996, p. 149).

El poliglotismo cultural, fundamento de la dinámica compleja del espacio semiótico, ingresa en un intenso proceso de aceleración en la semiosfera fronteriza. Si la dinámica de la cultura está regida por la lógica de la traducción y la extrañeza, en el campo de un espacio semiótico liminar esa lógica se encuentra acelerada. De este modo, el mecanismo fundamental de la dinámica cultural, consistente en el intercambio constante de posiciones entre lo propio y lo ajeno, asume una complejidad que teje los procesos semióticos de la vida cotidiana en la frontera.

La densidad de la semiosfera fronteriza exhibe su profunda complejidad en el desarrollo del proceso semiótico. No obstante, la dinámica vertiginosa de los mecanismos de traducción que operan en la semiosfera fronteriza podrían ampliar los horizontes conceptuales de la traducción semiótica usual, al postular hábitos que desplazan las interpretaciones bilingües hacia un campo de mestizajes más complejos. Mientras en la frontera del espacio semiótico descrito por Lotman se alojan los traductores filtros-bilingües, en la configuración dinámica de una semiosfera

liminar el bilingüismo es reemplazado por la mixtura de lenguas, por el pasaje traductor que instala hábitos disímiles en un campo compartido. El ejemplo más acabado de esta dinámica puede observarse en la consolidación del *portuñol*, lengua franca de la semiosfera fronteriza misionera, dispositivo semiótico mestizo que arraiga en la vida cotidiana más allá de las disquisiciones gramaticales y sintácticas que puedan realizarse.

La conversación citada anteriormente se inscribe en la semiosfera del aula como un espacio fluctuante y multiforme que permite, por un lado, la emergencia de las anécdotas autobiográficas y testimoniales, esos relatos-niños que ponen en escena la relevancia de pensar la experiencia singular inscripta en el horizonte de los hábitos semióticos que configuran la fronteridad. Por otro lado, dicha emergencia se nutre del humor, mecanismo semiótico que permite el surgimiento de dinámicas vinculadas con los afectos y las pasiones, y a partir de la cual la docente despliega breves traducciones de la experiencia ajena. El aula constituye en sí misma una semiosfera fronteriza que pone en escena los desplazamientos de la semiosfera fronteriza misionera proponiendo una cartografía –Posadas, San Javier, Garupá, Paraje “El guerrero”, Concepción de la Sierra– que mixtura lo urbano y lo rural, lo cotidiano y lo histórico, lo público y lo privado, lo estatal y lo regional, entre otros polos de desplazamiento experiencial.

De este modo, en la compleja dinámica de la semiosfera fronteriza, los procesos de traducción se aceleran, en una constante que instala la posibilidad del mestizaje, entendido no como una clausura sintética en una identidad definida de elementos opuestos, sino como una continuidad –rasgo de base para definir cualquier espacio semiótico– de conexiones polivalentes cuyas dinámicas modifican y transforman correlatos semióticos en proceso. La cronotopía de la semiosfera fronteriza, espacio dinámico

donde la contingencia adquiere un valor fundacional, se complementa con los intensos rituales de pasaje y división que configuran una totalidad compleja con ritmos semióticos particulares tramados por constelaciones de hábitos y discursos mestizos.

FRONTERA Y RELATO:

OPERACIONES PRÁCTICAS Y RECORRIDOS DEL ESPACIO

El esbozo preliminar de aquello que denominamos *semiosfera fronteriza* no pretende agotar las posibilidades teóricas de una construcción que consideramos parcial. La nuestra es una conjetura, una categoría de la imaginación teórica que se es(ins)cribe en una situación singular, el espacio donde desenvolvemos nuestro trabajo de investigación: la semiosfera fronteriza misionera. Esta marca territorial y enunciativa entraña pertenencias culturales y preocupaciones teóricas que intentan interpretar la dinámica de la semiosfera que habitamos.

La condición del espacio como un lenguaje constitutivo de la actividad cultural, habilita un campo de deslindes teóricos acerca de la narrativa y la espacialidad en relación tanto con la frontera –o la fronteridad como proceso semiótico– como con la idea de territorio. En este sentido, pretendemos esbozar una serie de reflexiones que profundicen la configuración propuesta alrededor del concepto *semiosfera fronteriza*, destacando la potencia semiótica de la narratividad en la disposición de espacialidades, y relacionando esa condición con rasgos distintivos de la frontera. Rememorando la importancia que Lotman le atribuye, tanto en términos teóricos como prácticos, al espacio, proponemos una articulación entre esta concepción y la capacidad que posee el relato, siguiendo a Michel de Certeau, para establecer itinerarios

que invisten de sentido, en la vida cotidiana, las múltiples esferas de la praxis social.

Uno de los gestos inaugurales de la experiencia humana se configura en la organización primaria del espacio: a partir de nuestra condición de animales territoriales amueblamos el mundo de signos que, análogamente, traducen la espacialidad de nuestro pensamiento al lenguaje. Las metáforas espaciales instaladas en el lenguaje ordinario describen e interpretan la experiencia cotidiana mediante cartografías múltiples.

El mapa nos convoca y la mensura nos (in)viste: los mapeos y las cartografías suponen una dinámica que involucra prácticas políticas con repercusiones en la vida cotidiana: como los diagramas o las hojas de ruta, los mapas dibujan el territorio con sus habitantes, lenguajes y discursos; simultáneamente, esas prácticas cotidianas que reiteran y traman hábitos resquebrajan las determinaciones habilitando posibles contingencias y sutiles cambios. Ahondando estas operaciones semióticas, podemos arriesgar que las cartografías no solo se dibujan sino también se escriben y hablan.

Esta dimensión cartográfica del lenguaje da cuenta de la importancia del espacio en la organización primaria de la cultura: la marca territorial se presenta como eje sintético y explosivo de la todoposibilidad perceptiva y el *nomos* lingüístico. Por un lado, resulta imposible librarse de ese gesto ancestral de apropiación y límite, por otra parte, parece pertinente recurrir una vez más a la cartografía como metáfora explicativa de las experiencias cotidianas en articulación con la narratividad. El *hallarse-mismo* –utilizando una expresión dialectal local que sintetiza la potencia semiótica de la espacialidad en el lenguaje cotidiano– nos conmina y nos conmueve como ley (hábito) de/los sentido(s): *sentirse en casa, sentirse como en casa, sentirse como sapo de otro pozo, estar*

fuera de lugar, son algunas de las frases que indican, en nuestro dialecto, la soterrada hegemonía del lenguaje espacial⁶.

Las analogías espaciales pueblan el lenguaje, dando cuenta de una operación que no es exclusiva del discurso de la teoría sino también inherente a las prácticas de la vida cotidiana. Ese ejercicio, que podríamos relevar en nuestras conversaciones diarias, esa reminiscencia que constituye un acervo dialectal variado, acuña pertinencias y tradiciones ligadas a un dispositivo semiótico primigenio: así como el mundo se duplica en la palabra, el hombre se duplica en el espacio. Hablamos del espacio como un lenguaje pero también como una metáfora inscrita en la palabra, como un desplazamiento que en los discursos habilita la heterogeneidad del sentido y que en la vida cotidiana, infinitesimalmente metafórica, fija y desplaza la significación.

Uno de los correlatos propiciados por este desplazamiento metafórico asocia lo cartográfico con lo narrativo: si bien el relato exhibe una extensa tradición relacionada con la materialización verbal de los discursos, la analogía con el mapa, como operación de recorte y selección del espacio con sus respectivos acontecimientos, se vuelve posible: como el cartógrafo, el narrador dispone un recorrido, un itinerario de peripecias infinitas.

La articulación entre relato y mapa opera sobre los territorios: la dimensión geopolítica del espacio se encuentra determi-

⁶ Las expresiones “hallarse”, “me hallo” o “no me hallo” en sus distintas variantes se utilizan en Misiones y la región como un modo de resaltar formas de pertenencia o extrañamiento en distintos espacios sociales o prácticas culturales. En este aspecto, tal como explica Camblong (2015, p. 105-106), el verbo “hallar” preserva vestigios de usos arcaicos y castizos que exhiben las capas geológicas de nuestro lenguaje coloquial: “En efecto, hallar, del latín *afflare*, “soplar hacia fuera o rozar con el aliento”, acepción que luego se desplaza al “husmeo del perro en busca de la pista”; luego, hacia el s. X se disemina en las lenguas romances con los significados más modernos. Cuando decimos *no me hallo*, en su significación centellea el afinamiento espacial y afectivo, ese recorrido primario que husmea el territorio en busca del olor familiar, en arraigo simbólico que alude a las costumbres más entrañables”.

nada, por un lado, por el gesto cartográfico que diagrama y dibuja, mensura y exhibe; por otra parte, el mapeo narrativo involucra una dimensión discursiva a esas disposiciones cartográficas; donde el mapa exhibe, el relato despliega una miríada heterogénea de posibilidades semióticas, pero también se constituye como una “arena de luchas” o un “teatro de operaciones” donde las redes tentaculares del poder propician fijaciones y demarcaciones que determinen pertenencias históricas. Donde el mapa, al menos en su versión moderna, promueve una representación abstracta que fija posiciones concretas, los relatos celebran la movilidad y el desplazamiento, narran recorridos y hacen el espacio: todo relato, escribe Michel de Certeau (2000), es un relato de viaje, una práctica del espacio.

Así, narración y espacio, constituyen dimensiones antropológicas heteróclitas que celebran las pertenencias culturales, poniendo en relieve todas las fricciones, los conflictos y las proximidades contractuales que las atraviesan. Tanto en el espacio que se cartografía como en el relato, lo propio abandona el nicho del yo y se refugia en la pluralidad del nosotros, configuración de una compleja experiencia compartida donde el animal territorial y el *homo narrans* se fusionan. De este modo, los relatos significan experiencias donde brillan los saberes, los valores y los hábitos comunitarios, donde resuenan horizontes epistémicos y axiológicos que resaltan su importancia *interpretante* como dispositivo semiótico de la cultura.

Reforzando las analogías cartográficas, dos son las operaciones de deslinde que Michel de Certeau le atribuye al ejercicio cotidiano del relato como instancia móvil y de magisterio en materia de delimitación. Por un lado, el relato *crea un teatro de operaciones*, funda un campo de legitimidad para acciones efectivas, propicia un ejido que autoriza prácticas sociales arriesgadas y

contingentes. Promover un territorio donde las acciones puedan desarrollarse, legitimar un espacio de operaciones estratégicas relacionadas con imaginarios colectivos de data ancestral, hacen de la narrativa una praxis fundadora que marcha delante de las prácticas sociales para abrirles campo.

De este modo, el universo de las creencias y de los hábitos aparece desplegado por la operación narrativa que inviste de sentido e interpreta, simultáneamente, el devenir de la vida cotidiana: “una actividad narrativa, aun si es multiforme y ya no unitaria, continúa desarrollándose ahí donde se presenta una cuestión de fronteras y de relaciones con el extranjero. Fragmentada y diseminada, no deja de llevar a cabo operaciones de deslinde” (DE CERTEAU, 1996, p. 138). Esta tensa y contradictoria relación que se establece entre los límites deslindados por la narración y su exterioridad, constituye la segunda operación intrínseca del relato: levantar fronteras y tender puentes para evadirlas.

Ambas disposiciones operativas son transversales a los distintos tipos de modalidades de la narratividad que cada día constituyen las múltiples esferas de la condición humana. En los umbrales escolares de la alfabetización –pero también en la totalidad del campo de la educación formal que abarca los ciclos primario y secundario– los textos escolares instalan horizontes de sentido que, simultáneamente, remiten a configuraciones narrativas del imaginario social y la memoria semiótica comunitaria, en una relación de intercambios que configura modos de concebir, habitar y vivir el espacio.

En este sentido, destacamos fragmentos de uno de los libros de lectura para observar las modalidades de deslinde que los relatos despliegan sobre el espacio. El fragmento corresponde al libro de texto –siguiendo los datos de catalogación correspondientes al propio colofón de la obra– *Nuevo Papelito 1*, distribuido gratui-

tamente por el Ministerio de Educación de la Nación en todo el territorio nacional durante el año 2008. La recepción de este tipo de materiales –el estado nacional propiciaba, al menos durante el período en el que desarrollamos nuestro trabajo con la Red Escolar de San Javier, la distribución de libros de distintas editoriales y no de un único material– inscribe el proceso pedagógico en articulación con políticas editoriales de selección de textos destinados a procesos de enseñanza específicos que, sin embargo, tienden a no atender las particularidades de los contextos en los que estos se desarrollan. En el caso de este libro, cada una de las secciones desarrolla contenidos vinculados con la enseñanza de la lengua, los procesos de lectoescritura, matemáticas, ciencias sociales y ciencias naturales, abriendo el despliegue de contenidos y propuestas didácticas con un breve relato alusivo que combina palabras e imágenes.

En su totalidad *Nuevo Papelito 1* utiliza el relato como un principio de organización del material didáctico, ya que la estructura del libro despliega en cada sección la historia del niño que le da nombre al texto y que se plantea como una reescritura libre del célebre relato infantil *Las aventuras de Pinocho* (*Le avventure di Pinocchio*, 1883) del escritor italiano Carlo Collodi⁷. En este sentido, la explícita referencia intertextual arraiga en un horizonte simbólico que remite a un texto reconocido en el campo literario y la cultura popular. En el comienzo de la sección titulada *El barrio* leemos:

⁷ La referencia intertextual explícita a la obra del Collodi puede leerse en el relato inaugural del texto. Bajo el título *Un cuento para empezar el libro* leemos:

“Había una vez un hombre llamado Pepeto que vivía en una casa cerca de aquí.

Un día, se sintió solo y un poco triste. Necesitaba compañía, alguien a quien querer y cuidar. Así, juntó mil hojas de papel y empezó a construir un muñeco.

Cuando terminó de armarlo, con gorrito y todo, lo llamó Papelito. Y Papelito comenzó a moverse, a hablar y a jugar.

Desde aquel día, Pepeto lo quiso y lo cuidó como a un hijo. Le contó cuentos, le compró juguetes y lo llevó al colegio por primera vez” (6).



Figura 1. Nuevo Papelito 1 – Capítulo 4 - El barrio.

Como observamos, la operación de deslinde inaugural se despliega en el propio título del capítulo: *El barrio* abre un campo de posibilidades que funda la legitimidad de las experiencias narradas apelando a un imaginario vinculado con un espacio mítico para la infancia en un territorio urbano. El barrio asume la forma de una configuración espacial, un teatro de operaciones sostenido en los modos comunes de la vida urbana, la amistad y el juego. En primer lugar, ese territorio se conforma a partir de las relaciones amistosas que el protagonista de nuestro relato tiene. En una segunda instancia, esas relaciones suponen una cronotopía relacionada con el fin de semana, tiempo propicio para el juego y el vagabundeo que explora los lugares configurando los desplazamientos que permiten la existencia del espacio barrial. La condición lúdica de la vecindad barrial se refuerza a partir de la siguiente serie de operaciones de deslinde sobre el espacio. Por un lado, el relato establece fronteras al señalar los microterritorios que constituyen la globalidad vecinal: la vereda, el jardín y la plaza – lugares que refuerzan el imaginario urbano en el que abrevia la narración. Un segundo paso tiende puentes entre estos lugares, marcando recorridos que enlazan interacciones lúdicas y amigables, eminentemente civiles. El relato del libro de texto

plantea la cotidianidad de la infancia como un espacio carente de drama y conflicto donde el barrio se constituye como un territorio atravesado por los hábitos semióticos y los tiempos de una “civilizada” urbanidad.

La frontera y el puente constituyen figuras que resumen operaciones narrativas transversales. No hay espacialidad que no organice la determinación de fronteras: el muro, el surco, el hito, marcan los límites de los universos semióticos; sobre la continuidad, siguiendo a Lotman, fundan la discontinuidad del mundo, exponiendo las diferencias constitutivas entre lo propio y lo ajeno. En tanto configuración de un espacio donde las acciones suceden y se legitiman, el relato dispone límites que exhiben su carácter discreto. De esta manera, el relato insiste en levantar fronteras y multiplicar límites. Paradójicamente, esa insistencia no ciñe la narración a un horizonte de fijaciones definitivas: las fronteras se levantan en términos de interacción entre personajes que se reparten o asignan lugares, predicados y movimientos. El trazo limítrofe se emplaza en la encrucijada de las apropiaciones y los desplazamientos que los actantes de una narración van desarrollando. En el encuentro, emerge, como estancia, la distinción que indica pertenencias:

Paradoja de la frontera: creados por los contactos, los puntos de diferenciación entre dos cuerpos son también puntos en común. La unión y la desunión son indisolubles. De los cuerpos en contacto, ¿cuál de ellos posee la frontera que los distingue? Ni uno ni otro. Es decir: ¿nadie? (DE CERTEAU, 1996, p. 139).

La paradoja nos pone, una vez más, en la encrucijada: ¿La frontera se tiene o se comparte? Allí, en el límite, donde el sentido como propiedad se desvanece, ¿se levanta la experiencia comunitaria? ¿Existe una continuidad del borde, del límite, de aquello

que se constituye en la comunidad de la experiencia, transitoria y dinámica, de la frontera? Problema teórico pero también práctico, eminentemente cotidiano para nosotros, enunciadores fronterizos, la pertenencia del borde se escurre entre los dedos de la política divisoria.

En este aspecto y en contraste con las disposiciones narrativas del libro de texto citado, podemos observar una serie de narraciones escritas por alumnos del primer ciclo de la Escuela N° 197, producidas a partir de un proyecto curricular cuyo eje temático estaba centrado en la vida cotidiana en el barrio:

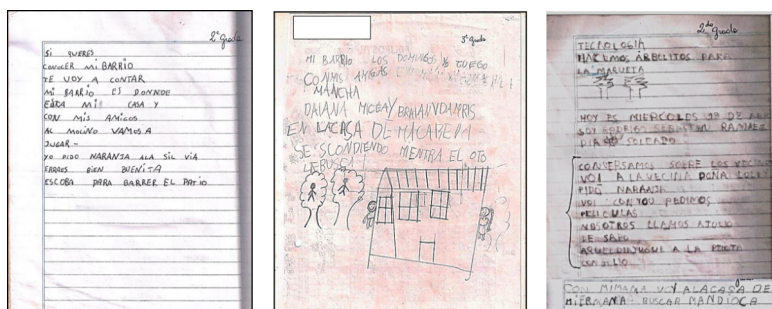


Figura 2. Fragmentos Cuadernos 8. Sin Nombre – 2° Grado Esc. N° 197. M. – 3° Grado Esc. N° 197. S. – 2° grado Esc. N° 197

⁸ Para facilitar la lectura de los textos, en nota a pie de página, presentaremos las transcripciones de cada fragmento. Hemos segmentado algunos bloques y entre corchetes se consignan las letras o palabras ausentes en el original, y las correcciones ortográficas correspondientes. Estas últimas dos operaciones se realizaron solamente cuando consideremos que el texto, tal como aparece escrito, presenta problemas para su comprensión.

Sin Nombre – 2° Grado Esc. N° 197 (Transcripción) “SI QUERES / CONOCER MI BARRIO / TE VOY A CONTAR / MI BARRIO ES DONNDE / ESTA MI CASA Y / CON MIS AMIGOS / AL MOLINO VAMOS A / JUGAR / YO PIDO NARANJA ALA SIL VIA/ ERRAES [Ella es] BIEN BUENITA / ESCOBA PARA BARRER EL PATTO”

M. – 3° Grado Esc. N° 197 (Transcripción) “MI BARRIO. LOS DOMINGOS YO JUEGO CON MIS AMIGAS / MANCHA / DAINA MICEA Y BRIAN Y DAMRIS / EN LACASA DE MACARENA / SE SCONDIENDO [escondiendo] MIENTRA EL OT [otro]/ LEBUSCA. **Fragmento Cuaderno – S. – 2° grado Esc. N° 197 (Transcripción):** CONVERSAMOS SOBE LOS VECINO. VOI A LA VECINA DOÑA LOLI Y PIDO NARANJA / VOI CON YOU PEDIMOS / PELICULAS / NOSOTROS LLAMOS AJULIO [llamamos a Julio]/ DE SAPO / AQUEL DIAJUGUE A LA PELOTA / CON JULIO / CON MIMAMA VOY A LA CASA DE MIERMANA BUSCAR MANDIOCA

El poder distributivo y la potencia performativa del relato como mecanismo de configuración espacial se conjugan en estas tres sintéticas intervenciones narrativas. En el primer texto, señalamos la fuerza performativa que inaugura el relato: para desplegar el conocimiento sobre el barrio se explicita la necesidad de narrar, mediante un ejercicio enunciativo de modelización que implica al auditorio –*si querés conocer... te voy a contar*. De este modo, el mundo posible del relato queda inaugurado por operaciones que destacan dos dimensiones semióticas del dispositivo narrativo: su condición de medio de conocimiento y su constitución como práctica social.

Esta apertura se consolida mediante la distribución de posiciones y el balizamiento de lugares –*mi casa, mis amigos, el molino*– que se imbrican con acciones específicas como modalidades de configuración espacial –*jugar, barrer, pedir naranja*. Al igual que en el relato de *Papelito*, el juego y la amistad emergen como instancias constitutivas del espacio barrial, pero en este caso el espectro de prácticas se amplía con referencias puntuales a relaciones de vecindad –*la vecina tiene nombre propio y cualidades singulares*– y a lugares característicos de un universo fronterizo, donde lo urbano y lo rural no se encuentran definidos nítidamente.

En el relato de M., la amistad y el juego se encuentran asociados a una constelación de nombres propios que definen al barrio como un territorio de relaciones intersubjetivas, asociadas a actividades eminentemente lúdicas que son descriptas en el texto. En este caso, la experiencia del juego en el barrio ancla en un tiempo específico y en un lugar particular, coordenadas que determinan las acciones de un universo singularmente infantil ya que, a diferencia de los otros relatos, los adultos se encuentran ausentes. El dibujo articula una función de relevo que complementa los sentidos y resalta la importancia del hogar como un territorio de descubrimiento y disfrute.

Una concepción del barrio como práctica de la vecindad configura el espacio en el texto de S., donde los desplazamientos y los recorridos radican en los nombres propios de los vecinos y amigos para derivar, finalmente, en la emergencia del nosotros. El intercambio y la interacción social vuelven a surgir como principios constitutivos del espacio comunitario, en articulación con prácticas que, al igual que en los dos relatos anteriores, difuminan las fronteras entre lo urbano y lo rural, señalando al barrio como una configuración mestiza, una semiosfera fronteriza distinta del espacio que narra-describe el libro de texto escolar. Este mestizaje tiene su correlato en las operaciones discursivas y lingüísticas que organizan la enunciación, asociadas con rasgos de la oralidad –continuidad entre los enunciados, ilación, ausencia de puntuación, repeticiones, diminutivos– y características dialectales del español mestizo-criollo local –leísmo⁹.

La articulación de dos opuestos que se complementan y la condición paradójica del límite como dispositivo semiótico que incentiva la maquinaria dialógica de la cultura, ponen en evidencia a través del relato, esa condición histórica y por lo tanto contingente de la frontera. Configuración plural, contradictoria y aporética, la frontera, en el relato-experiencia, señala un límite y, al mismo tiempo, convida al pasaje y la transgresión. Así, el relato, en la voz de los personajes o como espacio de los acontecimientos

⁹ En la provincia de Misiones y la región el predominio del leísmo es sustancial. Tanto en el ámbito urbano como en ambientes rurales se emplea *le/les* (con preferencia por el singular) en función de objeto directo –*le vimos jugando; ¿Dónde le compraste?* Aparentemente, esta es la única región del país donde se observa este rasgo. El *leísmo* misionero es transversal a todas las capas sociales, constituyéndose como un rasgo sociolingüístico cuyos orígenes pueden rastrearse en la Edad Media y cuya operatividad da cuenta del carácter mestizo-criollo del español local. Esta modalidad sorprende a los extranjeros y advenedizos, y plantea interrupciones con respecto al español estándar, la lengua oficial implicada en los procesos de alfabetización inicial (AMABLE, 2012, p. 24-25 y 165-183).

tos, crea, simultáneamente, la separación y la comunicación, articula el paso, intercede, tiende puentes, constituyéndose como un *entre-medio* fluctuante.

Cuando el relato *está en la frontera*, cuando se emplaza como una instancia de pasaje y de contacto, cuando traduce con el esfuerzo y con el aplomo resistente que sacude las sustancias y las formas, demostrando que las identidades no pueden fijarse eternamente, el relato se sale de la norma y transgrede las leyes de lo políticamente correcto. Ese es el puente sobre el límite, sobre el río, el salto del muro: ¿la fuerza performativa de la narración que levanta la empalizada y construye el espacio de los intervalos y los intercambios tensos, friccionados y conflictivos de la conversación paradójica? Si la política dispone y la geografía ejecuta, el relato, creemos, tergiversa, enfatizando aquella frase derridiana: después de todo, de una frontera políticamente impuesta, se hace, por definición, poco caso.

CONSIDERACIONES FINALES

El correlato entre frontera y narración señala la pluralidad discursiva que los confines limítrofes configuran. Si algo manifiesta la dinámica de la vida en la frontera, tal como intentamos argumentar en nuestros deslindes acerca de la semiosfera, es esa condición heterogénea y multifacética de los discursos que la narran.

El flexible arte de estar en los bordes, el ejercicio biopolítico de la resistencia limítrofe con sus pasajes, comercios y contrabandos, la contradictoria y ambigua experiencia de asentir ante la ley –del lenguaje oficial, de la política central, de la economía globalizada, etc. – y, simultáneamente, señalar sus incongruencias e imaginar una trampa intersticial que mine sus fundamentos

metafísicos y empíricos, nos señala que la supervivencia semiótica toma las formas más variadas. Si el relato oficial del Estado Nación propició, con sutilezas o groserías, una identidad homogénea y apriorística, las plurales y movedizas arenas de las narrativas que ponen en escena la cotidianidad de la frontera habitan las paradojas de pertenencias incompletas e infinitas: como las fronteras nos atraviesan, sus vicisitudes taladran las certezas homogéneas que los relatos del poder cuentan.

Esta dinámica paradójica toma forma, por ejemplo, en la narrativa de la experiencia de los habitantes fronterizos planteando una variación excéntrica de las temáticas establecidas por el curriculum escolar y las narrativas oficiales, tal como observamos anteriormente. Este relato, sostenido en la experiencia personal y en los hábitos diarios, resalta al mismo tiempo los límites y las conexiones entre las convenciones de la cultura y las condiciones de la naturaleza enunciando una mirada de saberes práctico sostenidos en la ética de la supervivencia cotidiana. Así, los recorridos narrativos implican una cartografía donde el hogar familiar, el monte y la ruta entrañan una continuidad permanente. La palabra emblemática de nuestros habitantes fronterizos pone en escena las vicisitudes cotidianas: el testimonio rememora una profundidad experiencial que conjuga hábitos y reflexiones, en una descripción de las microscópicas tácticas de la supervivencia en los bordes.

Destacamos la pluralidad como un modo de instalar narraciones divergentes y contradictorias, universos de sentidos opuestos y complementarios, en un mestizaje que marca continuidades y rupturas con la memoria del proyecto moderno y el presente de la mundialización. Si la frontera y sus relatos actúan la paradoja, lo hacen a partir de mecanismos que jaquean la esencia de la mismidad para resaltar configuraciones comunitarias eminentemente

mente aporéticas. El hábitat semiótico de la frontera, su dinámica cotidiana, considera una serie heterogénea de aspectos que emergen en las constelaciones narrativas.

El espectro narrativo de la vida cotidiana, que articula la experiencia individual con la vida comunitaria, inviste de sentidos los avatares de ese intenso y a la vez relajado estar en los bordes. Los hábitos, las creencias, los valores semióticos que articulan la palabra en el relato son también el producto móvil de ese infinitesimal dispositivo semiótico. Contra la concepción de una narrativa que en los libros de la Historia, en el unitario diseño educativo de la centralidad y en los remanidos lugares comunes de la discursividad mediática, construyen una identidad finita, los rumores de la vida diaria y sus modelizaciones en otras esferas de la praxis instalan pertenencias móviles, asimétricas y contradictorias. La propia movilidad, el intercambio y los desplazamientos inherentes a la maquinaria narrativa como praxis cultural, experiencia individual y materia discursiva, configuran e integran la compleja espacialidad del borde con sus representaciones del espacio y el tiempo, una usanza narrativa que presenta la cotidianidad en la frontera a partir de particulares rituales inscriptos en una tradición, a la vez continua y cambiante. Los discursos narran un modo de habitar la frontera que recurre al dinamismo del sentido común para exhibir una semiosis que evidencia los hábitos lingüísticos y culturales de la compleja estancia fronteriza, “esos atolladeros contradictorios que son el pan nuestro de cada día” (CAMBLONG, 2009, p. 131).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMABLE, Hugo Wenceslao. *Las figuras del habla misionera*. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2012.

- AUGÉ, Marc. La vida como relato *In*: BAYARDO-LACARRIU (comp.) *La Dinámica global/local*. Cultura y comunicación: nuevos desafíos. Buenos Aires: La Crujía, 1999. p. 173-184.
- BENJAMIN, Walter. El narrador *In Obras. Libro II/Vol. 2*. Madrid: Abada editores, 2010. p. 41-68.
- BRUNER, Jerome. *La fábrica de historias*. Derecho, literatura y vida. México: FCE, 2013.
- DE CERTEAU, Michel. *La invención de lo cotidiano II*. Habitar, cocinar. México: Universidad Iberoamericana, 2000.
- DE CERTEAU, Michel. *La invención de lo cotidiano I*. Artes de hacer. México: Universidad Iberoamericana, 1996.
- CAMBLONG, Ana. Habitar la frontera *In de Signis*. Revista de la FELS. N° 13. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p. 125-133.
- CAMBLONG, Ana. *Habitar las fronteras...* Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2015.
- CAMBLONG, Ana. Habitantes de Frontera en *Cuadernos de Recienvenido*. Publicación del Programa de Posgrado en Lengua española y literatura española e hispanoamericana. San Pablo: Humanitas-Universidad de San Pablo, 2012.
- DAVIÑA, Liliana. *Polifonías en Misiones. Discursos testimoniales*. (Tesis de Doctorado en Lingüística). FFyL, UBA. Colección Constelaciones, 2018. Disponible en: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/tesis/article/view/4041>. Acceso en 10 marzo 2020.
- GRIMSON, Alejandro. *Relatos de la diferencia y la igualdad*. Los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.
- LOTMAN, Iuri. *La semiosfera*. Semiótica de la cultura y el texto. Madrid: Cátedra, 1996.
- LOTMAN, Iuri. *Cultura y explosión*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- RICOUER, Paul. La vida: un relato en busca de narrador *In Ágora*. Papeles de Filosofía. Vol. 25, N° 2. Santiago de Compostela: Facultad de Filosofía de la Universidad de Santiago de Compostela, 2006. p. 9-22.

SCHLÖGEL, Karl. *En el espacio leemos el tiempo*. Madrid: Siruela, 2007.

STEIMBERG, Darío. *Para una teoría de los procedimientos narrativos: Tiempo, lógica y reparto en la narrativa de entresiglos (con un estudio de caso: narrativas literarias argentinas en torno del 2000)*. (Tesis Doctorado en Letras). Buenos Aires: Repositorio Institucional de la FFyL, UBA, 2019. Disponible en: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/11286>. Acceso el 22 marzo 2019.

SEÇÃO II

HISTÓRIAS, LITERATURAS E MEMÓRIAS FRONTEIRIÇAS



VII

COMPREENDER NÃO É PERDOAR:

*pelo contingenciamento das fontes sobre
a Guerra contra o Paraguai*

ODAIR EDUARDO GELLER

O ressentimento é um elemento emocional que tem sido a matriz de ideologias, tanto à esquerda quanto à direita, não só entre derrotados, mas também em grupos aparentemente assintomáticos. Ao longo da História, ele esteve presente sabotando esforços de sociedades, no mínimo colaborando para transformações que conduziram a ampliação dos níveis de tensão e intolerância. Com Marc Ferro (2009, p. 8), entendo que “como esses vírus que julgamos extintos, quando estão apenas adormecidos, o ressentimento subitamente reativado ganha vida, para a surpresa daqueles que sequer suspeitavam de sua existência.”

Na trajetória de sua expansão e enraizamento, é significativa a atuação dos homens de letras, tanto daqueles que habitam o seio das sociedades ressentidas quanto dos que delas se aproximam. Datadas, em suas abordagens estão contidas as estruturas e o conteúdo da consciência histórica do período. A consideração

de que o olhar do historiador possui uma face subjetiva, constitui uma condição *sine qua non* para a tomada de consciência da realidade do nível de controle da operação cognitiva que está na origem da obra escrita, evidenciando as origens e os sentidos das palavras e afirmações adotadas, os seus elementos extratextuais.

Em função de episódios de humilhação, da sensação de injustiças reais não reparadas, o ressentimento é, na maioria dos casos, lentamente “ruminado”, “amargurado”. A revivescência da ferida passada é mais forte do que toda a vontade de esquecimento. A existência do ressentimento mostra o quanto é “artificial o corte entre passado e presente”, com um vivendo no outro, “o passado tornando-se presente, mais presente que o próprio presente” (FERRO, 2009, p. 14).

Circunstâncias excepcionais podem cristalizar este *sentimento ressentido* ou funcionar como um estopim, mas não são necessárias para que a comunidade ressentida deixe transparecer seu sofrimento. Interiorizado, o “ressentir dos homens e das mulheres os corrói como um câncer, que geralmente é potencializado pelo tempo, associado a incapacidade daqueles que se sentiram vítimas de humilhações em revidar.” (FERRO, 2009, p. 191).

Na História das décadas posteriores à *Guerra contra o Paraguai*, o ressentimento serviu como matriz de ideologias, tanto de esquerda quanto de direita, dentro e fora do país.¹ Este último grupo, em especial, se apropriou de uma certa memória da conflagração que procurou dar legitimidade para o discurso nacionalista e autoritário do *Partido Colorado*, definitivamente no poder a partir da década de 1930. Fora do país, as esquerdas chegaram a reivindicar a Guerra como um indício de intervenção imperialista, onde o Paraguai aparece como potência regional, chamando a

¹ Para saber mais sobre a Guerra contra o Paraguai, ver: DORATIOTO, F. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

atenção da Inglaterra, responsável última pela formação da *Tríplice Aliança* e seu financiamento.² Uma ou outra apropriação, o fato é que certas interpretações contribuíram para o surgimento e a consolidação do (*res*)*sentimento* de uma injustiça praticada contra o Paraguai. Num contexto onde a comunidade de historiadores deveria trabalhar para esclarecer os acontecimentos materiais e revelar as características cognitivas da consciência dos primeiros historiadores do evento, o que assistimos é um exemplo do contrário, da história imobilizada e apropriada por uma certa memória.

As Guerras são, por natureza, violentas, constituindo episódios que assinalam a passagem do estado de civilização para o da prática institucionalizada da barbárie, onde o ato de matar é banalizado. Quanto maior é a duração destes estados de beligerância, mais ampliada é a carga de violência, maiores e mais reincidentes são os casos de comportamentos que fora do contexto de conflito seriam considerados intoleráveis. Nos campos do Paraguai, depois de cinco longos anos de enfrentamentos, brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, transtornados pelas condições de existência em cenário de Guerra, pela dor e pelas saudades, dirigiram contra o inimigo toda a desorientação acumulada. Assim, a degola, que já era praticada no meio gaúcho se tornou rotineira, os assassinatos de civis passaram a ser registrados com maior intensidade, os níveis de sobriedade e serenidade de ambos os lados atingiram os seus menores índices.

Terminada a Guerra, a situação no Paraguai, o maior derrotado, era caótica. Mergulhada no caos, atordoada, a sociedade se mostrou carente de orientação, e questões como “o que aconteceu” e “porquê” careciam de respostas. Neste contexto, *A Legião Paraguaia*, um grupo de aliados das potências vitoriosas, agora

² Aliança entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, com o objetivo de fazer frente ao Paraguai, celebrada em Buenos Aires, em maio de 1865.

de volta a política do seu país de origem, culpou exclusivamente a Francisco Solano López. Logo em seguida, porém, alguns historiadores tiraram os olhos do Mariscal para culpar o que viram como a *inveja* e a *ambição* dos membros da Tríplice Aliança, que teria sido constituída especificamente para *erradicar o Paraguai do mapa da América Latina*. Invocando a linguagem religiosa, a *diabólica* associação foi acusada de ser a responsável por todos os males que se abateram sobre o país, e López, ao contrário do primeiro instante, passou a figurar como um herói, o maior herói paraguaio, defensor da liberdade e da sobrevivência do território pátrio. No *lopismo*, o país aparece como uma experiência bem-sucedida de progresso econômico e igualdade social, motivos suficientes para levantar a *ira da Inglaterra* que teria manipulado a política no Prata e o levado à Guerra. Nesta versão, a que me interessa aqui, o *ressentimento* está associado àquilo que a Guerra (a Tríplice Aliança) lhes tirou, a prosperidade e a harmonia social. Com o presente se tornando quase insuportável, o desvio do olhar da realidade para o passado, descrito como uma era dourada e de plena realização, aliviou os níveis internos de tensão, alimentando, porém, um crescente (res)sentimento de uma injustiça cometida e (ainda) não reparada.

A CONSTITUIÇÃO NARRATIVA DA GUERRA E A VIVÊNCIA DO (RES)
SENTIMENTO: OS CASOS DE JUAN CRISÓSTOMO CENTURIÓN E
FRANCISCO ISIDORO RESQUIM

A Guerra que o Brasil, a Argentina e o Uruguai moveram contra o Paraguai constitui o maior conflito bélico da História da América Latina. Entre o final do ano de 1864 e o primeiro dia do mês de março de 1870 foram mobilizados mais de 100 mil homens em batalhas encarniçadas, marcadas por exageros de

ambas as partes. Registradas por historiadores que se envolveram em lados opostos, como homens de armas, nas constituições narrativas elaboradas durante o último quartel do XIX, para além da carência por orientação diante da catástrofe, o classicismo e o romantismo se constituíram nas principais ferramentas manuseadas nas oficinas desta seleta elite, a dos sobreviventes da Guerra, em condições de articulá-la por escrito.

Na América do Sul, a segunda metade do século XIX se caracterizou pela mobilização da elite política e intelectual em torno da identificação e denominação de instituições que pudessem respaldar o surgimento dos novos Estados, os seus respectivos direitos à existência. Nesse sentido, como nos mostra Maria Lígia Prado (1999), primeiro a natureza e, mais tarde, no contexto da Guerra, as qualidades do homem latino-americano foram objetos de atenção e exaltação. Em meio a truculência do episódio guerreiro, representantes da elite letrada, alçados à condição de homens de armas diretamente envolvidos no dia a dia da campanha militar, registraram acontecimentos e impressões a respeito da Guerra, anotações cujos conteúdos revelam o nível de consciência de personagem tragados pelo gigantesco ciclone da Grande Guerra. Neste contexto, a verdade esteve associada à expressão dos sentimentos e sensações, dos medos e desabafos que caracterizaram o olhar de homens como Juan Crisóstomo Centurión e Francisco Isidoro Resquin.

Aniquilado, a derrota acachapante representou o início de um longo período de incertezas para o Paraguai. Se antes do conflito a referência da maior parte da população era a própria figura do ditador Francisco Solano López, o seu desaparecimento gerou uma disputa pelo poder entre grupos próximos do Brasil e outros, apoiados pela Argentina. Aliados na Guerra, mas com interesses políticos divergentes, mesmo antes do encerramento das escara-

muças, as diplomacias de ambos os Estados procuraram aliados e estratégias para assegurar a sua influência sobre Assunção.

Se nos primeiros anos a busca por respostas para o desastre apontou para a figura isolada de Francisco Solano López, a desocupação do território pelas forças aliadas e a grave situação humanitária, econômica e social, que assolava o país, acabou induzindo alguns escritores a buscar a felicidade ausente do presente, no passado, em uma *Era Dourada*, vivida entre os governos de José Gaspar Rodríguez de Francia e o próprio Francisco Solano López (1811-1864).³ Neste período a prosperidade e a harmonia teriam grassado sobre a população, fazendo do Estado uma potência ascendente no cone sul da América. A ascensão de Francisco Solano, em 1863, determinaria o fim do equilíbrio regional de poder entre o Brasil e a Argentina, marcando a crescente ingerência paraguaia nos assuntos do Prata, caso da Questão Uruguaia, onde Assunção agiu como sujeito das relações internacionais.

Em nome da manutenção do *status quo* regional e da resolução de questões limdeiras, o Brasil e a Argentina, orquestrados pelo Presidente Bartolomeu Mitre e pelo Ministro plenipotenciário brasileiro Octaviano de Almeida Rosa celebraram em maio de 1865, com a Guerra já em andamento, o *Tratado da Tríplice Aliança*. Este documento não só estabelecia as bases para a formação de uma força militar aliada, como determinava os termos para a resolução das questões limítrofes e uma possível rendição. Após o conflito o Tratado foi alçado por historiadores lopistas à condição de prova cabal de um conluio brasileiro-argentino para o aniquilamento do país. Nesta interpretação, fazer a Guerra foi uma questão de sobrevivência, uma vez que dela dependeria a manutenção da independência do Paraguai. Este argumento por si só foi suficiente para a reivindicação oratória do *justum e neces-*

³ Ver: CENTURIÓN, J. C. *Viaje nocturno de Gualberto*. Asunción: Imprenta de libros, 1877.

sárium, *topois* indispensáveis para induzir o envolvimento emocional da população, despertando sua disposição para o sacrifício.

O ressentimento é um sentimento de injustiça frequentemente revisitado, uma sensação de impotência em relação a um episódio ou pessoas, desejo de retaliação pouco provável por conta do estado de inferioridade bélica do grupo ressentido, uma verdadeira bomba *nuclear das emoções*. Este estado emocional pode atingir pessoas isoladamente, ou, como é o nosso caso, grupos e sociedades inteiras, podendo nascer de uma desfeita pessoal ou da partilha da memória de tragédias que no passado se abateram sobre a comunidade. Para este caso, a *memória* de posse da *história* autorizada exerce um papel de primeira grandeza.

Acertada esta versão das causas do *genocídio paraguaio*, foi possível redimir a figura de Francisco Solano López, de volta das cinzas tal qual a Fênix, como o grande mártir da causa do país. Escrita de forma coerente com esta nova etapa, no *lopismo*, o mito do *herói épico* cumpriu o propósito político de aproximar os paraguaios em torno de uma comunidade de dor e (res)sentimento, associada a sensação de uma injustiça praticada, sentimento ressentido ainda nos dias de hoje. Para comprovar a sua atualidade, basta que se verifique as redes sociais, especialmente o *Facebook* onde existem dezenas de páginas carregadas de ódio ressentido contra os brasileiros e os argentinos.⁴

Uma das questões que causam o afastamento dos seres humanos, ou mesmo a contraposição entre eles, vem do que Rüsen (2011, p. 8) diz ser “um aprendizado histórico capenga, unilate-

⁴ Obra icônica do *lopismo* é a do brasileiro Júlio José Chiavenato, *Genocídio Americano*. Ver: CHIAVENATO, J. J. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979. Por conta das limitações editoriais deste trabalho, algumas páginas do Facebook são relacionadas apenas ao final do texto. Por elas, e mesmo em uma simples pesquisa utilizando um termo relacionado à Guerra, o leitor se surpreenderá com o volume e o conteúdo emocional das postagens. Eu próprio reuni 300, que em outro momento pretendo explorar, exclusivamente.

ral, autocentrado, discriminante”. Este é constituído de uma infeliz separação entre a reflexão acadêmica da natureza cognitiva da história e a de seu uso na vida prática. Neste último universo, não há reflexão, apenas reprodução, não História, apenas uma certa memória consentida, utilizada para informar e formar a consciência do passado que é presente. Aqui, a “aprendizagem pode ser conceituada como um processo de digestão de experiências”, cuja origem e veracidade preocupam menos do que as exigências e desejos dos sujeitos, isto é, daqueles que escrevem e suas audiências (RÜSEN, 2011, p. 74).

As políticas públicas sobre a memória podem colaborar para a constituição e a manutenção do ressentimento, bem como para o enfrentamento dos seus episódios, para o seu esclarecimento e o correspondente trabalho de luto, para a sua superação. No Paraguai, a partir da década de 1930, o Estado assumiu o papel de patrono de uma memória caracterizada pelo reconhecimento da Guerra como a responsável por todos os males do país e de Francisco Solano López como o mártir da Nação. Para tanto, foi necessária a constituição de uma narrativa oficial, sustentada nas obras de alguns sobreviventes do conflito, casos de Francisco Isidoro Resquin com os *Dados Históricos* e Juan Crisóstomo Centurión com as *Reminiscências Históricas*.

Homem de letras antes de ser um senhor das armas, Juan Crisóstomo Centurión recebeu uma formação liberal, na Inglaterra. De volta ao Paraguai, em 1863, enfrentou problemas com o ditador Solano López por escrever artigos interpretados como críticas ao seu governo. Se o “heroísmo” do soldado paraguaio está presente nos quatro volumes das suas *Reminiscências*, a figura de López só é redimida no último volume, depois de uma grande reviravolta, quando ressurgue como um personagem mítico, para, na sequência, ser *imolado* em defesa do país.

Francisco Isidoro Resquin, ao contrário de Centurión, foi

apenas iniciado no mundo das letras, ingressando precocemente no exército de Carlos Antônio López. Fez parte da missão liderada por Francisco Solano, encarregada de intermediar um diálogo entre os Unitários e o governo de Buenos Aires. Quando da eclosão do conflito, Resquin é um oficial de carreira, que chegaria ao posto de General. Ambos os escritores acompanharam López até os seus últimos instantes, em Cerro Corá, no início de março de 1870.

Abordando a ofensiva do exército paraguaio sobre os territórios argentino e brasileiro, a partir de dezembro de 1864, Resquin afirma que os desentendimentos sobre Questões de Limites, a Questão do Uruguai e o Tratado da Tríplice Aliança, foram os principais motivos da Guerra. Somados estes disparates, o Paraguai

imediatamente se colocou em pé a favor da grande ideia de conservação sancionada pela humanidade e a razão, sob cujos princípios de equidade e justiça, tomou a irrevogável decisão de vencer ou morrer até ver assegurada a independência e a soberania nacional. (RESQUIN, 1875, p. 17).⁵

Nas palavras do historiador, “ao ver ameaçada de morte sua soberania, sua liberdade e sua independência, compreendeu (López) que não lhe restava outro remédio que não o emprego enérgico das armas.” (RESQUIN, 1875, p. 18).

De acordo com Francisco Isidoro Resquin, o Paraguai não quis a Guerra, tendo antes que aceitá-la, e mesmo depois do início do conflito, foi o primeiro a propor a Paz. Nesse sentido, ele chama a atenção do leitor para *Conferência de Yataity Corá*, em 12 de setembro de 1866, onde Francisco teria oferecido a sua renúncia e exílio para conseguir o armistício, “desde que o Tratado secreto fosse anulado”. Bartolomeu Mitre, chefe dos exércitos

⁵ Para efeitos deste trabalho, promovi a livre tradução das citações em espanhol.

coligados, teria aceito os primeiros itens, “mas não o segundo, o que obrigou López a continuar a Guerra até *vencer ou sucumbir*.” (RESQUIN, 1875, p. 54). Neste quadro, a Guerra deixa de ser contra um regime ou um homem, para tornar-se uma Guerra de extermínio de uma sociedade inteira, o que reforçava seu caráter de *justa e necessária*.

A partir de Yataity Corá, Isidoro Resquin lança mão da expressão *vencer ou morrer*, como uma frase de ordem que não oferece margem para o armistício. Descartada a opção da Paz, e na impossibilidade de vencer, cabe aos paraguaios a morte honrosa, sacrifício altruísta que com a ajuda das palavras o historiador procura fazer o leitor ver. Com Aristóteles, se considera que é uma virtude do uso da lexis, “por sobre os olhos”. Neste aspecto, como em Ricoeur (2007, p. 280), “não cabe ao escritor dizer a grandeza e a glória: cabe ao leitor sob a hábil condução da narrativa a visualizar!” Nesse sentido, ainda, a expressão escrita não constitui uma “roupa neutra e transparente colocada sobre uma significação completa de sentido”. É possível considerar “o pensamento e a linguagem como inseparáveis”. Especialmente “na escrita literária da história a narratividade acrescenta seus modos de inteligibilidade aos da explicação/compreensão.” (RICOEUR, 2007, p. 290). Na América Latina da segunda metade do século XIX, o ato da escrita é considerado um exercício essencialmente político, contexto onde manifestações diversas são classificadas como o produto da pena de nefelibatas sem compromissos, são condenadas⁶.

Juan Crisóstomo Centurión empresta o prestígio das entidades míticas gregas para condicionar a avaliação do seu leitor a respeito das gerações que pereceram nos campos de batalha do

⁶ Ver: PIGLIA, R. Sarmiento escritor. IN: SARMIENTO, D. F. *Facundo ou civilização ou barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, p. 9-47.

Paraguai. Anota que, quando menino, já em Assunção, podia se verificar que “os jovens haviam nascido sob o signo de Marte mas sabiam se prostrar a Apolo.” (CENTURIÓN, 1894, p. 260). Durante o conflito essa mocidade daria forma a figuras como a do capitão Martinez que, “se não era Aquiles, era o Teseu do nosso exército.” (CENTURIÓN, 1894, p. 111).

É pela forma da apresentação e interpretação que as informações das evidências empíricas do passado recebem seu feitiço histórico específico e se integram na estrutura mental da narração histórica, dentro da qual podem funcionar como “fator de orientação cultural”. (RÜSEN, 2011, p. 138). Jacques Rancière apud Ricoeur (2007, p. 355) propõe um triplo contrato como base para o conhecimento histórico:

científico – que implica a ordem oculta das leis e das estruturas; narrativo: que dá legibilidade a essa ordem; político: que vincula a visibilidade da ordem e a legibilidade da narrativa às coerções contraditórias das massas. *Quem faz ver, faz falar!*

É evidente que a historiografia prática no último quartel do século XIX estava muito distante do modelo proposto pelo historiador francês. Fundamentada basicamente na memória do que foi visto e se ouviu, Centurión e Resquin expressaram versões que buscaram suprir a ânsia por orientação no tempo por parte dos seus contemporâneos, condicionados pelas possibilidades e limitações daquele horizonte intelectual.

Em que pese essas considerações, é preciso alertar a um espírito desavisado que a Guerra contra o Paraguai não é um mero produto da sua constituição narrativa. O evento bélico foi bem real, superando no seu movimento de destruição muitos dos grandes conflitos mundiais do século XIX. Apanhado pela pena do histo-

riador, anos mais tarde, a constituição narrativa do episódio passou a se beneficiar da impressão de verdade universal reclamada pelo cientificismo da *Belle Époque*, deixando assim de receber as devidas críticas. Sob o efeito do legado cientificista alemão, ao manusear uma obra autointitulada *História*, o leitor suspende sua desconfiança, sua incredulidade e entra no jogo do *como se* – como se as coisas narradas tivessem acontecido (RICOEUR, 2007).

O que chamamos de ficcionalidade do discurso histórico pode ser reformulado como o entrecruzamento da legibilidade e da visibilidade no coração da representação historiadora. As figuras ou tropos que não só ornamentam como também articulam o discurso histórico em sua fase literária, viabilizam e potencializam a capacidade da narrativa dar a entender e a ver. As personagens da narrativa são inseridas na intriga ao mesmo tempo em que o são também os acontecimentos que, juntos, constituem a História Narrada. Com o retrato, distinto do fim da trama da narração, o par do legível e do visível desdobra-se nitidamente: “Pode-se dizer alternadamente do amator de arte que ele lê uma pintura e, do narrador, que ele pinta uma cena de batalha.” (RICOEUR, 2007, p. 276).

No século XIX não temos nada muito melhor do que a memória para certificar a realidade de nossas lembranças. Não se parecendo com o acontecimento passado, a constituição narrativa é alçada a condição literária de história, esse regime de existência colocado sob o signo do passado como “não sendo mais tendo sido”. Ainda com Ricoeur (2007, p. 393), “saber que os homens do passado formularam expectativas, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, respectivamente, a contingência na história”.

O termo poética marca um elo entre o objetivo e a língua, formulação que caracteriza a arte da escrita da história romântica em grande parte do século XIX. Dizer a verdade nesse movimen-

to é suprir a carência geral por orientação no tempo, é apresentar e defender valores que são verdadeiros porque são compreendidos a partir do suporte da vida real. As narrativas constituídas por Resquin e Centurión representam esforços para oferecer um sentido para a Guerra junto às suas audiências, para, em seguida, procurar *ganhar a guerra para o seu país*. Ambos falaram a *verdade* sobre o Grande Conflito, mas a *verdade* filha de uma consciência histórica específica, datada, tendo como público-alvo uma sociedade que ansiava por orientação num tempo de incertezas, que fazia do passado um espaço turvo, e do futuro uma nebulosa fonte de angústias.

Entre os recursos manuseados pela dupla de historiadores para levar o leitor a sentir e ver está a *linguagem universal das emoções*. Como afirma Sebastiano Timpanaro apud Eagleton (2013, p. 16),

fenômenos tais como o amor, o envelhecimento, doenças, o medo da própria morte e o sofrimento pela morte de outros, a brevidade e a fragilidade da existência humana, o contraste entre a fragilidade da humanidade e a aparente eternidade do cosmos, são traços recorrentes das culturas humanas, não importa de quantas maneiras diferentes eles possam ser representados.

Em sintonia com esta linguagem, Juan Crisóstomo Centurión conduz o leitor, alçado a expectador, a um passeio sobre o ambiente da Batalha do Itororó, em 6 de dezembro de 1868:

[...] as armas de fogo alterando a atmosfera com seus ruidosos estampidos, o solo estava coberto de cadáveres e feridos, revolvendo-se estes últimos na areia e em poças, dando gritos de dor e de desespero [...]. Os homens convertidos em feras, em cujas

faces se pintava a raiva de que estavam animados, ávidos de sangue e lançando um alarido ensurdecedor, se batiam com um encarniçamento atroz, cobertos de sangue que brotava das feridas a jatos, de ‘polvo’ mesclado de pólvora e empapados de suor sob os raios de um sol abrasador. (CENTURIÓN, 1897, p. 268).

Nos momentos finais desta *ekphrasis*, o historiador decreta:

heroicidade e desastre: fórmula que cede ao seu detentor uma *palma*. Trajetória de varões fortes que levantaram alto o pavilhão pátrio, ainda que sob um rio de sangue, quando sucumbiram combatendo. (CENTURIÓN, 1897, p. 313).

A consciência histórica é constituída por um processo que se inicia no momento em que a informação inerte é progressivamente interiorizada, tornando-se parte da utensilagem mental do sujeito, manuseada com alguma consistência, como orientação no cotidiano. É perfeitamente possível compreender o que Centurión ou mesmo Resquin escrevem, e porque o fazem, mas é difícil entender como historiadores do XXI reproduzem o conteúdo das suas narrativas como argumentos válidos para teses contemporâneas. É imperdoável que textos impregnados de historicidade, datados mesmo, não sejam contingenciados, de forma a evitar no presente o maniqueísmo da manipulação estereotipada de composições comprometidas, que se constituíram em verdadeiros discursos. Se propor a compreender atos e atitudes não é de forma alguma perdoar os crimes cometidos seja por quem for, mas é assumir a condição de historiador e questionar as suas fontes e referências, para, assim, colaborar para a superação de estereótipos que fazem mal as pessoas e suas sociedades.

Sem o mesmo talento literário, tratando dos episódios guerreiros, Isidoro Resquin denuncia a degola de prisioneiros paraguaios, atento ao tópico da *barbárie* dos invasores. Segundo ele, essa prática seria uma constante em meio à Tríplice Aliança, atestando a necessidade e a justiça do combate ao grupo que a encarnava. Depois da Batalha de Tuiuti, logo no dia seguinte, os exércitos aliados “se ocuparam em fuzilar e degolar os nossos desgraçados prisioneiros de Guerra, que haviam caído feridos no campo de batalha.” (RESQUIN, 1875, p. 48). Depois da retomada de Corumbá, em 13 de julho de 1867, os prisioneiros paraguaios que haviam sobrevivido ao renhido combate “foram todos degolados pelos brasileiros.” (RESQUIN, 1875, p. 63). Em Ibicuí, no dia 17 de maio de 1869 “os inimigos [...] chegaram ao extremo de degolar três de nossos oficiais, que desgraçadamente foram aprisionados por aqueles *bárbaros*.” (RESQUIN, 1875, p. 119). Em Amambai foram degolados oficiais que já haviam deposto as armas: “as vítimas superaram os duzentos homens.” (RESQUIN, 1875, p. 167). Novamente, conclui o historiador, a Guerra sustentada pelo Paraguai era *justa e necessária*, pois se tratava de fazer frente à “Monstruosa Tríplice Aliança.” (RESQUIN, 1875, p. 122).

É significativa a consideração de que escrever história não é reproduzir, nem reelaborar, mas realizar de novo, buscando e seguindo rastros, avaliando a validade da mediação de sinais materiais e imateriais. A memória, ao contrário, é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno enquanto que a história é uma representação do passado. Nesse caminho vejo a memória coletiva como absoluta enquanto que a história reconhece e trabalha com o relativo. A narrativa é a base material da consciência histórica. “Pela análise de uma narrativa histórica ganha-se acesso ao modo como o autor concebe o passado e utiliza

as suas fontes, bem como aos tipos de significância e sentidos de mudança que atribui à história.” (RÜSEN, 2011, p. 12).

Em Centurión, o episódio do cerco e ataque a Peribebuy representa a contribuição narrativa que propõe como memória de todo o conflito. Cercada a Vila, o comandante Pablo Caballero é intimado a se render por duas vezes. Na última, ele responde com uma frase tornada síntese do legado da Guerra para a futura Nação Paraguaia: “estou aqui para pelear, e se preciso, morrer”. Eram “1600 homens” para “vencer ou morrer”, a maioria jovens adolescentes, contra “20000 homens bem armados”, e mesmo assim a heroica e prolongada resistência durou 5 horas. (CENTURIÓN, 1901, p. 69). Consumada a narrativa do evento, o autor capitaliza o esforço dos defensores com uma citação de Vitor Hugo: “existem derrotas gloriosas como vitórias vergonhosas”, para depois lembrar seus futuros leitores da dívida que contraíram junto aos mortos:

A nação recordará sempre com gratidão e orgulho a defesa heroica de Peribebuy. Mártir Pablo Caballero e seus bravos companheiros terão os seus nomes gravados com letras de ouro no templo da imortalidade, depois de terem sacrificado generosamente suas vidas em honra à pátria. Da mesma forma, a história registra o nome daqueles que morreram por ela, mas também daqueles que a traíram. (CENTURIÓN, 1901, p. 72)

Depois de contar ao leitor que os chefes do vilarejo que sobreviveram à batalha foram degolados sob as ordens do Conde D’Eu, ele oferece uma referência para mensurar o sacrifício, e por extensão a dívida das futuras gerações:

Quando não foi possível contra-arrestar a avalanche provocada pelos aliados, o povo paraguaio preferiu abrir um grande cemitério em seu solo e enterrar-se todo ali. Um povo livre morre, porém não se deixa prender. (CENTURIÓN, 1901, p. 80).

Em 16 de agosto de 1869, foi travada a emblemática Batalha de Acosta Ñu ou Campo Grande. Depois de denunciar que crianças teriam pego em armas para defender “a Pátria”, comovendo até o mais frio dos espectadores, Centurión amplia o quadro e eleva, mais uma vez, o leitor à condição de espectador. No final da luta:

As chamas a essa hora devoravam uma parte do campo onde morreram carbonizados muitos feridos. A porção não incendiada oferecia a vista o triste e doloroso espetáculo de mortos e feridos, espargidos pelo fogo: aqueles inertes; estes palpitantes, lançando gritos desgarrados de dor e de desespero [...]. (CENTURIÓN, 1901, p. 89).

Ao iniciar a constituição narrativa da ofensiva que culminou na definitiva ocupação de Assunção, Isidoro Resquin é recorrente, o inimigo é o *bárbaro* e o Paraguaio, é o homem livre que conscientemente faz a escolha de defender a Pátria:

Depois de sete dias de contínuos combates, triunfantes os exércitos aliados na altura de Villeta, marcharam a Assunção sobre os cadáveres dos nobres filhos do Paraguai, que palmo a palmo vinham defendendo a integridade e a dignidade de sua pátria, sem outra recompensa que a satisfação de cumprir um dever. (RESQUIN, 1875, p. 116).

Na marcha para Cerro Corá de Resquin, López vai a frente de sua tropa consciente de que não tinha mais chance, “porém

preferia mil vezes a morte antes de entregar sua pátria a governos estrangeiros”, trama orquestrada pelo Brasil e pela Argentina na forma do Tratado da Tríplice Aliança, que visava “aniquilar o Paraguai”. (RESQUIN, 1875, p. 163).

No final, Solano López mandou preparar “com valor e honra” o enfrentamento de Cerro Corá, momento onde “foi derrotado e vencido por completo o exército depois de haver lutado cinco anos defendendo a honra e a integridade de sua pátria, lugar onde pereceram os homens mais íntegros e inteligentes que o Paraguai possuía.” (RESQUIN, 1875, p. 177). Em um recado às gerações vindouras, Resquin faz referência a um legado moral, mas também lembra que a Guerra permaneceria como uma chaga, uma vez que consumiu as mentes mais brilhantes do país.

É possível afirmar que narrativas como as de Resquin e Centurión, ofereceram as bases para uma consciência histórica específica, para uma *Identidade histórica*:

é o termo comum para a consistência diacrônica dos sujeitos no curso do tempo, essa identidade é especificamente histórica quando suas dimensões temporais ultrapassam as fronteiras de suas próprias vidas e a finitude dos indivíduos é superada por meio da memória. (RÜSEN, 2011, p. 88).

No caso do Paraguai fundado sobre a historiografia lopista, não são apenas as dimensões humanas e ecológicas da existência, não apenas o valor cultural e os determinantes históricos que aproximam os indivíduos, mas após a guerra, a realidade do seu (res)sentimento. Aqui podemos falar da identidade histórica como uma comunidade de sofrimento.

Voltando à dimensão da constituição narrativa da Guerra nos seus momentos finais, Juan Crisóstomo Centurión toma a frente

do espectador e o conduz à visualização do legado de sacrifício dos paraguaios em relação às futuras gerações: “É preciso confessar: nenhum povo defendeu com mais heroísmo o solo pátrio, nem levou a tão elevada abnegação o sacrificio pela integridade do território, como o povo paraguaio”. Buscando o auxílio do Conde Volney nas *Ruínas de Palmira*,⁷ proclama em tom solene:

Ó tumba de Cerro corá! Quantas úteis lições, quantas nobres e patéticas reflexões ofereces ao espírito que sabe contemplar [...]. Cerro Corá é uma epopeia gigantesca que leva em vibrantes ecos a todos os cantos do mundo civilizado o nome glorioso da nacionalidade paraguaia. É um pedestal em que descansa a glória paraguaia. A luz que reflete das graníticas e desnudas cadeias de Mbaracayú, simboliza o brilho da auréola que circunda o sepulcro onde jazem os heróis, que depois de cem duros combates, caíram envoltos na bandeira nacional [...]. (CENTURIÓN, 1901, p. 167).

O recurso a parábolas, mitos e lendas, as alegorias as mais variadas sinalizam o limite que o uso do léxico representa para o historiador, encarregado de constituir peças únicas, transpassadas de cor local. Para Ricoeur, a partir de dado momento há o “esgotamento das formas de representação disponíveis em nossa cultura para dar visibilidade e legibilidade ao acontecimento”. Porém, não exime o autor da exigência de que os episódios sejam constituídos por escrito, a uma distância onde o necessário efeito de real não ofusque a visão do observador: “lida de muito perto, a imagem no tapete não é fácil de ser decifrada”. (RICOUER, 2007, p. 267).

⁷ Orientalista francês que na verdade se chamava Constantin François de Chassebœuf. Viveu entre a segunda metade do século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX. Escreveu entre outras obras as *Ruínas de Palmira*, meditações sobre as revoluções e os impérios, publicadas em espanhol em 1892.

Na constituição narrativa que Centurión realiza, o quarto volume é concluso junto com a Guerra. Nele, o filho de López, o Coronel Panchito, contrariando o apelo da mãe e as intimações do Coronel brasileiro Martins, “morreu lutando”, ao mesmo instante em que “o pai exalava o último suspiro”. (CENTURIÓN, 1901, p. 194). “O cadáver do pai e do filho foram colocados/enterrados juntos, um ao lado do outro”. No segmento seguinte da narração, o historiador e veterano de Guerra acrescenta uma frase em latim “consumatun est” (consumado, destino consumado) (CENTURIÓN, 1901, p.196).

Elas (histórias datadas em períodos distintos) não compartilham de qualquer essência, exceto no aspecto do sofrimento; mas o sofrimento é uma linguagem extremamente poderosa para se compartilhar, uma linguagem pela qual muitas diferentes formas de vida podem iniciar um diálogo. (EAGLETON, 2013, p. 20).

Sob a inspiração das moiras, os últimos dias de López se constituem em uma verdadeira “tragédia: resistência heroica, autoafirmação exultante, tolerância com dignidade, a paz que provém de saber que nossas ações são predestinadas”, caracterizam o seu comportamento. (EAGLETON, 2013, p. 24). No caminho de Cerro Corá, o seu clímax, o ato heroico está em sintonia com a tragédia clássica, uma história com um final infeliz que é entenededor de uma forma memorável e edificante, em vez de simplesmente triste.

As narrativas da Guerra constituídas através do arsenal mobilizado por Francisco Isidoro Resquin e Juan Crisóstomo Centurión estão diretamente relacionadas às suas limitações individuais, ao horizonte intelectual do seu tempo e às características da consciência histórica novecentista. Para além destas questões, a História foi

concebida como *Magistra Vitae*, constituída para representar a origem de uma impressão de dívida que permearia a consciência das gerações seguintes, mesmo a contemporânea: “informar a juventude paraguaia, alguns episódios sobre a dura Guerra a fim de que possam formar juízo sobre os acontecimentos que se desenvolveram durante os cinco anos”. (RESQUIN, 1875, p. 180).

Em uma realidade de claro abuso da memória, no século XX especialmente, os governos colorados do Paraguai resgataram a constituição narrativa realizada por homens do século XIX, como Centurión e Resquin, numa realidade onde a história foi tomada de assalto para servir a uma certa memória. Ricoeur (2007, p. 403) constata que não são raras as vezes onde “a pretensão da memória coletiva de avassalar a história pelo viés desses abusos de memória, nos quais podem se transformar as comemorações impostas pelo poder político ou pelos grupos de pressão”. O que deve acontecer para que as tensões sejam reduzidas é o *contrário*, como diz Pierre Nora apud Ricoeur (2007, p. 414), é a “memória (ser)apreendida pela história”.

PELA CONSCIÊNCIA DAS IMPLICAÇÕES DO OFÍCIO

Para Henri Irenée-Marrou apud Ricoeur (2007), o historiador é, em primeiro lugar, aquele que questiona os documentos. Sua arte nasce como hermenêutica, considerando que sempre é possível interpretar de outra forma o mesmo complexo, portanto, a admissão de um grau inevitável de controvérsia, de conflito.

Principiando em Santo Agostinho, para marcar passo com a Escola Alemã de Bielefeld, a consciência histórica se constitui em um estado do ser edificado sobre três temporalidades que se entrecruzam: “O presente do passado, que é a memória; o presente do futuro, que é a expectativa, o presente do presente que é a intui-

ção, a tensão gerada pelo *superavit* de expectativa”. (RICOEUR, 2007, p. 360). É fundamental que o historiador tenha a ciência de que a sua relação com a *história conhecimento* é regulada (deveria ser) pelas características adquiridas pela consciência auferida pelo ser no seu tempo.

Em termos de memória, o reconhecimento de suas figuras pode se apoiar em um “suporte material, seja ele uma apresentação figurada, um retrato, uma foto, pois a reapresentação induz a identificação com a coisa retratada e sua ausência”. (RICOEUR, 2007, p. 437). Ninguém pode fazer com que o que não é mais não tenha sido, porém a sua consciência está sujeita aos abusos de memória e de esquecimento. Ricoeur recorda que na psicanálise, em função de uma patologia, “o paciente repete em vez de se lembrar”. Aqui, repetição ao invés da reconstituição, de uma nova investigação, vale por uma patologia.

Nesse sentido, em termos de racionalidade argumentativa, Rüsen exige que a competência teórica e metódica na produção do conhecimento histórico confiável esteja na base da competência narrativa. “A sedução da palavra não pode superar o rigor do conteúdo”. (RÜSEN, 2011, p. 10). Nesse sentido, é indispensável a investigação diuturna, a retomada de temas pertinentes no tempo, de forma alguma, a mera reprodução. Essa não é a história de Rüsen, Ricoeur, Eagleton, ou qualquer outro digno do título.

De fato, há um privilégio que não pode ser recusado à história, não apenas o de estender a memória coletiva além de toda a lembrança efetiva, mas o de corrigir, criticar e até mesmo desmentir a memória de uma comunidade determinada, quando ela se retrai e se fecha sobre seus sofrimentos próprios a ponto de se tornar cega e surda aos sofrimentos de outras comunidades. “É no caminho da crítica histórica que a memória encontra o sentido de justiça.” (RICOEUR, 2007, p. 507).

REFERÊNCIAS

EAGLETON, T. *Doce violência: a ideia do trágico*. São Paulo: UNESP, 2013.

FERRO, M. *O ressentimento na história*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

PRADO, M. Lígia C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RÜSEN, J. Jörn Rüsen e o Ensino da História. Curitiba: UFPR, 2011.

FONTES PRIMÁRIAS

CENTURIÓN, J. C. Memórias del Coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sea Riminiscencias Historicas sobre la Guerra del Paraguay. Vol. 4. Asunción: Imprenta Militar, 1901.

CENTURIÓN, J. C. Memórias del Coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sea Reminiscencias Historicas sobre La Guerra del Paraguay. Vol. 3, Buenos Aires: Imprenta de obras, 1897.

CENTURIÓN, J. C. Memórias del Coronel Juan Crisóstomo Centurión ó sea Riminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay. Vol. 2, Buenos Aires: J. A. Berra, 1894.

RESQUIN, F. I. Datos históricos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza. Imprenta militar. Imprenta Militar, 1875.

PÁGINAS NO FACEBOOK

1. Paraguay Eterno — Publicações | Facebook, Acesso em 05/mar./2021.
2. PARAGUAY EPICO Centro de Investigación y Difusión Histórica | Facebook, Acesso em 05/03/2021.
3. LOPIZTAS POR SIEMPRE | Facebook, Acesso em 05/03/2021.

4. GUERRA DO PARAGUAI, Guerra de la Triple Alianza ou Guerra Guasú. | Facebook, Acesso em 05/03/2021.
5. Reminiscencias de la Guerra de la Triple Alianza | Facebook, acesso em 05/03/2021.
6. GUERRA DO PARAGUAI, Guerra de la Triple Alianza ou Guerra Guasú. Facebook, Acesso em 05/03/2021.
7. Guerra del Paraguay | Facebook, Acesso em 05/03/2021.
8. Memorias de la Guerra contra la Triple Alianza — Publicações | Facebook, Acesso em 05/03/2021.

VIII

LA EMPRESA DOMINGO BARTHE Y LOS CONFLICTOS CON LA PRENSA BRASILEÑA

ALBERTO DANIEL ALCARÁZ

La narrativa histórica mistificada de las “historias nacionales”, ocultó muchas veces las estrategias de permanencia y construcción de relaciones de poder de las élites a través del tiempo. Es por ello que surgen algunas razones para plantear el estudio del surgimiento de las élites, así como interrogantes para tratar de comprender la naturaleza, el alcance y la conformación de la naturaleza del poder de diferentes los grupos de poder con intereses propios dentro de los sectores dominantes de la sociedad, aunque se tienda a percibirlos desde fuera como grupos homogéneos y corporativos donde no existen fraccionamientos, competencias, intereses encontrados.

El concepto de “élite” fue muy discutido por los autores “maquiavelistas” en el primer tercio del siglo XX para indicar en el sentido más restringido de las Ciencias Sociales a una “clase política”. En esa perspectiva, quienes pertenecen a las élites “de-

paran poder o prestigio” (la cursiva es mía) y a la vez se diferencian entre sí por el lugar que ocupan frente a los medios de producción, el papel que desempeñan en la organización social, el modo y la proporción en que perciben la parte de la riqueza social de que disponen (PARETO, 1980, p. 12). Los maquiavelistas sostenían que las élites usan a su favor las reglas de juego de una sociedad y “manifiestan unas cualidades excepcionales o dan pruebas de aptitudes eminentes en su dominio propio o en una actividad cualquiera” (PARETO, 1980, p. 12).

La pertenencia a las élites no sería el resultado de una acción mecánica ya que el concepto de circulación de las élites que acuñó Pareto, admitía que el ascenso y declive de esos grupos dominantes se daba en ciclos afectados por intereses que influían en la organización de la estructura social. La conformación de las elites requiere de ciertas formas de dominación que no serían “absolutas” ya que sus miembros se encontrarían supeditados al movimiento de circulación de las élites que implicaría que la pertenencia a tal grupo no es hereditaria ya que si los hijos no poseen las cualidades, ni los objetivos de sus padres se produce una sustitución de sus miembros.

Las perspectivas que abordaron la cuestión de la relación sujeto-Estado, (desde Vilfredo Pareto a Max Weber) plantearon que la relación entre un poder reconocido como legítimo o en la dominación burocrática se contrapone a la carismática. El liderazgo individual supone una fuerza de la que dispondrían algunos dirigentes pero que sucumbe a la rutina de la vida institucional, la racionalización de la producción y la organización de la misma. La burocracia fue vista como representante de la racionalización de la fuerza social en oposición al liderazgo *carismático* de cuya fuerza estarían *dotados* algunos dirigentes. La primera se perpetúa en las estructuras de un Estado como resultado de una comuni-

dad que se auto-atribuye con éxito el monopolio legítimo del uso de la fuerza física dentro de un territorio (WEBER, 1985, p. 10).

El énfasis de Max Weber en el individuo y el liderazgo carismático en tanto patrón al que habría que remitir la conducta suponía que el ejercicio completo de la dominación requería de la administración racional en la concreción de algunos objetivos socialmente establecidos. La dominación carismática en cambio habría surgido en las sociedades periféricas a causa de la debilidad del aparato estatal para el ejercicio de la dominación burocrática “pura”, el ejercicio del poder no se limitaría únicamente a una élite gobernante y otra no gobernante o subalterna con influencias en las decisiones del Estado. El líder carismático (como el caudillo latinoamericano) despertaría entusiasmo y adhesión por encima de las diferencias de clase o status, pero también encontraría límites al enfrentar a la organización del poder estatal burocrático, frente al que estaría en desventaja porque este detenta la exclusividad del ejercicio legítimo del poder (WEBER, 1985, p. 14-15).

Un refrán muy popular en la Argentina ironiza sobre el carácter centralista de la distribución del poder político de las élites ya que “*Dios está en todas partes pero atiende en Buenos Aires*” (la cursiva es mía). En ese sentido, Wrigth Mills situó a las clases superiores ciudadanas en la cima y las regionales por debajo, a la que retomamos y las denominamos “élites locales”, las cuales en la escala social, constituyen una referencia psicosocial parcialmente consciente de su pertenencia con una concepción más o menos clara de sí, que distingue sus objetivos frente a individuos de otras clases sociales (WRIGTH MILLS, 1969, p. 18). Por oposición las “élites centrales”, tendrían ciertas ventajas por su posición de proximidad a los centros de decisión por sobre las “élites periféricas”; que se podría traducir en su capacidad para generar

un status quo en el plano político jurídico y económico que favorezca pre eminentemente a los sectores sociales situados en las áreas metropolitanas. De esa forma subordinan a sus intereses a las “élites locales” o periféricas ya que sus representantes podrían basar su poder en parte al liderazgo carismático y otro tanto en su relacionamiento con aparato burocrático local pero siempre funcional al predominio de la elite central que controla el aparato burocrático nacional.

Los miembros de las élites sólo se aceptan plenamente como “iguales” los unos a otros de diversas formas ya sea comprometiéndose entre sí en sociedades empresariales, así como también casándose entre sí para reforzar la tendencia a trabajar y pensar si no juntos, por lo menos del mismo modo. Esa perspectiva les permite reforzar su constitución como una minoría con prácticas endógenas de reciprocidades para ocupar generalmente los puestos de mando ya que los individuos de las élites se considerarían a ellos mismos como “poseedores naturales” del poder y la riqueza por ser miembros de un estrato superior cuya fuerza de “atracción” los une para vincularse entre “quienes se sientan en la misma terraza” porque resulta claro para “ellos” lo mismo que para los “otros” el círculo de pertenencia (WRIGHT MILLS, 1969, p. 19-20).

Las élites también estarían constituidas por personas que gozan claramente de muchas ventajas, aunque se resistan a creer que usufructúan de privilegios y se inclinarían más bien a definirse a sí mismos como ciudadanos “naturalmente dignos de lo que poseen”, tal sentimiento podría incluso derivar en creencias de que sus atribuciones son resultado de algún “designio secreto”. La naturalización de su propia condición de élites es otro elemento que estimula a auto considerar sus riquezas o privilegios como ampliaciones naturales de sus personalidades que exaltan su idea

de constituir un conjunto de hombres y mujeres que tienen un carácter moral más exquisito” y conforman la base de su ideología de élite “en cuanto estrato gobernante privilegiado como resultado y obra de la élite misma” (WRIGHT MILLS, 1969, p. 21-23).

Las élites están compuestas por “quienes tienen el máximo de lo que podría tenerse en determinado momento histórico” lo que generalmente comprende al “dinero el poder y el prestigio, así como los estilos de vida que conducen a ello”. El “máximo” se logra tanto por las posiciones en las instituciones estatales o privadas que actúan como bases para generar y mantener el poder, la riqueza y el prestigio, al tiempo que actúan como medios para ejercer, adquirir, conservar o alimentar mayores pretensiones ya que a las grandes unidades institucionales de la estructura social les acompaña un prestigio cada vez mayor (WRIGHT MILLS, 1969, p. 17).

El prestigio depende muchas veces del acceso a los mecanismos de publicidad y no es casual el interés de las élites en Argentina por promover medios de comunicación con “*líneas editoriales*” (la cursiva es mía), tal el caso, entre otros, del diario emblemático “La Nación argentina” fundado por Bartolomé Mitre. La cúspide de las jerarquías de las instituciones económicas, estatales y militares sería a su vez intercambiable por las élites entre sí con un carácter acumulativo del prestigio, el cual puede tener por base inicial funciones militares para después acrecentarse en el orden político. De ese modo Estado, empresas y ejército constituyeron medios históricos para acceder o ejercer poder, disciplinamiento y control tanto para individuos como para cualquier compañía anónima que quisiera ampliar sus dominios, lograr un mayor impacto de sus actividades o potenciarlas con la intervención del favor del aparato gubernamental.

La reciprocidad empresa-Estado también implica la intervención de esas empresas en los procedimientos gubernamentales (WRIGTH MILLS, 1969, p. 15-18). En la lógica del funcionamiento del sistema capitalista, un individuo o empresa que comete errores de apreciación en el terreno económico; no sobrevive a las leyes del mercado y la bancarrota actúa como el “filtro depurador” que obliga a los demás a seguir caminos que resultaron exitosos en procesos de acumulación (WALLERSTEIN, 2014, p. 22). La visión sistémica que plantea supone entender el funcionamiento de la economía como un proceso global que está integrado por diferentes eslabones en el que se reconocen diferentes jerarquías y centros de poder con sus respectivas periferias.

De ese modo Wrigth Mills, (1969), concibió la centralidad de las grandes Compañías por acciones como resultado y principal fuente de perpetuación de la riqueza en el capitalismo. El proceso se debió a que en la sociedad moderna el aparato político abre y cierra muchos caminos hacia la riqueza y los poderosos pueden realizar su voluntad aunque otros les hagan resistencia, sin embargo para ser verdaderamente influyente debe poseer el control del Estado ya que sobre esos medios institucionales de poder es como los verdaderamente poderosos, son, desde luego poderosos (WRIGTH MILLS, 1969, p. 17).

La mirada estructural de Wrigth Mills, ofreció una perspectiva sobre la constitución de los grupos dominantes dentro de las sociedades capitalistas contemporáneas que contrasta notablemente con otros análisis sobre la naturaleza del poder y quienes lo ejercen. En la perspectiva de Wright Mills, (1969) las élites están compuestas por hombres y mujeres cuya posición social les permite acceder a esferas e instituciones que trascienden los ambientes habituales que ocupan los demás seres humanos. En ese sentido, las decisiones de las élites siempre tienen consecuencias

importantes sobre las personas corrientes que viven en sus círculos cotidianos ya que el poder es un atributo de tales grupos y no se ve reflejado en los cuerpos sino en la dirección de la acción de los individuos.

Su enfoque del poder consideraba una relación directa entre la élite que controla el aparato estatal como origen y fuerza de un grupo sumamente exclusivo y excluyente de la sociedad. El ejercicio del poder que hacen las clases dominantes, no estaría circunscripto a los gobernantes ya que dominar, dirigir, gobernar, se corresponde con saber hasta dónde pueden ejercer poder, así como sus conexiones, instancias de jerarquía, control, vigilancia, prohibiciones o sujeciones porque donde existe el poder, el poder se ejerce, así nadie lo personifique, siempre se despliega en una dirección y por más que no se sepa quién lo tiene, se sabe quien no lo tiene (FOUCAULT, 1992, p. 85). Así, en la región Alto Paranaense, los trabajadores de los obrajes eran quienes claramente no tenían el poder y su inorganicidad como cuerpo político siguió siendo una constante salvo cuestionamientos al poder como las revueltas que protagonizarían a finales de la década de 1920, la columna de Prestes o el episodio de *“la toma de Encarnación”* (la cursiva es mía) en 1931.

Por otra parte, las sociedades humanas para producir necesitan de un medio que le provea de elementos para reproducirse y subsistir, es allí donde se entra en relación activa con el medio que lo rodea en el proceso histórico que deriva en la conformación de una región donde la sociedad interviene en el espacio con la actividad creadora (o destructora de la naturaleza) que denominamos trabajo y bajo la orientación del capitalismo decimonónico introdujo el extractivismo en el Alto Paraná, orientando un sistema de enclaves según el interés que despertaban los recursos naturales más valiosos para su explotación (yerba mate y maderas).

La transformación dialéctica de la relación entre naturaleza y cultura desarrolló las fuerzas productivas del Alto Paraná resultantes de la sumatoria de las actividades del frente extractivo (ABINZANO, 1985) que transformaron la naturaleza constantemente en mercancías susceptibles de ser intercambiadas en el mundo contemporáneo a partir de la segunda mitad del siglo XIX. En ese sentido, Gudynas (2015), caracterizó al extractivismo como un modelo económico predominante en América Latina, distinguido por la explotación de recursos naturales en grandes volúmenes y cantidades, orientados esencialmente a su exportación como materias primas con un procesamiento in situ mínimo.

Hasta mediados del siglo XX, el curso fluvial del río Paraná constituyó la vía de comunicación excluyente para acceder a los recursos naturales de yerba mate y maderas silvestres situados en los espacios interiores de la cuenca superior. La explotación extractiva de recursos naturales fue un factor muy relevante en la construcción del espacio regional, mas aun si tenemos en cuenta que además fue utilizado como un límite “natural” en la delimitación de las fronteras nacionales entre los países que comparten el curso fluvial. La utilización de un accidente natural de la región como el río Paraná a modo de límite demarcador de la soberanía entre los Estados nacionales, fue la culminación de un largo proceso histórico que nos remonta al periodo colonial. En ese sentido Pierre Bourdieu (1994) señalaba que la frontera al igual que tantas elaboraciones humanas, es el producto de una división artificial al igual que muchas otras convenciones que son elaboradas por las sociedades que se desarrollan sobre un espacio y terminan atribuyendo un sentido histórico al pasado que en mayor o menor medida se corresponde con los rasgos culturales presentes en el momento que se narra, lo que se pretende como la realidad de la sociedad.

De ese pasado se toman algunos elementos del conjunto de la actividad humana, atribuyéndoles a estas un carácter de identidad, de la que se buscan las semejanzas y diferencias para establecer contrastes con otras sociedades y regiones “geográficas” o también países como en este caso. La construcción de la identidad, la frontera y la delimitación de un espacio regional tiene origen en un pasado histórico que le precede, de modo que analizando la relación de estos factores podremos aproximarnos mejor a las causas que tienen plena manifestación en un presente cargado de vínculos con el pasado.

El proceso histórico que nos interesa estuvo influenciado por el accionar de grandes empresas de navegación fluvial que contaban con el control monopólico de la explotación de los recursos naturales silvestres de yerba mate y maderas silvestres situadas en la región del Alto Paraná, actualmente compartido por tres países, en particular a partir de 1870. Las comunicaciones dentro del Territorio Nacional de Misiones mediante la navegación fluvial, resultaron claves para obtener el control monopólico de la actividad de extracción de materias primas y transformación de estas en mercancías con un valor de cambio. Los recursos naturales silvestres constituyeron el valor económico más importante que orientó el proceso de ocupación de tierras, así como su apropiación por parte de los grandes propietarios, dentro del frente extractivo.

El frente extractivo orientó la ocupación y asentamiento en la región alto paranaense, desde la segunda mitad del siglo XIX porque los recursos naturales silvestres fueron accesibles a la explotación a gran escala cuando se resolvieron algunas cuestiones latentes, como la definición de la soberanía y el delineado de los límites fronterizos entre los estados nacionales. Ello determinó posteriormente el trazado de las vías de comunicación y la organización de las actividades económicas, siguiendo la orientación de las políticas nacionales de cada país.

El control de las vías de navegación fluvial constituyó un aspecto clave en la explotación de los recursos naturales para las empresas que se tornaron monopólicas a principios del siglo XX y acaparaban sectores claves de la actividad extractiva, especialmente la navegación fluvial. El control de gran parte del proceso económico desarrollado en el Territorio Nacional de Misiones y el espacio regional que abarca a los tres países limítrofes que comparten el curso fluvial del Alto Paraná que dependía fuertemente de la proximidad de los obrajes a los puertos para dar salida a la producción. Por este motivo el control de la vía fluvial, además de satisfacer la necesidad de vías de comunicación, sirvió también para establecer un control monopólico del circuito de las actividades que ejercieron las grandes empresas en relación a la extracción de los recursos naturales económicamente más valiosos como la yerba mate y las maderas que bajaban por el río desde el alto Paraná hasta el puerto de Posadas, para redistribuirse desde allí hacia otros centros urbanos.

Las grandes empresas monopólicas controlaron la extracción de yerbas y maderas junto a otras empresas de menor envergadura, que generalmente eran de intermediarios de éstas en la contratación de peones (mensú, término que se desprende de mensualero, porque se parte del supuesto del mensú como un asalariado que percibía su sueldo mensualmente) para los obrajes. De esta forma se introdujeron importantes grupos de trabajadores que fueron los verdaderos “pioneros” que en el todo el Alto Paraná, iniciaron la apertura y consolidación de “picadas”, caminos y nuevas rutas que fueron las bases para el acceso a la extracción de las riquezas naturales y el asentamiento de grupos humanos.

La transformación del espacio natural como consecuencia del trabajo en torno a las actividades económicas del frente extractivo se desarrolló muy lentamente, pero de manera inexorable

a partir de 1870 en todo el Alto Paraná, pero de un modo irreversible, bajo un sistema con técnicas de producción arcaicas, cuyas características esenciales eran la sobre explotación de la mano de obra y la acumulación de capitales en un reducido sector de la sociedad local. La élite local se enriqueció fundamentalmente acaparando el comercio y las funciones públicas dentro del Estado, en especial si tenemos en cuenta que no existía una “oligarquía tradicional”, sino más bien una clase dirigente, en pleno proceso de constituirse en la “burguesía local” compuesta principalmente por empresarios extractivistas, “destinada” a ocupar los espacios públicos de poder que ofrecía la estructura del Estado y las funciones locales que emanaban del mismo.

LA APROPIACIÓN DE LA TIERRA PÚBLICA Y LA FORMACIÓN DE LAS NUEVAS ÉLITES EN LAS PERIFERIAS.

A principios de la década de 1880, tuvo lugar en el Territorio Nacional de Misiones, un importante remate de tierras públicas. En ese contexto, se pusieron en práctica nuevas estrategias de negociación y cooptación que fueron ensayadas por las élites argentinas instaladas en el poder central para subordinar a las elites del interior. La perspectiva centralista de Buenos Aires logró “apaciguar” primero por las armas a las provincias y sus caudillos rebeldes que resistían al proyecto de organización nacional que maduró con la denominada “generación del 80” que logró montar un eficiente engranaje político-ideológico, basado en la construcción de un relato unívoco de la historia que se replicaba en las escuelas y en la prensa oficialista.

La incorporación de espacios “nuevos” al Estado nacional como fue el caso de las actuales provincias de Chaco, Formosa y

Misiones al finalizar la Guerra de la Triple Alianza fue el primer paso en la construcción de la Argentina Moderna. En paralelo, los terratenientes provenientes de familias tradicionales que participaron en la financiación de las diversas expediciones militares, también se hicieron dueños en todo el país de vastas extensiones de suelo usufructuándolos en calidad de propietarios ausentistas.

Algunas elites locales del interior, lograron adaptarse rápidamente a los cambios que tenían lugar en relación a la apropiación jurídica de la tierra. El gobierno correntino que poseía la tutela sobre Misiones, ante la inminente creación del Territorio Nacional de Misiones como una nueva administración de jurisdicción federal, remató la casi totalidad de tierras fiscales que permanecían bajo custodia de esa provincia como una extensión marginal de su territorio ante la inminente pérdida de la jurisdicción sobre las mismas.

Lo acontecido era un síntoma de un estado general de la situación que también tenía su correlato en los países vecinos –Brasil y Paraguay– desde el fin de la Guerra de la Triple Alianza. La modificación de la estructura económica era parte de la transformación que derivó en la formación de los nuevos Estados nacionales, donde la tierra privatizada y repartida como un bien entre un grupo de hombres que detentaban poder político y económico eran las características predominantes de las nuevas élites.

El masivo proceso de transferencia de tierras fiscales a manos privadas favoreció la formación de un reducido número de propietarios jurídicos de la tierra, vinculados a las instituciones de carácter burocrático estatal. En el flamante Territorio Nacional de Misiones, los cuadros administrativos de la burocracia de la nueva dependencia estatal eran afines al modelo político y económico de país que se estaba consolidando, en el que sus cuadros provenían mayoritariamente de las familias tradicionales

de élite correntina que negociaron la cesión de Misiones en el reparto de la tierra.

La confluencia en el espacio misionero de esos grupos, permitió la conformación de una nueva “élite local” que en términos generales, era el resultado de una complementariedad de intereses políticos, económicos nacionales y locales que también incluyó dentro del “grupo” que se desempeñaría dentro del nuevo aparato estatal a muchos que procedían de los remanentes de población llegados a inicios de la década de 1870, al finalizar la guerra de la Triple Alianza para dedicarse a la extracción y comercio de la yerba mate en las cuencas del Alto Paraná y Alto Uruguay.

La primera generación de la élite local –llegada a inicios de la década de 1870– poseía un escaso poder e influencias en comparación a los miembros de la segunda, poseedora de una reconocida legitimidad en el ejercicio del poder en el ámbito nacional y de la propiedad jurídica de la tierra y que en su mayoría eran propietarios “ausentistas”, debido a que Misiones representaba un espacio marginal dentro del conjunto de propiedades esparcidos en otros puntos del país a inicios de la década de 1880.

La fusión de intereses en los espacios burocráticos, integró a los sectores dominantes en una nueva “élite local” que actuó coordinadamente en los espacios institucionales que ofrecía el Territorio Nacional de Misiones. En el ámbito citadino, el consejo Municipal de Trincheras de San José (a partir de 1879 Posadas) era el espacio en el que habitualmente esos hombres desarrollaban sus labores cotidianas y el ámbito en el que se potenciaban sus intereses más inmediatos. En la década siguiente, la integración a las dependencias del Estado nacional, tras la federalización de Misiones, la Casa de Gobierno de la nueva dependencia impulsaría un mayor protagonismo y visibilidad a la primera generación de la élite local.

A principios de 1880, Corrientes era gobernada por Felipe José Cabral del Partido Liberal, signo político contrario al partido gobernante en el poder nacional –P.A.N. Partido Autonomista Nacional, cuyo máximo jefe era Julio Argentino Roca. La provincia fue intervenida luego de la participación de sus fuerzas en apoyo de la rebelión dirigida por el gobernador bonaerense Carlos Tejedor en contra de la federalización de la ciudad de Buenos Aires y tras la derrota de los liberales, el gobierno de la provincia de Corrientes recayó en el Dr. Miguel Goyena, quien procedió a la “pacificación” y “normalización” de la legislatura.

La nueva legislatura correntina eligió como gobernador a Antonio Bautista Gallino, un reconocido autonomista que por entonces también era apoyado por Julio Argentino Roca para crear un nuevo status quo en la provincia rebelde. Una vez designado el nuevo mandatario, este adujo ante la Legislatura correntina sobre la “necesaria” venta de las tierras fiscales que debían conformar la jurisdicción del nuevo Territorio Nacional de Misiones, mientras aun permanecían bajo el poder de Corrientes.

El propósito oficial era cancelar las obligaciones de la deuda provincial ya vencidas y compensar el déficit que desde 1878 generaba esa deuda a la provincia y estaba originada en un crédito para la compra de armas y provisiones para las tropas de esa provincia que participaron en la Guerra de la Triple Alianza. La deuda fue emitida en bonos que estaban en manos de capitalistas como Gregorio Lezama o políticos como Antonio Gallino quien luego los canjearía al gobierno tras aprobarse la venta de tierras fiscales.

Una vez acordada y sancionada la venta de las tierras fiscales, esta se hizo en gigantescos lotes de veinticinco leguas cuadradas sin mensuras previas y trazadas en un plano existente en el Departamento Topográfico de la Provincia de Corrientes. El precio oscilaba entre 500 \$ y 1500 \$ la legua cuadrada a pagarse

al contado o en cuotas, pero con la obligación de mensurar las propiedades en un plazo de diez años. La casi totalidad de las operaciones de contado se pagaron con los bonos provinciales que permanecían en manos de capitalistas especuladores que los habían comprado luego de ser emitidos durante el desarrollo de la Guerra de la Triple Alianza.

A principios de 1880, se apropiaban de las tierras del Estado en el Territorio Nacional de Misiones, formalmente repartidos entre 29 propietarios –muchos de los cuales eran en realidad testaferros– para sortear las limitaciones legales de la época (QUEIREL, 1897). De ese modo se consolidaba una segunda generación de una “elite local” que unificaba a un reducido grupo de allegados a la masonería y el gobernante Partido Autonomista Nacional, cuyo presidente era Julio Argentino Roca y Rudecindo Roca –su hermano, Gobernador de Misiones–, el Gobernador de Corrientes y terrateniente bonaerenses como Gregorio Lezama, el principal beneficiario de las ventas con 607.464 hectáreas, mientras el coronel Rudecindo Roca adquirió 265.180 hectáreas y el Gobernador Antonio B. Gallino 161.990 hectáreas.

El pago de la compra se hizo con bonos provinciales y otros nacionales que también estaban en poder de Gregorio Lezama, Antonio Gallino y Rudecindo Roca, este último el exponente más paradigmático de esa segunda generación de la “élite local” debido a que estaba por sus relaciones personales geográficamente más “próximo” a las élites centrales del gobernante Partido Autonomista Nacional y a la vez era propietario de tierras pero estrechamente ligado al nacimiento de la nueva estructura burocrática que se necesitaba crear en Misiones para que se ocupara de los asuntos y necesidades más específicos de la población como dependencia directa del ámbito nacional.

El Regimiento 3° de infantería con sede en Corrientes estuvo a cargo del coronel Rudecindo Roca, quien se valió de testaferos que en su mayoría eran militares subalternos en esa unidad bajo su mando para el negociado de las tierras. La compra tuvo lugar unos meses antes de que su hermano –Julio Argentino Roca– lo designara Gobernador de Misiones, lo cual da cuenta de una premeditación de la acción como parte de una estrategia del poder central para sostener a un aliado incondicional en una nueva entidad política, lo cual a su vez posibilitaría a la elite metropolitana apropiarse de una considerable extensión de tierras, a pesar de que la ley de ventas vigente limitaba a veinticinco leguas cuadradas – 67.000 hectáreas – la extensión máxima que una persona individual podía adquirir.

En igual sentido, tanto José Gregorio Lezama, al igual que Antonio B. Gallino quienes también se valieron de testaferos que luego cedieron sus derechos ya que los títulos eran transferibles. Por esa razón muchos de los prestanombres hicieron el traspaso de sus papeles al día siguiente, aunque luego una importante cantidad de tierras adquiridas por Antonio B. Gallino también fueron transferidas en venta unos meses más tarde a Gregorio Lezama; poderoso y experimentado hacendado que se había enriquecido en remates comprando tierras en subastas públicas a precios muy bajos para luego revenderlas. De ese modo también quedaban relegados a un segundo plano los estancieros y empresarios partidarios del anterior gobierno que adherían al partido liberal.

La ciudad de Posadas a principios de la década de 1890 se constituía como el mayor centro poblacional dentro de la jurisdicción del Territorio Nacional de Misiones. Al mismo tiempo que se generaban las condiciones para que la “elite local” diera lugar al nacimiento de una “tercera generación”, este sector social acrecentaba su influencia en los ámbitos del poder político

y acumulaba capital económico gracias al comercio y la explotación de los obrajes.

El poblado era la resultante del proceso que en la historiografía misionera se denominó como “inmigración espontánea” e inició inmediatamente al finalizar la Guerra de la Triple Alianza. Se trataba de una ocupación sin planificación o promoción oficial del Estado para atraer a los nuevos habitantes que involucró mayormente a habitantes provenientes de países limítrofes y otros procedentes de Europa que llegaron por varias décadas hasta la inauguración de los programas de colonización estatal y privada.

A once años de finalizada la Guerra de la Triple Alianza, Alejo Peyret (1881, p. 49) afirmaba que Posadas “*en belleza de los edificios y en la riqueza de las tiendas, casi rivaliza con Corrientes, aunque esta tenía tres siglos de existencia*” (la cursiva es mía). Los pobladores se dedicaban en su mayoría a las actividades derivadas del frente extractivo, valiéndose de las comunicaciones fluviales que se hacían por el río Paraná y facilitaban el asentamiento de instituciones estatales vinculadas al control de la frontera.

El Estado nacional, para ese fin habilitó una oficina de la Subprefectura Marítima que comenzó a operar con destacamento propio desde el año 1882 debido a que, con anterioridad, la represión del contrabando y la vigilancia de las costas estaban a cargo de una subprefectura local, dado el incremento de las actividades en la zona del puerto que obligó a la construcción de más obras complementarias que mejoraran los servicios.

El incremento de la población, sumado a la creación de nuevas dependencias nacionales y el estímulo a los incipientes proyectos de colonización durante el gobierno del Dr. Juan Ballestra (1893-1896) propiciaron la creación de una oficina denominada Mesa de Tierras dependiente de la Gobernación, que a su vez elevaba informes a la Oficina Topográfica Nacional, de-

pendiente de la Dirección de Tierras y Colonias de la Nación que funcionaba con una oficina local junto a una escribanía de gobierno para la escrituración de los títulos de las tierras.

Los nuevos pobladores contribuyeron significativamente a la organización de la sociedad posadeña en la década de 1890, algunos de ellos ocupaban cargos relevantes en la burocracia de la administración política local, en particular un grupo de procedencia francesa. Aunque el número de emigrados de esa nacionalidad no era muy importante en comparación al aporte de otras nacionalidades, sobresalieron en la gestión pública personalidades como Marcelino Bouix, Francisco Foulliand, José Robert de Blosset, Emilio Poujade y Domingo Barthe entre otros.

A principios de 1890 las sucesivas gestiones del Concejo Municipal intentaron llevar adelante una serie de obras públicas tendientes al mejoramiento de los servicios e infraestructura para hacer frente al incremento del volumen de las actividades económicas. Sin embargo, hasta 1892, la municipalidad prácticamente carecía de recursos y la recaudación era tan insignificante que no alcanzaba para la compra de kerosén para el alumbrado público y los impuestos de patentes, inmuebles, de tablada (mataderos), limpieza y de comercio no existían y los terrenos municipales se entregaban gratuitamente a efectos de fomentar la llegada de nuevos pobladores.

La mayoría de las obras públicas proyectadas en esos años fueron concretadas con retraso en el transcurso de la primera década del siglo XX y representaron mejoras sustanciales para la ciudad. El influjo de las actividades económicas extractivas fue decisivo en el desarrollo de la prosperidad económica de Posadas y bajo sus estímulos se construyeron los primeros molinos para procesar yerba mate.

La industria y el comercio yerbatero tuvo un gran dinamismo desde el arribo de los proveedores minoristas, en la época denominados “vivanderos” que acompañaban con sus carretas a las tropas de los ejércitos aliados en la avanzada de retaguardia e instalaron sus tiendas durante la Guerra de la Triple Alianza. Estos dieron paso a la formación de las primeras empresas que financiaron expediciones de exploración en busca de yerba mate en la posguerra.

El auge de la actividad yerbatera a medida que acumulaban capital gracias al comercio y el mercado compensaba los desembolsos iniciales originados por la exploración imprimió impulso a tales emprendimientos. En ese contexto algunos inmigrantes –particularmente los ya mencionados de origen francés– lograron alcanzar un importante éxito comercial y obtuvieron influencia en el poder político, transformándose en referentes de su comunidad de origen a la vez que eran reconocidos por el prestigio social de haber montado importantes empresas y defendiendo sus intereses construían poder e influencias, como fue el caso del empresario Domingo Barthe.

La situación que vivía el país probablemente requirió de fuertes lazos identitarios para la constitución de una fuerza en representación de intereses comunes que tal vez fueron proporcionados por el poderío económico. Eso probablemente forjó lazos comunes y estimuló al nacimiento de un entretendido de relaciones comerciales y parentales que derivó en la conformación de una “élite local” que se distinguió fuertemente de la población local constituida por criollos e indígenas, los cuales serían compulsivamente arrastrados a la proletarización mediante mecanismos de sujeción por deudas para destinarlos a los obrajes yerbateros o madereros del Alto Paraná.

El primer registro de una mención oficial de Domingo Barthe en los ámbitos de la Casa de Gobierno apareció en un decreto del Gobernador Balestra firmado el 21 de mayo de 1895 y registrado en el libro de copiadore. El gobernador Juan Balestra y su Secretario Ángel Acuña lo invitaron a formar parte en la organización de un programa en la dirección de los festejos patrios correspondientes al 25 de mayo de ese año, en una comisión encargada para la recolección de fondos para los mismos. En esa ocasión junto a otros empresarios también de origen inmigrante fue convocado en calidad de “*ilustre ciudadano argentino*” – a pesar de su condición de extranjero – a participar “*en los salones de la Gobernación con el objeto de constituirse y dar principio a sus funciones*” (la cursiva es mía), junto a otros hombres de prestigio público en los festejos de la semana de mayo, probablemente por su influencia económica ligada en gran medida a su labor comercial (A.G.M., Decretos. Tomo I, Folio 208).

Días después –el 30 de mayo 1895– apareció mencionado en otro decreto, pero requerido en esa ocasión para asumir a la mayor brevedad la responsabilidad de velar por la instalación de una línea telefónica que comunicara la ciudad de Posadas con los pueblos de candelaria, Cerro Corá, Santa Ana, Loreto y San Ignacio. El premio de la convocatoria –según el decreto– residía en que gran parte de los materiales se encontraban depositados en la gobernación y los elementos faltantes eran esperados de un momento a otro a sola confirmación por comunicación telegráfica del Inspector Nacional de Correos y Telégrafos al Gobernador. Otros miembros que formaron las comisiones eran antiguos vecinos de Trincheras de San José – entre ellos Pedro Labat, suegro de Juan Barthe, ambos reconocidos empresarios obrajeros y comerciantes –.

Las comisiones para cada sección de los pueblos debían preparar los trabajos, la adquisición de los postes y su traslado a los lugares de colocación. Luego de esas menciones en decretos oficiales, desapareció por unos años de los ámbitos de la Gobernación para volver a hacerse cada vez más frecuente la evocación de su nombre durante el gobierno de Juan José Lanusse, pero esta vez como un activo opositor al gobernador de Misiones y en especial al Partido Autonomista Nacional, dirigido por el presidente Julio Argentino Roca (A.G.M., Decretos. Tomo I, Folio 214).

Entre los años 1899-1900, Domingo Barthe ocupó el cargo de Concejal en el Concejo Municipal de Posadas, su condición de inmigrante nunca fue un obstáculo para vincularse a los círculos de poder y la escena política. También desempeñó las funciones de cónsul de Francia, a la vez que se posicionaba en la cima del poder social y simbólico con el conjunto de las familias del elemento “sano y digno” –según las ya citadas expresiones de Adolfo Burgoing (1893)– de las que llegó a ser probablemente uno de sus miembros de mayor prestigio, dado que también realizaba importantes acciones de beneficencia como la donación del terreno donde sería levantada la iglesia San José, antecesora de la catedral posadeña que se empezaría a construir a principios del siglo XX.

Las menciones de Domingo Barthe en los decretos oficiales de la Gobernación daban cuenta de su involucramiento en los asuntos locales y un singular espacio del poder político ya que era convocado por el Primer Mandatario Territorial. Ello suministra algunas pistas sobre las estrategias esgrimidas por los gobernantes y el modo en que procuraban captar a los hombres de la “élite local” para acercarlos a su influencia y luego comprometerlos en acciones públicas a la vez que eran aprovechados por los empresarios para tejer sus propias “alianzas” o incluso negocios.

Tales compromisos en pos del logro de mejoras para la comunidad también podrían haber sido asumidos como la ocasión en la que los hombres poderosos locales se reconocieran entre sí y potenciaran la construcción de alianzas en algunas figuras carismáticas. Tales presentaciones en la escena pública les otorgaban el protagonismo en la organización de otras actividades que les servían para canalizar ese capital simbólico hacia otros planos.

Por otra parte, la relación del sector empresarial misionero con los magistrados locales siempre fue bastante estrecha. el artículo 33 de la Ley Nacional 1532 sobre Territorios Nacionales establecía que los Jueces Letrados debían ser nombrados por el Poder Ejecutivo y según esa legislación, los Jueces Letrados eran inamovibles. Recién en 1895 el gobierno nacional modificaría un artículo y por el cual fijó el mandato de los mismos a un período de cuatro años en el ejercicio del cargo con posibilidades de reelección.

El primer magistrado fue el Dr. Darío Quiroga (1883/1896) y se mantuvo en el cargo en un período en el que fueron sucediéndose en la Gobernación –Rudecindo Roca (1881/1891), Benjamín Moritán (1891/1893) y Juan Balestra (1893/1896)–. En los quince años de ejercicio, el Juez recibió varias acusaciones que apuntaban a la utilización despótica del destacamento policial para imponerse gracias a su investidura y de haber logrado la sumisión absoluta de esa fuerza y en las situaciones en que no pudo obtener el acato de sus mandatos, ordenó la detención del jefe de policías por “*in-subordinación frente al juez*”; al igual que se lo vinculaba con el tráfico de personas dado que “*mientras estuvo allá [en Posadas] fue un traficante de niñas pobres, a las que prostituía, esclavizaba o llevaba con él a Buenos Aires*” (la cursiva es mía), según las expresiones de profesor León Naboulet (1917, p. 18), un asiduo redactor de notas en el diario “La tarde”, de abierta simpatía con el Partido Socialista que circulaba en la ciudad de Posadas.

También lo descalificaba por haber vinculado al jefe de policías para encarcelarlo por un asesinato ocurrido en las cercanías de la desembocadura del arroyo Itaembé, donde fue hallado el cuerpo de un español de apellido Arnáez. Para ese objetivo se valió de cómplices que actuaron como testigos que imputaron al jefe de policía –el Sargento Mayor Alejandro Mombello– debido a que no lograba su sumisión y por ello “lo mandó encarcelar por supuestos abusos de autoridad” (NABOULET, 1917, p. 18).

La prostitución y el contagio de enfermedades venéreas eran una preocupación para algunas autoridades, el jefe del regimiento del batallón XII de infantería del ejército, en 1900, llegó a prohibir expresamente a sus subalternos concurrir a la calle denominada “bajada vieja”, lugar cercano al puerto donde prosperaban burdeles que operaban en complicidad y la aprobación tácita de jueces y policía ya que la actividad era un buen negocio funcional en la captación de mano de obra por parte de los conchavadores con el sistema de adelantos que endeudaba a los peones para saldar sus deudas en los obrajes del Alto Paraná. El gobernador Lanusse conocía de primera mano el modus operandi de los “conchavadores” de peones que captaban trabajadores en el puerto de Posadas –punto de partida en la explotación de obrajes– para la empresa Barthe aprovechando la estrecha relación de este con jueces y fuerzas de seguridad que le permitían actuar con cierta impunidad (Véase: NABOULET, 1917, también NIKLISON, 1914).

Según Naboulet (1917, p. 20), entre las estrategias del magistrado “para obtener influencias en los ámbitos del poder nacional” se encontraba el “regalo” [de mujeres] a sus amigos para hacerse de alianzas que le auxiliaran “del chiquero en que se revolcaba”. Los juegos de naipes, carreras de caballos y riñas de gallos formaban parte del ambiente de socialización por cuya afición también el juez revelaba una pasión y sentenciaba al res-

pecto que “todo jugador de naipes o de carreras o de cualquier otra laya de imbecilidades –riñas de gallos, póker– tiene mucha pobreza en los sesos, muy poca alma de civilizado y es seguro que será un mal hombre y peor funcionario.” El diario La Verdad (1900) publicó varios artículos anónimos que condenaban tales entretenimientos e influir en la opinión pública y lograr que ese mismo año fueran prohibidos por el Gobernador Lanusse (NABOULET, 1917, p. 19).

Algunos jueces también se convirtieron en propietarios de tierras, aun cuando para 1883 la casi totalidad de la tierra pública estaba repartida en pocas manos pero mediante argucias judiciales, lo lograron. Posteriormente, la sucesión de esas propiedades provocaron querellas que no fueron resueltas inmediatamente y se litigaron, “*los terrenos mal adquiridos por Quiroga han originado muchísimos pleitos, ¡Que pleitos! Es lo que dejan esos vizcachones de la justicia*” (la cursiva es mía) (NABOULET, 1917, p. 20).

Entre los años 1896/1905, Juan José Lanusse asumió la Gobernación de Misiones adhiriendo al Partido Autonomista Nacional. Antes de su cargo en la Gobernación, junto a su hermano –tras la muerte de su padre– dirigió la firma comercial que se denominó “Juan José y Antonio Lanusse”; la misma, había sido fundada por su progenitor –amigo de Bartolomé Mitre en la Guerra de la Triple Alianza– con la denominación de “Compañía Lezica y Lanús” y obtuvo la dirección de la proveeduría de las tropas Aliadas en la última fase de la guerra (GUERRA, 1979).

El fomento a la inmigración fue un asunto de orden prioritario en su agenda de gobierno e intentó plasmar el mandato alberdiano de “gobernar es poblar” (BOTANA, 1980). Durante su mandato, impulsó las políticas de colonización con inmigrantes procedentes directamente de Europa y estimuló la delineación y mensura que posibilitó la creación oficial de las colonias agrícolas

de Apóstoles (1898), San Pedro (1899) Azara (1900), Itacaruaré (1901) y el pueblo de San José (1902).

El Gobernador manifestó públicamente su interés por el éxito de los emprendimientos colonizadores, aunque los mismos tropezaran con intereses de terratenientes que no veían con buenos ojos la colonización (SNIHUR, 1997). Para ello favoreció la fundación de colonias agrícolas que recibieron un fuerte apoyo estatal, en abierta contradicción con a los intereses de los ganaderos correntinos que veían a Misiones un espacio histórico natural para la expansión de sus actividades al igual que los empresarios yerbateros que buscaban de mano de obra barata y anhelaban el control monopólico de la explotación de los yerbales silvestres.

El control fiscal puesto en práctica provocó gran oposición entre los empresarios yerbateros quienes dejaron en claro sus intereses como “élite local”. El gobernador advertía que las explotaciones de madera, yerba y tabaco era un género de trabajo no apto para los europeos recién llegados y por eso eran realizados por peones criollos oriundos de Misiones, Corrientes, Paraguay y Brasil, que no estaban regulados, salvo por los contratos de conchavos, “siendo las relaciones entre éstos y sus patrones similares a las encomiendas de indígenas de la época colonial” (Lanusse, 1899, p. 8).

El intento de regulación de las concesiones yerbateras generó el descontento de la principal Compañía que señoreaba en ese rubro: la empresa Barthe, Arrillaga y Cía., que planteó reclamos a las autoridades nacionales y luego de una larga disputa logró hacer rever algunas concesiones de la explotación de unos yerbales situados en San Pedro. Las mismas habían sido otorgadas a la empresa Mascías Rodríguez y Cía, quien a su vez se valió de un contratista que originalmente estaba al servicio de los primeros para llevar adelante los trabajos de extracción de yerba mate.

LOS CONFLICTOS DE LOS EMPRESARIOS
CON EL GOBIERNO EN LA PRENSA

De acuerdo al informe presentado por el Inspector General de los yerbales, en 1899 las grandes empresas controlaban gracias a sus subsidiarios la casi totalidad de los yerbales misioneros. Al referirse tácitamente a la empresa Domingo Barthe, Arrillaga y Cía., el gobernador reprochaba al primero su condición de extranjero “*totalmente entregado a sus múltiples negocios tanto en Argentina como Paraguay*” (la cursiva es mía). El que un par de años antes había permanecido totalmente ajeno a las agitaciones de la vida política en 1898 tomó parte en las elecciones del Concejo Municipal y desde allí se sumó a los opositores aglutinados por el Partido Liberal mitrista (LANUSSE, 1899, p. 6).

La adhesión de Domingo Barthe al grupo opositor, estaba en gran parte motivada por la política de control de las concesiones a los empresarios yerbateros, que vieron en el primer mandatario un rival político en común. En 1899, Juan José Lanusse se quejaba en sus memorias de gobierno dirigidas al Ministro del Interior de la Nación Felipe Yofre, respecto a la explotación yerbatera y afirmaba que existía una deliberada connivencia entre jueces, inspectores y policías quienes en los papeles figuraban con permisos distribuidos entre numerosos concesionarios pero que en realidad eran contratistas que tributaban la extracción de yerba a “*cuatro o cinco firmas que operaban en Posadas*” (la cursiva es mía) y con ese régimen de explotación amenazaban con agotar totalmente ese recurso (LANUSSE, 1899, p. 6).

El Gobernador aseguraba que, en los papeles, los concesionarios eran varios, pero las transferencias de la elaboración de yerba mate siempre se hacían a favor una empresa “*a cuya sombra han venido creciendo los monopolios a que aludo y que concluirán*

en muy pocos años más por la devastación de los yerbales fiscales que han podido resistir aún a los efectos de tal régimen". En ese sentido, la política anti monopolios en materia yerbatera era sólo la continuación de las medidas tomadas por el anterior gobernador Juan Balestra.

Lanusse intentaba dar cuenta de las estrategias esgrimidas en su contra cuando se quejaba del *"ardor de estos opositores de la Gobernación"*, dejando entender con ello que conocía bien a su adversario, al *"suponer que esa casa ha suministrado además el dinero empleado en esta larga campaña de hostilidades contra la Gobernación, la que ha mantenido aquí periódicos, etc., pues de no ser así, sería un misterio inexplicable la procedencia de ese dinero"* (la cursiva es mía). En su apreciación, la Compañía Barthe era una de las "casas fuertes" de Posadas,

la más absorbente en opinión de todos, la que ha tratado de convertir este Territorio en un feudo y ejercer sobre él la acción de la higuera maldita que no deja crecer nada a su sombra ha sido sin embargo la única [...] que ha puesto sus elementos a disposición del círculo que encabezaba el Dr. Breard (LANUSSE, 1899, p. 6-10-11).

El 3 de enero del año 1900 un decreto del Poder Ejecutivo Nacional ordenó el traslado del Juez Eugenio Breard a la ciudad de Formosa y en su reemplazo nombró al Dr. Miguel Ángel Garmendia. El 10 de marzo de ese año Domingo Barthe, también renunció al cargo de Concejal junto a otros miembros también partidarios del ex magistrado que confrontaron con el Gobernador Lanusse.

Los meses transcurridos en el cambio de siglo fueron muy agitados para el empresario que, a pesar de todo, continuaría sien-

do un hombre fuertemente relacionado a las estructuras del poder político local y en particular al partido liberal mitrista de cuya facción era parte y se oponía tenazmente al Gobernador Juan José Lanusse. La crisis política de 1899 derivó en los años posteriores en una agudización del conflicto entre el sector de empresarios yerbateros quienes perdieron importantes espacios en el poder político local luego del descabezamiento de su principal líder.

La situación planteada en 1900 dejaba traslucir una derrota temporal de Domingo Barthe en la actividad política que probablemente lo llevó a ocuparse más activamente de sus negocios aunque manteniendo los vínculos –tras bambalinas– con otros hombres que detentaban cuotas de poder y le otorgaban ciertas ventajas frente a otros empresarios rivales en la competencia por las concesiones de yerbales, la contratación de mano de obra o cualquier otra decisión del poder político que afectara sus intereses.

El primer mandato de Juan José Lanusse como Gobernador transcurrió bajo el fuego cruzado de una oposición sistemática de la élite local que respaldaba políticamente al líder del Partido liberal, el Juez Eugenio Breard. En ese periodo “terminaban las grandes explotaciones de los Rocas, etc., para dar principio a las formaciones de partidos gubernistas y juecistas, formaciones malas, de pillerías y egoísmos”, sin embargo “el ex-gobernador J. J. Lanusse que fue su enemigo, declaró a la postre, en un discurso, que Breard ni había robado, ni había sido malo en otro sentido” (NABOULET, 1917, p. 19).

El su sucesor, del ex juez Breard, el Dr. Miguel Ángel Garmendia, también muy pronto estableció vínculos amistosos con el sector empresario local. Sin embargo, el alejamiento de Domingo Barthe de la escena política en el periodo transcurrido durante el segundo mandato de Lanusse (1899-1902) coincidió con una política mucho más profunda de fiscalización y represión del con-

trabando de yerba mate, así como la consolidación de las colonias asentadas en el sur de Misiones con inmigrantes europeos, pero debió combatir a los terratenientes cercanos al gobierno de Corrientes que pretendían las tierras cercanas a la frontera con Misiones.

Los campos de los recién llegados colonos europeos fueron asolados por bandoleros, ladrones de ganado y malvivientes con el apoyo tácito de los estancieros correntinos (SNIHUR, 1997). El Gobernador Lanusse administró Misiones con una burocracia consolidada y buscó valerse de la legitimidad que le brindaban las instituciones estatales para plasmar un proyecto nación que fue pensado por las élites centrales. Para ello tuvo que enfrentarse a los intereses localistas de un liderazgo carismático ejercido por algunos representantes de la “élite local” que basaban gran parte de sus estrategias en el personalismo para acceder a las ventajas del ejercicio del poder gracias a sus “contactos” tanto en Misiones como en Buenos Aires. El éxito comercial que Domingo Barthe obtuvo en los negocios le otorgó el halo de prestigio que supo canalizar en diversos espacios de poder local y es indudable la gravitación que ejerció al ser acaudillado por el Juez Eugenio Breard para enfrentar al gobierno de Misiones. Las redes de relaciones sociales construidas años atrás por el empresario gracias a su temprana inserción en la “élite local” de la sociedad posadeña, le permitieron entablar relaciones con los círculos sociales locales más poderosos. Las relaciones y los “contactos” en la función pública junto a otros hombres de “confianza” con poder político inclinaron muchas veces la balanza a su favor, aunque ello no siempre significó el beneplácito de todas las autoridades.

Los empresarios yerbateros como Domingo Barthe comprendieron lo fundamental de contar con “amigos” jueces, policías y otras relaciones personales que conformaban poderosas alianzas. La posterior renuncia de Juan José Lanusse en su tercer mandato

significó un triunfo de este grupo en la lucha por el poder de la legitimidad institucional del Estado. Esa situación también puso un abrupto final a las políticas de fomento a la inmigración y control fiscal, las cuales se suspendieron a partir de 1905.

LOS CONFLICTOS DE LOS EMPRESARIOS CON LA PRENSA CONTESTATARIA

El temprano involucramiento de Domingo Barthe en los círculos del poder local le permitió forjar hábilmente estrategias de reciprocidad con un reducido círculo de empresarios y autoridades con las que debía lidiar en su cotidianeidad y tomó contacto desde los primeros años de su arribo a Posadas. La rápida comprensión de las reglas de juego de la política y su habilidad para construir poder económico potenciaron su condición de comerciante, prestamista, compañía de transporte y terrateniente. Esas relaciones también le permitieron imponer ciertas reglas de juego en la contratación de mano de obra o eliminar competidores, valiéndose de la complicidad de jueces, policías y conchavadores que hacían oídos sordos a los reclamos obreros que empezaban a despertar simpatía por las ideas anarquistas y socialistas que protestaban por el sistema de adelantos que generaban un “salario fantasma”.

Luego de la renuncia de Juan José Lanusse, el cura vicario de Posadas escribió una carta al Obispo de Paraná dando cuenta de una serie de confusos acontecimientos en los que el ex Gobernador tomó parte, centrándose en unos sucesos relacionados con un vecino procedente del pueblo de San Ignacio que fue herido de un balazo por un capataz, tropero de una empresa yerbatera radicada en el poblado de Santa Ana. El comisario aprehendió al delincuente para remitirlo a la Jefatura de Policía de Posadas,

donde al poco tiempo fue puesto en libertad bajo fianza y Federico Vogt comentaba

no puedo decir si la libertad bajo fianza la decretó El Gobernador o El Jefe de Policía, pero el caso fue denunciado en el diario “Eco de Misiones” órgano de la oposición y fue tomado en cuenta por el Fiscal Dr. Lasso, quien lo denunció al Juez Letrado Dr. Peralta” (VOGT, 27/07/1905).

El Juzgado local de Candelaria se encontraba acéfalo debido a un cambio de autoridades y por ello no se pudo juzgar al implicado in situ. Según el diario *Eco de Misiones* por entonces opositor al Gobernador que dio estado público a la cuestión; Juan José Lanusse intervino en la causa para liberar al detenido e incurrió en un abuso de poder. A raíz de esos hechos, el saliente Juez Letrado, Miguel A. Garmendia, ordenó la detención del Gobernador, “*el Vice y el jefe político*”, además de la suspensión de las tres autoridades a quienes puso en condición de “*libertad bajo fianza*” (la cursiva es mía) (VOGT, 27/07/1905).

El director del diario *Eco de Misiones*, Antonio Rocha –que presidió la logia masónica Roque Pérez en seis ocasiones entre 1888 y 1908–, había sido durante la crisis política de 1899 un importante aliado que apoyó al sector opositor al gobernador hasta el desbande de los liberales mitristas encabezados por el juez Eugenio Breard y Domingo Barthe. La renuncia de Juan José Lanusse causó conmoción en algunos y alivio en otros, en 1900 el director del periódico, se pasó al bando “oficialista” del gobernador.

Los cambios de posición no eran simples muestras de oportunismo ya que tanto Antonio Rocha como Juan José Lanusse eran miembros de la logia Roque Pérez, donde compartían el mismo espacio en el que también se definían las cuestiones públicas. Una

muestra de la afinidad entre ambos se puede verificar en una publicación del 24 de julio de 1904 (debemos suponer que ambos pertenecían al Partido Autonomista Nacional) del gobierno del Estado de Paraná, Brasil donde se acusaba al empresario Domingo Barthe de contrabandista de yerba mate y defraudador del fisco.

El diario *El noticiero* publicó en fecha lunes 6 de noviembre de 1905 primero una nota escrita por su director, el liberal Gaudencio Cortés. Este afirmaba “con profundo pesar, vemos que fuimos profetas, cuando a raíz de la renuncia del señor Lanusse, dijimos que era el momento de concluir con la tensión pasionalista en que había vivido nuestra sociedad dividida” y advertía que “de seguir por el mal camino podía llegar un día en que el desborde de lenguaje concluyese con la prudencia de algún agredido y se diesen espectáculos poco edificantes” (*El noticiero*, 6/11/1905).

El matutino publicó ese día una carta a lectores escrita por el mismísimo Domingo Barthe, quien muy lejos de apaciguar los ánimos, intentaba desagradiarse de las acusaciones que giraban en su contra por parte de los partidarios del ex Gobernador. Atacó a Antonio Rocha, – su antiguo aliado– y le reprochó: “sabes que las cartas publicadas son tuyas; que hay entre los dos la distancia que separa al hombre honrado del mulato audaz pintado en las aventuras de desgraciada memoria que Misiones conoce”. Luego de explicitar un racismo y clasismo explícito, sostenía que su traición “afectaba directamente los intereses morales y pecuniarios de la fuerte casa de comercio de esta plaza, que gira bajo la firma de Domingo Barthe, la cual como se sabe, tiene sucursales en la colonia del Iguazú e importantes obrajes de elaboración de yerba mate, cuyo producto introduce en nuestro país” (*El noticiero*, 6/11/1905).

En tanto, el director del *Eco de Misiones* había afirmado que el mentor de la publicación de la denuncia de contrabando por parte de la Empresa Domingo Barthe era nada menos que “el

gobernador de este Territorio don Juan José Lanusse quien en esta carta confidencial (esa carta figura en el proceso) decía al coronel Rocha, entonces director de la colonia del Iguazú, que Barthe era un vulgar contrabandista, defraudador de la renta fiscal del Brasil, Paraguay y la Argentina” (Eco de Misiones, 1904). El empresario increpó a aquel periódico por la denuncia, pero también le reprochaba su traición: “osado y pérfido, sabes que te he sostenido y favorecido, como lo saben todos los que nos conocen y por última vez te dirijo estas líneas y te agrego esa carta tuya para refrescarte el recuerdo, con el fin de dejarte al desnudo antes que la justicia te dé el premio que tus infamias piden. Los desvergonzados, traidores e infames tienen su hora” (El Noticiero, 1905).

El empresario reconocía su rol de financista del periódico en la crisis de 1899, cuando Rocha era su aliado porque “en otra época cuando yo tenía mi dinero a tu disposición, sin que hasta el presente me hayas pagado, razón por la cual te demandé ante el juzgado letrado, el engañado era yo creyéndose capaz del agradecimiento que merecen los hombres que matan el hambre a los desgraciados. El asunto de Lanusse ya sabes cómo terminó y eso le consta a la población entera” (El Noticiero, 1905).

El reconocimiento de haber tomado abierta y directamente partida en la financiación de los grupos opositores al ex Gobernador Lanusse, despejaba cualquier duda respecto al rol desempeñado en los espacios del poder local. Sin embargo, ello sólo era posible ante la ausencia definitiva de su mayor contendiente político de los últimos años y al empresario no le representaban mayores consecuencias reconocer abiertamente el rol que jugó en la disputa para asumir su responsabilidad en el asunto. El nuevo panorama abierto tras la asunción de Manuel A. Bermúdez (1905/1908) permitió que quienes formaban parte de la oposición al anterior gobernante, pasaran a un primer plano y desde

ese lugar hacer afirmaciones en público que en la situación anterior los hubiera comprometido seriamente. La carta también confirmaba el rumor que el mismo Lanusse expuso ante el Ministro del Interior, Felipe Yofre en sus memorias de 1899 –aunque entonces sin pruebas para demostrarlo–. Aunque el magistrado nombrado en los últimos días de Lanusse –Alejandro N. Peralta–, representó un obstáculo para el sistema de contratación de mano de obra y distribución de los yerbales que pretendían los empresarios. Sin embargo, el alcance del poder de éstos quedó en evidencia una vez más cuando se decretó la jubilación anticipada del juez y consiguieron de ese modo quitarlo de la escena (NA-BOULET, 1917, p. 19).

La carta publicada por Domingo Barthe contra su antiguo aliado también evidenciaba un intento de limpiar su imagen como hombre público que por mucho tiempo estuvo puesta bajo tela de juicio de la opinión pública debido a la acusación de especulación derivada de su actividad como prestamista y se defendió al excusarse que “en cuanto a esos intereses de que hablas, los libros de mi casa atestiguan, puede verlos todo el mundo, de que jamás me dediqué a la usura. Es que de todo te olvidas mulato” y unas líneas más abajo afirmaba “bien pude haber estado a punto de recibir la pateadura que hablas a semejanza de aquella que produjo la caída de la horda envilecida en los tiempos que se citan todavía con horror y permitieron que más de uno viva de rentas. ¿Quién no recuerda el trágico fin de Alcorta? Es que de todo te olvidas mulato” (El Noticiero, 1905).

La alusión a la *horda envilecida que se favorecía de las rentas* podría referirse a los funcionarios responsables del cobro de impuestos por el ingreso de la yerba mate al país, medida a la que el empresario se opuso rotundamente ya que sus principales yerbales estaban en Paraguay y Brasil. El caso Alcorta también fue

aludido por Julián Bouvier que en 1908 señaló en *La Vanguardia*: “los contrabandos son casos normales, lo anormal es pagar”. En una carta dirigida a las autoridades del Estado de Paraná, advertía sobre la empresa Barthe y sus actividades:

“Villa Encarnación del Alto Paraná, Republica del Paraguay, 9 de enero de 1908”. Señores redactores de A Noticia, Curitiba. Adjunto a Vds. Una caricatura de “El enano” y recortes que guardan relación con las denuncias que voy haciendo contra Barthe, ese gran mistificador que se burla de las leyes de todos los países donde extiende los tentáculos de sus capitales deshonestamente adquiridos.

Si los mismos diarios de Asunción del Paraguay, que no tienen nada que ver con el asunto este, se ocupan de él; sin embargo, con más razón los diarios de Curitiba deben preocuparse por los hechos y proyectos del grande contrabandista. Por causa de Barthe el Estado do Paraná o mejor decir, el gobierno de Brasil, se verá envuelto en una reclamación diplomática que repercutirá en Europa.

No se olviden que detrás de Barthe hay, la republica Argentina. Llegará el día en que yo me cansaré de predicar en el desierto (sic) , avisándoles sin cesar de los peligros que los amenazan y entonces, faltándoles esa voz amiga que paga con bienes humanitarios ciertas ingratitudes, tristes y deplorables, seguiréis marchando hacia la catástrofe, ciegos e imprevisores como siempre. Y no será culpa mía. Saludo a los señores redactores con mi mayor consideración.

Julián S. Bouvier (la cursiva es mía).



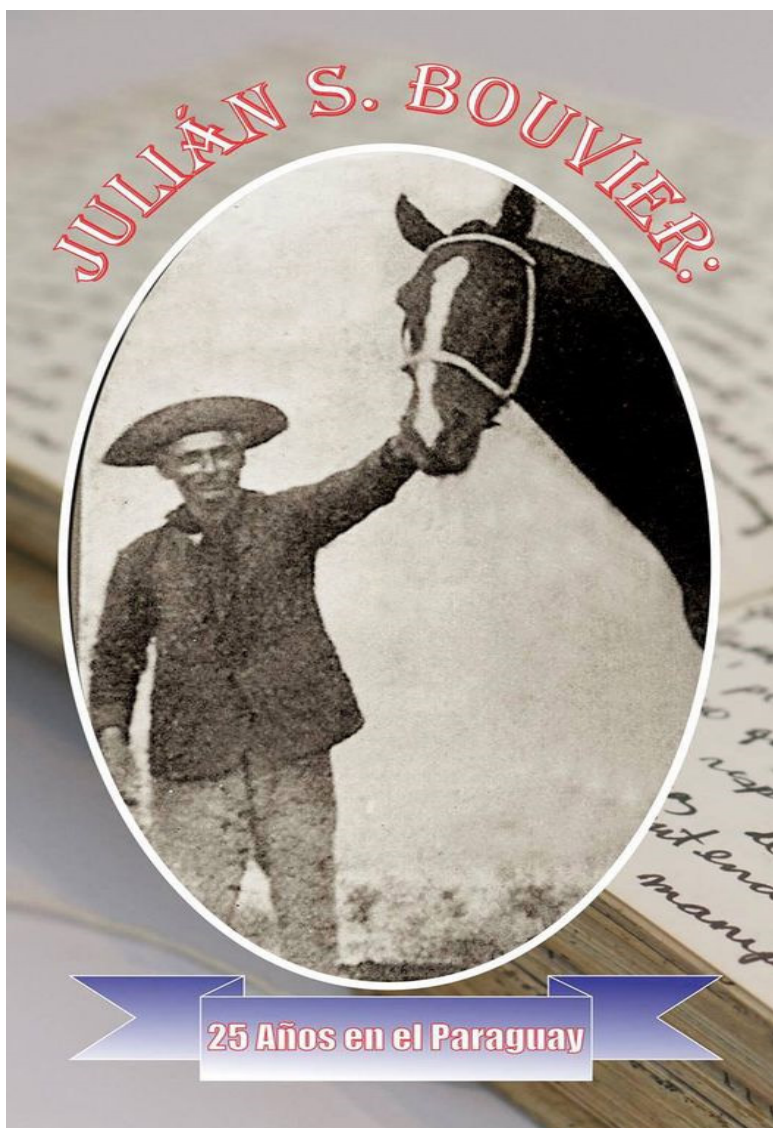
Posadas, Puerto.



Recuerdo de la Republica Argentina

Puerto de Posadas, Misiones

Cargamentos de yerba mate, maderas y pasajeros que arribaban al puerto de Posadas a principios del siglo XX (Imágenes de dominio público).



El periodista Julian Bouvier, junto al caballo con el que solía recorrer la campiña paraguaya, anotando sus impresiones en su diario personal (Imagen de dominio público).

REFERÊNCIAS

- ABINZANO, Roberto Carlos. (1985). *Proceso de integración en una sociedad multiétnica: la provincia argentina de Misiones*. Tesis Doctoral Departamento de Antropología y Etnología de América. Universidad de Sevilla (inédito versión mimeo).
- BOURDIEU, Pierre. (1994). *O poder Simbolico*. Rio de Janeiro, Vozes.
- BOTANA, Natalio. (1980). *El orden conservador*. Buenos Aires, Ediciones Hispamérica.
- FOUCAULT, Michel. (1992) *Microfísica del poder*. Buenos Aires. La piqueta.
- GUDYNAS, Eduardo (2015). *Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. CE-BID. Cochabamba.
- PARETO, Vilfredo. (1980). *Forma y equilibrio sociales. Extracto del tratado de sociología general*. Madrid, Alianza Editorial.
- SNIHUR, Ángel E. (1997). *De Ucrania a Misiones. Una experiencia de transformación y crecimiento*. Apostoles. Colectividad ucraniana.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2014). *El capitalismo histórico*. Buenos Aires. Siglo XXI Editores.
- WEBER, Max. (1985). *Ensayos de Sociología contemporánea*. Barcelona, Planeta-Agostini.
- WRIGTH MILLS Charles. (1969). *La Elite de poder*. Fondo de cultura económica, México.

FUENTES

- AGM. Archivo de la Gobernación de Misiones. Posadas, Serie Decretos. Tomo I, 1881-1896.
- Archivo de la curia. Padre Federico Vogt, 27/07/ 1905/. Correspondencia Territorio Nacional de Misiones 1871-1925. Cartapacio 1901-1910.

Diario. *El noticiero*. Posadas, 6/11/1905.

Diario. *La verdad*. Posadas, Enero-diciembre, 1900.

Diario. A Noticia. Curitiba 1905-1909.

GUERRA, Mario O. (dir.). *Crónica de los gobernantes de misiones 1882-1922*. Posadas Misiones, ISPARM: Ediciones Montoya, 1979. Tomo I.

LANUSSE, Juan J. *MEMORIAS de la Gobernación de Misiones correspondientes al año*. Archivo de la Gobernación de Misiones. 1899.

NABOULET, León. *La justicia en Misiones*. Jean Valjeán Editor. Barcelona, 1917.

NIKLISON, José Elias. *Vida y trabajo en el Alto Parana en 1914*. Documentos de Geohistoria Regional N° 16 Instituto de Investigaciones Geohistóricas- IIGHI CONICET. Resistencia, Chaco.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires, Imprenta Tribuna Nacional, 1881.

QUEIREL, Juan. *Misiones*. Buenos Aires, Taller Tipográfico de la penitenciaría Nacional, 1897.

IX

A FRONTEIRA EM MOVIMENTO:

luta e resistência indígena nos sertões paranaenses através da ótica das expedições militares brasileiras (1808-1903)

BRUNO PEREIRA DE LIMA ARANHA

Durante o século XVIII, o avanço da ocupação lusitana pelo lado oeste da região sul estava atrelado à demanda por consumo de gado na região das Minas. Os muares eram levados até a feira de Sorocaba/SP e, posteriormente, para a região das Minas. Esse movimento, entretanto, não representava uma presença efetiva do Estado pelos sertões da região sul. Nesse contexto temporal, uma grande área era dominada pelos combativos índios kaingang e xoklengs, o que dificultava o estabelecimento de conexões terrestres permanentes e pontos de povoamento entre os centros urbanos da costa atlântica e os sertões da região sul.

Ao iniciar o século XIX, a mineração já havia decaído. Novos polos econômicos estavam em formação com o início da expansão do cultivo de café, inicialmente nas cercanias do Rio de Janeiro e, posteriormente, em direção a São Paulo, o que implicava na contínua demanda por gado proveniente da região sul.

Esse período também foi marcado pelas consequências geradas pela expansão napoleônica sobre a península Ibérica, o que acarretou na prisão do rei espanhol e na fuga da família real portuguesa para o Brasil. Tal acontecimento exerceu consequências diretas sobre as fronteiras na região sul. A indefinição da situação no lado espanhol – devido aos acontecimentos na Europa – era um chamariz para os portugueses ocuparem efetivamente este espaço. Não obstante, para além da preocupação com a questão da fronteira com os espanhóis, existia toda uma problemática de ocupar o vasto sertão sulista, todavia fora da órbita efetiva do Estado.

Dentro dessa conjuntura, por intermédio da carta régia de 13 de maio de 1808, o Príncipe Regente Dom João VI deflagrou uma guerra ofensiva contra os índios botocudos – pertencentes ao tronco Jê¹ – que habitavam o vale do rio Doce, no interior do Espírito Santo e Minas Gerais. O decreto permitia a escravização dos indígenas e a conquista definitiva de seu território, que passava a conformar como terras devolutas pertencentes ao Estado (MOREIRA, 2010, p. 391). Essa política interna, em pouco tempo, também afetou as regiões interiores do sul do país. Ainda no ano de 1808, o Príncipe Regente assinou outra carta régia, dirigida ao governador de São Paulo², carregada com o mesmo teor da primeira, onde o alvo eram os índios “bugres”³ dos campos de Curitiba, Guarapuava e Palmas (D’ANGELIS, 2006, p. 277).

¹ Na costa atlântica brasileira predominava o tronco Tupi, sendo estes indígenas os primeiros a travarem contato com os europeus. Eles denominavam as populações de fala distinta da sua como “tapuia”, palavra que significa “inimigo”. Os “tapuias” costumavam autodenominar-se utilizando a partícula *gê*. O vocábulo foi incorporado pelos brancos e serviu de base para a classificação, por parte dos brasileiros para os dois grandes troncos (CHAIM, 1983, p. 47).

² O Paraná ainda pertencia a São Paulo nesse período.

³ Bugre é uma palavra de origem europeia. Remonta à palavra francesa *bougre*, que significa herético. Ela foi aplicada para as pessoas que não praticavam a fé católica, sobretudo, os cristãos ortodoxos. O termo foi reconfigurado no Brasil para designar os indígenas que rejeitavam a fé cristã, sendo utilizado com predominância na região sul do país (GUISARD, 1999).

A localidade de Curitiba, a futura capital paranaense, era o ponto de partida desta ofensiva que, gradativamente, seguiria para o oeste, tendo por objetivo a conquista dos campos de Guarapuava, ponto de apoio para o avanço progressivo da fronteira em direção ao oeste, rumo aos campos de Palmas, com a intenção de ocupar todo o espaço até então dominado pelos kaingangs e xoklengs.

Resulta importante pontuar que, em meio a esta conjuntura de movimento de fronteira, os brancos encontraram a necessidade de se reinventar e de travar novas relações com os povos indígenas que se encontravam nestes sertões.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi o comandante da Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava que chegou ao seu destino em junho de 1810. No ano seguinte, sua fortificação sofreu ataques dos indígenas. Um contra-ataque, organizado pela expedição como uma resposta aos indígenas, resultou na prisão de um índio conhecido pelo nome Pahy. Seu cativo durou cinco meses, sendo que, após a sua libertação, retornou à fortificação acompanhado pelo cacique Candói e de 312 indígenas Camés e Votorões para selar uma aliança com os luso-brasileiros. Em seguida, Pahy foi batizado com o nome de Antonio José de Azevedo Pahy e nomeado por Diogo Portugal com o título de “Capitão dos índios de Guarapuava” (D’ANGELIS, 2006, p. 279).

Esse episódio é fulcral para compreendermos as relações que foram travadas neste espaço. Não era vantajoso para a Coroa empreender uma política agressiva contra todas as nações Jê. Era necessária uma política de alianças, muitas vezes, como vimos no exemplo acima, incorporando os próprios indígenas no exército luso-brasileiro para ter a possibilidade de continuar avançando e combatendo os índios considerados hostis. Essas alianças também eram importantes porque os nativos conheciam bem o terreno e foram de suma importância para o reconhecimento de um espaço até então ignoto.

Os fatos elencados acima são de fundamental importância para o entendimento dos impactos causados por esses contatos. O século XIX foi o período onde as sociedades indígenas dos sertões da região sul se dividiram entre os que eram favoráveis ou contrários às alianças com os forasteiros brancos.

Findado o período colonial, o Brasil recém-emancipado deu continuidade ao projeto de ocupação e de efetivação da sua própria “neocolonização”. Tratava-se de uma lógica comum aos novos Estados americanos que a essa altura iniciaram seus projetos de colonização interna dos espaços imaginados como parte de suas respectivas nações. Tendo Guarapuava como base, o Império tentava avançar oeste adentro para alcançar os campos de Palmas, ponto estratégico para os interesses brasileiros para consolidar a rota dos mares, que conectava São Paulo ao Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, a Misiones e Corrientes, na Argentina.

No ano de 1837, o governo de São Paulo emitiu um decreto para efetuar a “descoberta” e ocupação dos Campos de Palmas, um espaço, até então, parte da província paulista apenas no campo da imaginação. Uma grande quantidade de fazendeiros oriundos de Palmeiras, nas proximidades de Curitiba, e de Guarapuava, se dirigiu para a região no sentido de integrá-la à dinâmica da economia pastoril (WACHOWICZ, 1987, p. 14). Esse contingente acabou gerando um excedente que avançou mais ao sul em direção à região onde se formariam as localidades de Campo Erê, Goio-Ên e Nonoai⁴.

⁴ Naquela altura, Campo Erê era ainda considerado território paranaense, tendo passado para a jurisdição de Santa Catarina após o tratado de limites em 1916, após o fim da Guerra do Contestado. A região de Goio Ên – “muita água” em tupi-guarani – faz referência a um antigo porto fluvial no rio Uruguai onde hoje se situa o limite entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul através dos municípios de Chapecó/SC e Erval Grande/RS. O nome do atual município do noroeste gaúcho de Nonoai faz referência aos antigos domínios do cacique kaingang Nonoai, importante aliado do governo brasileiro na região do Alto Uruguai (GOLIN, 2007, p. 88).

O avanço desta nova fronteira somente foi possível mediante uma aliança com os kaingangs liderados pelo cacique Vitorino Condá⁵. Este grupo possuía uma rivalidade com os índios do Paiquerê (D'ANGELIS, 2006, p. 282-285). Tal animosidade não possuía ligação alguma com a atuação dos forasteiros na região. Contudo, o Estado brasileiro penetrou dentro do complexo jogo de relações entre os indígenas, no sentido de apoiar um dos lados e acirrar as rivalidades. Dentro desta conjuntura, era vantajoso para o governo apoiar um dos lados. A guerra total contra os indígenas era inviável para avançar as fronteiras do Estado. A única solução plausível era a interferência na complexa teia de relações existentes neste espaço, o qual podemos apontar como uma verdadeira *borderland*. Utilizamos aqui o conceito originalmente cunhado por Eugene Bolton (1921) para abstrair a fronteira como um mero marco demarcatório e ilustrar uma zona de contato e fluxo dos mais diversos, incluindo a própria movimentação dos indígenas.

Em 1864, vinte e sete anos após o decreto de ocupação de Palmas, a exploração dirigida por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, então Ministro da Agricultura do Império, apontava para o estado de isolamento em que viviam os exploradores brasileiros que entraram na região de Campo Erê em 1839. O motivo de tal isolamento, segundo ele, era “por estarem separados de Palmas por uma mata de doze léguas” (D'ANGELIS, 2006, p. 294).

Resulta importante analisar as minúcias deste espaço para poder explicar as dificuldades dos forasteiros de se estabelecerem na região. A expansão da atividade pecuária empreendida pelos fazendeiros brasileiros logrou fixar-se nos campos abertos de Palmas. No caso da região de Campo Erê, localizada mais ao oeste, era uma zona de floresta com alta concentração de araucárias, o

⁵ Sobre as relações e negociações entre o cacique Condá e as autoridades brasileiras, ver: (SOUZA, 2015).

que dificultava o avanço desta frente agropecuária. O campo da História Ambiental nos permite analisar esta minúcia em particular, ou seja, como o próprio ambiente influenciou na dinâmica de movimento por este espaço. A floresta densa, ao mesmo tempo em que representava um impedimento para o avanço da fronteira agrária brasileira, permitia o afluxo, tanto de indígenas, como de um contingente de população mestiça que vivia à margem da esfera estatal (NODARI; BRANDT, 2011, p. 82).

Ao analisar o contexto da floresta impenetrável, resulta imperterível rediscutir o próprio conceito de fronteira. Para os forasteiros, não se tratava apenas de um marco demarcatório, era na verdade a fronteira do desconhecido, onde a presença do Estado era frágil ou nula, lugar sem lei e ideal para receber a fuga dos que eram marginalizados pelo Estado ou que eram foragidos da justiça.

Mesmo quando algum projeto de ocupação por parte do Estado brasileiro era colocado em prática, era comum que os “marginalizados” participassem do processo de colonização. Mediante as dificuldades de efetivar o povoamento da região, “assassinos, loucos e imprestáveis” muitas vezes eram recrutados pelo Estado. Esses termos aparecem na relação dos colonos matriculados na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, fundada em 1889 na desembocadura do rio Iguaçu, afluente do rio Paraná, nos confins do sertão paranaense e zona de fronteira com a Argentina e com o Paraguai (MYSKIW, 2009, p. 196). Estabelecer uma ocupação definitiva nesse espaço fronteiriço era uma verdadeira obsessão por parte do Estado brasileiro. No entanto, não se tratava somente de um assunto militar para conter um possível avanço dos países vizinhos, já que a problemática indígena também era inerente a este processo.

A OBSESSÃO PELA CONQUISTA DA FOZ DO IGUAÇU

A expedição do sertanista José Francisco Thomaz do Nascimento, realizada em 1885, tinha como principal objetivo conectar os campos do Chagú⁶, boca de sertão⁷ e posto avançado de ocupação brasileira ao oeste de Guarapuava, através de uma picada que pudesse alcançar a foz do rio Iguaçu na margem esquerda do rio Paraná. A falta de uma conexão terrestre continuava a ser uma pendência a ser resolvida pelo Império, já que as comunicações, tanto com a região da foz do Iguaçu, como com a província do Mato Grosso, até então eram realizadas via território estrangeiro. Consistia em uma viagem marítima até o porto de Buenos Aires para depois subir o rio Paraná até alcançar a fronteira oeste brasileira.

José Francisco era ligado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tendo antes realizado uma expedição na Bahia em busca de exploração de minérios⁸. Tal experiência o credenciou a obter autorização do Império para realizar a mesma empreitada no extremo oeste da província paranaense⁹.

A expedição foi um fracasso e não chegou ao seu destino final. O sertanista atribuiu o insucesso justamente ao fato de não deter um conhecimento profundo da região e também pela hos-

⁶ Atualmente corresponde a uma área pertencente ao município paranaense de Nova Laranjeiras.

⁷ Durante o período colonial foi bastante comum a utilização da nomenclatura “boca do sertão” para designar as vilas construídas no interior que demarcavam a fronteira da colonização lusitana (MAIA, 2014, p. 2).

⁸ Decreto nº 5324 de 2 de Julho de 1873 concede a José Francisco Thomaz do Nascimento, permissão para explorar e lavar minas de turfa, carvão de pedra e schistos betuminosos, nas terras de sua propriedade sitas nas Comarcas de Porto Seguro e Ilhéos, na Provincia da Bahia. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=408318&iid=14384615&idBinario=15633373&mime=application/rtf>> Acesso em 5 ago. 2018.

⁹ Decreto nº 9261, de 16 de agosto de 1884 concede permissão a José Francisco Thomaz do Nascimento para explorar mineras na Provincia do Paraná. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9261-16-agosto-1884-543978-publicacaooriginal-54773-pe.html>> Acesso em 4 ago. 2018.

tilidade de indígenas kaingangs que impediram que a expedição – também composta por indígenas aliados – seguisse adiante até o rio Paraná. Embora projetasse o lugar como pertencente ao Império Brasileiro, o seu relato descreve um mundo desconhecido, apresenta várias nações indígenas e revela contatos e negociações travadas com uma série de caciques sertão adentro.

Ademais do caráter oficial do seu relato, publicado pela revista do IHGB e do teor colonialista de sua narrativa, uma análise mais apurada, seguindo o que propõe o historiador anglo-australiano Paul Carter (1987, p. 25), aponta para as possibilidades de detectar as entrelinhas deste processo. Apesar da tentativa de nomear os lugares e de batizar indígenas com nomes cristãos, o próprio relato revela o quanto este processo demonstrou ser falho. Logo, não se tratava simplesmente de um processo onde o colonizador submetia o colonizado. É possível também detectar a resistência dos nativos ante a presença estrangeira em seu território. Em dado momento, o viajante relata o momento em que solicitou a algumas tribos kaingangs que se trasladassem para as margens do rio Ivaí para trabalharem em atividades relacionadas à moagem de cana. José Francisco registrou com precisão a resposta dos indígenas, inclusive apontou o cacique Janguiô como o porta-voz do grupo:

Janguiô falou por todos, dizendo-me que eles não querem sahir donde estão acostumados e onde têm seus cemitérios (mostrando por esta fôrma eles serem mais religiosos que nós), além do que, dizem eles, aquellas terras são melhores que as do Ivahy (...) queixaram-se eles dos Portuguezes¹⁰, nos seus povoados, depois de se terem aproveitado dos seus

¹⁰ Conforme aponta o relato, os indígenas não faziam distinção entre portugueses e brasileiros. A categoria de português era atrelada a qualquer branco que travasse contato com os indígenas.

trabalhos e vigílias, correram com eles, o que isto é verdade, pois lá tem acontecido e está acontecendo; dizem mais que sahindo eles daqueles lugares, os Guaranys veem tomar conta, o que não gostam, porque são seus inimigos; disseram-me mais que os caciques Jamburé o capitão Barão, que habitam perto das Sete Quedas¹¹, não querem tão pouco sahir d'alli. (NASCIMENTO, J., 1886, p. 273).

Para além de registrar a própria resistência dos nativos ante a presença estrangeira, transparece também a questão dos conflitos entre guaranis e kaingangs. O que nos dá uma ideia do complexo quadro de relações existente dentro desta *borderland*. Também resulta importante chamar a atenção para o fato de José Francisco registrar os domínios dos caciques da região das Sete Quedas, mesmo não tendo chegado até este lugar, idealizado por ele como parte do Brasil. Indiretamente, apontava que os indígenas ainda eram os senhores da região idealizada como fronteira política com as nações vizinhas. Eram eles que poderiam levá-lo até lá. Sendo assim, a ciência indígena seria de fundamental importância nessas paragens.

Obviamente, não era necessariamente do interesse do viajante apresentar o outro lado da história. Contudo, a análise do relato de viagem dentro de uma perspectiva pós-colonial abre possibilidades para detectar as intencionalidades do discurso oficial e captar, ainda que de maneira indireta, como o agente externo dá voz ao outro. O próprio ato de demonstrar um interesse em dominar um espaço que, todavia não lhe pertence, revela o quanto

¹¹ Os Saltos de Sete Quedas, na fronteira entre Brasil e Paraguai, formavam a maior cachoeira do mundo em volume de água, até o seu desaparecimento com a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, construída durante a década de 1970. Os paraguaios e argentinos a denominavam como *Saltos del Guairá*.

seu discurso emana apenas as projeções de um poder meramente idealizado (CARTER, 1987; BOURDIEU, 1989).

Apesar de não ter logrado alcançar o objetivo de alcançar às margens do rio Paraná, o relato de José Francisco nos dá um panorama dos diversos movimentos de fronteira que existiram dentro desta *borderland*. Indígenas guaranis e kaingang mantinham relações hostis entre si antes e depois da chegada do colonizador. As hostilidades também afetaram os interesses do viajante que não logrou avançar com a sua expedição. Mesmo os indígenas aliados expressaram desconfiança em relação às propostas do forasteiro, atreladas a uma lógica de trabalho concernente à Divisão Internacional do Trabalho.

José Francisco não chegou a travar contato com argentinos. No entanto, tal problemática também era uma preocupação sua. Ele registrou, através das informações repassadas pelos próprios indígenas, que “guaranyes trabalhavam para as gentes do outro lado do rio Iguassú, que (..) andam caminhando com fogo por cima d’água (embarcações a vapor).” (NASCIMENTO, J., 1886, p. 278).

Tratava-se dos exploradores argentinos que – utilizando mão de obra indígena – escoavam madeira e erva-mate rio Paraná abaixo até Buenos Aires. Tal conjuntura despertava preocupação no viajante. Significava que o extremo oeste da província paranaense estava desguarnecido de presença brasileira e livre para que estrangeiros tirassem proveito econômico de um território considerado brasileiro:

o certo é que as nossas fronteiras com o Paraguay e Corrientes¹² só têm por guardas os rios Paraná e

¹² Misiones era parte da província de Corrientes até 1881, José Francisco, tendo empreendido sua expedição em 1885, provavelmente não levou em conta que naquela altura Misiones já estava separada de Corrientes, conformando-se como um Território nacional subordinado diretamente a Buenos Aires.

Iguassú (...) não sei porque não se abre caminho (...) basta o Governo querer e estará por ali tudo povoado, e a fonte aberta para o comércio e riqueza! (NASCIMENTO, J., 1886, p. 278).

Para além da preocupação para com a falta de presença brasileira na fronteira com as nações estrangeiras, o viajante também chamava a atenção para que o Império pudesse empreender políticas públicas que remediassem tal situação. Estaria o Império ficando para trás na corrida pelo processo civilizatório nesta *borderland*?

Na verdade, a problemática que deve ser por nós elencada também tem que levar em conta a conjuntura política interna do Brasil na altura em que ocorria a expedição de José Francisco¹³. A monarquia já estava com os seus dias contados em meio à ascensão dos republicanos e sua posterior chegada ao poder três anos após o lançamento da edição da revista do IHGB onde foi publicado o relato do viajante. As próprias críticas que o autor teceu ao governo, no que tocava à falta de investimento em políticas de ocupação da fronteira denotam o contexto de transição pelo qual vivia o país no período.

Exercendo papel ativo dentro da questão republicana, foram os militares que empreenderam as expedições que por fim chegaram à região da desembocadura do Iguacu. Dentro desta conjuntura, em 1888 foi criada a Comissão Estratégica de Guarapuava pelo Ministério da Guerra do Império. Uma expedição liderada pelo tenente José Joaquim Firmino partiu de Guarapuava no dia 13 de setembro de 1889, quando o Brasil ainda era uma Monarquia. Era constituída por 34 soldados, 12 operários civis,

¹³ A respeito da incidência de fatores internos que impactaram na política externa brasileira em relação à fronteira com a Argentina durante a passagem da Monarquia para a República, ver: (ZUCCARINO; ARANHA, 2018).

3 mulheres casadas com soldados e quatro tropeiros que davam suporte à expedição. Após 69 dias de viagem, a expedição chegou à foz do Iguaçu no dia 22 de novembro de 1889, já com o Brasil transformado em República (BRITO, 2005, p. 75-78).

Logo no início da implementação da Colônia veio à tona a questão de como lidar com os indígenas deste espaço a ser conquistado. A política a ser seguida seguiu os pressupostos do regulamento das Missões de 1845, o qual tinha por objetivo a integração das populações indígenas na forma de aldeamentos (ALMEIDA, 2012, p. 30). De acordo com Fernanda Sposito (2012, p. 119-128), tais políticas poderiam ser interpretadas como uma releitura das missões jesuíticas. A diferença residia apenas no próprio contexto temporal, então atrelado ao contexto de avanço da fronteira oeste do Estado brasileiro.

A política de aldeamentos fazia uma distinção entre os guaranis do tronco Tupi e os kaingangs do tronco Jê. Os primeiros já estariam “amansados”, pois já eram conhecidos dos colonizadores devido a todo o histórico de contato. Enquanto os segundos eram vistos com desconfiança.

O sargento José Maria de Brito¹⁴, um dos militares que integrou a expedição que fundou a Colônia Militar do Iguaçu, manifestou esta distinção em seu relato sobre a referida viagem. Estando ele próprio incumbido da chefia de um aldeamento em Catanduvás, próximo à colônia, registrou a sua própria ação “missionária” na fronteira em meio aos confrontos entre os indígenas destes dois troncos. Os indígenas Jê, os quais eram denominados

¹⁴ José Maria de Brito (1851-1946), natural do estado do Piauí, se trasladou para o Rio de Janeiro para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha. Logo, foi transferido para Guarapuava, no centro-oeste paranaense, onde atuou como sargento na Comissão Estratégica de Guarapuava, criada em 1888 pelo Ministério da Guerra do Império com a finalidade de ocupar a região de fronteira com a Argentina. Essa Comissão foi responsável pela fundação da Colônia Militar do Iguaçu em 1889. O seu relato é uma descrição da expedição realizada por esta comissão.

por ele como coroados¹⁵, eram tribos beligerantes que atacavam os guaranis. Estes últimos, de acordo com a sua concepção, poderiam receber “proteção” com a chegada dos colonizadores por meio dos aldeamentos:

Aldeados todos os índios, verificamos ter atingido o número a 63 almas: 7 homens, 23 mulheres e os demais menores de ambos os sexos. (...) índios também conhecidos pelo nome de Coroados eram inimigos dos Guaranis, desde remota idade; faziam-lhes guerra toda vez que os encontravam (...). (BRITO, 2005, p. 60).



Mapa 1. Rotas percorridas pelas expedições militares brasileiras¹⁶. Fonte: Aranha (2020, p. 26).

¹⁵ O termo coroados foi uma denominação genérica que os portugueses atribuíam às diversas etnias indígenas que, supostamente, usavam coroas de plumas na cabeça, dentre elas estavam os caiapós e os kaingangs.

¹⁶ Para além dos militares, o presente mapa inclui as expedições de Arthur Franco e Manuel Azevedo, agentes civis responsáveis por instalar a aduana em Foz do Iguazu. Eles não fazem parte do recorte desta nossa análise, a qual abarca somente as expedições militares.

O então tenente José Cândido da Silva Muricy¹⁷, tendo lido o relato de Brito antes de empreender a sua própria expedição para a Colônia Militar do Iguaçú, ratificou essas informações em seu próprio relato. Ainda corrigiu o seu colega, mencionando a nomenclatura kaingang em vez de coroados. Salientou ainda as práticas bárbaras dos indígenas Jê, as quais contrastavam com o modo de vida dos guaranis que estavam em meio ao processo de serem civilizados dentro dos aldeamentos. Nesse caso, dentro de uma lógica evolucionista, o amansamento seria o primeiro passo em direção a uma futura vida civilizada integrada ao domínio do Estado brasileiro:

Estes indios, originarios do Paraguay (...) entrnharam-se nos nossos sertões, e até agora alli têm vivido, mas muito redusidos já, pela cruel guerra que lhes movem os tigres e os coroados. Estes ultimos, cuja verdadeira denominação é de Caigangs, matam os homens para roubarem as mulheres, que acham muito bonitas.

Estavam então já aldeados pela Commissão Estrategica por intermedio do capitão Baptista da Costa Junior e principalmente do tenente Joaquim Raphael Pessoa de Mello, que os reunio nas Cantandivas, onde eram protegidos dos ataques dos coroados. Fallam o Guarany, já bastante alterado e differente do que fallam no Paraguay.

Em estado selvagem vestem-se com chiripás, tecidos com fibras de urtiga selvagem que n'esses sertões atingem a proporções de arvores, á imitação dos indios Chiripás do Paraguay, ou com um cinto do mesmo tecido (...). (MURICY, 1999, p. 48-49).

¹⁷ O Militar paranaense José Cândido da Silva Muricy (1863-1943) empreendeu viagem, por via terrestre, em 1892, como parte de uma expedição que teve por objetivo inspecionar a Colônia Militar do Iguaçú. Os apontamentos de viagem, escritos inicialmente em seu diário, foram publicados mais tarde, em 1896.

Em meio ao seu trajeto pelas margens do rio Iguazu, ainda bastante distante da foz, outro militar, o então tenente-coronel Domingos Nascimento¹⁸, igualmente manifestou uma visão negativa sobre os indígenas Jê, os quais ele generalizou como botocudos¹⁹. Seriam eles refratários ao modo de vida civilizada. O viajante registrou uma clara manifestação de alteridade e demarcação entre o que estava relacionado a “nós” e o que representava “eles”. Por outro lado, acabou por reconhecer que o avanço da fronteira brasileira representava uma ação estrangeira em meios aos domínios dos nativos que não reconheciam a legitimidade deste Estado nacional. Ainda que de maneira indireta, registrou a resistência dos indígenas frente ao avanço brasileiro.

A tribu dos botocudos, por certo os mais bravios e indomáveis, habita desde a margem esquerda do Iguassu, penetra o grande sertão até Campos Novos, fazendo correrias, a partir das serras a leste do município do Rio Negro até os campos, numa extensão de 18 léguas, e desde Jaraguá, território catharinense, até a nossa União da Victoria, numa extensão de 50 léguas. No interior da serra do Espigão, que limita os dois Estados vizinhos, ha um alto morro chamado Tayó, em pleno sertão impe-

¹⁸ Domingos Virgílio do Nascimento (1863-1915) foi figura ativa dentro da elite intelectual de Curitiba. Para além de sua atuação como militar, foi detentor de uma vasta produção bibliográfica, tendo publicado vários livros e poemas, além de ter sido membro da Academia Paranaense de Letras. Fundou ainda o jornal Folha Nova em 1893 com o intuito de defender os ideais republicanos. Também teve uma trajetória política, tendo sido eleito deputado estadual por dois mandatos entre 1893 e 1897 (LORENZETTI, 2009, p. 19; LEMOS, 2019, p. 81-82). Em 1903, foi designado a participar de uma expedição militar, que saiu de Curitiba e se dirigiu para oeste pela via terrestre, cujo objetivo era o de inspecionar as colônias militares de Iguazu, Chopim e Chapecó. Nascimento transformou o seu diário de viagem em livro, o qual foi vencedor de um concurso dentro do marco das comemorações do aniversário dos 50 anos da emancipação do Paraná.

¹⁹ Outra denominação genérica, além de Coroados, que os portugueses atribuíram aos indígenas do tronco Jê.

netrável, em cujos arredores habita essa grande tribu, infelizmente de uma ferocidade implacavel, até o presente retractaria á civilização.

(...) Os botocudos, porem, que vigiam a margem do Alto Iguassu, e percorrem os seus povoados, até o presente ainda não puderam supportar o domínio estrangeiro, e o seu odio ao *portuguez*, como nos chamam, é implacavel! (NASCIMENTO, 1903, p. 16-17).

Ainda assim, ressaltou que os indígenas Jê seriam também passíveis de serem civilizados. O avanço do Estado brasileiro, através da abertura de estradas e da fundação de colônias, seria um movimento irrefreável que naturalmente civilizaria até mesmo os índios mais bravios:

E tanto é assim, que viajando eu, como demonstrarei adeante, por sertões invios e inhospitos, sem sombras de catechese, encontrei numerosos toldos de indios mansos pelas picadas, guaranys e coroados, e que somente com a passagem de um ou outro viandante que se destina á fóz do Iguassu ou á fronteira rio-grandense, vão se civilizando naturalmente, descendo para as estradas, colonias e rios mais proximos, barganhando as suas ainda que muito limitadas mercadorias. (NASCIMENTO, 1903, p. 16).

Para Nascimento, a ação civilizadora contra os indígenas bravios não seria mais pela via da guerra naqueles moldes que foram propostos pelo decreto do rei Dom João VI. Nesses tempos republicanos, a política dos aldeamentos, a qual foi fomentada pelo Império, seria incrementada pela atuação das forças naturais da ciência que paulatinamente conduziria esses “bárbaros” para

a civilização. Em sua concepção, tratava-se de um movimento irrefreável, inerente ao avanço da fronteira do Estado brasileiro:

Como é sabido, maus por indole que são, os botocudos têm experimentado grandes revezes desde as primeiras épocas de nossa historia, em virtude das atrocidades por eles commettidas, quando a passagem pelo sertão que habitam era ponto obrigado aos viajantes de S. Paulo para o Rio Grande.

Por essa época travaram-se renhidos combates nessas horrendas selvas.

O botocudo, ignorante e cioso, atacava traiçoeiramente os tropeiros que ousavam penetrar em seus domínios—sabe Deus também com quanta perversidade! Dahi, o ataque persistente e a defesa demolidora; dahi, a guerra eterna.

Hoje o civilizado evita a lucta, porque julga infructifera a batalha; quer chamar o adversario á paz, procura attrahil-o para os povoados. (NASCIMENTO, 1903, p. 17).

A oposição dos indígenas frente ao movimento da fronteira brasileira foi registrada por Nascimento. Essa resistência, entretanto, não se restringia apenas às tribos Jê. Brito, ainda que de uma maneira indireta, vangloriando-se dos seus próprios logros, registrou a relutância dos próprios guaranis em meio à fundação do aldeamento de Catanduvás:

Em princípios de 1891, o rascunhador destas linhas foi requisitado pelo Chefe da Comissão para se encarregar da catequese dos Indios Guaranis, que a turma de exploração havia encontrado ao longo da picada. Selvagens estes que o mesmo chefe empenhava-se para chamar ao centro da civilização. Dois encarregados já haviam estado neste mister, mas com resultados contraproducentes.

Contra um deles - o 2º Sargento Custódio Gonçalves Rollemberg - houve tentativa e assassinato! Em março do mesmo ano, assumi a direção deste serviço, em Catanduvás. Concluí o aldeamento dos índios, serviço já iniciado e empenhei-me para atrair os índios ainda dispersos, ao mesmo aldeamento. Com este fim internava-me em várias direções onde constava existirem pequenas tabas e aí empregava o maior interesse e assim consegui reuni-los todos em Catanduvás (BRITO, 2005, p. 57-58).

Esta visão de missionário manifestada por Brito elucidada o quanto ele acreditava que os indígenas poderiam ser civilizados pela via dos aldeamentos. Seria o caminho natural para que os nativos viessem a se tornar cidadãos brasileiros. Preocupando-se em registrar os efeitos práticos de seu trabalho como chefe do aldeamento de Catanduvás, ainda que mediada pela sua própria ação, uma aldeada recebeu um olhar positivo de sua parte que a colocava dentro do rol da civilização. Tais atributos não eram somente atrelados às suas qualificações profissionais, a própria medicina indígena que por ela era exercida acabou sendo legitimada por Brito. Ainda que tenha assinalado que tal prática estava ligada ao processo de conversão da indígena ao cristianismo, o registro é deveras notório:

Esta mesma índia, a quem ensinei a ler e escrever era de uma inteligência prodigiosa. Aprendeu logo a falar o nosso idioma; a cortar e costurar roupa tanto para homem como para senhora, em máquina; desarmava e armava as mesmas; concertava-as se porventura necessitavam de conserto, etc. Trabalhava com perfeição em crochê, em bordado e muitos outros confeccionados com fio. Era parreira muito feliz; só a sua presença aliviava a par-

turiente, tal a confiança que inspira esta mulher! Uma ocasião ouviu alhures explicações dos Evangelhos de Jesus Cristo, empenhou-se e leu a vida do Salvador, creu e aceitou a Jesus como o Unigênito filho de Deus e seu Salvador, em nome de quem curava a mordedura da víbora! Com a mesma fé que animou a Paulo de Tarso, na Ilha de Mileto, ela curou muitas pessoas, Outra mais moça, filha da precedente, a quem também ensinei a ler e escrever, tinha uma caligrafia admirável, trabalhava em crivo, bordado, desenho, etc., que fazia inveja a muita gente que nasceu e se criou no seio dos civilizados! (BRITO, 2005, p. 61-62).

Certamente, o fato de ter sido o único dos militares brasileiros a fixar residência na fronteira, tendo ainda contraído matrimônio com uma guarani, influenciou nas suas descrições positivas a respeito dos indígenas: “No período em que estivemos doutrinando os selvagens de Catanduvás verificamos exuberantemente que para conhecer o índio é indispensável convivermos com o mesmo.” (BRITO, 2005, p. 62).

Foi o conhecimento dos indígenas que possibilitou que empreendesse uma expedição rumo ao norte até a altura do rio Piquiri, fronteira com o Paraguai e com o estado do Mato Grosso, ponto considerado estratégico pelo governo brasileiro desde a era imperial, já que a sua conexão terrestre com o litoral brasileiro continuou sendo uma obsessão também por parte da República. O sucesso da expedição contou com o suporte da ciência indígena, fato este que Brito não deixou de registrar:

Em algumas excursões que empreendi junto com os indígenas, em direção ao Piquery, não cessei de admirar os seus conhecimentos práticos em relação à natureza da fauna e flora e até mesmo dos astros que nos iluminavam. (BRITO, 2005, p.62).

No mesmo sentido, contrariando a noção ocidental de que os indígenas eram povos sem história, valorizou a tradição da oralidade dos guaranis:

É costume entre os indígenas, os velhos fazerem os moços conhecer o passado desde os seus primórdios. Em obediência a este costume, os velhos abrem-lhes as folhas dos livros que os moços por sua vez, abrem às gerações futuras. Desta maneira os índios atuais têm noção dos acontecimentos dos tempos imemoriais. (BRITO, 2005, p. 61).

Esse tipo de visão positiva acerca dos indígenas é basicamente restrito ao relato de Brito pelos motivos já elencados acima. Os demais viajantes que transitaram pela fronteira se preocuparam apenas em registrar a ação civilizadora dos aldeamentos. O sucesso de tal empreitada demandava um sincretismo onde o processo de conversão dos guaranis ao cristianismo passava pela questão dos chefes militares dos aldeamentos aceitarem as próprias tradições indígenas. Sendo assim, Muricy registrou a eleição de um militar brasileiro como o “guruvícha²⁰” da tribo:

O tenente Pessoa de Mello, convidado por elles, para assistir uma festa no toldo, foi ahi eleito *Guruvícha*. Foi um facto interessante esse: depois das mais respeitadas demonstrações de apreço, começaram as danças e enquanto dançavam iam os homens orando-o com macinhos de pennas de diferentes côres, de modo que quando sahiu da festa apresentava elle a figura a mais grotesca possível. Foi sujeitando-se a estas e outras demonstrações de amizade dos indios e até com elles comendo o tambu ou bucu, que este humanitario e distinc-

²⁰ Palavra guarani que significa chefe.

tíssimo collega conseguiu catechisal-os. (MURICY, 1999, p. 49).

De acordo com os militares brasileiros, o processo de avanço da fronteira brasileira pela via dos aldeamentos seria um fato irreversível. Fatalmente os indígenas teriam que abandonar o seu modo de vida original para serem integrados a este projeto nacional recém-chegado ao seu território. Nem mesmo algum eventual percalço poderia frear o curso do processo civilizador. A eventualidade citada por Muricy não estava relacionada a uma reação por parte dos indígenas. Tratava-se da ação de militares dissidentes que não estavam alinhados com a premissa ideológica do governo do qual ele era um árduo defensor. Eles eram apontados como bárbaros pelo simples fato de exercerem oposição pela via da Revolução Federalista²¹. Não obstante, o destino dos indígenas já estaria selado: o aldeamento era apenas um meio para transformá-los em colonos na recém fundada Colônia Militar do Iguacu. Sendo assim, o seu passado seria deixado para trás em prol dos valores modernos e urbanos que teriam que ser legitimados na fronteira:

Trabalhavam esses indios para a Commissão, ganhando em troca roupa, fumo e alimentação, único pagamento que aceitam, porque o dinheiro para elles não tem valor.

Com a passagem de Juca Tigre em Julho de 94, e

²¹ Guerra civil que ocorreu no sul do Brasil, logo após a Proclamação da República, ocasionada pela crise política gerada pelos federalistas, grupo opositor a Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul. Seu objetivo era conquistar maior autonomia e descentralizar o poder da então recém proclamada República Brasileira. Durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, sendo vencida pelos seguidores de Júlio de Castilhos. O conflito atingiu o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Suas consequências sobre a fronteira foram notadas pelas expedições militares brasileiras, já que durante e após o conflito, uma grande quantidade de refugiados se espalhou pela região, sendo que muitos passaram para o lado argentino.

já muito disimados por febres e tigres, esses curiosos índios foram dispersos e os poucos que restam (crianças e mulheres) vivem hoje como colonos na Fóz do Iguassú. (MURICY, 1999, p. 49-50).

ADENTRANDO O SERTÃO DO CHAGÚ:
NEGOCIAÇÕES E CONTATOS ENTRE OS MILITARES
E OS KAINGANGS DO CACIQUE NHONHÔ

Domingos Nascimento registrou uma dinâmica à parte da política de aldeamentos. A *borderland* era também uma zona de contato e de negociação entre esses dois mundos que estavam se chocando neste espaço fronteiriço, sobretudo dentro do sertão do Chagú, espaço compreendido entre Guarapuava e a Colônia Militar de Iguacu. O seu relato mostra as relações travadas entre o governo e uma tribo kaingang que não estava aldeada. O seu líder era o general cacique Nhonhô, cuja patente foi outorgada pelo próprio exército brasileiro. Ele era considerado por Nascimento como uma sentinela avançada da presença nacional neste espaço. A aliança com este chefe indígena era de primordial importância para poder repelir eventuais ataques de tribos hostis aos brasileiros.

Contudo, a dinâmica de atuação desses kaingangs denota o quanto detinham uma autonomia suficiente para negociarem com os brasileiros (os quais ainda eram chamados de portugueses) e de demarcarem as fronteiras de seu próprio território, onde o forasteiro não poderia adentrar sem a anuência do próprio Nhonhô²²:

²² A organização da tribo do cacique-general Nhonhô foi evidenciada em 2004 no relatório da antropóloga Cecília Maria Viera Helm para demarcação de terra indígena em Laranjeiras do Sul/PR. A demarcação foi oficializada em 2007 pela Portaria n° 1794, de 29 de outubro, assinada pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro. No entanto, o processo demarcatório encontra-se paralisado devido a ações contrárias à demarcação. PR - Povo Kaingang de Laranjeiras do Sul: acampados perto de suas terras, esperando a demarcação e o reconhecimento de seus direitos. <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflicto=pr-povo-kaingang-de-laranjeiras-do-sul-acampados-perto-de-suas-terras-esperando-a-demarcacao-e-o-reconhecimento-de-seus-direitos>> Acesso em 24 ago. 2021.

(...) a meia légua da beira do campo das Creanças, existe um poderoso toldo de *coroados*, calculado em cerca de 300 índios, sob a chefia do possante *general Nhonhô* (...)

Nhonhô, de cacique que era, ao engrolar a lingua portuguesa fez-se general,— naturalmente por promoção de algum official brasileiro quando de exploração por aquella zona.

(...) Na hierarchia ha desde o general até o soldado, cada um com certas prerogativas que elle dá e tira ao seu sabor.

É um acampamento que monta vigilancia noite e dia, e o quartel general de sua excellencia Nhonhô vive cercado de soldados. A pequena distancia do toldo permanece uma vedeta, armada de arco e frecha, prompta a dar o signal de approximação de extranhos. E nenhum *português* penetra no acampamento nem ousa approximar-se do *general*, sem que primeiro este haja por bem servir-se consentir e receber...

Os *portugueses* são todos quantos pela côr e pelos costumes differem dos de sua tribu.

Ora muito bem. Nhonhô vive sob armas, cercado de sua gente, sempre disposto a repellir os bugres que percorrem a costa do Ivahy, passam os cerros de S. João e tentam excursionar pelos campos de Guarapuava. Nhonhô é pois uma sentinella avançada. Mas o bruto afinal sabe tirar bom partido das suas honrarias. Vive como um rajah²³, em sua taba, cercado de comezainas e festanças, continuamente ébrio.

Os seus comparsas levam lhe tudo quanto exige: caça, peixe, mandioca, aguardente, etc.

Qualquer indio pode contractar trabalho na roça dos *portugueses*, por determinado tempo, mas é obrigado no fim do contracto a levar aos pés do sr.

²³ No sentido de atribuir uma vida regada a luxo e riquezas, Nascimento fez uma referência aos rajás da antiga civilização indiana.

Nhonnô... uma pelega de 10\$000, como tributo ao seu general... (NASCIMENTO, 1903, p. 73-74).

Os kaingangs liderados pelo cacique Nhonnô tiveram papel atuante nos desdobramentos da Revolução Federalista. Uma possível aliança com o lado legalista somente seria possível mediante as condições colocadas pelos próprios indígenas. A noção de territorialidade era bastante clara para os kaingangs. Nesse sentido, reivindicaram junto ao poder público sediado em Guarapuava que um crime ocorrido em suas terras fosse julgado pelas suas próprias autoridades. Essa era a condição para o estabelecimento de uma aliança com as tropas do governo para combater as tropas revoltosas de Juca Tigre. Embora Nascimento tenha encontrado absurda tal proposta, acabou por registrar a recusa de Nhonnô em combater pelo lado legalista:

Esta tribu possuía algum gado antes da revolta; mas a expedição revolucionária de Juca Tigre, que esteve carneando acampada no Laranjeiras durante 15 dias, fez ali grandes estragos como por todas as circumvizinhanças.

Nhonnô tomou nota do prejuízo e jurou vingar-se. Quando soube da aproximação das forças legais do então coronel Abrantes, Nhonnô foi apresentar-se a lhe, oferecendo-se para com os seus 300 homens liquidar um por um os revoltosos; mas, ao fazer o seu oferecimento, impoz logo uma condição *sui-generis*, que era a seguinte: Antes da revolução havia sido assassinado um chefe indio, se me não engano o valente Jonjhó, e o assassino se achava preso, tendo respondido a jury na cidade de Guarapuava.

Nhonnô exigia que se lhe entregasse aquelle sentenciado, afim de o conduzir até o toldo e ahi mata-lo, «por haver morto a um indio de sua tribu».

Tal pena de Talião, como era natural, não fôra aceita,

e Nhonhô presto retirou a proposta de acabar com os invasores. (NASCIMENTO, 1903, p. 74-75).

Muricy relatou maiores detalhes sobre o ocorrido, inclusive registrando que os kaingangs ainda tentaram invadir a cadeia de Guarapuava após a negativa das autoridades de entregar Rosinha, o assassino de Jonjhó²⁴, cacique que antecedeu Nhonhô e que teve papel atuante no auxílio à Comissão Estratégica dos militares em Guarapuava. O militar não deixou de manifestar um sentimento de alteridade ao demarcar que o fato gerou “indignação entre nós como entre os seus”. A afirmativa também denota o quanto o espaço compreendido entre a Boca do Sertão do Chagú e a foz do Iguaçu era uma “zona de contato” entre os militares legalistas, revoltosos e as tribos indígenas aliadas ou hostis à presença brasileira.

Este chefe coroado, Jong-Yhô, foi um dos principais fatores da catechese voluntária dos índios na comarca de Guarapuava, onde auxiliou a muitas comissões científicas e era geralmente estimado, succumbindo em 1893 á infames punhaladas que lhe deo um negro de nome Rosas ou Rosinha por causa de um insignificante cão de caça; facto que até hoje causa geral indignação, tanto entre nós como entre os seus. O assassino era reclamado pelos índios que, desejavam applicar-lhe a justa expiação; ao que a nossa justiça não accedeu. Tentaram então assaltar a cadeia de Guarapuava; mas, achando-se as forças sob o commando do coronel Abrantes no Xagú, apresentaram-se-lhe cerca de 500 índios corôados completamente armados, pedindo-lhe o novo chefe a entrega do *Rosinha*, que em troca iriam no encalço de Juca Tigre.

²⁴ Grafado por ele como Jong-Yhô, situação comum devido ao desconhecimento das línguas indígenas.

A condição não pode ser aceita, contentando-se os selvagens com a boa recepção que tiveram e com a promessa de que o criminoso seria bem castigado por nós. E esse mesmo *Rosinha*, assassino de profissão, quando se achava em Guarapuava a força revolucionaria, foi solto por ella, mas a sua ruim sorte não o consentio porque logo ao sahir da cadeia tentou *sangrar* a sentinella, sendo novamente recolhido á prisão. (MURICY, 1999, p. 57-58).

Dentro desta *borderland* também existiram disputas entre os próprios kaingang. Nascimento registrou a atuação de um grupo que estava descontente com a liderança de Nhonhô e que estava se articulando para assumir o poder. Coletar informações a respeito da “política indiana” era de suma importância para o governo brasileiro. Dela dependiam para articular estratégias e alianças em meio ao processo de avanço de sua fronteira:

Não me recordo o nome do cacique. Sei, porem, que elles estão em desavença com o grupo de Nhonhô e não querem mais suportar a sua chefia suprema.

Qualquer dia surgem por aquelles sertões altas complicações politicas na vida indiana, e não será para admirar que o telephono tenha de transmittir aos povos os altos successos de uma deposição indígena... (NASCIMENTO, 1903, p. 82).

Como foi possível observar, a relação do Estado brasileiro com os indígenas era bastante complexa e não se resumia essencialmente à política de aldeamentos. No entanto, dentro de uma perspectiva positivista, era unânime a ideia entre os agentes estatais de que as forças naturais da “civilização” estariam a favor dos brasileiros. Era uma questão de tempo para que os indígenas – na medida em que a presença estatal fosse se tornando mais efetiva –

fossem atraídos por tais forças. A abertura da estrada pela Comissão Estratégica de Guarapuava funcionaria como um ímã natural que atrairia os nativos para o projeto nacional brasileiro. Aprenderiam naturalmente a língua portuguesa, assim como evoluiriam o seu estágio civilizatório ao deixarem de viver em ocas para que, inspirados pelo modelo habitacional dos militares, passassem a viver em casas construídas nesses mesmos moldes:

Depois do Chagú atravessa-se o rio das Cobras. Sobre o passo deparou-se-nos grande toldo de índios, que vieram em numeroso bando á beira do caminho cumprimentar o general Bormann. São índios mansos em numero de 500; alguns já falam regularmente o nosso idioma e vivem em boa harmonia com a soldadesca em serviço da estrada; cultivam milho e feijão.

(...) também os índios, ou por espirito de imitação ou por necessidades da vida, procuram ir mudando os seus toldos para a beira da estrada.

Assim é que vão se civilizando, trajando melhores roupas, e o que é mais significativo ainda: — as suas novas construcções são modeladas pelas casas do acampamento. (NASCIMENTO, 1903, p. 82).

Ainda assim, a ocupação dos sertões do Chagú era uma tarefa extremamente dispendiosa. Quanto mais se avançava para o oeste, dava-se o encontro com indígenas que estavam completamente alheios à presença brasileira:

Do alto da serra, muito alta, descortina-se imenso sertão bravio (...) esbarramos com um toldo de índios guaranys, bastante grande e muito povoado. Vivem á primitiva, ainda mui pouco relacionados com gente de modernos costumes. (NASCIMENTO, 1903, p. 99).

A questão indígena era de fundamental importância para o avanço da fronteira brasileira pelos sertões paranaenses. Ainda que o debate racial existente no período os colocasse sob uma condição de inferioridade, nada impedia que pudessem se tornar colonos nos entrepostos e vilas brasileiras existentes nesta *borderland* do sertão do Chagú, assim como na nascente localidade de Foz do Iguaçu, a qual, de acordo com a mentalidade vigente no período, evoluiria de uma vila militar para a condição de um município regido por um governo civil. A nossa preocupação, entretanto, foi a de elucidar o movimento de resistência por parte dos indígenas em meio a esse processo de avanço da frente colonizadora brasileira. Ainda que pela ótica oficial dos relatos dos militares, foi possível expor tal conjuntura, justamente porque tal avanço não seria possível sem o estabelecimento de negociações com as próprias nações indígenas que dominavam este espaço fronteiro até o início do século XX. Trata-se, portanto, de um processo histórico bastante recente e que merece maiores abordagens por parte da historiografia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, vol. 1, nº 2, P. 21-39, 2012.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. *Entre Sertões e Desertos: Viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2020.

BOLTON, Herbert Eugene. *The Spanish Borderlands: a chronicle of old Florida and the Southwest*. New Haven: Yale University Press, 1921.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARTER, Paul. *The road to Botany Bay*. An exploration of landscape and history. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811)*. São Paulo: Nobel, 1983.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina*, Chapecó, v. 10, n. 1 a 8, p. 265-343, 2006.

GOLIN, Tau. Expedição do Estado-nação nos sertões dos bugres. *Cadernos do CHDD (Centro de História e Documentação Diplomática)*, Brasília, edição especial, p. 79-89, 2007.

GUISARD, Luís Augusto De Mola. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), p. 93-99. 1999.

LEMOS, Marilene Aparecida. *Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens*. Tese de doutorado - Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2019.

LORENZETTI, Fernanda Lorandi. *Terra de Lírrios Bravos e Homens Fortes*: Notas acerca das atribuições de identidade ao Paraná por Domingos Nascimento (1895-1914). Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. A Ferrovia nas cidades Bocas de Sertão: Alterações na Morfologia Urbana e no Território Brasileiro. *I Seminário Internacional Brasil no século XIX*. Vitória: Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos. 2014 Disponível em: <<https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Doralice%20Styro%20Maia.pdf>> Acesso em 23 ago.2021.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira como Destino de Viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia-UFF, Niterói, 2009.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos. In: CARDOSO, José Luis; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; & SERRÃO, José Vicente. *Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica* (p. 391-413). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

NODARI, Eunice; BRANDT, Marlon. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

SOUZA, Almir Antonio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870) *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 70, p. 109-130, 2015.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros* - Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste*. Ocupação e colonização. Curitiba: Vicentina, 1987.

ZUCCARINO, Maximiliano; ARANHA, Bruno Pereira de Lima. A incidência de fatores internos na formulação da política externa: O Brasil e seu projeto de nação na fronteira com a Argentina durante a transição do Império para a República. *Dimensões- Revista de História da UFES*, Vitória, v. 41, p. 181-213, jul.- dez. 2018.

FONTES

BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar*. Foz do Iguaçu: Travessa dos Editores, 2005.

Decreto nº 5324 de 2 de Julho de 1873 concede a José Francisco Thomaz do Nascimento, permissão para explorar e lavrar minas de turfa, carvão de pedra e schistos betuminosos, nas terras de sua propriedade sitas nas Comarcas de Porto Seguro e Ilhéos, na Província da Bahia. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=408318&id=14384615&idBinario=15633373&mime=application/rtf>> Acesso em 5 ago. 2018.

Decreto nº 9261, de 16 de agosto de 1884 concede permissão a José Francisco Thomaz do Nascimento para explorar mineraes na Provincia do Paraná. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9261-16-agosto-1884-543978-publicacaooriginal-54773-pe.html>> Acesso em 5 ago. 2018.

MURICY, José Cândido da Silva. Á Foz do Iguassú - Ligeira Descrição de uma Viagem Feita de Guarapuáva á Colonia da Foz do Iguassú em Novembro de 1892. In: DENIPOTI, Cláudio; BERBERI, Elizabete. *Relatos de Viagem à Guaíra e Foz do Iguacu (1870-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1999, p. 45-86.

NASCIMENTO, Domingos Virgílio do. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia da Republica, 1903.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, província do Paraná e relações que teve com os indios coroados mais bravios daquelles lugares. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil*, p, 267-281. 1886.

X

PLURALIDADE CULTURAL E FRONTEIRA GEOGRÁFICA E ÉTNICA NA MARMELÂNDIA/PR:

uma proposta de produção de memórias literárias

ROSÂNGELA MARGARETE SCOPEL DA SILVA
MARCIO DA SILVA OLIVEIRA

Este estudo apresenta um recorte da pesquisa “A Boniteza do Fazer Juntos: pesquisa-ação como possibilidade para o protagonismo da professora, dos alunos e dos moradores da Marmelândia”, realizada no Proffletras – Unioeste/PR, que teve como objetivo desenvolver, juntamente com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola do campo, uma pesquisa-ação que buscou dar visibilidade às práticas culturais e saberes locais dos moradores da comunidade da Marmelândia/PR.

Dentre as práticas desenvolvidas, oportunizou o registro, por meio do gênero discursivo memórias literárias, das narrativas orais sobre a história de vida dos moradores da Marmelândia nas quais perpassam o reconhecimento da pluralidade cultural e o racismo institucional evidenciados neste capítulo. A base teórica foi fundamentada na Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (2019a); gêneros discursivos de Bakhtin (2011) e Costa-Hübes e Gedoz

(2010). A metodologia seguiu uma abordagem baseada na interação, na escrita como trabalho, nas condições de produção de Geraldi (2006) e na correção interativa de Ruiz (2010).

O texto está dividido em cinco seções. Na primeira, abordamos as concepções teórico-metodológicas, tendo como subtítulo “as etapas da produção textual a partir da compreensão da escrita como trabalho”; em seguida, a apresentação dos aspectos relacionados à comunidade e aos sujeitos da pesquisa e a metodologia e análise do *corpus*; na sequência, as considerações finais e, finalmente, as referências usadas no capítulo. Partindo da dissertação acima mencionada, realizada no âmbito da pesquisa acadêmica, esse capítulo pretende discutir questões ligadas à ideia de fronteira cultural, geográfica e étnica como elemento indispensável ao processo de ensino-aprendizagem em ambiente de Escola do Campo.

CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O processo de ensino e aprendizagem pode ser entendido como um ato social, com produção de conhecimentos coletivos e com práticas significativas, condizentes com a afirmação de Freire, segundo a qual, ter uma educação libertadora e processual,

[...] implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão que propõe, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração, nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência e um mundo depois e vice-versa. (FREIRE, 2019b, p. 98).

Como se nota, o passo fundamental no processo que vise uma formação emancipadora é, para Freire, tornar o educando sujeito do aprendizado, ser ativo que manipula o conhecimento com vistas à transformação social que forneça uma vivência que desate as amarras sociais de opressão e exploração. Além disso, Freire leva em conta também o caráter dinâmico do conhecimento, tirando-lhe a ideia de algo definitivo, acabado, o que favorece construções hegemônicas que justificam, por exemplo, a escravidão e a naturalização da miséria e abre perspectivas outras, de valorização do popular, de preservação de memórias silenciadas e, claro, de resgate de vozes marginalizadas e deslegitimadas por um poder colonizador cujo objetivo essencial está na concentração de riqueza pela exploração radical da mão de obra dessas vozes.

Dessa forma, como educadores, partimos de uma perspectiva de professores que pesquisamos o próprio trabalho pedagógico, o qual não se restringiu apenas a um espaço de ensino e aprendizagem, e sim, à sala de aula e a uma das comunidades circunvizinhas de onde advém parte dos alunos. Tudo isso tendo em vista uma educação inclusiva, que leve em conta os indivíduos dessa comunidade como sujeitos do conhecimento, cujo resgate de memórias favorecem a valorização de suas memórias sociais, afetivas, tirando-lhes do limbo do silenciamento solidificado historicamente pelo discurso colonizador ainda muito presente em nossas escolas.

A busca de sentidos e importâncias do fazer pedagógico é o que dá a tônica ao trabalho, refletido na prática da pesquisa-ação. Consideramos, assim, a linguagem constitutiva da identidade individual e social dos alunos como uma ferramenta para o desenvolvimento da percepção e da leitura da realidade representada na leitura de mundo, conforme propõe Paulo Freire (2019b), como um caminho presente. Mais do que isso, a educação como

representante fundamental dessa leitura de mundo, transforma-se em instrumento de humanização, ou mais contundentemente, de combate à desumanização marcada pela violência e pela alienação. Assim,

A desumanização, que não se verifica apenas pelos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do *ser mais*. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica e de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma ordem injusta que gera violência dos opressores e esta, o *ser menos*. (FREIRE, 2019b, p. 41, grifos do autor).

Sendo assim, combater a ideia de colonização como algo natural é o ponto de partida para a construção de um processo educacional que aviva a necessidade humanizadora de ser mais. Uma das vias adotadas aqui está justamente no confronto ao silenciamento de vozes que azeita a engrenagem alienatória, mas especificamente pela valorização das vozes negras da comunidade da Marmelândia resgatadas pela produção de memórias literárias por alunos que compõem, física e culturalmente, tal espaço geográfico.

Além do enfoque pertinente dado à ideia de desnaturalização da opressão pela educação destacada por Freire, é importante

recorreremos a Bakhtin (2011) para afirmarmos que a linguagem é uma forma de interação entre os sujeitos e que é por meio dos gêneros discursivos que nos relacionamos e nos comunicamos uns com os outros, sendo, por isso, elemento imprescindível de humanização. Ao expor seu conceito de gêneros discursivos, Bakhtin (2011, p. 262) afirma que esses são “relativamente estáveis”. Assim, de um lado, eles não são criados a cada momento em que um sujeito se vê envolvido em uma situação de interlocução e/ou de interação. Mas, por outro lado, os gêneros são definidos como relativamente estáveis, pois os sujeitos da interação, por meio dos seus enunciados, concretizam-nos de forma singular, contribuindo, assim, para sua contínua renovação e modificação.

Nesse sentido, a produção de discurso não é um ato individualizado, mas uma forma de interação com o outro, ou seja, é um ato social e também ideológico. É uma forma de manifestação e posicionamento diante de uma realidade, demarcando, mediante o entrechoque de vozes, aspectos que apontam e desconstróem um processo de legitimação de discursos outros, oficialmente constituídos com vistas à cristalização de certos atos de violência, como justificativa a invasões, cerceamentos, torturas, assassinios e formação e manutenção de estruturas de poder. A valorização de vozes discursivas marginalizadas, pela preservação da oralidade, pelo resgate da cultura e pela vocação do “ser mais” freiriano, é imprescindível para que se combata tais estruturas, apontando suas contradições a arbitrariedades. Exemplo disso são os sujeitos que narram as suas memórias por meio de conversas, repassam-nas de boca em boca, de pais para filhos, mães para filhas, avós para netos, bisavós para bisnetos, idosos para jovens; todos, a seu modo, historicizam os acontecimentos do passado, dão-lhe significados e avivam as próprias memórias. Mas há também aqueles que as escutam e que irão recontá-las também a seu

modo. Nesse sentido, tal processo é o que propõe o gênero memórias literárias, no qual:

O autor do texto faz uma entrevista com uma pessoa que conta suas memórias e tem a função de escrevê-las tal como foram contadas na entrevista; nesse caso, é necessário escrever como se fosse o próprio entrevistado. Esse narrador organiza as experiências contadas, interpretando-as e imprimindo-lhes um toque de inventividade (COSTA-HÜBES; GEDOZ, 2010, p. 263).

Nesse gênero discursivo, o contar é fortemente marcado por características subjetivas e emocionais, onde perpassam as facetas e os fatos que envolveram a memória sobre a vida, os quais são revisitados, em um processo seletivo que se impõe. E, a partir desse entendimento, focalizamos a produção escrita do gênero memórias literárias, a qual foi entendida como um trabalho processual.

Levando em conta a ideia de demarcação e interação discursiva, do papel da escola no processo de valorização de memórias coletivas e, principalmente, o trânsito entre o conteúdo estudado e o ambiente ao qual pertence os atores envolvidos, é que sentimos a necessidade de pesquisar sobre a ideia de fronteira cultural, geográfica e étnica. Isso a partir de uma comunidade que passou por situações que deixam claras as marcas do racismo que conduz à escravização, da miséria que obriga a imigrações forçadas e a uma sensação de não pertencimento e da desigualdade social que impõe uma luta injusta pela conquista do território e preservação do patrimônio físico e cultural. O melhor caminho para a problematização dessas situações é a motivação dos alunos, a partir da atividade de escuta aos mais velhos, a recolherem, preservarem e escreverem sobre as memórias que marcam a construção da comunidade em que vivem.

AS ETAPAS DA PRODUÇÃO TEXTUAL

A PARTIR DA COMPREENSÃO DA ESCRITA COMO TRABALHO

Lidamos, em ambiente de educação básica, com um grande desafio no que se refere à busca pela emancipação do sujeito através do aprendizado escolar: a dificuldade de o aluno expressar-se criticamente em relação à realidade em que vive, com vistas à sua transformação. Seguindo o pensamento de Paulo Freire (2019b), muito mais do que decifrar o código linguístico pelo processo de alfabetização, é preciso que, pela linguagem, o aluno compreenda as condições sociais e a engrenagem que o mantém atrelado a um pensamento hegemônico responsável pela consolidação de desigualdades. Um caminho de confrontação é o posicionamento crítico manifesto no processo de aquisição da linguagem, pela leitura e pela escrita.

Sendo assim, a produção textual ocupa um importante papel na formação do sujeito e, infelizmente, as escolas, muitas vezes, não aproveitam tal instrumento como imprescindível na descolonização do pensamento. Por causa disso é que Freire enfatiza a necessidade de que a alfabetização, que reflete também a aquisição da habilidade de escrita, leve em conta não somente a técnica de decifração do código linguístico, mas esteja intimamente vinculada à vivência dos alunos, em especial, aqueles advindos das áreas mais carentes de condições básicas de sobrevivência. O pensador, ao ressaltar tal papel da pedagogia, aponta questões para que os professores reflitam com seus alunos sobre a função social da escola:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina a cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas

é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres das cidades? (FREIRE, 2019a, p. 32).

Tais inquietações apontadas por Freire só podem ser problematizadas quando o professor, em processo de aprendizagem a respeito da produção textual, auxilia o aluno na compreensão de que esta é uma oportunidade de expressão que o conecta com seu cotidiano social não de modo passivo, mas ativamente, com vistas à sua transformação. Para isso, ele precisa também ter uma formação adequada que lhe permita dar o suporte necessário ao aluno.

A produção textual envolve as etapas de planejamento, escrita, revisão e reescrita. Essa forma de orientação considera as condições de produção. Geraldi (2006) ensina-nos que, nas atividades de produção textual, faz-se necessário dar elementos para o aluno ter o que dizer, como também, que ele tenha uma motivação real para escrever em situações que se aproximem dos usos reais, nas quais a linguagem se apresente na sociedade.

Geraldi (2006) propõe que, para produzir um discurso, é necessário que:

1. Se tenha o que se dizer;
2. Se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer;
3. Se tenha para quem dizer o que se tem a dizer;
4. O locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz (ou, na imagem wittgensteiniana, seja um jogador no jogo);
5. Se escolham as estratégias para realizar (a), (b), (c) e (d). (GERALDI, 2006, p. 137).

Assim, a produção de memórias literárias, que tem como objetivo a interação, necessita utilizar-se de encaminhamentos que propiciem a efetivação de tal ação: conhecimento sobre o tema; uma motivação concreta para escrever; um interlocutor real que selecione o como fazer para atingir o objetivo da interação. Depois da etapa de planejamento e da produção do texto, ocorre a revisão no sentido de adequar da melhor forma a interlocução. E, sobre isso, Ruiz (2010) aponta para o papel do professor nesse trabalho.

De acordo com Ruiz, “correção, é, pois, o texto que o professor faz por escrito no (e de modo sobreposto ao) texto do aluno, para falar desse mesmo texto” (RUIZ, 2010, p. 19). Sendo assim, as intervenções escritas realizadas pelo professor – sugestões ao aluno para aprimorar os aspectos da escrita – são ações de mediação para o aprimoramento da escrita.

O aluno, ao reescrever o seu texto, depara-se com a sua própria produção, fazendo comparações, inclusões ou exclusões de enunciados. Por fim, reflete e aprimora o que produziu. Procuramos ressaltar aqui tais elementos fazendo com que os alunos se aproximem de sua comunidade através do convívio e interação com os moradores mais antigos da Marmelândia, refletindo sobre os caminhos que percorreram para chegar ali e, principalmente, os obstáculos sociais enfrentados. Para isso, ativemo-nos aos conceitos ligados à etnografia e às questões culturais.

A primeira oferece uma possibilidade de olhar o mundo, o outro sujeito e seu espaço de vivência, buscando significar suas formas de socialização. A etnografia é, assim, uma metodologia de distanciamento, de distanciar-se das regras, das visões de mundo e das atitudes legitimadas pela sociedade e por suas instituições. Com ela, busca-se gerar registros sobre os valores, hábitos, crenças, práticas e comportamentos, e estabelecer a flexibilidade sobre isso.

Já as questões culturais são imprescindíveis para que o pesquisador mergulhe em determinada cultura para dela construir aprendizagem, valorizando-a em todos os seus pormenores. Cultura, aqui, pode ser entendida da seguinte forma:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p. 4).

Desse modo, o espaço de viver dos sujeitos diz e responde muito sobre eles, sob o ponto de vista de percebê-los e também de percebermos a nós mesmos enquanto formadores. Assim, as questões culturais ligadas ao estudo etnográfico oferecem-nos elementos para se pensar as fronteiras culturais a partir de um objeto específico: as narrativas orais dos moradores negros da comunidade da Marmelândia/PR transformadas em produção escrita de alunos de uma escola do campo.

Seguindo nessa compreensão, apresentamos, primeiramente, as informações a respeito das fronteiras geográficas, culturais e étnicas da comunidade e da escola e, a seguir, o conjunto de atividades propostas que tiveram como finalidade assessorar os alunos na produção textual, o que denominamos como metodologia usada.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS, CULTURAIS E ÉTNICOS E SUJEITOS DA PESQUISA

É necessário afirmar que o cenário, neste estudo, associa dois espaços: uma escola pública do campo do Sudoeste do Pa-

raná e a comunidade da Marmelândia, os quais descrevemos nas linhas que seguem.

Na escola, há um componente significativo e oculto que merece grande destaque no processo de inserção no espaço cultural ora mencionado. Trata-se dos rituais, das práticas, das relações de poder, das regras e dos procedimentos, dos modos de organizar o espaço e o tempo na escola, dos modos de distribuir os alunos por série/ano em turmas e do implícito nas falas. É sob essas premissas que apresentamos a Escola Estadual do Campo, localizada no distrito de Flor da Serra, no município de Realeza – PR, onde os alunos de diferentes comunidades vêm para estudar. Entre essas comunidades, destaca-se Marmelândia.

O dia letivo começa com o turno matutino – das 7:20 h às 11:20 h – e termina com o vespertino – das 13:00 h às 17:00 h – sendo que os alunos que moram na Marmelândia percorrem 14 km (ida e volta) com o ônibus escolar. Este transporta os alunos que moram nessa comunidade, como também outros das pequenas propriedades do entorno. A escola localiza-se às margens da Rodovia Federal BR-163, que fica próxima à ponte sobre o rio Iguaçu, que limita o Sudoeste do Oeste paranaense.

O espaço físico da escola é composto por quatro salas de aula, uma biblioteca, uma sala de professores, uma sala da pedagoga, uma secretaria, uma sala da direção, uma cozinha, um corredor-refeitório e uma quadra de esportes. Acoplada a ela situa-se a escola do município com Ensino Fundamental do primeiro ciclo. É nesse espaço físico que encontramos a sala de aula do nono ano, o ambiente para receber os alunos, com carteiras, livros, cadernos, multimídias e um quadro branco. Destaca-se aqui um espaço com diferentes sujeitos, configurando saberes plurais.

Nesse espaço, encontramos alunos entre 12 e 14 anos de idade. São pré-adolescentes e adolescentes com vivências em di-

ferentes etnias – 04 dentre os que moram na Marmelândia, declararam-se negros. Suas histórias e realidades são diferentes, mas não menos importantes, embora ainda não compreendidas por todos, pois há algumas falas pejorativas recorrentes por parte dos colegas de turma, entre elas: “só podia ser da Marmelândia” ou “mora na favela da Marmelândia”.

Além desses, há os alunos brancos da turma que estão inseridos na pesquisa. Também uma ex-aluna da escola, que concluiu os estudos no ano de 2018, que é negra, moradora da comunidade, filha de uma das entrevistadas e tia de uma das alunas da turma; também participou outra aluna da segunda série do Ensino Médio, sobrinha da anterior e neta de duas mulheres entrevistadas, negras e moradoras da comunidade; outros dois alunos – que são primos: um do sétimo ano e outro da segunda série do Ensino Médio, netos de um casal negro de moradores; e uma quinta aluna branca da primeira série, que é sobrinha-neta de outro morador. Pode-se notar, assim, que fazem parte da pesquisa, além da turma do nono ano, também outros cinco moradores, que estão na escola ou estiveram nela recentemente, os quais são parentes, vizinhos e convivem uns com os outros: são netos, filhos, pais, avós, tias, primos, vizinhanças de mais de 40 anos, que estão ao mesmo tempo ligados com a escola e com a comunidade na Marmelândia.

Falar da Marmelândia é falar dos próprios alunos. Ela é o espaço onde se agrupam pessoas, a vizinhança do espaço escolar, onde residem os familiares e os amigos de infância. Há indivíduos que moram a vida toda ali. Alguns ainda regulam o tempo pela natureza e pelo plantio dos roçados. Desse modo, entendemos comunidade conforme afirma Bottomore (1996, p. 115): “no mínimo, comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada, que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração.”

Marmelândia, distrito de Realeza, Paraná, é compreendida na sua malha rodoviária: no sentido norte/sul, localiza-se onde está a ponte que limita as regiões Oeste e Sudoeste e por onde passa a Rodovia Estadual PR-182, que liga o município de Flor da Serra do Sul ao entroncamento dos municípios de Planalto, Realeza e Capanema – que também ficam no Sudoeste. A PR-182 entronca-se, posteriormente, com a BR-163, que liga o município de Cascavel, no Paraná, passando por Realeza e São Miguel do Oeste, em Santa Catarina.

Percebemos a Marmelândia na sua geografia. Ela é ribeirinha do rio Iguaçu, está à sua margem direita, onde há um alagado formado pela barragem da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu. Essa questão faz-nos perceber esse espaço em seu aspecto agrário, ou seja, alguns têm grandes propriedades de terra e, dentre esses, os donos que não moram e nem trabalham nela, porém o trabalho é, em grande parte, mecanizado ou realizado por funcionários. Trata-se de um espaço em que se cria gado de corte ou se planta, principalmente, a soja e o milho, produtos típicos da região. Há outras poucas plantações, porém, pequenas, de subsistência. Assim evidenciamos a questão agrária: latifúndios, minifúndios e aqueles que não tiveram a oportunidade de comprar terra.

Segundo Gomes (2005), os habitantes mais antigos do local, de ascendência europeia, vieram de Francisco Beltrão, Paraná, no período em que a Colônia Agrícola General Osório (CANGO) distribuía terras para pessoas que chegavam ali oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no final da década de 1950.

No entanto, observamos que há também moradores que se declaram negros, dos quais não existem registros de como chegaram naquele lugar, nem sobre a origem dos mesmos ou ainda sobre o tempo de chegada – o que deixa claras as marcas de silenciamento histórico a respeito desse grupo de pessoas. Também não

há registros sobre as mudanças ocorridas no espaço de vivência e na vida deles, nem quanto aos aspectos ligados à acessibilidade, à infraestrutura, à escolaridade, às diferenciações sociais, econômicas, políticas e religiosas. Assim, percebemos a importância de verificar como essas questões relacionadas à etnia negra são repassadas por meio da tradição oral para as gerações posteriores que nasceram e vivem nesse espaço.

Os alunos, para estudar, deslocam-se da Marmelândia para outro distrito chamado Flor da Serra, de Realeza, na escola onde acontece esta pesquisa. Na comunidade da Marmelândia, há apenas as ruínas da Escola Municipal Helena Kolody, onde muitos dos moradores mais antigos estudaram. Devido à diminuição populacional associada à construção da ponte sobre o rio Iguaçu e a conseqüente diminuição do fluxo de pessoas e de automóveis por dentro da Marmelândia, muitos dos pequenos comércios locais fecharam suas portas. Tais fatores associados a outras questões econômicas e condições políticas do lugar contribuíram para que a escola fosse desativada.

Marmelândia foi um dos primeiros distritos do município de Realeza e sua história confunde-se com a história do rio Iguaçu. Antes da ponte, sua travessia era feita por caiaques e pela balsa. Na comunidade, havia hospital, posto de gasolina, cartório, hotel, escola e delegacia de polícia localizada na barranca do rio, porém, todos esses recursos estão hoje no distrito de Flor da Serra, ou foram fechados.

Conforme relatos orais dos moradores negros, a fauna foi, em outros tempos, rica em animais: lagartos, pássaros, nambus, tatus, onças viviam ali em grande quantidade. As capivaras eram caçadas à noite, à espingarda. Os peixes do rio Iguaçu abundavam em suas mesas, pois outrora os moradores eram caçadores e pescadores. Tais práticas atualmente deixaram de existir.

Na atualidade, a comunidade da Marmelândia é formada por aproximadamente 80 famílias. Cinco dessas fizeram parte da pesquisa, pois são aquelas que têm filhos, netos e sobrinhos que estudam na escola do campo, que se autodeclararam negros e que gostariam de participar do projeto. A sua constituição histórica tem suas especificidades territoriais que apontam as particularidades das mudanças ocorridas na sua existência, tanto estruturais quanto de políticas públicas, como o asfaltamento da PR-182 e a sua duplicação que por ora se constrói; o surgimento da ponte do rio Iguaçu e a Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, fatores que interferem diretamente na definição das formas de viver da população local, seu espaço, suas estratégias econômicas, seu acesso ao sistema educacional e também a diversidade étnica e cultural existente no local.

Além da descrição acima, procuramos informações sobre a comunidade da Marmelândia no Plano Político Pedagógico (PPP-2010) do Colégio Estadual do Campo de Flor da Serra, o qual descreve a comunidade escolar de uma forma genérica, com informações que se referem a todos os alunos de forma igual. Não há nada que especifique a formação étnica, como se pode observar no trecho abaixo.

Descendente de família de nível socioeconômico baixo e médio baixo, a maioria filhos de pequenos agricultores, sendo muitos agregados. Grande parte dos pais não possui escolaridade superior às séries iniciais e alguns analfabetos. A maioria das famílias dos alunos têm trabalho temporário, alguns no campo e outros na informalidade. (PARANÁ, 2010, p. 15).

Além disso, alguns vivem do pequeno comércio local de produtos coloniais e artesanato às margens da BR-163 e também da

fabricação de produtos derivados de suínos. Os participantes da pesquisa, como já destacado acima, foram os moradores negros da Marmelândia e os alunos do nono ano de uma Escola Pública do Campo do Ensino Fundamental. A seguir, a partir das informações relatadas nessa subseção, destacamos a metodologia e um recorte do *corpus* de análise da pesquisa.

METODOLOGIA E CORPUS DE ANÁLISE

Primeiro, os alunos realizaram entrevistas abertas com os moradores da comunidade da Marmelândia/PR e, com base nos apontamentos escritos em diário de campo¹, produziram a escrita das memórias literárias; no intuito de obter o *corpus* de análise do presente capítulo, que são as produções textuais de 12 alunos do nono ano do Ensino Fundamental, turma onde um de nós é professor. Eles foram convidados a escreverem de acordo com a comanda de produção abaixo:

Escreva um texto do gênero memórias literárias. Para isso, retome as informações recolhidas durante a entrevista e selecione as histórias que mais possam dar visibilidade aos moradores negros da Marmelândia. As produções serão lidas para os demais da escola e da comunidade.
--

Assim, os alunos fizeram a primeira versão a qual compreendemos que se tratava de um rascunho. A seguir, foram provocados a fazerem a releitura e a revisão do texto, alterando a escrita daquilo que julgassem necessário. Sugerimos que houvesse um colega leitor para contribuir no aperfeiçoamento da produção escrita e, em seguida, entregaram os textos para que pudéssemos colaborar com as orientações para a reescrita textual.

¹ Trata-se de um instrumento de estudo onde foram postados, pelos alunos, os relatos orais, as falas, as descrições e as observações realizadas durante a inserção no interior da comunidade.

Em horário da hora-atividade, fizemos a correção textual-interativa, que consistiu em comentários escritos logo após a produção dos alunos – em forma de pequenos bilhetes – para sugerir apontamentos, de forma colaborativa, acerca do trabalho feito por eles. No momento da reescrita das memórias literárias, os alunos tiveram a possibilidade de dialogar com o próprio texto e, assim, perceber o que, anteriormente, não tinham percebido, na intenção de melhorá-lo. Dessa forma, fizeram a inclusão e/ou exclusão de determinados enunciados, refletiram sobre e aprimoraram o que produziram.

Na sequência, os alunos passaram o texto a limpo e entregaram novamente para nova revisão. Assim, realizamos a segunda colaboração por meio de novos bilhetes interativos. Após isso, eles retomaram o texto, reescreveram e digitalizaram no suporte para a sua circulação que se deu na prática social final na comunidade da Marmelândia, momento de reencontro com os moradores negros que haviam oralizado as memórias sobre as suas vidas na comunidade.

ANÁLISE DO CORPUS

As narrativas orais dos moradores da Marmelândia, recontadas pelos alunos a partir do gênero discursivo memórias literárias, ajudam na ressignificação de um tempo passado, revivido pelas memórias e filtrado pelo olhar do presente, em que prevalece o racismo institucional², caracterizado pela ausência de políticas

² A definição de racismo institucional usada neste capítulo é retirada do Programa de Combate ao Racismo Institucional, proposto no país no ano de 2005: o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em

públicas que mitiguem as consequências de uma organização que agrava as desigualdades sociais.

Embora esses moradores afirmem estar na comunidade há muitos anos, eles permanecem em situação de pobreza em território rico e fértil, em decorrência de políticas de colonização das terras. Essa realidade imposta a eles e a seus descendentes é manifesta com veemência nas suas narrativas, sobre as quais passamos a refletir pelo viés das produções literárias dos alunos do nono ano.

É evidenciado que os moradores se identificam como nortistas. Eles consideram que, depois de São Paulo, existem apenas nortistas, não nortistas e nordestinos. A região onde moram é limítrofe entre o Sudoeste e Oeste paranaense. Ali chegaram pelo Norte do Estado vindos das regiões Sudeste e Nordeste do país, que eles identificam, genericamente, como Norte, daí a denominação “nortistas”. Tal situação é exemplificada pelo excerto que segue da narrativa literária de Luana Eliza Pereira, intitulada “O Estradeiro”:

Eu saí de Feira de Santana, na Bahia em 1958, em um pau-de-arara, junto com outros jovens negros, que estavam só com a roupa do corpo, um deles era o meu primo. Eu nunca mais os vi. E parei em Terra Roxa, no Norte do Paraná. Quem passa do Estado de São Paulo para lá são todos nortistas. Morei em Cascavel, em Toledo, Paraguai e em outros lugares: não tinha nada, tinha que andar.

No Sudoeste do Paraná, evidencia-se a chegada de muitos grupos étnicos e a existência de experiências culturais na região

qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-o-ato-silencioso-que-distingue-as-racas/?gclid=EAIaIQobChMI14inypaT6gIVxLGRCh3lYwgPEAAAYASAAEgIMffD_BwE>. Acesso em 19 de jul. 2021.

calçada nos saberes dos índios e caboclos que aqui residiam. No entanto, conforme afirma Langer (2010), as relações étnico-raciais, aqui, como de resto, no país, sempre foram marcadas por discriminações e distinções entre etnias. No Sudoeste, por muito tempo, prevaleceram dois tipos de discurso: aquele que enaltece a miscigenação e, com isso, esconde as contradições raciais na região e camufla a violência sexual contra nativos e escravos que desencadeou tal processo; e aquele que silencia determinados grupos étnicos e constrói um discurso ufanista em relação ao outro, o colono, o decente.

Também, há referência aos sujeitos brancos oriundos da região Sul do país, os quais migraram de forma intensa “entre 1952 e 1955, atingindo 30 a 40 mudanças por dia. A radical mudança na região se fazia perceber pela linguagem, pelos novos costumes, casas comerciais e igrejas. O peso cultural e étnico de italianos e alemães era esmagador.” (MARSCHNER, 2010, p. 186). Esses se tornaram proprietários da terra, como está escrito no excerto da narrativa literária de Luana Eliza Pereira, intitulada “O Estradeiro”:

Eu era estradeiro, fui trabalhar de agregado, quando eu tinha três cabeças de gado fui mandado embora, porque o patrão, que era um homem branco e dono da terra, falou: “você tá ficando mais rico do que eu”.

O trecho acima apresenta as questões sobre o território, mostrando que, dentro desse espaço, presencia-se o contraditório e o conflituoso: aquele que, efetivamente, é o dono da terra e aquele que se estabelece nela. Os que se estabeleceram buscavam, assim como os donos, construir ali um local de vivência, de pertencimento, inserindo no espaço suas formas de produção e modos de vida. Entretanto, as adversidades foram infinitamente maiores

que as enfrentadas pelos colonos, principalmente por causa da discriminação racial e geográfica. Vejamos tal situação no excerto da narrativa literária de Amanda Silveira, intitulada “Sempre ficávamos por último”:

Negro nenhum tinha chance na época, pois todos eram pobres e isso vinha passando de geração, pois os brancos sempre foram os donos das terras e os negros, os empregados, que trabalhavam muito, mas mal ganhavam para poder se sustentar.

Na Marmelândia daquele contexto, como vimos acima, mesmo com as dificuldades que os negros tinham para acessar a terra, eles ali permaneceram ocupando posições subalternas, mal remuneradas, no setor de subsistência, nas quais prevalecem a ausência de proteção previdenciária e desrespeito aos direitos trabalhistas – em uma situação análoga à da escravidão. Foi mantida a lógica da exclusão estrutural, o que pode ser percebido na seguinte citação:

A população negra permaneceu marginalizada e com o acesso ao trabalho distribuído de forma desigual, cabendo a esse segmento, na maior parte das vezes, a ocupação de posições subalternas. Tem-se uma construção do racismo de forma histórica e o Estado contribui para a manutenção das iniquidades quando não institui políticas públicas que promovam a equidade, reconhecendo as diferentes especificidades étnico-raciais. (CARONE; BENTO, 2002, p. 3).

Outro extrato, destacado abaixo, apresenta o deslocamento pelo território, a violência na região e a figura do “posseiro”, que chegava ao Sudoeste paranaense e fixava-se em um pedaço de

terra. Tais eventos podem ser lidos na narrativa literária de Daiana Oliveira da Silva, intitulada “Recordação de Marmelândia”:

Vinham para Marmelândia, porque era muito fácil de conseguir um pedaço de terra, comprava a preço de nada, não era o valor igual a hoje. Havia um mestre neste lugar. Eles iam até ele, falava e ele fazia uma marcação de 20 ou 30 alqueires de terra e comprava. Ele mandava uma carta para nós, depois fazia os documentos.

Tinha que ter coragem para fazer isso, porque tinha muita briga, muita morte e muitos morreram por causa das divisas da terra. Era o pai e o irmão mais velho, eles eram os que faziam a frente.

Além dos elementos elencados nos fragmentos acima – de disputa desigual e violenta pela posse da terra, também se destacaram nas produções de memórias literárias as condições de opressão da mulher nesse território permeado de violência, onde, muitas vezes, o sexo feminino, tratado como objeto, era subjugado e explorado por uma cultura patriarcal, machista. Como no texto “Sempre ficávamos por último”, escrito por Amanda Silveira:

A Cida falou sobre as mulheres negras. Disse: eu sô negra com índio e francês e contou que tinha um índio... um bugre, que matou a mulher grávida nos dias de ter o filho à machadada. De noite, se escutava os gritos dela. De manhã, ela escutou o sino bater anunciando o assassinato da índia. O índio ficou morando com as outras duas filhas e um filho, crianças ainda, neles ele batia também. Depois essas duas indiazinhas foram dadas para um casal, naquela época que vendia os órgãos, mais quando estavam passando a ponte, a polícia pegou. A mais velha se casou e passava pela mesma coisa que a

mãe e fugiu de casa com outro homem, tempos depois ela veio me visitar. E a outra nunca mais fiquei sabendo.

É também no texto de Amanda Silveira que a questão do racismo é destacada mediante a elaboração dos relatos das vivências dos moradores da Marmelândia. Em uma situação de segregação pautada essencialmente pela cor da pele, os negros eram obrigados a afastarem-se da convivência com os brancos, inclusive e principalmente no ambiente escolar, como Silveira destaca abaixo:

A moradora Cida disse que tinha uns quantos colegas negros, mas era apartado. Os brancos brincavam entre eles no recreio e os negros no outro lado. E eles dividiam a merenda. Ela levava pão de milho e ovo de anu cozido.

Às manifestações claras de racismo somavam-se, ainda, os castigos físicos impostos na escola, que traziam ainda mais sofrimento à vida dos moradores negros da comunidade, cuja perspectiva de melhorar suas condições de vida pela educação tornava-se quase nula:

A maioria dos meus colegas eram negros como eu. Lembro-me dos castigos até como eram: grão de milho e vara, depois veio as tampinhas de garrafas, que ficavam viradas para cima, que chega a cortar, mas quando a professora se distraía, nós virávamos ela para baixo para não doer tanto. (SILVEIRA, 2020).

A partir dessas reminiscências resgatadas pelo contato frutífero com a comunidade da Marmelândia e a consequente produção de memórias literárias é que se coloca como fundamental

o pensamento de Paulo Freire a respeito da emancipação pela educação. Nesta, mais do que um receptáculo passivo das informações, o aluno precisa transformar-se em sujeito do aprendizado, desnaturalizando situações de opressão e de discriminação com vistas à construção de perspectivas outras, de pensamento crítico e de combate às desigualdades.

Diante dos fragmentos apontados, retirados das produções escritas do gênero memórias literárias, é possível percebermos um panorama da Pluralidade cultural sob a ótica dos alunos do nono ano envolvidos na pesquisa. Tais relatos mostram pontos comuns do racismo institucionalizado na comunidade da Marmelândia, evidenciado pelas fortes relações de poder impostas por aqueles que detêm o título de propriedade da terra, ou seja, os migrantes oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No elo mais fraco, encontram-se os peões e agregados da terra, ou seja, os sujeitos negros vindos do Norte e Nordeste do país. Como se nota, Marmelândia é uma comunidade culturalmente plural, cujo espaço territorial abriga grandes contradições no que se refere à formação identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero memórias literárias reúne, em sua gênese, o ato de tecer fios de lembranças através de palavras, perpetuando a palavra da comunidade na figura dos moradores locais como prova contundente das práticas sociais de linguagem. Considerando que este estudo caminha paralelamente com as questões relacionadas aos movimentos de reconhecimento das Pluralidades Culturais, torna-se, por isso mesmo, de grande relevância para os colégios públicos do campo deste país.

Como se nota nos excertos dos alunos apresentados neste capítulo, nas histórias dos negros transbordam preconceitos – implícitos ou explícitos – que constantemente os inferioriza. São evidenciados nos discursos a minimização e um flagrante “desmerecimento” desses sujeitos ainda hoje facilmente identificado na paisagem cultural do campo do Sudoeste do Paraná. Entretanto, compreender as questões de alteridade e respeito às Pluralidades Culturais são requisitos basilares para uma convivência democrática na escola e na sociedade.

Ficou evidenciado, dessa maneira, ao analisar os excertos dos alunos, que há na Marmelândia, de um lado, o racismo estrutural, que favorece a manutenção da sociedade capitalista que vivemos, mantendo os sujeitos negros na mesma ocupação subalterna de exploração, pois não houve igualdade de oportunidades. E, por outro lado, eles fazem resistência a isso por meio de suas histórias de vida e cultura.

Dessa forma, acreditamos que propor metodologias de ensino e aprendizagem junto aos alunos do nono ano do colégio de campo, por meio da produção escrita de memórias literárias, as quais partiram das oralidades de moradores de comunidade, possa favorecer a compreensão das Pluralidades Culturais e de Fronteira Geográfica e Étnica que é um pré-requisito para a construção de uma sociedade democrática, humanizada e múltipla, que possa articular, em seu meio, diversas políticas de valorização da vivência desses grupos. O estudo, neste sentido, justifica a necessidade da abordagem de tal temática por meio da produção de memórias literárias e da denúncia ao racismo institucional como elementos imprescindíveis de estudo em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BAKTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Organizadoras) Branqueamento e Branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. GEDOZ, Sueli. A Leitura do gênero discursivo memórias literárias a partir de um olhar bakhtiniano. *Revista Signus*. N.13/2. Londrina, 2010, pp. 253-273.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERALDI, J.W. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GOMES, Iria Zanoni. 1957: *A Revolta dos Posseiros* - Curitiba: Editora Criar, 2005.

LANGER, Protasio Paulo. Conhecimento de Desenvolvimento e Encobrimento: o discurso historiográfico sobre a Colonização euro-brasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.11, n.3, p. 71-93, 2010.

MARSCHNER. Walter Roberto Colonização e Imaginário. In: MARSCHNER. Walter Roberto; LANGER, Protasio Paulo; Marques Sônia maria dos Santos (Org.) *Sudoeste do Paraná: ocupação territorial e diversidade étnica*. Dourados. MS: Editora da UFGD, 2010.

PARANÁ. Plano Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Flor da Serra. SEED/PR, 2010.

PEREIRA, Luana Eliza. *Diário de Campo: O Estradeiro*. Realeza-PR – distrito de Marmelândia, 2019.

RUIZ, Eliana Donaio. *Como corrigir redações na escola: uma proposta textual-interativa*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Daiana Oliveira da. *Diário de Campo: Recordações de Marmelândia*. Realeza-PR – distrito de Marmelândia, 2019.

SILVEIRA, Amanda. *Diário de Campo: Sempre ficávamos por último*. Realeza-PR – distrito de Marmelândia, 2019.

XI

NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA, HISTÓRIAS DE UM RIO E DUAS POVOAÇÕES:

*apontamentos a partir da obra Amor a la tierra,
de Antonia Arrechea*

ANTONIO MARCOS MYSKIW

Iniciamos este texto narrando a história de como soubemos da existência do romance *Amor a la tierra*, de Antonia Arrechea. No decorrer das primeiras semanas de janeiro de 2021, dedicávamo-nos a finalizar um capítulo de livro que abordava alguns aspectos da vida de Pedro Santin, que, durante a revolta camponesa ocorrida entre agosto e outubro de 1957 no Sudoeste do Paraná, deu grande contribuição junto aos colonos posseiros para mover resistência e enfrentamento aos jagunços das empresas colonizadoras que praticavam diversas atrocidades com requintes de crueldade às plantações dos colonos, aos animais e aos colonos posseiros. Faltava-nos informações sobre os acontecimentos ocorridos em Santo Antônio do Sudoeste e, em função disso, realizamos uma busca no portal de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Como resultado da pesquisa, surgiram à tela do computador várias dissertações

e teses. Por conhecer a história da revolta de 1957 e sua produção historiográfica, uma dissertação defendida em 2004 junto ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) chamou nossa atenção por não ser conhecida ou mesmo citada por outros pesquisadores. Tratava-se de *O imaginário da fronteira: Santo Antonio/San Antonio*, elaborado por Guilherme Blick (BLICK,2004).

Ao percorrer rapidamente o sumário da dissertação, nasceu uma pergunta: como esta pesquisa acadêmica ficou ausente, esquecida, inacessível aos pesquisadores por tanto tempo? Tínhamos uma suspeita. Por meio da Portaria nº 13 (de 12/02/2006), a Capes exigiu dos programas de pós-graduação reconhecidos no Brasil a instalação e manutenção de uma biblioteca digital de acesso público gratuito de suas teses e das dissertações defendidas a partir de março de 2006. A referida portaria não exigiu, naquele momento, a disponibilização de todo o acervo de dissertações e teses dos programas de pós-graduação tendo em vista a necessidade de digitalização. Essa disponibilização foi realizada pelo setor de bibliotecas das universidades e secretarias dos programas de pós-graduação. A UFSC possui programas de pós-graduação que remetem à década de 1970, que é o caso do mestrado em Literatura e o mestrado em História, cuja obrigatoriedade dos discentes era entregar cópia física a ser depositada na biblioteca do programa de pós-graduação ou na biblioteca central. Pela idade e trajetória dos referidos programas de pós-graduação, imaginamos o volume do acervo de dissertações e teses existentes nas prateleiras que, aos poucos, foram digitalizadas e disponibilizadas para acesso gratuito a outros pesquisadores. Em virtude disso, tardiamente, os escritos de Guilherme Blick foram tornados acessíveis em formato digital.

Guilherme Blick escreveu a dissertação com o propósito de refletir sobre as representações imaginárias da fronteira Brasil/Argentina tendo a literatura como aporte documental. O romance *Amor a la tierra* foi apreciado no primeiro capítulo com o intuito de apontar como a fronteira foi narrada, romantizada e imaginada por Antonia Arrechea ao escrever uma obra cujo cenário histórico e geográfico era a fronteira Brasil/Argentina, mais precisamente, as povoações de Santo Antônio do Sudoeste e San Antonio. Guilherme Blick detalhou que, mesmo ele sendo um fronteiriço e ter vivido por longo tempo em Santo Antônio do Sudoeste, também desconhecia a existência do romance *Amor a la tierra*:

Eu tomei conhecimento, através de uma senhora que vive em San Antonio. Os santoantonienses, em sua maioria, nem sabem que há um livro que fala de sua terra e foi escrito em espanhol, por uma pessoa que nasceu em chão brasileiro. (BLICK, 2004, p. 18).

Blick não informou como ele teve acesso ao exemplar do romance. Teria sido pela senhora de San Antonio? Teria localizado exemplar na biblioteca da escola de San Antonio?

O texto produzido por Guilherme Blick na dissertação de mestrado despertou nossa curiosidade e o desejo de ler *Amor a la tierra*. Realizamos pesquisas em vários portais de busca na *internet* e não encontramos exemplar a ser comercializado ou disponível para empréstimo em bibliotecas públicas brasileiras. Resolvemos entrar em contato com Guilherme Blick com o objetivo de solicitar a ele cópia física ou digital do romance. Mas, ao rastrear seu nome no *Google*, descobrimos que ele faleceu em 2007 e, em sua homenagem, o poder público municipal da época outorgou o nome de Guilherme a uma escola de ensino fundamental

municipal de Santo Antônio do Sudoeste. Recorremos, então, ao amigo e historiador Alberto Daniel Alcaraz, docente da Universidade de Misiones (UNaM), para que verificasse nas prateleiras da biblioteca da Universidade ou da Biblioteca Pública de Posadas se existiam exemplares do livro produzido por *Antonia Arrechea*. Alberto Alcaraz, que estuda e pesquisa a história da Província de Misiones entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX (com ênfase no período do extrativismo de erva-mate e madeira na bacia do rio Paraná), também não conhecia o romance, mas havia estudado a trajetória histórica e social da família Arrechea em Posadas. Poucos dias depois, Alberto Alcaraz localizou um exemplar da obra com um dos filhos de Antonia Arrechea e, a nosso pedido, escaneou e enviou para nós.

Amor a la tierra ficou armazenado na área de trabalho do computador por algumas semanas tendo em vista a necessidade de terminar o capítulo de livro sobre Pedro Santin. Em fins de janeiro de 2021, realizamos a impressão da obra de Antonia Arrechea, cuja leitura ocorreu em dois dias, com esparsas anotações ao longo das páginas, notadamente, de personagens, acontecimentos históricos e expressões que nos chamavam a atenção. Foi após o término da leitura do romance que iniciamos a pesquisa sobre Antonia Arrechea e o contexto da produção do livro. Guilherme Blick, que discorreu sobre a obra, extraiu informações sobre a autora a partir dos dados existentes nas páginas iniciais do livro, mencionando-a da seguinte maneira:

Antonia Arrechea, filha do pioneiro [Alfonso Arrechea], nasceu em chão brasileiro e cresceu em terras argentinas. Essa dupla nacionalidade criou amor pela região, o que aparece em seu livro *Amor a la tierra*, escrito em língua espanhola. A autora, como foi educada na Argentina, no momento em

que foi exercer o cargo de professora teve que optar pela cidadania argentina, o que lhe causou sofrimento, pois também sentia amor pela terra em que nascera. (BLICK, 2004, p. 18).

Com os familiares de Antonia Arrechea, residentes em Posadas, estabelecemos alguns contatos via redes sociais, mas não obtivemos informações sobre Antonia e o contexto em que a obra foi escrita e publicada; os reais motivos da escrita da obra; a recepção da obra pelos leitores; e, se a editora sugeriu modificações ao texto original. Estas são informações preciosas para compreender o tempo de produção, edição, publicação do romance e, ao mesmo tempo, das experiências vivenciadas pela professora que se tornou escritora. Sem tais informações, a análise do romance fica prejudicada, mas não nos impossibilita realizar um exercício reflexivo sobre a história de duas cidades em formação na fronteira Brasil/Argentina.

Ao terminar a leitura do romance, percebemos que Antonia Arrechea construiu a espinha dorsal, o eixo narrativo do livro a partir da história de vida de seu pai, Alfonso Arrechea e, em segundo plano, dela própria, em terras brasileiras e argentinas. Não toda a história de vida de ambos, mas a fina escolha de determinados acontecimentos históricos modificados ao sabor da criação literária para, intencionalmente, edificar uma determinada memória da família Arrechea na fronteira. E, nesta mesma toada, fazer crer aos leitores que esta narrativa, ainda que na forma de romance, traduzir-se-ia na história de duas povoações fronteiriças e, por meio destas escolhas, promoveu o silenciamento, o apagamento e ocultamento de outras tantas histórias reais ocorridas às margens do rio Santo Antônio, que materializa a fronteira Brasil/Argentina.

Para compreender com maior profundidade a obra *Amor a la tierra*, entendemos ser necessário historiar (ainda que de forma

breve e centrada na família Arrechea) sobre os processos de exploração de erva-mate nativa em território argentino e brasileiro por empresas ervateiras da região de Posadas ao longo da bacia do rio Paraná e seus afluentes, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A FAMÍLIA ARRECHEA

E OS EMPREENDIMENTOS ERVATEIROS NA FRONTEIRA

Alberto Daniel Alcaraz ao estudar as origens da província de Misiones apontou que, no decorrer da Guerra do Paraguai (1864/70), as guarnições militares argentinas que estavam na frente de combate necessitavam de material bélico, animais de carga, couros e carnes (charque) para manutenção e alimentação das tropas. Entre os fornecedores de animais e carnes para as empresas que possuíam contratos com os militares argentinos (e que às vezes negociavam diretamente com os militares argentinos, uruguaios e brasileiros) estava o vivandeiro (comerciante) uruaio Alfonso Arrechea Gomez II (1846-1887), que após o término da guerra com o Paraguai e ter economizado algum dinheiro, fixou morada nas Trincheiras de San José, ajudando a formar um núcleo populacional na margem direita do rio Paraná. Alguns anos depois, essa povoação foi denominada de Posadas. Alfonso Arrechea II, a exemplo de outros vivandeiros e militares, passou a destinar atenção ao comércio e exploração de erva-mate nativa ao contrair sociedade com os irmãos Juan e Francisco Giocoechea (que possuíam embarcações fluviais de cargas utilizadas para percorrer o rio Paraná, acima e abaixo) (ALCARAZ, 2018, p. 48-54).

Alfonso Arrechea II faleceu em 1887. Neste tempo, ele era considerado um membro da elite local e, além de ervateiro, era

proprietário de uma casa de comércio (vivenda) entre as ruas Azara e San Martín, em Posadas. Da união entre Alfonso Arrechea II com a brasileira Amélia Cavaleiro Rosado (1851-?) nasceram 6 filhos¹², que deram continuidade às atividades empresariais e comerciais iniciadas pelo pai. Alfonso Arrechea II, assim como outros tantos homens que compuseram a primeira geração de ervateiros de Misiones, não tiveram acesso à propriedade jurídica da terra, pois naquele tempo as terras pertenciam às províncias argentinas. Para extrair erva-mate e madeira das terras situadas na margem esquerda do rio Paraná, era necessário ter um documento de autorização (ou concessão) expedido pelo governo argentino, que “daban de algún modo el marco de legitimidad jurídica para que las comitivas se adentrasen a un espacio que se abría al intercambio entre las sociedades nacionales”, aponta Alberto Alcaraz (2018, p. 55).

Alfonso Arrechea Caballero III (1879-1943), quarto filho de Alfonso Arrechea II, ainda jovem decidiu deixar a vivenda de Posadas aos cuidados dos irmãos e irmãs e lançou-se à atividade ervateira na fronteira com o Brasil. Alfonso Arrechea III, no romance *Amor a la tierra*, é o personagem “Antonio”. Em determinado momento da narrativa entre Amélia e sua mãe (Doña Luisa), Antonio já havia se tornado noivo da personagem Amélia (que, na vida real, foi Antonia Amores Pavon) e estava por iniciar uma expedição à localidade “Tabay” onde pretendia adquirir uma concessão de terras para explorar erva-mate e madeira:

¹ Na árvore genealógica elaborada por Alfonso Arrechea (sobrinho de Antonia Arrechea), advogado e residente em Posadas, consta que a oficialização do casamento entre Alfonso Arrechea III e Amélia Cavaleiro Rosado ocorreu em 1875, mas já viviam junto desde 1869 quando nasceu o primeiro filho, Manuel Alejandro Fidel de Arrechea Caballero. Os demais filhos, por ordem de nascimento são: Juan de Arrechea Caballero, Mariana de Arrechea Caballero, Alfonso de Arrechea Caballero III, Celina de Arrechea Caballero e Eduardo de Arrechea Caballero. Cf. <https://www.geni.com/people/Alfonso-de-Arrechea-Gomez-II/6000000016577617133?through=6000000002860039531>.

La tosesita de doña Luisa indica que es hora de despedirse. El muchacho retiene entre las suyas mas suaves manos femeninas, y se despide:

- ¡Hasta pronto, Amelia!

Antonio se desprende de las manos de la novia.

Amelia, me entristece dejarte...

A mí también, Antonio. ¡Tengo unos deseos de partir contigo!

Hasta muy pronto, mi vida.

Hasta muy pronto Antonio, no dejes de escribirme.

La silueta del muchacho se pierde en la oscuridad de la noche...

Los días que siguieron fueron de incertidumbre para la niña.

Mamá. ¿Por qué Antonio habrá dejado el puesto de subcomisario para dedicarse al comercio?

¡Hija! Un hombre tiene que tratar de progresar.

Pero por lo menos estaríamos juntos - ¿Por qué se habrá ido a trabajar al monte?

¿No era suficiente con la casa de comercio de la que es socio?

Pero hija, la yerba y la madera son parte del trabajo que ellos piensan realizar y una mujer juiciosa no debe impedir que el marido trate de superarse. (ARRECHEA, 1953, p. 20).

A localidade de “Tabay” tinha esse nome em função do arroio Tabay, que deságua no rio Paraná, em território argentino. Nas margens do arroio Tabay foram fundados vários portos, dentre eles o “Puerto Tabay Arrechea”, com a finalidade de facilitar o transporte e a comercialização da erva-mate extraída das florestas de Misiones. A área de exploração dos ervais nativos de Alfonso Arrechea III ficava a poucas horas de navegação fluvial de Posadas, em uma região denominada de “Altas Misiones” (NIKLISSON, 1914, p. 38)².

² NIKLISSON, J. (1914) *Informe sobre las condiciones de trabajo en el Alto Paraná*. Boletín

Na árvore genealógica de Alfonso Arrechea III e Antonia Amores Pavon (1882-1918)³ consta que o casamento foi celebrado na cidade de Posadas, em 10 de dezembro de 1903. No romance *Amor a la tierra*, o referido casamento foi narrado por Antonia Arrechea no subcapítulo “La Boda”. Nas semanas seguintes ao casamento, narra Antonia Arrechea, Antonio e uma extensa comitiva de homens e animais de carga contendo mantimentos deslocaram-se ao Puerto Tabay Arrechea e, em seguida, partiram rumo às florestas de ervais que haviam adquirido concessão, deixando sua esposa Amélia na Colônia de Santa Ana.

Al promediar la tarde, Antonio está llegando a destino. Sus primos, que le esperan ya en la administración, lo hacen objeto de sus bromas:

¿Así que el recién casado tuvo que dejar el nido?

Qué le vamos a hacer; el que no trabaja, no vive.

Esa noche, un sinnúmero de recuerdos desfilan por su mente hasta que, rendido por las fadigas del viaje, termina por quedarse dormido.

De madrugada, se levanta a tomar mate, junto al fogón, en compañía de sus primos.

¿Le dijiste a Pacheco que haga ordenar los ‘barbacuás’?

Todo está en orden. La leña esta cortada y los ‘barbacuás’, en perfectas condiciones – contesta Raúl.

¿Han venido muchos ‘mensualeros’?

Como de costumbre, y ya unos están reparando los ranchos y otros talando árboles en el monte.

Y como confirmación a sus palabras comienza a oírse el unísono golpeteo de las hachas que parecieron cantar victoriosas mientras ayudan al Hombre en su tarea de derribar los gigantes de la selva.

del departamento Nacional del Trabajo N° 26. Buenos Aires. Ministerio del Interior.

³ <https://www.geni.com/people/Antonia-Amores-Pavon/6000000002860039536?through=6000000002860039531#/tab/timeline>.

Todos los días se ve desfilar gran número de ‘mensús’. Llegan de Posadas con sus ponchillos al hombro y filosos los machetes en la cintura. Terminado el mate Antonio sale con Pacheco, el capataz, a recorrer el obraje. (ARRECHEA, 1953, p. 26-27).

Os “mensús” eram os trabalhadores dos ervais, contratados por temporadas para realizar os serviços de desgalhamento das árvores nativas de erva-mate e o transporte até os barbaquás, onde eram cancheadas (sapeçadas), ensacadas e transportadas até o Porto Pampa Tabay para comercialização. Esses trabalhadores, em sua maioria, eram pobres e de origem paraguaia (com traços étnicos dos indígenas guaranis). Em número reduzido haviam trabalhadores argentinos, brasileiros e imigrantes europeus. “Obraje” (ou obrage) é o termo utilizado para designar a empresa que fazia uso de trabalho braçal dos mensús. “Capataz” era o administrador da obraje. Cabia ao capataz coordenar as diferentes frentes de trabalho executados pelos mensús no cotidiano do empreendimento ervateiro. Dentre os ofícios desempenhados pelos mensús estavam: “tareferos”, “volteadores”, “labradores”, “picaderos”, “carpinteros”, “ferreros”, “rozadores”, “pindonceros” e “lenhadores”. O perigo era constante, a começar pelo trabalho braçal na floresta, pois os mensús poderiam ser surpreendidos por queda de árvores e galhos, a presença de animais selvagens e peçonhentos, além dos mosquitos transmissores do “chucho” (febre palustre, malária), que, no romance, levou ao adoecimento de Antonio na obraje de Puerto Tabay Arrechea.

Pouco tempo antes de Alfonso Arrechea III ingressar na atividade ervateira, os empresários ervateiros Pedro Núñez e Lázaro Gibaja (casado com Luisa Arrechea) tinham fundado o “Puerto Esperanza” na margem esquerda do rio Paraná. Originalmente esta área de terras pertencia à família de Álvaro Istueta e foi

arrendada a Núñez y Gibaja para a exploração de erva-mate e madeira (ALCARAZ, 2019). Com o objetivo de melhor coordenar a atividade de extração e transporte de erva-mate da fronteira com o Brasil, os capatazes e mensús da obraje de Núñez y Gibaja construíram um barracão para servir de depósito da erva-mate extraída das florestas pelos mensús. Em torno deste depósito de erva-mate surgiu a povoação de “Barracón”, em território argentino, situado a aproximadamente 120 km de Puerto Esperanza, que eram interligados por picadas.

Em *Amor a la tierra*, Antonia Arrechea narra que Antonio, após ter viajado a Buenos Aires e solicitado ao governo uma concessão de terras na fronteira com o Brasil, teria comprado o Puerto

Esperanza: Una vez en Buenos Aires, Antonio se encuentra con varios amigos, con quienes habla de negocios y decide comprar un puerto en el Alto Paraná y solicitar del gobierno la cesión de tierras en la frontera con el Brasil.

Regresa después de un mes, muy cambiado, y le dice a su suegra:

Doña Luisa, he comprado una casa para que usted viva en ella con mis hijos, ya que ése es su deseo. Bien hijo, pero, ¿qué harás con lo que tienes en Santa Ana?

Dejaré un cuidador o lo alquilaré, ya veremos. Lo que sí está resuelto es que no volveré a “Tabay”, y por eso he comprado Puerto Esperanza.

¿Irás solo? - inquiera Doña Luisa.

No, Raúl me acompañará. Yo espero que los niños no extrañen el cambio – dice Antonio con acento preocupado. (ARRECHEA, 1953, p. 44).

Não conseguimos levantar informações e documentos históricos a respeito da suposta aquisição de Puerto Esperanza por

Alfonso Arrechea III. Suspeitamos que tal acontecimento tenha sido apenas criação da autora do romance para produzir uma situação narrativa com o objetivo de justificar a migração do personagem Antonio para a fronteira Argentina/Brasil.

Tendo chegado em Puerto Esperanza, Antonio, Raúl e outros mensús contratados abriram uma picada rumbo à fronteira com o Brasil. Tal atividade teria sido lenta e, após meses de trabalho, narra Antonia Arrechea,

divisan un día claro en el monte enmarcado por pinos de altura inconmensurable.

-¡Patrón! ¡Son Pinos! - exclama Bernardo asombrado. La mirada azul de Antonio se recrea en el verde de los árboles y con voz emocionada exclama:

Esto parece un país de leyenda. Miren ¡qué variedad de mariposas!, ¡y qué colorido! Las hay azules, blancas, amarillas. ¡Parece que estuviéramos en el Paraíso! [...]

Se acercan a un arroyo, el San Antonio, que marca la divisoria entre el Brasil y la Argentina. (ARRECHEA, 1953, p. 46).

Como apontado anteriormente, as narrativas acima eram estratégicas, pois Antonia Arrechea necessitava criar situações em seu romance para que Antonio migrasse para as margens do rio Santo Antônio, fronteira da Argentina com o Brasil. Antonio e seus companheiros, no romance, teriam sido os primeiros a habitar e explorar os ervais e os centenários pinheiros araucárias que existiam naquelas paragens. A povoação de Barracón, que já existia, não foi mencionada por Antonia Arrechea no romance para dar ênfase ao que viria surgir: as povoações de San Antonio e Santo Antônio, às margens do arroio de mesmo nome.

O romance era um veículo de materialização e perpetuação de determinada memória histórica da família Arrechea, sobretudo

de Alfonso Arrechea III, pai de Antonia Arrechea. A memória de um empresário ervateiro e desbravador de florestas de erva-mate nativa; da imagem de um “Patrón” atencioso, prestativo e amigo dos trabalhadores mensús; da condição de pioneiro na abertura de novas frentes de colonização na fronteira da Argentina com o Brasil. A historiografia argentina e brasileira, que trata da exploração ervateira, madeireira e de colonização na região de fronteira entre os dois países tem apontado que este tempo histórico era extremamente difícil, de trato rude aos trabalhadores mensús chegando à condição de escravidão por dívida e a violência física como prática cotidiana, nos ranchos temporários, nos barracões e nas áreas portuárias. O empresário ervateiro (o “patrón”) junto com o capataz, nas áreas de exploração e colonização, comandavam tudo. Tinham o poder de mando, decidindo quem poderia, ou não, estabelecer moradia, que, por extensão, deveria prestar obediência e serviços diversos em troca de proteção, terras, animais e os laços de sociabilidade.

Apresento, a título de exemplo, alguns trechos de um livro publicado em 1943, que tem por título *El río Oscuro*, de autoria do argentino Alfredo Varela. Por meio desta obra, Alfredo Varela, denunciava, a exemplo dos contos de Horácio Quiroga, a vida miserável dos mensús nos ervais Alto Paraná, em terras argentinas, paraguaias e brasileiras. A citação é longa, mas necessária.

Hasta Posadas solían bajar los cadáveres, boyando. El Paraná traía sem su amplio regazo, que nunca se niega, la terrible carga. Al llegar a la vera de esa loma poblada por rancherío, abandonaba los cuerpos, como desligandose de toda responsabilidad. Él no sabía nada o, como la selva, lo sabía todo, pero callaba. Ahí, em la playa, quedaban los pobres cuerpos de los pobres mensús. A veces estaban desnudos. [...] El espectáculo era demasiado cono-

cido. Y demasiado difícil identificar al muerto. Los muertos del Alto Paraná no tienen apellido ni familia. Y ni siquiera rostro porque los peces hambriento se los han picoteado durante el largo viaje, hasta dejar unas cuencas profundas [...] Los muertos del Alto Paraná no tienen historia. No se sabe nunca fue el heridor, ni por qué. Nadie se preocupa de averiguarlo. Las autoridades, porque tienen miedo de saberlo. Los demás, porque es peligroso. [...] La gente de Posadas sabía. Era un secreto tremendo compartido por todos. Un día, veían partir un barco repleto de mensús. Y luego, algún día o alguna noche, llegaba un cadáver, boyando. Y después otro, y otro más. (VARELA, 1985, p. 21-22).

“La gente de Posadas sabía” e as autoridades tinham medo de investigar. A gente de Posadas era a elite política e empresarial, que lidava diretamente com o comércio de madeira e de erva-mate. A morte, a violência e os trabalhos extenuantes nos ervais eram prática comum, levada a cabo pelos capatazes e pelos “patrones” como resposta às diferentes formas de resistência praticadas pelos mensús nas longínquas florestas que margeavam o rio Paraná e em seus afluentes, em território argentino, paraguaio e brasileiro.

No romance de Antonia Arrechea, o não dizer, o silenciamento e o apagamento das barbáries vividas nas florestas pelos trabalhadores mensús eram necessários para tecer uma história positiva e bem sucedida da família Arrechea na fronteira. Como bem diz Paolo Rossi:

O apagar não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. (ROSSI, 2010, 32).

DOS INDÍCIOS BROTAM HISTÓRIAS VIVIDAS NA FRONTEIRA

Como apontado acima, a narrativa de Antonia Arrechea sobre a chegada de Antonio às margens do rio Santo Antônio detalhava a imensidão dos pinheiros araucárias, dos ervais e a variedade de borboletas coloridas, dando a entender que aquela porção do território fronteiriço nunca tinha sido visitada pelo homem; que eram áreas inexploradas e que, ali, tudo estava por ser feito. Captando indícios como esse (frases, descrições geográficas e acontecimentos históricos), abordaremos nas próximas páginas alguns acontecimentos históricos que ajudam escrever e reescrever a história de San Antonio e Santo Antônio do Sudoeste, com base em diferentes documentos históricos.

Iniciamos com as memórias do militar Domingos Nascimento que, junto a uma comitiva maior, esteve na fronteira Brasil/Argentina em julho de 1903. O caderno de anotações de viagem foi cuidadosamente lapidado pelo militar viajante e publicado no formato de livro (em 1903), que tem por título *Pela Fronteira*. Segue, abaixo algumas passagens a respeito da povoação de Barracón (a algumas léguas de distância de San Antonio):

Meio dia. Uma clareira no meio daquelle sertão cerrado e inhospito. Uma derrubada mais adeante. Subimos à chapada pressurosamente. A esquerda do descampado duas casas de madeira e alguma animação pelos cercados. Era o Barracão. Mais adeante uma sanga profunda orlada de mattas virgens. Era Pepery-Guassú. Para o lado oposto outra derrubada e uma habitação à beira da matta. Era o Brazil. [...] O Barracão não nos pertence; fica sobre a margem direita do Pepery-Guassú, e, portanto, em território argentino. O que nos pertence é o povoado Dionisio Cerqueira, ultimamente fundado do lado esquerdo enfrentando aquelle. (NASCIMENTO, 1903, p. 163).

Em diálogo com a comissão de demarcação dos limites de fronteira, que estava a finalizar a construção dos obeliscos triangulares que serviriam como referência física da linha de fronteira entre Brasil e Argentina, Domingos Nascimento fez referência à existência de outra povoação junto ao rio Santo Antônio a 12 léguas (58 km) de distância de Barracón:

Também do rio América, cujas cabeceiras são ainda mais próximas do Pepery- Guassú que o Santo Antonio, um sr. Lucas Ferreira, segundo informações que tive, tira excellentes hervas suppondo ser aquelle terreno argentino, quando é indiscutivelmente nosso, pois esse grande rio, riquíssimo em hervaes, corre parallelamente ao Santo Antonio, por dentro da nossa fronteira. Dos hervaes do America aos do Barracão distam 12 léguas. (NASCIMENTO, 1903, p. 168).

Lucas Ferreira era um ervateiro paraguaio contratado pelos empresários ervateiros Núñez y Gibaja, em 1902, para extrair as “excellentes hervas” junto ao rio Santo Antônio e, ao mesmo tempo, iniciar uma povoação em território argentino. Na pesquisa de mestrado em história, Lunalva Edméa Bernardi aponta que Lucas Ferreira não estava sozinho. Lucas Ferreira estava com sua família e, junto dela, a família de João Romero (outro ervateiro paraguaio, também contratado pelos ervateiros argentinos) e permaneceram na região por algum tempo; que “D. Lucca tinha um filho, Antonio, e três filhas, Aurora, Dominga e Pranchita, do que se originaram as denominações Santo Antonio e de outros povoados, Linha Aurora, São Domingos e Pranchita” (BERNARDI, 2004, p. 25).

A erva-mate extraída das florestas junto às margens do rio Santo Antônio e no entorno da povoação de San Antonio eram transportadas no lombo de mulas por uma picada rumo ao depósi-

to construído em Barracón e, de lá, seguiam para Puerto Esperanza. Em um mapa produzido por Domingos Nascimento quando de sua estadia na fronteira, além de desenhar os limites de fronteira, os locais em que foram afixados os obeliscos entre as nascentes dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, se destaca outra anotação: os limites de uma vasta floresta de pinheiro araucária que se estendia por 16 léguas da nascente do rio Peperi-Guaçu sentido norte encontrando com a nascente do rio Santo Antônio e, por ele seguindo adiante da povoação de San Antonio. Os “piños” citados no romance de Antonia Arrechea existiam em grande número, sobretudo em território argentino. Domingos Nascimento, porém, nada mencionou a respeito da presença do ervateiro Alfonso Arrechea III, quer em Puerto Esperanza, quer em San Antonio ou Santo Antônio. Possivelmente Alfonso Arrechea III teria chegado algum tempo depois na fronteira e, possivelmente, conheceram os ervateiros paraguaios Lucas Ferreira e João Romero.

Lunalva Edméa Bernardi aponta que Alfonso Arrechea III teria fixado residência na povoação de San Antonio no ano de 1905. Junto com Alfonso Arrechea teriam migrado um de seus irmãos e os cunhados Ernest Faria e Antonio Cordeiro. No entanto, se cruzarmos essa informação com aquelas existentes na árvore genealógica da família Arrechea, verificaremos inconsistências, a começar pelos cunhados. Os nomes dos maridos das irmãs de Alfonso Arrechea III e das irmãs de sua esposa, Antonia Amores Pavon, não são os mesmos. Esses cunhados não teriam sido do segundo casamento de Alfonso Arrechea, tendo em vista que Antonia Pavon faleceu em 1918? Na árvore genealógica de Alfonso Arrechea III, ainda que com escassas datas, consta ter havido o segundo casamento com a brasileira Laureana Andrade na povoação de Barracón. Desta união nasceram dez filhos⁴ e, den-

⁴ Na árvore genealógica de Laureana Andrade e Alfonso Arrechea III constam como

tre eles, Antonia Arrechea de Andrade, autora de *Amor a la tierra*. A ausência de informações sobre o tronco familiar de Laureana Andrade e maior detalhamento sobre os filhos tidos com Alfonso Arrechea III, não permitem afirmar ou negar se Ernest Faria e Antonio Cordeiro eram, de fato, cunhados de Alfonso Arrechea oriundos do segundo casamento.

Até este momento também não conseguimos levantar informações para averiguar se Alfonso Arrechea III teria sido contratado por Núñez y Gibaja para ser o novo administrador da obraje em San Antonio, em substituição a Luca Ferreira e João Romero, ou se ele havia contraído sociedade com Pedro Núñez e Lázaro Gibaja para explorar os ervais e madeiras na fronteira Brasil/Argentina mediante a instalação de uma nova obraje. Maristela Ferrari, em sua tese de doutorado, apresenta outra informação que necessita ser averiguada: que em função da influência política da família Arrechea em Posadas, Alfonso Arrechea teria contraído sociedade com o ervateiro argentino Luis Pastoriza para explorar os ervais e madeiras no Departamento de “General Manuel Belgrano” e instalado uma obraje em San Antonio em 1908 (e não em 1905, como apontou Lunalva Edméa Bernardi). E ainda, que algum tempo depois, Alfonso Arrechea teria se aproximado de outro ervateiro, Manoel Silva Dico, que explorava os ervais em Campo Erê (FERRARI, 2011, p. 142 e 145).

Particularmente, defendemos a tese de que Alfonso Arrechea III se tornou uma espécie de coronel local e, em torno de seus empreendimentos e sua rede de relações transfronteiriças, coordena-

filhos: Eduardo de Arrechea Andrade (nascido em 1924), Antonio de Arrechea Andrade (nascido em 1929), Arturo de Arrechea Andrade, Fidel de Arrechea Andrade, Mariana de Arrechea Andrade, Alfonso de Arrechea Andrade, Ana de Arrechea Andrade, Celina de Arrechea Andrade, Maria de Lourdes de Arrechea Andrade e Antonia de Arrechea Andrade. <https://www.geni.com/people/Laureana-Andrade/6000000029978449799?through=6000000030019181110#/tab/timeline>

nava a extração e transporte de erva-mate na fronteira Brasil/Argentina mantendo relações amistosas com as empresas ervateiras que atuavam em Barracón: com Núñez y Gibaja, para uso do “Puerto Esperanza” e das embarcações fluviais para o transporte da produção ervateira para Posadas; com Luis Pastoriza, por ter articulações com outros ervateiros (dentre eles, Franklin Herrera y Cia., proprietários de “Puerto Segundo”) e ser “conchabador” (contratador) de mensús para as obras ervateiras de Misiones; e Manoel Silva Dico, negociante de erva-mate em Campo Erê e proprietário de barracões/depósitos de erva-mate em Dionísio Cerqueira.

Em diferentes documentos históricos pesquisados sobre as origens de San Antonio e Santo Antônio, parece haver um consenso sobre Alfonso Arrechea III: construiu residência para sua moradia no lado brasileiro da fronteira a pouca distância da povoação de San Antonio, dando origem à povoação de Santo Antônio, ainda que sua obraje tenha sido instalada em território argentino. San Antonio tornou-se, assim como Barracón, num “pouso” (lugar em que os fardos de erva-mate eram armazenados em barracões temporariamente durante a temporada de extração de erva-mate) e cresceu na medida em que novos habitantes e comerciantes passaram a residir no lado argentino da fronteira. Conforme o fluxo de barcos vapores no rio Paraná, os fardos de erva-mate eram transportados até Puerto Esperanza ou Puerto Segundo e dali seguiam com destino a Posadas para a fabricação de tintas, a produção de chá-mate (exportado para outros países) e o mate para o consumo em forma de chimarrão ou tererê. Maristela Ferrari sinaliza que os cargueiros de mula retornavam dos portos carregados de gêneros alimentícios, tais como:

[...] farinha de trigo, fardos de carne de sol ou charque, bebidas, querosene, sabão, azeite, sal, ar-

mas e munição, ferramentas de trabalho, tecidos e outras mercadorias, além de produtos de consumo corrente, de origem argentina, que abasteciam os pequenos comércios no centro da zona fronteiriça. Ali os comerciantes argentinos se encarregavam de redistribuir aqueles produtos e mercadorias. A procura daqueles gêneros alimentícios e demais produtos de consumo corrente geravam constantes fluxos de brasileiros, e mesmo os pequenos bodegueiros que foram surgindo em lado brasileiro abasteciam suas bodegas com produtos argentinos. (FERRARI, 2011, p. 149).

Outra informação importante é de que o ervateiro Luis PastORIZA mantinha uma “bodega” em San Antonio. Estrategicamente, este estabelecimento fornecia alimentos e outros produtos aos mensús e àqueles que não possuíam relação direta com a extração de erva-mate, como os indígenas, caboclos e negros libertos das fazendas de Palmas, Clevelândia e da região do Contestado mediante a troca de um produto por outro, como erva-mate, porcos, frangos, carnes de caça, couros ou outras sementes, frutos e legumes para alimentação humana e animal. A prática de anotar em cadernetas, para pagamento posterior, também era comum. Neste caso, os mensús teriam que saldar as dívidas no final da temporada de trabalho nos ervais, ao passo que aos camponeses fronteiriços, as dívidas poderiam ser pagas quando da colheita, próxima temporada de caça, safra de sementes ou de animais. Nota-se que havia uma relação de confiança e, ao mesmo tempo, de dependência e exploração dos ervateiros e comerciantes sobre os mensús, que também se estendia à população fronteiriça.

Antonia Arrechea, no subcapítulo “Intercambio con el Brasil”, narra que Antonio viajou a Curitiba/PR e negociou a compra de uma área de terras junto ao Governo do Estado do Paraná: “una propiedad que queda justo enfrente a la empresa, rio por

medio”, cuja intenção era construir uma fazenda para criar animais de raça e cavalos “que tanto me agradam” (ARRECHEA, 1953, p. 49). Alfonso Arrechea (neto de Alfonso Arrechea III e sobrinho de Antonia Arrechea), que reside em Posadas/Misiones/Argentina, nos informou que seu avô comprou 10 mil hectares de terras, situadas onde hoje é a área urbana de Santo Antônio do Sudoeste, em frente a cidade de San Antonio, tendo o rio Santo Antônio como divisa. E, ainda, de que algum tempo depois teria adquirido outros 8 mil hectares em área contígua a anterior. Em função da pandemia de COVID-19, que tem limitado o funcionamento e o acesso a órgãos públicos, não conseguimos levantar informações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – Unidade de Francisco Beltrão/PR) sobre a área que teria sido adquirida por Alfonso Arrechea III às margens do rio Santo Antônio, ou ainda, de realizar pesquisa junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste. É necessário, quando o contexto pós-pandemia permitir, proceder essa averiguação.

Guilherme Blick, em sua dissertação de mestrado, afirma que Alfonso Arrechea III adquiriu terras do governo paranaense e que “muitos dos terrenos urbanos de Santo Antônio do Sudoeste pertenceram a ele.” (BLICK, 2004, p. 06). Nesta área, Alfonso Arrechea III teria edificado uma casa, como aponta o depoimento de Conceição de Moraes à pesquisadora Marilce Mari:

A casa de Afonso Arrechea, era uma espécie de bodega transformada em salão de baile. Era uma casa alta, servia de alicerces grossos troncos de árvore falquejados. Nas paredes também foram usadas pranchas, lascadas pelos empregados de Arrechea que construíram a mesma. A cobertura era de tabuinhas de pinheiro. A construção era a única a ter sido pintada naquelas paragens, por

isso a denominavam de Casa Branca. (MORAES apud MARI, 2002, p. 84).

Nos diálogos que mantivemos com o neto de Alfonso Arrechea III, via redes sociais, ele forneceu algumas fotografias de Antonia Arrechea, Alfonso Arrechea III e sua família. Também encaminhou uma fotografia da “Casa Branca” e à frente da casa encontra-se Alfonso Arrechea III (em pé, com lenço branco no pescoço), Laureana de Andrade (sentada, com um bebê no colo) e seus demais filhos (os meninos com chapéu e as meninas de vestido). Além das paredes brancas, a casa tinha uma extensa varanda com parapeitos em madeira trabalhada, além da escada que ligava o pátio em frente a casa com a varanda (em função da altura da casa, como relatado por Conceição de Moraes) e o telhado de tabuinhas de pinheiro. Não se sabe a data em que a fotografia foi tirada, bem como o nome do fotógrafo. Trata-se de uma fotografia pensada. O cenário e a pose dos fotografados (homem em pé, mulher sentada, meninas de um lado, meninos de outro, com roupas iguais) nos leva a acreditar que a fotografia serviria para enviar aos parentes e amigos na cidade de Posadas.



Figura 1. Alfonso Arrechea, Laureana Andrade e seus filhos. Fonte: Fotografia cedida por Alfonso Arrechea (neto de Alfonso Arrechea III) a Antonio Myskiw, em fevereiro de 2021. Sem data definida e sem autor da fotografia.

Em outra fotografia tirada no mesmo dia da fotografia anterior, aparece uma das laterais da “Casa Branca” com uma cerca de madeira que se junta à varanda e às vigas de madeira que sustentam a casa. Junto à cerca, em pé, está Alfonso Arrechea III e outro homem de meia idade não identificado (com trajés elegantes).



Figura 2. Alfonso Arrechea e um desconhecido. Fonte: Fotografia cedida por Alfonso Arrechea (neto de Alfonso Arrechea III) a Antonio Myskiw, em fevereiro de 2021. Sem data definida e sem autor da fotografia.

A “Casa Branca” de Alfonso Arrechea III foi utilizada como “trincheira” de guerra quando do deslocamento de Luís Carlos Prestes e seus combatentes, em fevereiro e março de 1925. No romance de Antonia Arrechea, os acontecimentos ocorridos na residência foram narrados da seguinte forma, no subcapítulo “La revolución”:

En el Brasil la situación es poco tranquilizadora. De barracón llega la noticia de que la gente de Prestes se dirige a San Antonio.

Antonio hace avisar a los vecinos y éstos se dirigen a él en buscar consejo.

Antonio ¿Que hacemos? - pregunta uno Tendremos que emigrar a la Argentina – replica Antonio con firmeza.

Pero ¿y nuestras casas, nuestros animales, nuestros sembrados? ¿Perderemos todo lo que hemos logrado con nuestro esfuerzo? - inquiera otro. [...]

Y allá, a varios kilómetros de distancia, la casa de Antonio ha sido transformada en cuartel y se está librando en las cercanías una batalla contra los valientes que se han quedado para hacer a los revolucionarios.

Estos han arrasado con todo, con el hermoso jardín y la quinta, y las plantaciones han sido destrozadas por los cascos de los caballos. Las habitaciones están atestadasde cadáveres. [...]

La casa de Antonio está llena de cadáveres, algunos en estado de descomposición.

Patrón ¿qué hacemos con esto? - pregunta Pacheco. Caven un pozo en la quinta, para dar sepultura a estos desdichados – contesta Antonio para en seguida dirigirse a su esposa:

¿Qué te parece el estado de la casa, Laura? (ARRECHEA, 1953, p. 54 a 57).

Conceição Moraes antiga moradora de Santo Antônio entrevistada por Marilce Mari, com base no que seu pai e outras pessoas haviam comentado sobre os combates na casa de Alfonso Arrechea III, rememora que:

certa noite os homens entraram na Casa Branca atirando, com a cobertura na sua retaguarda por demais homens da Coluna, os que se jogavam pela janela, eram mortos pelos que cercavam a

casa. No final do tiroteio, os mortos eram em número de catorze, os feridos, muitos. [...] os corpos dos catorze homens, militares e civis, mortos no ataque da Coluna Prestes, na Casa Branca, foram enterrados na mesma vala, atrás da Casa Branca, onde posteriormente transformou-se no primeiro cemitério de Santo Antonio. (MORAES *apud* MARI, 2002, p. 84-85).

Segundo Conceição de Moraes, o antigo cemitério hoje se encontra em área urbana, sob a “Loja da Laudes ou pelas construções da Loja de Materiais de Construção Belarini ao lado da Avenida Brasil onde era uma cancha reta” (MORAES *apud* MARI, 2002, p. 85). Com base nestas informações, através do Google Maps, é possível visualizar o local aproximado em que a casa teria sido edificada, com a frente voltada para o rio Santo Antônio e à povoação de San Antonio. O pátio de fundo da casa, além da quinta (pomar e horta) possuía uma área de pastagem com cerca e curral para o trato e guarda de cavalos, mulas e outros animais de criação, essenciais na lide com a erva-mate.



Figura 3. Mapa, via Google Maps, da localização da residência de Alfonso Arechea em Santo Antônio. Fonte: Imagem do Google Maps, da fronteira entre San Antonio e Santo Antônio do Sudoeste, em fevereiro de 2021. Adequações e destaques realizados por Antonio Myskiw.

A estadia e deslocamento das tropas de Luis Carlos Prestes por Barracón, Dionísio Cerqueira e Santo Antônio rumo ao Oeste do Paraná por uma picada aberta pelos combatentes margeando o rio Santo Antônio até sua foz no rio Iguaçu foram objeto de vários relatos. Destaco, aqui, as memórias de João Alberto Lins de Barros, que integrou a comitiva (composta por três destacamentos de combatentes) e atuou como secretário de Prestes:

Chegamos, finalmente, a Barracão. Era uma importante etapa vencida à custa de grandes sacrifícios. Lá esperávamos encontrar a tropa paulista que prometera vir esperar-nos para nos conduzir a Iguaçu. A picada, porém, ainda não estava terminada. [...] falava-se de um velho caminho que não fora encontrado. [...] Começamos nós mesmos a avançar de Barracão, na rota da foz do Iguaçu, a abrir caminho a fim de apressarmos a junção das nossas tropas. Uma turma de cinquenta homens experimentados trabalhava agora com afincos pelo nosso lado. Nós nos encontrávamos praticamente engarrafados, Enquanto não abrissemos aquele trilho, não seria possível o prosseguimento da marcha para o Norte. [...] *Num vilarejo fronteiriço encontramos cavalos.* [...] A procura do cavalo representa uma verdadeira fase da luta. Os soldados aventuraram-se aos grupos a caminhadas enormes e perigosas – verdadeiras incursões nas regiões batidas pelo adversário – à simples e vaga notícia da existência de uma cavallhada. (BARROS, 1954, p. 75-76, grifos meus).

Enquanto uns dedicavam-se à abertura da picada, outros combatentes dedicavam-se à “potreada”, isto é, à localização de povoações, fazendas e rústicas habitações de caboclos para “requisitar” (esse é o termo utilizado por João Alberto Lins de Barros)

animais, alimentos, roupas e armas às tropas. Na citação acima, há a menção a um vilarejo fronteiriço onde foram encontrados cavalos. Cavalos eram animais raros na fronteira, pois eram montarias destinadas aos ervateiros e capatazes das obrages, enquanto a maioria da população local fazia uso de mulas para os deslocamentos e transporte de erva-mate e mercadorias. Acreditamos que esse vilarejo possa ter sido a povoação de Santo Antônio/San Antonio, pois Alfonso Arrechea III possuía alguns exemplares de cavalos na fronteira, como podemos observar na fotografia abaixo, disponibilizada por seu neto. Mas, ele não era o único, na fronteira, a ter cavalos.



Figura 4. Alfonso Arrechea e a criação de cavalos em Santo Antônio. Fonte: Fotografia cedida por Alfonso Arrechea (neto de Alfonso Arrechea III) a Antonio Myskiw, em fevereiro de 2021. Sem data definida e sem autor da fotografia.

Em 1993, a jornalista Eliane Brum refez o trajeto da Coluna Prestes, que lhe rendeu vários encartes publicados no Jornal Zero Hora de Porto Alegre/RS. Em 1994, Eliane Brum publicou

as reportagens no formato de livro, intitulado *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. A longo do caminho percorrido coletou entrevistas com antigos moradores, evidenciando uma nova versão da história da Coluna Prestes.

Eu, que tinha partido tão impregnada de mito, fiquei perplexa. E, aos poucos, a cada conversa ao pé do ouvido, fui juntando o quebra-cabeça das lembranças dos que não eram nem rebeldes nem legalistas. A memória dos que estavam no caminho. (BRUM, 1994, p. 6-7).

Entre os entrevistados estava João Ovieda Farias (residente em “Separação”, situado a pouca distância de Barracão) que narrou uma batalha ali ocorrida:

Quando tudo acabou, os moradores encontraram as carcaças de suas casas saqueadas, as tripas fedorentas do gado morto e nada mais. ‘Atoraram o mato a tiro. O pessoal teve de começar a vida de novo’, conta João. ‘Espatifaram toda a bodega do meu pai e levaram toda a criação’, recorda a esposa Helena Adelar Farias, 70 anos. Seu pai, João Adelar, ainda perseguiu os revoltosos até Santo Antonio com cerca de 40 legalistas, mas foram massacrados. ‘Só ele voltou vivo’, diz Helena. (BRUM, 1994, p. 43).

Enquanto alguns moradores da fronteira participaram dos enfrentamentos entre revoltosos e legalistas, muitos outros fronteiriços empreenderam fuga para o território argentino. Marilce Mari coletou depoimentos de antigos moradores, dentre eles, o de dona Dorvalina de Lara, de Barracão:

Na fuga empreendida por sua família quando da época da Revolta do Prestes, estes levaram baús com roupas, mantimentos, panelas, algumas armas. Além de seus pais e irmãos, também fugiram com eles, duas tias, a avó, o avô e mais duas famílias. Até a revolta acabar, permaneceram num galpãozinho do Sr. Manoel Silva Dico, no território argentino, pois seu pai imaginava que lá estariam em maior segurança. [...] A casa onde moravam a uns quinze quilômetros de onde acamparam para esperar a revolta passar, foi saqueada e queimada. O curral do gado também. Seu pai criava mulas e lembra que haviam muitos cavalos, e algumas éguas madrinheiras. (LARA apud MARI, 2002, p. 66-67).

A exemplo das lembranças de Conceição de Moraes, Alfonso Arrechea III também teria migrado para San Antonio após o combate ocorrido na Casa Branca. Com ele foram algumas pessoas feridas em combate para prover tratamento médico. O retorno à Casa Branca teria ocorrido algum tempo depois, após a reconstrução da casa e das estruturas existentes em seu entorno. Na memória da população fronteiriça, a estadia e o deslocamento da Coluna Prestes teve como resultado a morte de dezenas de pessoas, a destruição de várias povoações e a desestruturação temporária do sistema obrageiro em território brasileiro, que há algum tempo davam sinais de esgotamento das florestas nativas de erva-mate. Também proporcionou a produção de dezenas de matérias jornalísticas (e livros de memórias pelos combatentes) dando visibilidade ao cenário histórico, econômico e social da população fronteiriça; da exploração de erva-mate e madeira por obrajes argentinas (alguns delas com sócios acionistas brasileiros); e da ausência de órgãos estadual e federal na região de fronteira com o Paraguai e a Argentina.

Frente às matérias de jornais publicadas, os órgãos públicos do governo do Paraná trataram de fazer-se presentes e preocupados, quer na imprensa, quer nas políticas públicas e nos projetos de governo para a grande fronteira Oeste. Em 1926, a picada aberta pela Coluna Prestes, passando por Barracão, Santo Antônio, cruzando o rio Iguaçu (junto à foz do rio Santo Antônio) e chegando à povoação de “picada Benjamin”, à margem da Estrada Estratégica (que seguia para Foz do Iguaçu, Central Barthe, Catanduvas e Guarapuava), foi inclusa como caminho carroçável no Mapa Rodoviário do Paraná em 1926. Era uma ação estratégica, pois estavam atentos aos fluxos migratórios oriundos das áreas coloniais do Rio Grande do Sul rumo ao oeste de Santa Catarina, bem como aos interesses das empresas privadas de colonização às terras devolutas existentes na fronteira do Brasil com a Argentina. Lunalva Edméia Bernardi sinaliza que houve um sensível aumento populacional em Santo Antônio entre os anos de 1925 e 1930, destacando as famílias de Lourenço Gonçalves, Maria José dos Santos, Dorival Bandeira, Jesuíno Teodorico de Andrade e Eraclides Damiani (BERNARDI, 2004, p. 26).

Sentido o impacto das perdas econômicas causadas pelos combates e o esgotamento dos ervais, o ervateiro argentino Luis Pastoriza tratou de desenvolver outros projetos, dentre eles, a abertura de estradas tendo em vista que ele tinha formação superior em engenharia em Buenos Aires. Em novembro de 1926, Pastoriza assinou contrato com o governo da Província de Misiones para abrir uma estrada no Departamento General Manoel Belgrano. Tratava-se de um

camino carretero atravesando tierras fiscales arrancando de la margen derecha del arroyo Uruguai llegando hasta el río San Antonio. Este camino, que sería conocido como picada Pastoriza, se transfor-

maría, casi en su totalidad, en las actuales rutas 19 y 101 que conectan Wanda con San Antonio, pasando por Deseado (SREFAÑUK, 2009, p. XXX).

Aponta Miguel Angel Srefañuk no Diccionario Geográfico e Topográfico de Misiones, que continua:

En el artículo 9° del mismo contrato se establecía ‘conceder en venta al Sr. Luis Pastoriza una superficie de 50 hectáreas, ubicado en su esquinero S.E. 7 km siguiendo el curso del arroyo San Antonio, al Norte del Mojón Norte de la línea limítrofe con el Brasil’. La mensura de las tierras las efectuó Felipe Ocampo, quién situó las 50 hectáreas en lo que hoy constituye el casco urbano del pueblo de San Antonio. (SREFAÑUK, 2009, p. XXX).

Além de integrar a povoação de San Antonio, a área recebida por Luis Pastoriza como forma de pagamento pela construção da “carretera” possuía ervais nativos (cuja exploração ocorria desde o início do século XX) e uma extensa área de pinheiro araucária. Estas florestas de pinheiros, ainda que divididas pelo rio Santo Antônio, eram contíguas à área de terras, pinheiros e capões de erva-mate adquirida por Alfonso Arrechea junto ao Governo do Paraná, margeando o rio Santo Antônio. Alguns indícios nos levam a suspeitar que Alfonso Arrechea III teria contraído nova sociedade com Luis Pastoriza. A menção aparece no romance *Amor a la tierra*: “- Sabes, Laura, ya no trabajaré solo. Me he asociado con un amigo, Luis Pastoriza – le informa Antonio. - Lo conozco de oídas. ¿Es el que compró Puerto Esperanza? - El mismo.” (ARRECHEA, 1953. p. 61) Outro indício é de que Alfonso Arrechea teria construído uma serraria em Santo Antônio para atender à demanda de madeira serrada aos novos moradores, para uso de

Luís Pastoriza nas obras de construção da carreteira (Ruta Nacional 101) e para comercialização em Posadas via Puerto Esperanza ou Puerto Segundo. (REVISTA *Entre Brasil e Argentina, um oásis de hospitalidade*. Santo Antônio do Sudoeste-PR, 1979, p. 374)

No mesmo ano em que ocorreu a segunda sociedade entre Luís Pastoriza e Alfonso Arrechea III, nasceu Antonia Arrechea, autora do romance *Amor a la tierra*, integrando o rol de personagens com o nome de Violeta. O avô materno de Violeta, no romance, era Laureano Rodriguez (pai de Laura, no romance, que na vida real é Laureana Andrade, que além de ervateiro e negociante de erva-mate junto aos caboclos nos campos de Campo Erê, Clevelândia e Palmas) e teria ocupado a função pública de coletor de impostos em Barracón, fronteira entre Brasil e Argentina. Pouco tempo depois do nascimento de Violeta, teria ocorrido uma epidemia de varíola (viruela, em espanhol) em Santo Antônio e San Antonio, resultando na contaminação de mensús, peões e trabalhadores domésticos de Alfonso Arrechea na fazenda “Los Pinares” (situada em território argentino, a pouca distância da povoação de San Antonio). Violeta e outros irmãos teriam sido levados a Barracón, na residência de Laureano Rodriguez, para evitar a contaminação.

No romance, consta que Laura também contraiu varíola quando prestava cuidados aos enfermos dos ranchos que estavam a ser medicados em um galpão da obrage de Alfonso Arrechea:

No importa, Antonio, no podemos dejar morir a esta gente por falta de atención. Yacasi he vacunado a todos.

Ayes de dolor, parten de todos los rincones del improvisado hospital.

El cuadro llega al alma. En todos los lechos se ven rostros monstruosos, desfigurados por la cruel

enfermedad y multiplicándose entre ellos está Laura, incansable, tratando de aliviar a los desdichados enfermos.

Ve a dormir, mujer – exclama Antonio –, yo velaré en tu lugar. Hay que tratar de descansar pues mañana nos espera mucho trabajo. Esta mañana casi no conseguimos quien entierre a Souza. (ARRECHEA, 1953, p. 62-63).

A narrativa de Antonia Arrechea no romance, com base nas memórias do que ouviu e vivenciou sobre as origens de San Antonio e Santo Antônio, ainda que com escassas delimitações temporais, revelam-se coerentes com acontecimentos marcantes ocorridos na fronteira, como a epidemia de varíola. Segundo a Revista *Oficina Sanitaria Panamericana*, edição de outubro de 1931, a Sección Vacuna del Departamento Nacional de Higiene (DNH) da Argentina registrou em seus Anais que, no ano de 1928, ocorreu um forte surto de varíola em várias províncias; que, devido ao surto (que nos anos seguintes foi considerado uma epidemia), 28,5% da população argentina foi vacinada; que, na extensa fronteira com o Brasil, casos isolados foram notificados. (Revista *Oficina Sanitaria Panamericana*, 1931. p. 1328/1329) O isolamento das crianças, narrado por Antonia Arrechea, era uma forma de evitar o contágio, pois o vírus era transmitido por via aérea (falar, tossir, respirar) e pelo manuseio de roupas ou objetos contaminados da pessoa infectada. A vacina era, nas áreas em que havia notificação de contágios, uma forma de minimizar os sintomas da varíola aos contaminados e reduzia os efeitos nocivos da doença aos vacinados previamente. “Vencida a pandemia”, escreve Antonia Arrechea:

Los hogares se normalizan, pero deja tras sí una infinita tristeza. Pareciera que enormes alas negras

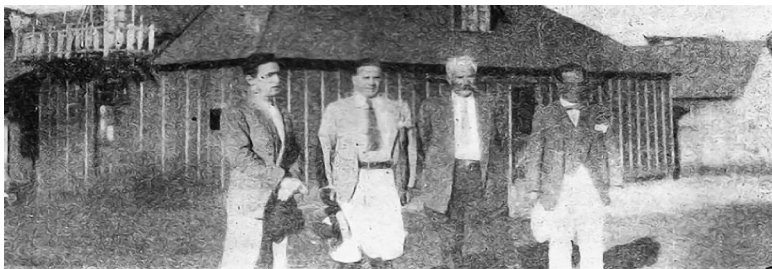
envolvieran la villa, las mismas alas que envolvieron en sus sombras a los ancianos y a los niños para perderse en los montes callados y lejanos (ARRECHEA, 1953, p. 64).

Nesta narrativa, a varíola teria atingido com grande intensidade a comunidade negra, sobretudo os trabalhadores anciãos e as crianças da povoação fronteiriça de San Antonio e Santo Antônio. A vacina chegou tarde para muitas famílias, mas evitou um número maior de mortes e sequelas graves decorrentes dos efeitos da varíola sobre órgãos internos, a deformação de membros e os danos na pele dos contaminados devido às erupções, inflamações e feridas que demoravam algum tempo para cicatrizar.

Algum tempo depois, narra Antonia Arrechea que reinava a calma na fronteira, a ponto da povoação de San Antonio receber a visita do governador do Território Nacional de Misiones, Carlos Acuña:

El gobernador del territorio, el doctor Acuña, quien se ha preocupado por los problemas de todos sus contemporáneos, en una de sus jiras por el interior visitó San Antonio. Fué recibido con grandes agasajos y todo el pueblo se sentía orgulloso, al ser visitado por la más alta autoridad del Territorio (ARRECHEA, 1953, p. 79).

A passagem do governador Carlos Acuña por San Antonio ocorreu no ano de 1931. Há um registro fotográfico desta visita do governador a San Antonio no livro *Misiones a través del Primer Cincuentenario de su Federalización (1881-1931)*, publicado em 1934, por Raimundo Fernandez Ramos. Ao lado de Carlos Acuña, de terno escuro, camisa branca e cabelos brancos, está Alfonso Arrechea III, mencionado como um dos povoadores dos confins da fronteira do Território de Misiones nos limites com o Brasil.



La casa de un poblador en San Antonio, último confín del Territorio de Misiones y límite con el Brasil. Visita del Gobernador Acuña en 1931.

Figura 5. Viagem de Carlos Acuña a San Antonio, em 1931. Fonte: Imagem cedida pelo neto de Alfonso Arrechea, de mesmo nome, a Antonio Myskiw, em fevereiro de 2021. Fotografia publicada em: RAMOS, Raimundo Fernández. *Misiones a través del Primer Cincuentenario de su Federalización (1881-1931)*, Publicado em 1934, p. 44.

Nesta viagem, sinaliza Antonia Arrechea, o governador Carlos Acuña prometeu a criação de uma escola em San Antonio, que se efetivou em 03 de julho de 1931, na “Escuela Nacional n. 192”, que teve 74 alunos matriculados na primeira turma, cujo diretor foi Juan Arrechea Amores (1887-1941), um dos filhos (do primeiro casamento) de Alfonso Arrechea

III. A escola existe até hoje, no mesmo lugar, mas com estrutura física ampliada e sob novo nome: “Escuela de Frontera de Jornada Completa n. 612” (Cf. NUÑEZ, 2020, p. 27).

No romance de Antonia Arrechea, Juan Arrechea é denominado de Aníbal, que também foi o primeiro professor da escola, ao lado de Julia, esposa de Aníbal (que na vida real foi Maria Hilda Ramirez Ferré).⁵ A estrutura física inicial da escola teria sido a “*Empresa vieja, cedida gratuitamente por Antonio*” (ARRECHEA,

⁵ Sobre a genealogia de Juan Arrechea Amores, ver: <https://www.geni.com/people/Juan-Arrechea-Amores/6000000016398481749>

1953, p. 79), isto é, um dos prédios da obraje de Alfonso Arrechea, em San Antonio, até que a escola fosse edificada em lugar definitivo. Foi nesta escola que Violeta (Antonia Arrechea) estudou as primeiras letras e que teria desejado ser professora: “*Quiero saber leer, para leer todos los libros que papá lee. Además, quiero ser maestra – una gran maestra – dice Violeta con ardor*”. (ARRECHEA, 1953, p. 81). Em 1935, por não haver professores designados para lecionar em San Antonio, Antonia Arrechea foi estudar em Posadas, residindo com alguns de seus meio-irmãos. No romance, esse momento é narrado no subcapítulo “La Partida”:

- Sabes, Laura, mis hijos han sido trasladados. Ya no los tendremos de maestros. [...] Ningún maestro quiso dejar las comodidades de otros lugares para enterrarse en esas soledades, olvidadas del mundo. [...]

Laura, creo que las chicas estarían bien en Posadas, en casa de Carlota – sugiere Antonio.

Tampoco estarían mal en lo de tía Marica, en Clevelandia – opina Laura. Antonio escribe a Carlota y le expone el problema de las niñas. La hija queda encantada con la idea de tenerlas consigo.

Laura comienza los preparativos para la partida, pues la decisión está tomada. (ARRECHEA, 1953, p. 90-91).

Carlota era uma das filhas do primeiro casamento de Antonio (Alfonso Arrechea), que deu abrigo à Antonia Arrechea durante o ciclo formativo para tornar-se “maestra”, que se encerrou em 1942, mesmo ano em que Alfonso Arrechea adquiriu uma residência em Posadas para cuidar de sua saúde e ficar mais perto dos filhos e filhas.

Em 1943, Antonia Arrechea passou a lecionar e obteve cidadania argentina. Há, inclusive, um subcapítulo do romance (“La

maestra”) que remete ao início da docência e a solicitação de cidadania argentina:

- Mañana irás al Juzgado. Necesitas Carta de Ciudadanía para poder ejercer y es necesario apresurar los trámites.

- Mira, mamá, Misiones me ha dado un padre muy bueno, numerosos hermanos, la educación que poseo, y aquí viviré para siempre tal vez; posiblemente me case dentro de un año, con un hijo de esta tierra y sin embargo, madre, me duele cambiar mi nacionalidad. (ARRECHEA, 1953, p. 137).

Neste mesmo ano, em Posadas, faleceu Alfonso Arrechea III. O tempo das realizações pessoais de Antonia Arrechea foi ofuscado pelo falecimento do pai. O tempo de luto, no romance, tem certo destaque.

Em meados da década de 1940, Antonia Arrechea contraiu matrimônio com Gerardo Dei Castelli Ferrari (que no romance é Luis Arenales), empresário dedicado à navegação fluvial nos rios Paraná e Paraguai. A “luna de miel”, no romance, ocorreu nas Cataratas del Iguazú, em Puerto Iguazú (antigo Porto Aguirre). Neste tempo, nas Cataratas del Iguazú, havia um único hotel, cujo proprietário era Leandro Fidel Arrechea (1870-1963), irmão de Alfonso Arrechea III. Por ter sido um dos pioneiros no turismo, Leandro Arrechea teve seu nome atribuído a um dos saltos (quedas) das Cataratas (lado argentino), o Salto Arrechea.⁶

⁶ <http://blogdefoz.blogspot.com/2014/06/ja-que-foz-e-adulta-vamos-revisar-essa.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amor a la tierra foi publicado em 1953⁷, pela casa editorial Imprenta López, de Buenos Aires. Fundada no século XIX por José López García, esta casa editorial dedicava-se exclusivamente à publicação de livros e, desde a década de 1930, era dirigida por José Manuel López Soto, filho de José López García. O jovem editor aproximou-se de Attilio Rossi (renomado artista gráfico italiano), Luis Seoane (tipógrafo) e Silvio Baldessari (projetista gráfico) e, juntos, promoveram mudanças significativas na forma de produzir livros, sobretudo no que se refere à parte técnica e estética. O romance de Antonia Arrechea inseriu-se no rol de publicações que seguiam um estilo técnico e teórico na história da tipografia argentina, cujo foco difusor era Buenos Aires. Portanto, o formato e tamanho da obra, o cuidado com a estética da capa, do título e das divisões de capítulos, subcapítulos e mesmo as notas de rodapé explicativas existentes na obra possuem os traços característicos da tendência proposta por Attilio Rossi (COSTA, 2018).

O romance, além de contar aspectos da história da família de Alfonso Arrechea na fronteira (e daqueles que viviam no entorno deles), assumiu um papel de denúncia ao descaso para com os povos fronteiriços por viverem à margem da sociedade e da cultura de Misiones e da Argentina. Na compreensão da autora, esses fronteiriços sentiam a influência da língua, dos costumes e dos modos de vida brasileiros, tanto é que, no decorrer do romance, surgem diálogos que sugerem esquecer a língua portuguesa e os costumes brasileiros para melhor se inserir na sociedade de Misiones, na escola, nos clubes e na vida cotidiana.

⁷ O romance *Amor a la Tierra* foi republicado em 2009, pela Subsecretaria de Cultura da Província de Misiones, como reconhecimento à autora e sua obra, sobretudo pelas memórias do tempo histórico que trata da exploração da erva-mate na fronteira da Argentina com o Brasil, que deram origem às cidades de San Antonio/Misiones/Argentina e Santo Antonio do Sudoeste/Paraná/Brasil, entre os primeiros anos do século XX e a quarta década do século XX.

O estudo inicial que realizamos sobre alguns aspectos da história de Santo Antônio do Sudoeste e San Antonio, situados na fronteira Brasil/Argentina, tendo o romance *Amor a la tierra* compreendido como documento histórico, quando cruzado com outros documentos históricos, trouxeram à tona um conjunto diversificado de memórias de Antonia Arrechea sobre seu passado e o passado vivido por seu pai, Alfonso Arrechea III. Há, também, uma diversidade de narrativas ficcionais que, num estudo mais profundo da obra e sobre a autora, poderão ser desveladas, confrontando-as com os silêncios e esquecimentos intencionais sobre a história local que, dentre as memórias explicitadas no romance, não figuraram no romance.

É necessário estudar a história de Antonia Arrechea, que segundo um de seus filhos, faleceu com 83 anos (2006?), em Posadas/Argentina; estudar o tempo de produção do romance, para melhor compreender a obra como um todo; estudar como a obra foi recebida pelos leitores e críticos literários; de como a obra, ainda hoje, é lida e compreendida pela comunidade de San Antonio e Santo Antônio do Sudoeste. É necessário, por fim, traduzir a obra para a língua portuguesa (ou quem sabe, uma edição bilíngue), pois entendemos que o romance é uma das fontes documentais possíveis de se obter informações sobre o passado das duas povoações fronteiriças.

REFERÊNCIAS

ALCARÁZ, Alberto Daniel. La empresa Domingo Barthe: Extractivismo yerbatero-maderero en la frontera Alto Paranaense 1870-1930. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

ALCARÁZ, Alberto Daniel. El liderazgo carismático empresarial enfrentado al poder burocrático del Estado: el conflicto por los yerbales

entre la empresa Domingo Barthe y el gobernador Juan José Lanusse (1896-1905). *Antíteses*, Londrina, v.12, n. 23, jan-jul. 2019.

ARRECHEA, Antonia. *Amor a la tierra*. Buenos Aires: Imprenta López, 1953.

BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1954.

BERNARDI, Lunalva Edméa. *Memórias de um povo de fronteira: Santo Antonio do Sudoeste(PR) – 1957/1965*. Passo Fundo/RS: Universidade de Passo Fundo (UPF), 2004.

BLICK, Guilherme. *O Imaginário da fronteira: Santo Antonio/San Antonio*. Florianópolis: Mestrado em Teoria Literária, 2004.

BRUM, Eliane. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

COSTA, María Eugenia. *La trayectoria de Attilio Rossi en los albores del diseño editorial moderno en Argentina (1935-1950)*. Caiana. *Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*. N° 12 | Primer semestre 2018.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século xx e xix)*. Florianópolis: Tese de Doutorado em Geografia, 2011.

MARI, Marilce. *No silêncio da fronteira*. Santo Antonio do Sudoeste: Riograf, 2002. NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: S/Ed., 1903.

NIKLISSON, José Elías. *Boletín del Departamento Nacional Del Trabajo – Investigación relacionada con las condiciones de vida y trabajo del Alto Paraná*. Buenos Aires, 1914. Link de acceso: http://www.trabajo.gob.ar/downloads/biblioteca/bdnt/1914_26.pdf

NUÑEZ, Ana Paula Salome. *Percepción de autoeficacia docente en relación a la antigüedad laboral*. Trabajo Integrador Final de Iniciación a la Investigación. Licenciatura en Psicopedagogía, Universidad de la Cuenca del Plata, 2020.

RAMOS, Raimundo Fernandez. Misiones a través del Primer Cincuentenario de su Federalización (1881-1931). Buenos Aires, publicado em 1934.

REVISTA Entre Brasil e Argentina, um oásis de hospitalidade. Santo Antonio do Sudoeste- PR, 1979.

Revista Oficina SanitariaPanamericana. “Viruela”. Edição de 1931 <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/10548/v10n10p1328.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SREFAÑUK, Miguel Angel. Diccionario geográfico topográfico de Misiones. Posadas,Contratiempo Ediciones, 2009.

VARELA, Alfredo. El rio Oscuro. Buenos Aires: Hyspamerica Ediciones Argentina, 1985.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

ADAIL SOBRAL

Bolsista de Produtividade em Pesquisa – PQ 2. Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC/SP). Estágio Pós-Doutoral na Université de Paris. Docente e Coordenador do PPG Letras FURG, RS. Autor de obras no campo da linguagem, como “Do dialogismo ao gênero”; “Dizer o mesmo a outros”; “A filosofia primeira de Bakhtin” (2019).

E-mail: adail.sobral@furg.br

ALBERTO DANIEL ALCARÁZ

Profesor Regular, cátedra de Filosofía-Introducción a la Filosofía en las carreras de Licenciatura y Profesorado en Historia con orientación en Ciencias Sociales, Licenciatura en Antropología Social (2018). Becario doctoral de CONICET, Tipo I y II (2009-2014). Becario Posdoctoral de CONICET (2018-2021).

Posdoctorando en Historia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso (2018). Doctorando en filosofía (UNNE, 2017) Doctor en Antropología Social (2017, UNaM), Magister en Antropología Social (2013, UNAM), Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidad Nacional de Misiones. Licenciado en Historia (2005, UNaM) Profesor en Historia con Orientación en Ciencias Sociales (2003) Universidad Nacional de Misiones, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Director de proyecto de investigación: “Disciplinamiento de los cuerpos: biopolítica y construcciones de la alteridad en la frontera yerbatera Alto Paranaense”.

E-mail: albertoalcaraz79@gmail.com

ANGELISE FAGUNDES

Professora Adjunta da área de Ensino de Espanhol do Curso de Graduação em Letras - Português e Espanhol - Licenciatura da Universidade Federal da

Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo (RS), onde coordena o CELUFFS, centro de línguas do *campus*. Doutora em Educação pelo PPGE/UFSM. É vice-líder do POLIFONIA (Grupo de Pesquisas em Políticas Linguísticas, Formação de Professores e Novas Tecnologias para o Ensino de Línguas), registrado no diretório de grupos do CNPq e faz parte do Grupo de Trabalho do Espanhol RS (GTERS) desde a sua constituição e que, mais tarde, passou a chamar-se #Fica-espanhol. Atua na área de Letras, com ênfase nos seguintes temas: formação de professores de línguas, ensino e aprendizagem de Espanhol, Estágio Supervisionado de Língua Espanhola.

E-mail: angelisef@gmail.com

ANTONIO MARCOS MYSKIW

Mestre e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ); Docente permanente do Programa de Mestrado em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó (SC), do qual é coordenador adjunto; Coordenador do programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos, no *Campus* Realeza (PR), da UFFS; Líder do Grupo de Pesquisa “Direitos Humanos, Justiça e Cidadania”; Dedicar-se a pesquisa histórica sobre a região de fronteira entre Brasil/Argentina/Paraguai, com ênfase na História Agrária.

E-mail: amyskiw@uffs.edu.br

BRUNO PEREIRA DE LIMA ARANHA

Professor substituto do Instituto Federal Catarinense, *campus* Videira. Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP), tendo participado do programa do Serviço de Cooperação com Países Lusófonos e Latino Americanos da Universidade do Porto (Portugal) e graduado em História pela USP, tendo realizado um período de intercâmbio na Universidade de Buenos Aires. Pesquisa temas relacionados à fronteira entre Brasil e Argentina no século XIX.

E-mail: brunoaranha83@gmail.com

CLÓVIS ALENCAR BUTZGE

Possui graduação em Letras-Português (1999), especialização em Língua e Literatura (2000) e mestrado em Letras – Linguagem e Sociedade (2006), todos pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em Linguística pela

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2021). Atualmente, é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Realeza (PR). Tem experiência na área de Linguística e Língua Portuguesa, atuando principalmente nos temas políticas linguísticas, diversidade linguística, ensino e formação de professores de língua portuguesa.

E-mail: clovis@uffs.edu.br

ELIANA ROSA STURZA

Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria, onde atua na graduação e na pós-graduação. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL/UFSM) de 2018-2021 e Coordenadora do Núcleo Disciplinar de Ensino de Português e Espanhol como Línguas Segundas e Estrangeiras, da Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu de 2018-2020. É doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Realizou pós-doutorado na Universidad de la República - UDELAR. Atua na área de Letras, com ênfase nos seguintes temas: política linguística, língua espanhola, estudos enunciativos, línguas em contato (Portunhol) e educação em áreas de fronteira.

E-mail: listurza@gmail.com

FROILÁN FERNÁNDEZ

Profesor y Licenciado en Letras por la Universidad Nacional de Misiones (Universidad Nacional de Misiones). Magister en Semiótica Discursiva (UNaM) y Doctor en Semiótica (Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba). Profesor Titular Regular de Semiótica I y Semiótica II (Departamento de Letras, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNaM). Ha dictado seminarios de grado y postgrado en temáticas relacionadas con la Semiótica, la Educación y la Literatura. Dirige proyectos de investigación y transferencia en el marco del Programa de Semiótica de la UNaM, en temáticas vinculadas con la Alfabetización Intercultural y Narrativa argentina contemporánea. Ha publicado artículos en libros y revistas especializadas de Ciencias Sociales y Humanidades de nacionales e internacionales. Participa del consejo editorial de *Entreletras*, publicación periódica del Departamento de Letras (UNaM), *La Rivada* (FHyCS, UNaM), *Del prudente saber* (Facultad de Ciencias de la Educación, UNER) y *Ñeatá* (GESEM, SGCyT-UNNE).

Correo electrónico: semiotica.fhyics@gmail.com / difusus@gmail.com

ISIS RIBEIRO BERGER

Doutora em Linguística (2015) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisa em políticas linguísticas e gestão do multilinguismo. É Mestre em Letras pela UNIOESTE (2007) com pesquisa sobre atitudes linguísticas e bacharel e licenciada em Letras/Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). É docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação Sociedade Cultura e Fronteiras da UNIOESTE, em Foz do Iguaçu e coordena projetos de pesquisa e extensão na mesma instituição. É coordenadora institucional da Cátedra Unesco Políticas Linguísticas para o multilinguismo no âmbito da UNIOESTE e é líder do grupo de pesquisa Políticas Linguísticas e Educacionais no Oeste do Paraná. Desenvolve pesquisas em torno das políticas linguísticas e gestão de línguas em contextos de multilinguismo e de fronteira, atitudes linguísticas e formação de professores de línguas em contextos de pluralidade linguística.

E-mail: isisrberger@gmail.com

MÁRCIO DA SILVA OLIVEIRA

Doutor em Letras. Pós-doutorado na área de Literatura Comparada, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel-PR/Brasil. Integrante do grupo de pesquisa “Resignificações do passado na América Latina: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”. Atualmente, é professor substituto na Universidade Federal da Fronteira Sul (SC) - *Campus* Realeza - PR.

E-mail: prof.marcioliveira2015@gmail.com

MARCUS VINÍCIUS LIESSEM FONTANA

Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul desde 2020, onde ingressou por processo de redistribuição e atua no Curso de Licenciatura em Português e Espanhol. De 2009 a 2020 foi professor da Universidade Federal de Santa Maria, onde atuou nos cursos de Licenciatura em Espanhol presencial e EaD. É Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (2015). Orienta projetos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede da UFSM. É líder do POLIFONIA (Grupo de Pesquisas em Políticas Linguísticas, Formação de Professores e Novas Tecnologias para o Ensino de Línguas), registrado no diretório de grupos do CNPq. Coordena o Inova-Letras: Tecnologias Digitais e Ensino de Línguas e participa do projeto Formação de Professores de Línguas na Contemporaneidade. E-mail: marcus.fontana@uffs.edu.br

MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA FARIAS-MARQUES

Graduada em Letras Português-Espanhol (PUC-2009), graduada em Letras Licenciatura Plena Português e Literatura Portuguesa (UFMS - 2006), Mestrado em Letras (UFMS - 2009) e Doutorado em Letras (UCPEL - 2016). É Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa. Atua, principalmente, nos seguintes temas: fronteira(s), línguas em contato, espanhol coloquial, gêneros discursivos, ensino de línguas (espanhol e portuguesa para hispanos).

E-mail: mariamarques@unipampa.edu.br

MARILENE APARECIDA LEMOS

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras (Língua Espanhola) pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em Letras Português e Espanhol pela Universidade Braz Cubas. Atuou como professora de língua espanhola na educação básica e superior (escolas e universidades públicas e privadas). Desenvolve pesquisas na área de Linguística (Análise de Discurso, Saber Urbano e Linguagem e História das Ideias Linguísticas) com ênfase na produção da fronteira Brasil/Argentina em discursos cotidianos. Linhas de pesquisa: Estudo das relações entre língua, cultura, história e sociedade; Língua(gens) e ensino; História das ideias linguísticas e cotidiano; Língua e discurso. Professora de Língua Espanhola do Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Realeza. Professora permanente do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó.

E-mail: marilene.lemos@uffrs.edu.br

ODAIR EDUARDO GELLER

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, tem se dedicado ao estudo das Teorias da História, com especial atenção a produção ligada a Guerra contra o Paraguai. Professor, no momento compõem o corpo docente da rede pública estadual paranaense.

E-mail: odairgeller@hotmail.com.

ROSÂNGELA MARGARETE SCOPEL DA SILVA

Mestra em Letras pelo Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel-PR/Brasil. Professora QPM da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Pesquisadora da área de Linguagem: Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino, com ênfase

em pluralidade cultural, etnicidade e gêneros híbridos de história e ficção. Foi professora supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS/*Campus* Realeza. Membro do Grupo de Pesquisa “Res significações do passado na América Latina: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”.

E-mail: rosangela.margarete@hotmail.com

SILVIA ETEL GUTIÉRREZ BOTTARO

Possui graduação em Letras - Habilitação tradutor de espanhol-português pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre (1991), Mestrado e Doutorado em Letras - Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de São Paulo (2003 e 2009). Pós-doutorado no Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2017 - 2018). Atualmente é professora de língua espanhola na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em língua espanhola, atuando principalmente nos seguintes temas: situações de línguas em contato (espanhol - português), bilinguismo, o português uruguaio, portunhol, variedades de fronteira, política linguística e ensino-aprendizagem do espanhol como língua estrangeira. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras -Espanhol de 2019 a 2021.

E-mail: etel.gutierrez@unifesp.br

O*Sul e suas fronteiras: Linguagens e História* apresenta aos leitores onze reflexões produzidas por pesquisadores que se dedicam, há muitos anos, ao estudo das regiões fronteiriças da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Cada texto possui suas singularidades e, por prismas distintos, olham, questionam, ponderam, elaboram (ou reelaboram) novas compreensões sobre os sujeitos fronteiriços, seus tempos históricos e a própria história. Entre as temáticas abordadas estão: língua, linguagens, políticas linguísticas, formação de professores de espanhol, o cotidiano da/na fronteira e distintos olhares sobre a exploração, ocupação e colonização da região de fronteira. Por ser uma obra de cunho interdisciplinar, o conjunto dos textos propicia ao leitor e à leitora ferramentas para perceberem as fronteiras e os povos fronteiriços por diferentes ângulos.

ISBN 978-658126626-4



9

786581

266264